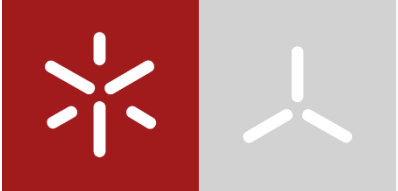




Arquitetura como Equalizador Social: A Ilha da Bela Vista.

Francisca José Oliveira Silva Machado

Março 2024



Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

Francisca José Oliveira Silva Machado

Arquitetura como Equalizador Social:
A Reabilitação da Ilha da Bela Vista.

Março 2024



Universidade do Minho

Escola de Arquitetura, Arte e Design

Francisca José Oliveira Silva Machado

**Arquitetura como Equalizador Social:
A Reabilitação da Ilha da Bela Vista.**

Dissertação de Mestrado
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao
Grau de Mestre em Arquitectura

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Eduardo Jorge Cabral dos Santos Fernandes

Março 2024

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Despacho RT - 31 /2019 – Anexo 4

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho: __/ __/ __

Assinatura: _____

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho



Atribuição-NãoComercial
CC BY-NC

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Agradecimentos

À minha mãe, primeiramente, por ser tudo o que alguém pode ser na qualidade de ser humano, uma amiga, uma ouvinte, um modelo a seguir e, acima de tudo, a minha companheira de vida.

Ao Ângelo, por ser alguém que não esperava conhecer, mas que agora tem um lugar permanente na minha vida. Pelos últimos anos, nos quais tem sido uma fonte de apoio, força e admiração.

À minha família, que me moldou para ser quem sou.

Aos meus amigos, à Inês, à Bruna, à Catarina, à Paula, à Anabela e ao Pereira, pelo incentivo, pela companhia e pelo apoio.

Ao Professor Eduardo, pela pessoa que é e pelo excelente professor que prova ser todos os dias. À EAAD, pelo percurso académico cheio de altos e baixos que demonstraram ser vitais para o progresso e para o sucesso.

Aos moradores da Ilha da Bela Vista, pela simpatia com a qual me receberam e pela disponibilidade que sempre demonstraram.

Finalmente, ao meu avô Francisco, a quem dedico esta dissertação de mestrado, pela sua memória que guardo em mim; ainda que a sua presença física já não seja possível, a companhia nunca desapareceu.

Índice

Resumo

Abstract

Introdução

Parte I: A relação entre o estigma social e o espaço arquitetónico no contexto urbano

I.I. Análise da Habitação Social no Porto entre o século XIX e a atualidade

1.1.1. Revolução Industrial e a formação das Ilhas

1.1.2. A questão da habitação social do Porto, do Estado Novo ao SAAL

1.1.2.1. Os bairros sociais durante o Regime Fascista

1.1.2.2. Do 25 de Abril até ao século XXI

1.1.3. As problemáticas na habitação após o SAAL

1.1.3.1. *Sustentabilidade Urbana* a partir dos anos 80

1.1.3.2. Políticas de melhoria da habitação até à atualidade

I.II. O estigma social

1.2.1. A influência do estigma social nos habitantes

1.2.1.1. Introdução à vida social: as primeiras interações com a sociedade

1.2.1.2. Precariedade habitacional e o impacto na saúde

1.2.1.3. A Estigmatização e os seus efeitos na dinâmica escolar

1.2.1.4. Desafios e limitações no mundo laboral

1.2.2. A Influência das ações arquitetónicas na perceção coletiva

1.2.2.1. A relação entre o espaço arquitetónico e a perceção social

1.2.2.2. Um ato tridirecional

1.2.2.2.1. O Ato de Construir: Símbolo de transformação urbana e social

1.2.2.2.2. O Ato de Demolir: Uma marca no território, no habitante e na sociedade

1.2.2.2.3. O Ato de Reabilitar: Preservação do contexto e redignificação de identidades

Parte II: A reabilitação arquitetónica como modo de dissipar o estigma social

II.I. O caso da Ilha da Bela Vista

2.1.1. Enquadramento histórico e urbano e composição formal da ilha

2.1.2. O estigma social no caso de estudo

2.1.3. A cidade participada

2.1.4. A Ilha da Bela Vista na atualidade

2.1.4.1. A Ilha percecionada pela sociedade e pelos seus habitantes

Considerações Finais

Listagem de Ilustrações

Referencias Bibliográficas

Anexos: Entrevistas

Resumo

Nesta dissertação, intitulada “Arquitetura como Equalizador Social: A Reabilitação da Ilha da Bela Vista”, pretende-se entender a reabilitação arquitetônica como um equalizador social. Sendo a qualidade habitacional um direito constitucional, a questão do estigma ligado à habitação social surge como uma preocupação em relação à forma como os habitantes destes espaços são segregados pela sociedade. Deste modo, pretende-se compreender os motivos que dão origem ao estigma social e o impacto que este tem nas pessoas. Paralelamente, objetiva-se contrariar o pressuposto que considera as ilhas um espaço degradado, que será, consequentemente, estigmatizado.

Por consequência, visa-se a mitigação do conceito de ilha em associação direta com uma população empobrecida, visando o exemplo de reabilitações contemporâneas em que a melhoria da qualidade do espaço é um fator de dissipação do estigma. Assim, percecionam-se as possibilidades de integrar estes lugares na malha urbana em que se inserem, conectando-os com a cidade. Neste sentido, pretende-se afirmar a arquitetura como meio de dissipar estigmas sociais, integrando todos os habitantes na sociedade, através da melhoria da qualidade das habitações.

Para isso, irá ser estabelecida uma dicotomia comparativa entre o estigma social sentido pelos habitantes que viviam em habitações em estado precário na Ilha da Bela Vista, e a mudança que foi gerada após essas habitações serem alvo de reabilitação. Assim, objetiva-se reinterpretar o conceito de ilha enquanto um lugar para a comunidade, onde podem ser criados espaços para ações coletivas e atividades sociais que comuniquem com os programas da cidade em que se insere, e que, em última instância, aludem ao espírito de inclusão social. A potencialização destes complexos habitacionais para atividades sociais poderia resultar da melhoria das condições habitacionais dos residentes destes espaços, mas também permitiria a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

Usando como caso de estudo a Ilha da Bela Vista, pretende-se narrar toda a sua história, desde a sua construção até à recente reabilitação; analisando o modo como este processo decorreu, salienta-se a colocação do arquiteto no bairro e a reformulação do conceito de ilha. Este era anteriormente um espaço fechado, restrito a um pequeno grupo de habitantes, e é agora um espaço aberto para a sociedade em geral.

Palavras-Chave: Estigma, Habitação Social, Reabilitação Arquitetónica, Identidade, Precariedade

Abstract

In this dissertation, entitled “Architecture as a Social Equalizer: The Rehabilitation of Ilha da Bela Vista”, we intend to understand architectural rehabilitation as a social equalizer. As housing quality is a constitutional right, the issue of stigma linked to social housing arises as a concern in relation to the way in which the inhabitants of these spaces are segregated by society. In this way, the aim is to understand the reasons that give rise to social stigma and the impact it has on people. At the same time, the aim is to counter the assumption that considers islands to be a degraded space, which will, consequently, be stigmatized.

Consequently, the aim is to mitigate the concept that an island is directly associated with an impoverished population, aiming at the example of contemporary rehabilitations in which improving the quality of space is a factor in dispersing stigma. Thus, the possibilities of integrating these places into the urban fabric in which they are located are perceived, connecting them with the city. In this sense, the aim is to affirm architecture as a means of dispersing social stigmas, integrating all inhabitants into society, through improving the quality of housing. To this end, a comparative dichotomy will be established between the social stigma felt by the inhabitants who lived in

precarious housing on Ilha da Bela Vista, and the change that was generated after these housing were subject to rehabilitation. Thus, the aim is to reinterpret the concept of island as a place for the community, where spaces can be created for collective actions and social activities that communicate with the programs of the city in which it is located, and that, eventually, allude to the spirit of social inclusion. The enhancement of these housing complexes for social activities could result in the improvement of the housing conditions of the residents of these spaces, but it would also allow the improvement of the quality of life of the population in general.

Using Ilha da Bela Vista as a case study, we intend to narrate its entire history, from its construction to its recent rehabilitation; Analysing the way this process took place, the architect's placement in the neighborhood and the reformulation of the island concept stand out. This was previously a closed space, restricted to a small group of inhabitants, and is now an open space for society in general.

Keywords: Stigma, Social Housing, Architectural Rehabilitation, Identity, Precariousness.

Introdução

A habitação é o refúgio indispensável, tão importante como a alimentação ou o vestuário. Reduzindo a habitação apenas ao essencial, esta não é mais que um somatório de espaços para dormir, relaxar, cozinhar e comer, com todos os anexos respetivos. Mas, para além disso, a habitação assegura a produção de relações sociais, enquanto elemento de prosperidade e individualização. Compreende-se o “habitat e família (como «espaço» e «sujeito do espaço»), considerando a instituição familiar como dupla charneira articulante da vida individual que se desenvolve no âmbito da família e da vida coletiva que relaciona as famílias entre si.”¹.

A maior parte das ilhas construídas no século XIX e dos bairros sociais construídos no século XX estão associados a uma imagem social negativa: “uma mediação fundamental entre as ações e comportamentos individuais e as expressões diversas que aí assumem as estruturas socioculturais, induzindo e sendo palco de interações e apropriações que lhes traçam perfis característicos.”². Neste sentido, as ilhas e os bairros sociais “potenciam processos de desfiliação e exclusão social, sendo, simultaneamente, fruto de estigmatização e exclusão social pela imagem

¹ PORTAS, Nuno- **Habitação social: proposta para a metodologia da sua arquitectura.** (p.13)

² GONÇAVES & PINTO, Os Bairros Sociais Vistos por si Mesmos, Cidades Comunidades e Território. Lisboa. n.º3. 2001, (p.113)

que veiculam.”³. A posição social de um habitante é, muitas vezes, associada aos espaços onde vive. Da mesma forma que a sociedade elogia uma habitação de qualidade, e por consequência o seu habitante, também censura aqueles que não possuem tais condições, sendo muitas vezes estigmatizados por não cumprirem os padrões sociais impostos⁴. Deste modo, é possível observar que a arquitetura tem a possibilidade de alterar a condição social de um indivíduo, já que o seu estado débil ou preservado estabelece uma dicotomia com a posição social do seu habitante e com o modo de como este é percebido e aceite na sociedade. Neste sentido, nesta dissertação questionar-se-ão os processos de reabilitação usados no projeto, e como os seus utilizadores, diretos e não diretos, se relacionam com o espaços e com as metodologias⁵.

A entrada de novos ideais para o conceito de habitação social compreende, não só a desmitificação do espaço físico, enquanto lugar precário, mas também a diluição do conceito de habitação social, que é implantada num lugar distante do seu meio original, albergando habitantes em situações de carência financeira. Portanto, a reabilitação arquitetónica poderá não só reformular as condições físicas do espaço, mas repensar também os conceitos e ideologias que levaram à sua conceção, em primeiro lugar. Paralelamente, a reformulação destes conceitos, que estabelecem uma dicotomia com a origem do estigma, irá alterar a percepção social sobre este espaço, e sobre os seus habitantes⁶.

Neste seguimento, é possível afirmar que a arquitetura é um meio para dissipar estigmas sociais, que afetam na sua grande maioria pessoas em condições financeiras debilitadas, tendo em consideração que a melhoria das condições habitacionais de um indivíduo altera a percepção social sobre ele. Compreende-se que a reabilitação é um meio de melhorar as condições habitacionais de um espaço e, portanto, a arquitetura é um equalizador social⁷.

Compreende-se, assim, que uma intervenção global face às condições precárias da habitação é possível a partir de diversos casos singulares, onde o seu sucesso depende largamente da

³ SANTOS, Clara- Habitação Social, Vulnerabilidade Social e Serviço Social: Um Ensaio sobre o Fracasso da Mudança Social nos Bairros Sociais, Revista Libertas Faculdade de Serviço Social Vol.15, nº1. 2015, (p.1)

⁴ GONÇAVES & PINTO, Os Bairros Sociais Vistos por si Mesmos, Cidades Comunidades e Território. Lisboa. nº3. 2001, (p.114)

⁵ DepA, *In Conflit* volume 2 (p. 242-243)

⁶ GUERRA, Isabel- Intervenções face à exclusão social urbana, Cidades- Comunidades e Territórios n. °2 2001, pp.52-55

⁷ GROS, *Alojamento Social sob o Fascismo*, (pp.215)

“competência de cada intervenção sectorial” e das “sinergias geradas pela integração dos olhares, dos recursos e das experiências que irão permitir níveis qualitativamente superiores de reposta.”⁸. Partindo deste conceito, compreende-se a necessidade de “proximidade com os cidadãos residentes através da consolidação de um novo contrato ou pacto social sustentado pelos princípios do comprometimento da participação e da ação coletiva onde o sujeito seja reconhecido pela sua capacidade de agir sobre as situações da sua vida e os problemas que o afetam”⁹.

De modo a compreender esta realidade, partir-se-á para a análise da Ilha da Bela Vista, de maneira a perceber a reabilitação arquitetónica, que teve lugar entre os anos de 2013 a 2017. Neste sentido, estudar-se-á a história da habitação social no Porto, o estigma e a medida em que impacta os habitantes, já que este espaço comporta uma reforma na perceção social, após a reabilitação, atraindo as pessoas da cidade para o mesmo, promovendo a interação social entre os habitantes e a restante sociedade. Este caso de estudo revela um desfecho onde a arquitetura procurou a integração dos habitantes na sociedade, e do espaço da Ilha na malha urbana da cidade.

Seguidamente, foram analisados os espaços existentes do antes e depois da reabilitação, numa perspetiva de comparação. Após esta análise, foram feitas visitas ao caso de estudo, onde foram conduzidas entrevistas com os habitantes, de modo a aferir quais foram as mudanças que os mesmos sentiram na forma como são vistos pela sociedade. Em continuidade, pretendeu-se compreender e explicar diversos modos de ação sobre o problema do estigma social associado à precariedade da habitação, dando-lhes valor e explorando-os, contribuindo para o seu uso em outros casos de estudo, no futuro. Por consequência, compreender-se-á a reabilitação arquitetónica como uma ação cujo objetivo é reformular o espaço físico, mas que pode também levar a mudança total da imagem social de um lugar¹⁰.

⁸ GUERRA, Isabel- Intervenções face à exclusão social urbana, Cidades- Comunidades e Territórios n. °2. 2001, (p.16)

⁹ SANTOS, Clara- Habitação Social, Vulnerabilidade Social e Serviço Social: Um Ensaio sobre o Fracasso da Mudança Social nos Bairros Sociais, Revista Libertas Faculdade de Serviço Social Vol.15, n°1 2015, (p.3)

¹⁰ VILAÇA, Eduardo- O Estado da Habitação: Medidas sem Política num País Adiado, Cidades- Comunidades e Territórios. Lisboa. n. °3, 2001, pp.91

Parte I: A relação entre o estigma social e o espaço arquitetónico no contexto urbano

I.I. Análise da habitação social no Porto entre o século XIX e a atualidade

No século XIX, a habitação constituía uma das formas de marcação das distintas realidades que se viviam na cidade do Porto; por um lado observava-se a habitação da burguesia e da nobreza nas fachadas das ruas, como montras do poder económico destas classes, por outro lado, atrás das mesmas ou na periferia da cidade, observava-se a habitação da classe operária, precária e sem dignidade. A separação destas duas realidades integrantes na cidade do Porto recua até ao século XIV, onde foi erguida a “muralha fernandina” para proteção de invasão e fortificação do “Portucale Locus”¹¹. À priori, já teria sido construído, em Penaventosa, a “muralha sueva”.

Esta “dualidade cidade alta - cidade baixa mantém-se, e é a partir destes dois centros que a cidade se desenvolve”¹². Este marco deixaria traços na morfologia e no crescimento da cidade, os quais se repercutem até à atualidade. Estas duas realidades localizavam-se no ponto alto da cidade à beira da Sé, e no ponto baixo, à beira do rio, onde se dava grande parte da atividade mercantil do Porto.

¹¹ GROS, **Alojamento Social sob o Fascismo**, (pp.52)

¹² Ibidem.

A promoção de habitação social no Porto, entre o século XIX e a atualidade, é paralela às políticas de melhoria da salubridade e, por consequência, à dignificação da habitação, enquanto direito constitucional¹³, e do seu habitante, considerando a casa como um meio para a sociabilidade e a integração em sociedade. Se por um lado, no século XIX, a cidade do Porto se afirmava com a industrialização, por outro lado, este desenvolvimento escondia, “a leste e no interior dos quarteirões a população mais pobre e carenciada”¹⁴. Os sinais de pobreza que caracterizavam as habitações desde o início do século XIX podiam ser observados na cidade e os habitantes ansiavam por um modelo habitacional que “mitigasse os «sinais de pobreza»”¹⁵.

¹³ Constituição da República Portuguesa - CRP - Artigo 65.º

¹⁴ PINTO, Jorge Ricardo - **O Porto Oriental no final do século XIX – Um retrato social**. (p.94)

¹⁵ CORREIA, Vanda - **O homem como um ser em projecto: O espaço doméstico na obra de habitação social de Vítor Figueiredo, 1960-1982**. (p.108)

1.1.1. Revolução Industrial e a formação das Ilhas

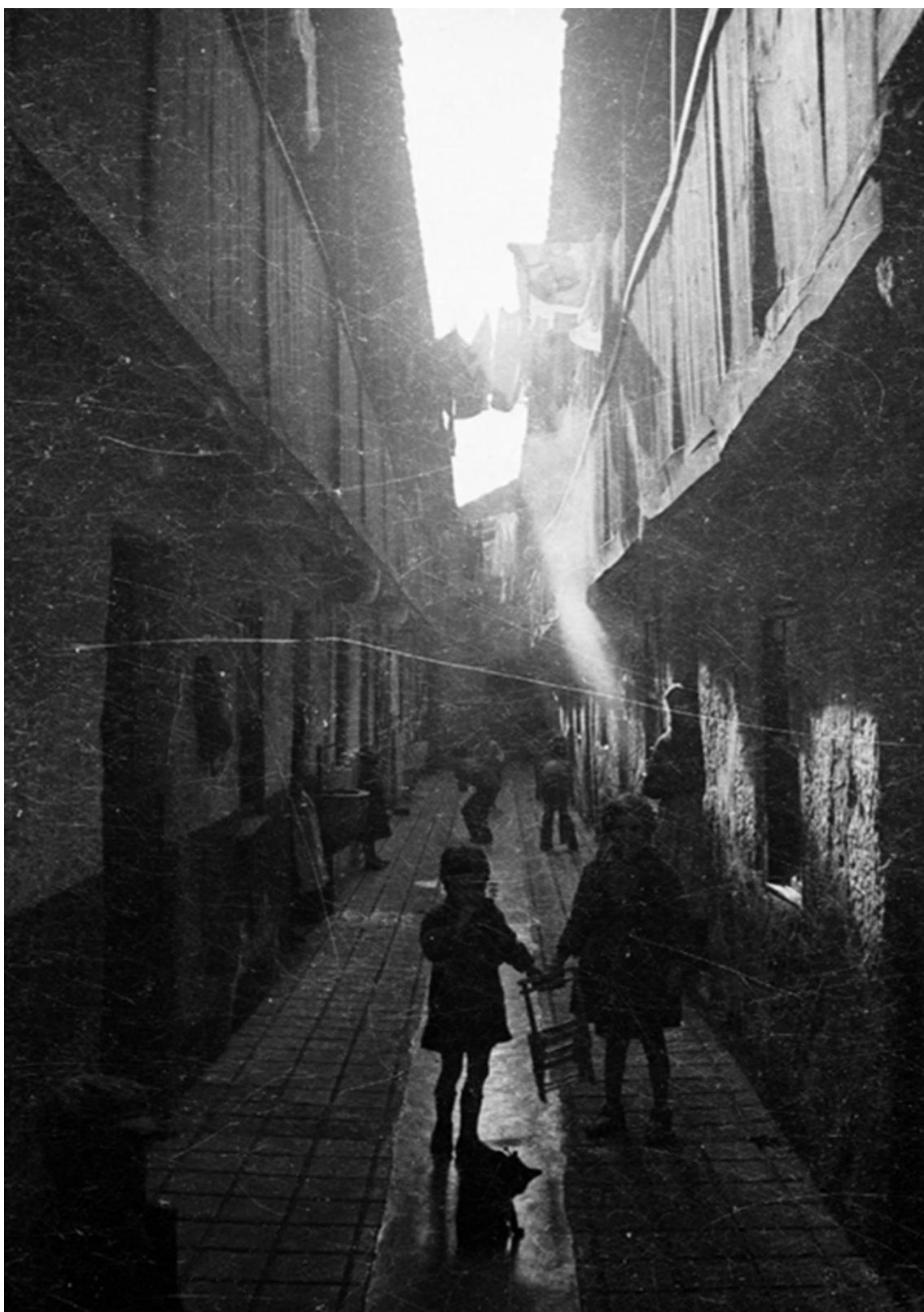
A questão da habitação social no Porto sofreu alterações constantes desde o início da Revolução Industrial, nomeadamente na sua morfologia, organização, conceito e localização. Antes do aparecimento do novo modelo habitacional denominado de “Ilha”, o Centro Histórico Portuense estava preenchido com uma outra tipologia apelidada de “Casas de Malta”¹⁶, além das casas tradicionais designadas de “colmeias humanas”¹⁷. Esta primeira tipologia, especificamente desenvolvida em altura, albergava, à data, dezenas de famílias num só piso, além disso, cada divisão da habitação era levada ao extremo da flexibilidade, pelo que um cómodo poderia ser tanto cozinha, como quarto ou até sala. “Uma parte deste núcleo central do Porto é antigo, e nele se destaca por imunda e pitoresca a casaria apinhada da Sé...[com] becos [cuja largura média] é de 1,5m a 2m com casas de 3 ou 4 andares.”¹⁸.

Tais condições levaram a insalubridade a aumentar, pelo que o contágio por doenças infecciosas era cada vez mais presente. Assim, na tentativa de escapar a um desfecho preocupante, a classe operária necessitava de uma alternativa. Nos interiores dos quarteirões deixados livres pela urbanização Almadina, começaram a surgir as ilhas; uma tipologia desenvolvida horizontalmente,

¹⁶ PEREIRA, Gaspar Martins- **As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX.** (p.485)

¹⁷ OLIVEIRA, J.M. Pereira de cit. In MATOS, Fátima de Loureiro - **Os bairros sociais no espaço urbano do Porto.** (p.678)

¹⁸ CÂNDIDO, Álvaro cit. In MATOS, Fátima de Loureiro - **Os bairros sociais no espaço urbano do Porto.** (p.678)



[Figura 1.] Porto : "Ilha" da Rua de São Vitor, n.º 179. (Câmara Municipal do Porto, 1941)

atrás das casas burguesas; no entanto, sendo uma alternativa à insalubridade das casas sobrelotadas do centro, as ilhas eram igualmente caracterizadas pela falta de condições higiénicas e espaciais¹⁹. Além destes dois tipos de habitação, o Porto comportava ainda Alojamento de cariz Rural, observados e estudados no *Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa*, localizados nas periferias de Campanhã, Ramalde, Aldoar, Nevogilde e Lordelo do Ouro. Verificava-se uma progressiva disseminação espacial do crescimento urbano, patente no maior dinamismo demográfico²⁰; assim, surgiram as Casernas Operárias, direcionadas a operários sem família, para alojamento durante a semana quanto trabalhavam na cidade; depois, no fim-de-semana, iam para a sua casa na periferia, localizadas em Valongo, Maia, Bouças e Gaia. Os bairros da Classe Média, com uma qualidade superior de habitação, confortáveis e cómodos, estavam localizados sobretudo na Boavista, Carreiros, Duque de Bragança, Alvares Cabral e Santa Catarina²¹; para além do Bairro Inglês ou Ocidental, onde residiam os emigrantes ingleses.

A sobrelotação das habitações do centro histórico dá-se no arranque do século XIX, ou seja, após a morte de Francisco de Almada e Mendonça (em 1804) e a estagnação da Junta de Obras Públicas²², quando o crescimento demográfico do Porto assinalou um grande crescimento populacional. Este deu-se devido à crise na agricultura de 1870 e à expansão dos transportes rodoviários e ferroviários²³ motivada pela industrialização associada ao capitalismo liberal²⁴, levando grande parte da população a digirir-se ao centros urbanos: “O Porto assume-se como um elemento unificador e central de um espaço alargado que nesta dimensão se prolonga, grosso modo, por todo o Noroeste e pelo interior para o Alto Douro.”²⁵. Esta centralização levou ao aumento exponencial do custo da habitação, derivado da especulação imobiliária, o que levou a classe operária a não conseguir corresponder aos elevados preços²⁶. Assim, surgia a necessidade de criar uma solução que respondesse à questão da habitação, dando possibilidade à classe

¹⁹ PINTO, Jorge Ricardo - *O Porto Oriental no final do século XIX – Um retrato social*. (p.122)

²⁰ MATOS, Fátima de Loureiro- *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto*. (p.680)

²¹ ANTAS, Álvaro Cândido Furtado cit. In MATOS, Fátima de Loureiro- *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto*. (p.680)

²² PINTO, Jorge Ricardo - *O Porto Oriental no final do século XIX – Um retrato social*. (p.98)

²³ MATOS, Fátima de Loureiro- *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto*. (p.677)

²⁴ VILAÇA, Eduardo- *O “Estado da Habitação”*. (p.83)

²⁵ PINTO, Jorge Ricardo - *O Porto Oriental no final do século XIX – Um retrato social*. (p.108)

²⁶ MATOS, Fátima de Loureiro- *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto*. (p.677)



[Figura 2.] Condições Desumanas do Corredor da “Ilha” do Porto. (Câmara Municipal do Porto, 1960)

operária de adquirir uma casa com condições dignas: “Cumpre ao Estado (...) unido e conjugando os esforços com os da iniciativa particular, procurar todos os meios, por todas as formas, suavizar a sorte dos que sofrem, a sorte das classes menos abastadas e chamá-las à vida da civilização e do progresso. E cumpre-lhe não só por dever moral (...) mas no próprio interesse da manifestação do equilíbrio das relações harmónicas que devem existir entre todas as forças vivas de um país.”²⁷. Com a convivência da Câmara, a iniciativa privada (pequenos proprietários, como artesãos e comerciantes) começou a construção de alojamento, com carácter especulativo e com a procura assegurada; surgiam as chamadas 'ilhas', um tipo de alojamento de baixas condições, e, portanto, financeiramente comportável para a classe operária. A primeira referência das existências das ilhas do Porto data de 10 de julho de 1844²⁸. No final do século XIX, esta tipologia concentrava já cerca de 58% da população da cidade.

Em 1851, deu-se um desenvolvimento acelerado na estrutura viária do país, através das novas estradas e linhas de caminho-de-ferro; assim, o número de fábricas aumentou de forma paralela com a população da cidade; 27.000 novos habitantes chegavam à cidade e fixavam-se no bairros periféricos nas freguesias de Bonfim e Campanhã, na zona oriental.

Com este crescimento, a burguesia abandonou de forma progressiva as áreas mais antigas do “interior” da cidade, indo morar para os novos bairros localizados na periferias das muralhas, no exterior do antigo núcleo urbano. Estas localizavam-se maioritariamente nas freguesias de Santo Ildefonso, Massarelos e Cedofeita, que em conjunto com a freguesia de Bonfim, constituem o primeiro anel de expansão da cidade. Contudo, as mudanças mais drásticas na urbanização da cidade aconteceram depois de 1851, modificando a sua estrutura espacial. Este dado surge como consequência da demanda para habitação, que não era possível ser colmatada apenas pela ocupação dos antigos bairros do centro, já que na década de 60 do século XIX estes já se encontravam sobrelotados.

Assim, a zona oriental da cidade começa a ser caracterizada por um carácter puramente industrial, que também se relaciona com as habitações. Por um lado, a demanda por habitação teve um aumento paralelo com o crescimento da indústria, que teve implicações claras na expansão da

²⁷ GROS cit. In Vilaça, Eduardo- **O “Estado da Habitação”**. (p.84)

²⁸ PINTO, Jorge Ricardo - **O Porto Oriental no final do século XIX – Um retrato social**. (p.127)



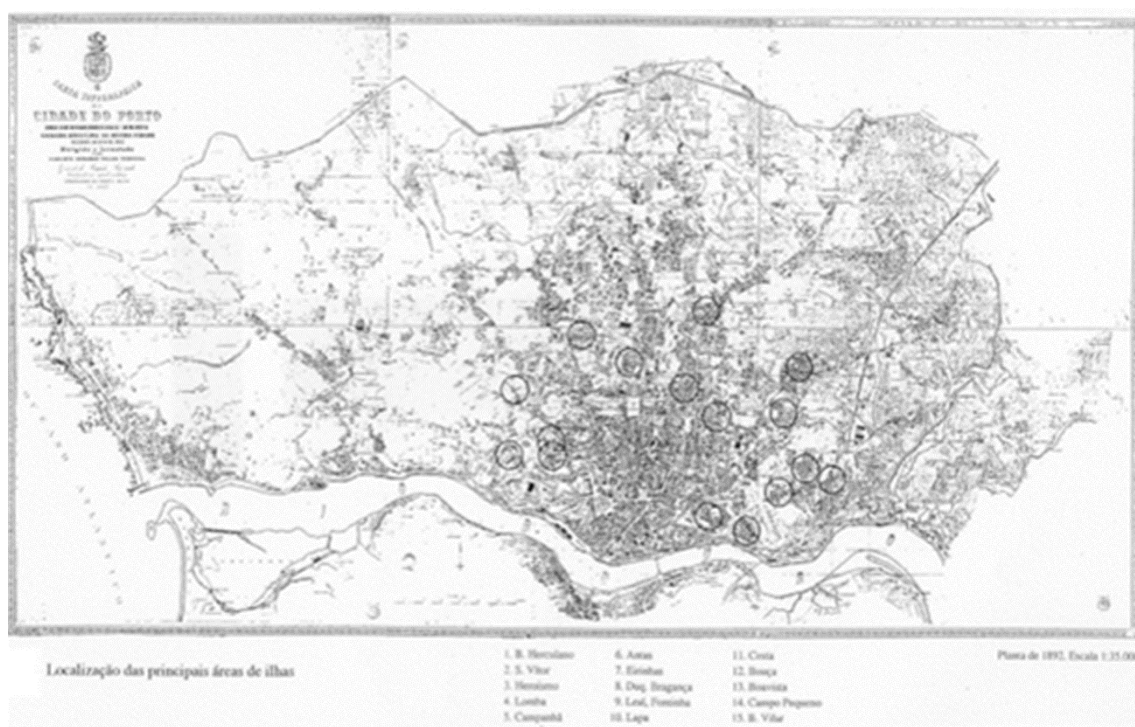
[Figura 3.] Medidas de Prevenção da Propagação da Peste Bubônica, através da fumigação das casas. (Reis, 1899)

cidade; por outro lado, o desenvolvimento tecnológico levou à criação de transportes, particularmente à construção de pontes sobre o rio Douro, que levaria a um aumento de trocas comerciais entre o Porto e o sul. A linha ferroviária que ligava Campanhã e Lisboa, fazia com que a zona de Bonfim-Campanhã fosse considerada uma área industrial muito importante. Além disso, a construção da Ponte D.Luís com dois níveis, reforçou a expansão para norte. Assim, os habitantes foram deixando a zona central da cidade para trocas mercantis, movendo-se para a periferia da cidade.

A estrutura da cidade consistia, por um lado, num núcleo habitacional de casas degradadas e sobreocupadas, que estavam ainda dentro das muralhas da cidade, onde habitavam as classes mais pobres; e, por outro lado, numa zona fora das muralhas, era caracterizada por uma planta radial, da urbanização Almadina que partia do núcleo antigo da cidade. Assim, a urbanização burguesa, durante o século XIX, assentou sobre as infraestruturas de transporte da Urbanização Almadina, que levaram a que a área adjacente aos antigos limites da cidade se torna-se o novo centro urbano. À medida que a urbanização burguesa se ia afastando do antigo centro da cidade, as habitações iam sendo ocupadas por classes mais baixas. Simultaneamente, a zona oriental do Porto, ocupada por Campanhã e Bonfim, detinha o maior número de ilhas construídas; sendo que quando os novos habitantes chegavam à cidade, não podiam viver nos bairros sobrelotados do centro, então dirigiam-se à periferia.

A partir de meados do século XIX, deu-se uma fase da urbanização burguesa que se distanciou totalmente da zona oriental do Porto, afastando-se das ilhas, devido a novos padrões de qualidade e de salubridade. Neste sentido, as ilhas podem ser classificadas, acima de tudo, como um tipo de habitação de emergência, que não obedece a padrões mínimos de habitabilidade, apenas uma utilização mais rentável do espaço²⁹. Ao contrário do que é possível ser observado noutras cidades europeias, onde a habitação da classe operária foi sendo melhorada com o tempo, à medida em que a economia da cidade melhorava, no Porto nunca houve uma mudança real de tipologia que aproximasse a classe operária da classe burguesa. Neste sentido, esta lógica de habitação, semelhante a alguns bairros londrinos, manteve-se até ao século XX sem qualquer tipo de intervenção.

²⁹ TEIXEIRA, Manuel. **Habitação popular na cidade oitocentista. As “Ilhas” do Porto.** (p.67)



[Figura 4.] Distribuição das Ilhas no Porto. (Teixeira, 2018)

Por oposto, as casas da burguesia estavam, no século XIX, a passar por uma mudança no seu desenho e na sua morfologia, pelo que é possível denotar dois períodos nas mesmas: Habitação no Período Iluminista e Habitação no Período Liberal. O Período Iluminista surgiu na sequência do Terramoto de 1755, onde a expansão portuense iria seguir o modelo similar utilizado na reconstrução de Lisboa, onde o parcelamento regular foi de extrema importância. Contudo, a burguesia portuense desdenhou o modelo de habitação apresentado em Lisboa, já que rejeitava a habitação plurifamiliar.

As habitações desse período mantinham princípios tipológicos mercantilistas, com acessos independentes, duas frentes, acesso vertical central e piso térreo para uso profissional, mantendo a conexão com a rua como um elemento fundamental. As casas variavam em largura e profundidade, sendo que o logradouro, muitas vezes, seguia a topografia do terreno.

Entre meados do século XIX e meados do século XX, o Porto continuou a ser, acima de tudo, uma cidade mercantil, servindo como ligação para matérias-primas das colónias e vinhos nacionais com os mercados do norte da Europa. Embora tenha havido projetos industriais consideráveis, o Porto não passou por uma verdadeira revolução industrial. As casas burguesas mantinham a lógica de implantação antiga, adjacentes à rua, estreitas e longas, com 6 metros de largura e 15 a 20 metros de profundidade. Os logradouros, organizados em patamares quando necessário devido à topografia, desempenhavam um papel essencial na caracterização das habitações³⁰.

As habitações que estavam na frente da Ilha da Bela Vista, o caso de estudo deste trabalho, obedecem, regra geral, ao modelo britânico, que demonstrava a mudança social que se começava a sentir na cidade. A ilha existente nas traseiras também apresentava as características habituais: “De uma forma geral, poderemos caracterizar as ilhas como filas (às vezes de 100 metros de comprimento) de pequenas casas de um só piso dispostas lado a lado (...)”³¹. Estas casas detinham, em média, cerca de 16m², por vezes apenas 9m², com uma porta e uma janela numa frente, regra geral, de 4 metros. As áreas de cada parte do programa de cada casa eram compreendidas entre 10m² para a sala (4m x 2,5 metros), a cozinha 3,75 m² (2,5m x 1,5 metros) e o quarto comportando uma área de 3,75 m² (2,5m x 1,5 metros), usualmente improvisado num

³⁰ GOMES, Mauro Ricardo Rodrigues. **A Casa Burguesa na Contemporaneidade: Um Projeto de Reabilitação na Foz do Douro.** (pp.85-93)

³¹ PINTO, Jorge Ricardo - **O Porto Oriental no final do século XIX – Um retrato social.** (p.119)



[Figura 5.] Casa Burguesa do Período Liberal, próxima do modelo britânico, faz a frente da Ilha da Bela Vista.
(Teixeira, 2018)

piso superior, acedido uma escada esguia; apesar destas tipologias compreenderem, apenas, uma altura entre 2 metros e 2,5 metros de altura, desprovidas de casa de banho privada (geralmente, existia nas ilhas, em média, uma casa de banho para cinco casas). A localização desta tipologia concentrava-se, de forma maioritária, na parte de trás das casas burguesas, conferindo assim a proximidade com a fábrica. A organização destas parcelas de terreno através da construção em fileiras permitia a maximização do espaço, assim, quando se pretendia expandir a ilha, se esta fosse construída em dois lotes, dava-se a construção de mais casas nas traseiras das pré-existent³². Este esquema de organização é similar ao das “Back-to-Back Houses”, quer na morfologia, quer nos seus promotores, e no intuito de construção, indiciando a Inglaterra como a “colonizadora” desta tipologia³³. As soluções construtivas caracterizavam-se pela má qualidade dos materiais, pelo que várias casas acabavam por ruir, devido à madeira usada no interior se degradar, por causa do clima húmido do Porto.

A propagação das ilhas acompanha a proliferação da industrialização pelas diferentes freguesias do Porto, pelo que estas poderiam ser encontradas nas maiores freguesias, perto das zonas industriais de Bonfim, Santo Ildefonso, Cedofeita, Massarelos e Lordelo. Contudo, nem tudo era mau nas ilhas, a sua escala na urbanização portuense, no início do século XIX, permitiu a construção de relações de vizinhança entre os operários que viriam a marcar a cultura popular do Porto até à atualidade. Por outro lado, a proximidade entre os habitantes e as degradantes condições habitacionais, como a falta de saneamento, canalização de água e recolha de lixo, constituem-se os principais motivos para a crescente propagação de doenças contagiosas.

Deste modo, os habitantes enfrentavam uma dupla exploração, nos baixos salários que recebiam e nas altas rendas que pagavam, apesar das pobres condições das habitações. No final do século XIX, à medida que a industrialização era cada vez mais presente, também a degradação e a insalubridade das condições habitacionais crescia. Até meados do século XIX, não houve qualquer política de alteração ou melhoria destes espaços habitacionais³⁴, ainda que mais de um terço da população portuense habitasse as ilhas³⁵. Só em 1930, após o pico da mortalidade de 1899, a

³² Ibidem.

³³ BERESFORD, M.W. cit. in TEIXEIRA, Manuel C. (1996) **Habitação Popular na Cidade Oitocentista**. (p.56)

³⁴ TEIXEIRA, Manuel C. (1996) **Habitação Popular na Cidade Oitocentista**. (p.69)

³⁵ PEREIRA, Gaspar Martins- **Casa e Família. As “ilhas” do Porto em finais do século XIX**. (p.163)

Greças indicando o desdobramento do cordão com as sedes do commando geral e dos batalhões de infantaria e cavallaria, postos agutres e sectores de cada um dos batalhões (estes em linha pontuada)



“epidemia da peste bubónica”³⁶, se tomaram medidas para a melhoria das suas condições de salubridade. Apesar de serem conhecidas algumas medidas para melhorar a salubridade das ilhas, datadas de 1868 e 1876, intituladas de Lei Orgânica e Código Administrativo, a sua prática é morosa.

Durante os anos 80 do século XIX, outras iniciativas que abordavam a necessidade urgente da construção de alojamento com condições mínimas de habitabilidade foram também exploradas, contudo chumbadas pelo Governo³⁷. No final do século XIX, o exército criou o Cordão Sanitário em Volta do Porto, que proibia atividades comerciais, através do bloqueio da entrada de navios, impossibilitando as feiras e mercados. Apesar disso, a ocupação das ilhas e dos edifícios sobrelotados no centro da cidade pelas classes sociais mais baixas continuou a crescer, chegando a existir 1.301 ilhas, com cerca de 14.676 casas, em 1929³⁸. A problemática sanitária foi assim o gatilho que iria dar origem à estigmatização da classe operária, tratando-a como inferior e, portanto, não digna de condições básicas de habitação.

³⁶ GROS, **Alojamento Social sob o Fascismo**, (p.99)

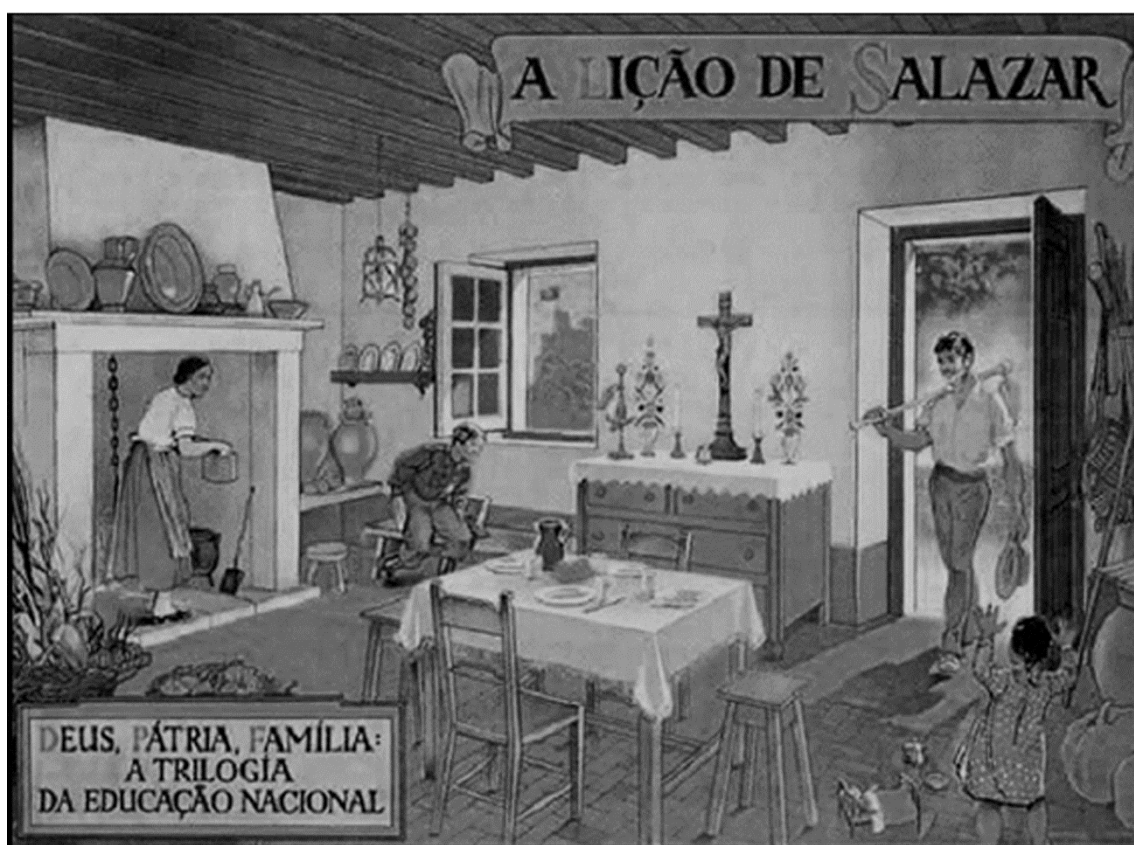
³⁷ MATOS, Fátima de Loureiro- **Os bairros sociais no espaço urbano do Porto**. (p.682)

³⁸ Idem. (p.685)

1.1.2. A questão da habitação social do Porto, do Estado Novo ao SAAL

Durante o Regime Fascista em Portugal, foram implementadas políticas habitacionais com o objetivo de melhorar as condições de vida das classes mais baixas, sendo criadas iniciativas como as Casas Económicas, concebendo categorias de habitação com base nos rendimentos dos habitantes, resultando numa hierarquização social dos complexos habitacionais. A seleção rigorosa dos beneficiários, que levava em conta critérios como comportamento moral, idade e salários da família, refletiu uma abordagem repressiva do Estado para controlar a população.

As tentativas de adaptação aos ideais modernos, inspiradas na Carta de Atenas, resultaram numa falta de homogeneidade na estrutura urbana, gerando uma descontinuidade na cidade e falta de interação social entre os habitantes dos novos complexos. Essas políticas, embora tenham aludido à melhoria das condições de vida, resultaram na segregação das classes mais baixas, afastando-



[Figura 7.] Lição de Salazar, expondo os ideais da habitação, segundo o Estado Novo. (Desconhecido)

-as do centro urbano e deslocando-as para áreas periféricas. A construção de novos bairros e casas económicas, apesar de diligenciada como solução para a habitação, não considerou a continuidade das relações sociais e de vizinhança presentes nas comunidades anteriores. A falta de integração dessas novas habitações na cidade levou à quebra da vida comunitária e à dificuldade na criação de laços sociais entre os moradores, culminando em problemas persistentes de isolamento e falta de apoio estrutural para essas comunidades.

O período pós-25 de Abril marcou uma mudança crucial para Portugal, com a transição do regime ditatorial para uma democracia e a procura por soluções aos problemas habitacionais maciços. O surgimento do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) representou uma rutura radical com os ideais de habitação do regime anterior, priorizando a participação das comunidades na transformação de seus próprios bairros. Esse programa, promovido pelo Fundo de Fomento da Habitação, introduziu princípios inovadores, como a descentralização da promoção habitacional e a autonomia na gestão dos projetos, procurando garantir o direito constitucional à habitação digna para todos os habitantes, opondo-se à ideia de um poder centralizado. No entanto, o SAAL enfrentou desafios significativos, incluindo a oposição entre diferentes partes envolvidas e a morosidade na implementação, o que resultou em atrasos e até mesmo na estagnação de alguns projetos. Apesar das críticas e limitações, o SAAL marcou uma transformação essencial na abordagem habitacional em Portugal, deixando um legado na tentativa de resolver as questões de habitação digna para a população, influenciando subseqüentes iniciativas habitacionais, como o Programa Especial de Realojamento (PER), que se focou no realojamento de famílias em condições precárias, desempenhando um papel fundamental na construção de habitações e na integração social.

Neste sentido, é possível compreender que o “problema é assim definido: encontrar uma solução em que se procure dar o máximo de condições de vida e de conforto dentro de um mínimo de despesas compatíveis com a bolsa do ocupante; e este máximo de condições de vida e de conforto encontra-se por conseguinte, desde o início, seriamente relativizado, em função da necessidade de reduzir ao máximo todas as despesas sem causar prejuízo ao essencial. Esta fase corresponde, por conseguinte, ao que podemos no seio da definição da casa económica – considerar como a casa mínima... Consideramos a casa como o abrigo e lar da família e, por conseguinte, cada sala,

cada elemento tem, nela, uma função absolutamente definida. (...) Um ponto comum a todas elas é a necessidade do bom ar, luz abundante e suficiente isolamento. Isolamento das pessoas tanto quanto possível em relações às variações de temperatura, de humidade e, se possível, até de ruído... (...) Na sua expressão mais simples, reduziremos a casa a uma sala para dormir e repousar e uma outra para cozinhar e comer com os anexos necessários podendo mesmo reduzir-se o todo a um único compartimento como o apresentam soluções conhecidas. Para mim, esta solução não corresponderá jamais ao necessário.”³⁹.

³⁹ CASTRO, F. J. de (2001) Bairros Económicos sob a conferência sobre os Bairros Económicos de 1934-1935, Lisboa, cit in. COSTA, J. da - **Bairros Económicos do Estado Novo**.

1.1.2.1. Os bairros sociais durante o Regime Fascista

Entre 1901 e 1904, é criado o Regulamento Geral de Saúde e é decretado o Regulamento de Salubridade das Edificações, sucedidos pelos trabalhos de construção da rede de esgotos e canalização de água; sofrendo um crescimento exponencial desde 1925, onde apenas 25 prédios tinham acesso a estas condições e, em 1933, onde já 2.178 prédios eram dotados das mesmas⁴⁰. Numa primeira tentativa prévia de melhorar as condições habitacionais dos operários, é realizada uma iniciativa pelo jornal *O Comércio do Porto*, em 1899, através de subscrição pública, para a construção de complexos operários, resultando em três bairros: Monte Pedral (26 moradias), Lordelo (29 casas térreas) e Bonfim (40 moradias). Paralelamente, a Câmara Municipal contribuiu para a construção de quatro colónias: Colónia Antero de Quental (28 casas construídas entre 1914-17); Colónia Estevão Vasconcelos (90 casas construídas entre 1914-17); Colónia Dr. Manuel Laranjeira (130 casas construídas ente 1916-17); Colónia Dr. Viterbo Campos (64 casas construídas entre 1916-17).

Portugal encontrava-se num “baixo nível de desenvolvimento”: a maioria da população ainda vive da agricultura, representando 64,7% do produto nacional, e a produção industrial ocupa só

⁴⁰ ANTAS, Azeredo; MONTERROSO, Manuel. **A Salubridade Habitacional no Porto (1929-1933)** (p.12)

35,7%, apenas crescendo 6% e 7%, entre 1907 e 1917⁴¹. O atraso do progresso em Portugal, leva a que as técnicas de produção sejam lentas e ineficazes, levando a uma produção constantemente baixa; assim, estava dependente de outros países, principalmente da Inglaterra, para a importação de produtos.

Em 1926, com a imposição do regime fascista, a questão da habitação para as classes insolventes é reconsiderada e alvo de pensamento por parte do Governo e das respetivas Câmaras Municipais. Neste sentido, em 1933, com o Decreto-Lei n.º 23 052, o Estado promove um programa intitulado de Casas Económicas, com o objetivo de solucionar as condições habitacionais das classes mais baixas, em colaboração não só com as Câmaras Municipais, mas também com os corpos administrativos e organismos corporativos. Para tal, deu-se a criação de serviços de construção no Ministério das Obras Públicas e a Repartição de Casas Económicas no Instituto Nacional do Trabalho e Previdência; no entanto, o papel do Estado resumia-se à fácil concessão e aquisição de terrenos, atribuir isenção de impostos e dar acesso a empréstimos com baixas taxas de juro, amortizáveis a longo prazo⁴².

Nesta altura, as condições habitacionais da cidade do Porto foram reportadas em diversos relatórios; entre estes dá-se relevância ao relatório de Manuel Monterroso e Azevedo Antas, formulado entre 1929 e 1933, que salientava as condições degradantes das ilhas: entre 7.789 habitações visitadas, 2.317 não recebiam luz solar, e apenas 42 possuíam esgotos. Estas estatísticas apontavam para a necessidade de construção de 16.000 habitações, no centro portuense, contribuindo para a centralização da classe operária⁴³. Também a Câmara Municipal do Porto manifestava agora a intenção de resolver a questão da habitação; em 1939 produz outro relatório que se mostrava imperativo na caracterização desta problemática, concluindo que existiam 1.153 ilhas, perfazendo 13.594 casas e 45.243 habitantes. Efetivamente, as ilhas construídas iam acompanhando a evolução industrial do Porto, implantando-se numa segunda coroa à volta do centro histórico portuense, onde a sobrelotação das casas antigas continuava.

Assim, o programa das Casas Económicas instalou-se sobretudo na periferia da cidade, perto das fábricas, onde a crescente industrialização centro-nascente era cada vez mais notória e os terrenos

⁴¹ GROS, **Alojamento Social sob o Fascismo**, (p.33)

⁴² MATOS, Fátima de Loureiro- **Os bairros sociais no espaço urbano do Porto**. (p.685)

⁴³ TEIXEIRA, Manuel C. **As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940**. (p.74)

eram mais baratos. A área industrial do Porto, onde se implantava este novo modelo de habitação, era bem servida a nível de transportes públicos, o que permitia a expansão contínua desta zona. A construção dos bairros, ao contrário das recomendações dos relatórios anteriormente mencionados, é feita nas freguesias circundantes ao centro, levando a uma segregação social através do zonamento da cidade. Se por um lado, o Estado visionava um programa da melhoria das condições habitacionais das classes mais baixas, por outro lado, as consequências a nível social e urbanístico da cidade tornaram o Porto num “centro essencialmente terciário”⁴⁴. Assim, foi retirada a atenção da questão da habitação, deixando os terrenos com a menor especulação imobiliária para as classes mais baixas, afastando-as do centro da cidade⁴⁵.

Nas duas décadas que se seguiram, o Estado Novo adotou novas políticas em relação à habitação:

1. “O habitat social teria de ser necessariamente a moradia individual, como forma de conservação da ordem social e moral, como aliás, podia ler-se no artigo 14º da Constituição de 1933: «Em ordem à defesa da família pertence ao Estado e autarquias locais: favorecer a constituição de lares independentes e em condições de salubridade[...]», ou ainda no artigo 4º do Decreto n.º 16 005, de 22-10-1928: «Os Bairros ou grupos de casas económicas serão por via de regra constituídos por casas isoladas para uma família[...]», baseando-se no modelo britânico da «cidade-jardim»”.
2. A defesa da instituição familiar aliada a uma ótica natalista, indissociável da ideologia do Estado.
3. A existência de diferentes categorias de casas económicas que permita uma hierarquização social bem marcada na estrutura urbana. No caso do Porto, pode-se exemplificar esta hierarquia relativamente aos Bairros Gomes da Costa e Costa Cabral, localizados em áreas socialmente privilegiadas; por outro lado, respetivamente nas áreas de Paranhos e das Antas, os Bairros da Azenha e do Ilhéu, situados em áreas da cidade que eram nesta altura socialmente mais pobres, o que se reflete nas características construtivas dos respetivos bairros.”⁴⁶.

⁴⁴ GROS, **Alojamento Social sob o Fascismo**, (p. 205)

⁴⁵ MAÇAIRA, Carlos. **Processo SAAL - O contributo para a conceção arquitetónica da habitação social**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho. (p.43)

⁴⁶ MATOS, Fátima de Loureiro- **Os bairros sociais no espaço urbano do Porto**. (pp.686-687)



[Figura 8.] Bairro de Casas Económicas Duarte Pacheco, Braga. (Arquiteto Joaquim Madureira para a DGEMN, 1935 -1939). SIPA/DGEMN. (Pereira & Silva, 2018)

As Casas Económicas construídas segundo estes princípios foram atribuídas em função dos rendimentos dos seus futuros habitantes, correspondendo a categorias compreendidas entre A e D, com menor e maior custo-limite, respetivamente; as rendas chegavam a ser quatro vezes mais altas para o habitante da casa de categoria D, face ao habitante da categoria A. Neste sentido, o jornal Comércio do Porto referia-se aos bairros como espaços que “não foram feitos para abrigar operários indigentes: foram construídos para recolher os mais hábeis, mais assíduos e mais morigerados operários, antes como prémio dos seus méritos do que como auxílio às suas condições de existência.”⁴⁷.

Deste modo, é possível afirmar que “se bem que represente uma constante, a vontade de reforçar a instituição de família não é o único objetivo da habitação concebida como uma arma política. Ela insere-se numa perspetiva mais vasta de repressão social, tanto a nível de seleção dos beneficiários, como no controlo social exercido através do «habitat»”⁴⁸. Neste sentido, uma das formas de repressão mais visível encontra-se no processo de seleção, onde o Estado compilou uma lista de beneficiários destes complexos habitacionais, que se organizava pela seguinte ordem:

1. Regularidade de emprego, onde os desempregados estão automaticamente eliminados;
2. Comportamento moral e profissional, onde mães solteiras seriam eliminadas, sendo julgadas não serem dignas de beneficiar de casa económica;
3. Idade;
4. Composição familiar;
5. Salários da família⁴⁹.

Naturalmente, que em caso de falha de pagamento da renda, a família seria despejada da habitação, contrariando a ideia de que esta política de “construção de casas económicas destinadas às famílias menos afortunadas, constituía um dos principais objetivos da política social do Estado Novo Português”⁵⁰. Ainda assim, existia outra forma maior de punição, “a chamada

⁴⁷ TEIXEIRA, Manuel C. **As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940**. (p.72)

⁴⁸ GROS, **Alojamento Social sob o Fascismo**, (p. 122)

⁴⁹ Idem. (p. 124)

⁵⁰ **Casas Económicas**, Edição do Secretariado Nacional da Propaganda, 1943 cit.in FRAGUITO, Joana Guadalupe. **POLÍTICAS DE HABITAÇÃO: IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE HABITAÇÃO NA CIDADE DO PORTO**. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.



[Figura 9.] Bairro de Casas Económicas de Benfica ou de Santa Cruz, em construção, Lisboa, 1956 (Arquitetos Keil do Amaral e João Vaz Martins para a DGEMN, 1943–1958). SIPA/DGEMN. (Pereira & Silva, 2018)

«transferência de bairro» em consequência de «processo disciplinar», que consistia em transferir alguns moradores culpados de faltas graves ou reincidentes para outro bairro.”⁵¹.

Assim, é possível concluir que “a política das casas económicas lançadas em 1933 era (...) uma política diretamente repressiva pelo próprio habitat social que compunha. Contudo, devido à insuficiência destas medidas, a política do Estado Novo transformou-se num eixo central para muitas outras políticas que iriam derivar desta medida, onde os resultados práticos seriam sempre insuficientes, classificando a política do Governo português por um «laissez-faire»”⁵².

Entre a década de 40 e meados da década de 50, a Câmara Municipal do Porto tinha construído 1.094 habitações coletivas, requalificando 285 casas das ilhas e demolido 360, muito aquém das necessidades existentes de habitação unifamiliar. Neste sentido, o objetivo da melhoria das habitações, baseado nos relatórios anteriormente referidos, partia da parcial demolição das ilhas, (uma em cada duas casas), permitindo o “aumento das áreas úteis das casas que não foram demolidas.”⁵³. No decorrer da demolição das ilhas, foi aprovado o Plano Regulador, por Antão de Almeida Garret, onde este aferia que o zonamento da cidade não tinha repercussões apenas na habitação, também na segregação social que viria a classificar as diversas áreas habitacionais como desiguais e díspares nas suas características. Neste sentido, em 1956 surge o primeiro grande plano para a demolição de ilhas, intitulado de Plano de Melhoramentos, definido pelo Decreto-Lei nº40 616, de 28 de Maio, sucedendo ao Plano de Salubridade das Ilhas do Porto, datado do mesmo ano. As ilhas seriam demolidas e substituídas por alojamentos mais dignos, objetivo que foi cumprido, levando à reestruturação do espaço urbano da cidade, no centro e nas periferias, substituindo o modelo de rua e ilha pelo modelo de bairro social. Neste sentido, na primeira página do Plano de Melhoramentos, afirma-se: “O casebre é um crime contra a nação.”⁵⁴,

⁵¹ URVOY, Philippe. **Informalidade urbana e “espaços de exceção”: as políticas socio espaciais da Ditadura portuguesa.** (p.75)

⁵² Expressão francesa para identificar um modelo político e económico de não-intervenção estatal, pelo Governo que não atua sob as condições degradantes do seu país. Proveniente de uma discussão entre Baptiste Colbert, administrador da finanças do reinado de D.Luís XIV, que perguntou aos operários qual a melhor estratégia para melhorar as condições financeiras da classe operária, tendo recebido como resposta “laissez-nous faire”, traduzido para “deixe connosco”(tradução por Francisca Machado). Marielle Gros usa esta expressão para exprimir a falta de interesse do governo na questão da habitação, deixando as Câmaras Municipais encarregues de resolver a mesma.

⁵³ ORO, Aitor Varea- **Nem perpetuar nem erradicar: uma proposta de transição para as ilhas do Porto.** (p.8)

⁵⁴ **Plano de Melhoramentos 1956-1966.** (p. 1)



[Figura 10.] Integrantes do 1º Congresso Nacional de Arquitetura. (Desconhecido)

explicando que a “habitabilidade defeituosa e de promiscuidade social” é “conducente ao rebaixamento moral da família e da sociedade.”⁵⁵. Assim, deu-se a demolição de 4.000 habitações nas ilhas, deslocando-se 24.700 habitantes para 13 novos bairros construídos nas periferias, sob a forma de 6.072 habitações. Estes novos bairros construídos nas periferias da cidade, no entanto, renegavam a “centralidade ou o que tem de positivo a sua vida comunitária.”⁵⁶.

Estes bairros representavam, no entanto, uma mudança tipológica importante, da habitação unifamiliar geminada para a habitação coletiva. Esta alteração resulta do 1º Congresso Nacional de Arquitetura, realizado em 1948, durante o qual se criticou a política da habitação do Estado e as suas falhas. Abundam as referências à Carta de Atenas e a Corbusier, ao funcionalismo, à máquina de habitar, às soluções modernas que se consideravam mais rentáveis e melhor adaptadas à problemática em causa. Na resposta do Estado, a Carta de Atenas foi adaptada aos ideais vigentes, que se baseavam no desdém pela habitação em altura tanto em zonas urbanizadas e intersticiais da malha urbana, como em áreas não urbanizadas⁵⁷, já que se admitia que a redução dos espaços comuns, em detrimento da construção vertical, promovia um decréscimo nos conflitos ou más relações entre os habitantes dos bairros⁵⁸. Assim, esta é uma nova resposta face à questão da habitação, onde as novas zonas residenciais e vias de acessos seriam desenhadas segundo as regras da Carta de Atenas, levando em consideração a separação das atividades humanas em quatro fatores indispensáveis: Habitação, Trabalho, Recreação e Circulação⁵⁹.

A partir de meados da década de 50 e durante a de 60, o financiamento do Estado através das receitas orçamentais cessou, passando a ser retirado dos recursos de fundo do desemprego, o que significa que, no final das contas, que o financiamento da habitação seria retirado dos salários dos próprios trabalhadores. O Plano Diretor de Robert Azuella, em 1962, caracteriza-se pelas suas soluções imediatas, práticas, e acima de tudo, económicas⁶⁰.

⁵⁵ Idem. (pp. 7-8)

⁵⁶ COSTA, Alexandre Alves. **“A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano. Algumas Considerações sobre um Título Enigmático”**. (p.33)

⁵⁷ GROS, **Alojamento Social sob o Fascismo**, (p. 130)

⁵⁸ QUELHAS, Marcus Amadeus Vêrité dos Santos- **Circunstância, Desenho e Apropriação. O caso do Aleixo**.

Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado. (p.20)

⁵⁹ Carta de Atenas, CIAM, 1933.

⁶⁰ GROS, **Alojamento Social sob o Fascismo**, (p. 205)



[Figura 11.] Bairro de Casas Desmontáveis da Quinta da Calçada, em construção, Lisboa, 1939 (CML, 1938 - 1939). CML. (Pereira & Silva, 2018)

Assim, o crescente aumento da população, ao longo das décadas seguintes, leva a construção de mais complexos de habitação, como casas isoladas, bairros económicos e bairros-jardins levando, por consequência, à expansão da cidade. Por outro lado, a implantação dos bairros e das casas económicas, na tentativa de respeitar diversos pontos da Carta de Atenas, levou uma heterogeneidade excessiva da forma de implantação, em confronto com a cidade, que em última instância afetava a organização do bairro. A falta de homogeneidade na implantação destes complexos levou à descontinuidade e rutura da cidade. Deste modo, além da falta de sociabilidade dentro do complexo habitacional, a sua imagem arquitetónica era de tal forma diferente das habitações circundantes que levou à quebra da comunicação destes espaços com o exterior⁶¹, o que contraria a ideia de cidade enquanto espaço onde se “justapõem e combinam os diversos aspetos da atividade social que se desenvolvem em lugares e em contextos de interações diferentes”⁶². A interação das pessoas nos espaços vem desde o interior da habitação até ao seu exterior. Neste seguimento, o espaço público do bairro era desenhado com o espaço sobrance das edificações, desqualificação que levou à falta de apropriação, à falha da criação de relações entre vizinhos e, em última instância, à degradação destes espaços, devido aos custos elevados de manutenção.

Nas ilhas, a informalidade da “rua” de acesso às habitações permitia que esta constitui-se uma extensão do espaço privado e, por consequência, um lugar de apropriação e incremento de relações sociais com a vizinhança; pelo contrário, o espaço social desqualificado dos bairros económicos privava a construção destas relações, uma vez que estes “não usam o plano de unidade para estabelecer as suas relações.”⁶³, e que o Estado “não estava interessado em fazer, mas apenas em mostrar que queria fazer”⁶⁴.

Para além disso, o afastamento do meio social original causava uma quebra nas relações sociais e de vizinhança que predominavam nas ilhas; uma vez que a relocação dos habitantes para os bairros sociais nas periferias da cidade não tinha em consideração as relações de vizinhança anteriores. Compreende-se, assim, que além da rutura de relações sociais, e da rutura da relação

⁶¹ MAÇAIRA, Carlos. **Processo SAAL - O contributo para a conceção arquitetónica da habitação social**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho. (pp.43-47)

⁶² GRAFMEYER, Yves; AUTHIER, Jean-Yves **Sociologie Urbaine**. (p.21)

⁶³ PORTAS, Nuno - **Habitação Social- Proposta para a metodologia da sua arquitetura**. (p.110)

⁶⁴ PORTAS, Nuno. **Os Tempos das Formas. A cidade feita e refeita**. vol. I (p.270)

de proximidade com o trabalho, a migração da classes operária do centro do Porto para a sua periferia, levaria também à rutura da possibilidade da construção de uma vida social que extrapola as horas de trabalho, levando mesmo à impossibilidade de criar e educar crianças devidamente, devido à falta de estruturas de apoio.

Mais tarde, em 1973, o Jornal Expresso viria a fazer referência às “novas ilhas”⁶⁵, classificando a exclusão social dos habitantes que viviam nos bairros sociais, devido à produção em massa destas habitações em terrenos afastados da cidade, para onde os habitantes eram “arrumados”⁶⁶. “Habitantes das ilhas passaram a viver nesses bairros onde uma fachada por vezes airosa esconde dramas e misérias sem contas. Um teto pode não ser uma casa. Uma pessoa alojada num desses bairros pode sentir-se mais marginalizada do que nunca.”⁶⁷. O Plano de Melhoramentos previa a construção de espaços sociais, culturais e de lazer, mas apenas em três equipamentos previstos foram realizados. Desta forma, as classes trabalhadoras foram, durante o período fascista, submetidas a uma estratégia integracionista através da habitação, mas – para a grande maioria – este foi, na verdade, um período de repressão constante provocada pela ausência de uma política habitacional.”⁶⁸.

⁶⁵ GROS, **Alojamento Social sob o Fascismo**, (p.211)

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ JORNAL EXPRESSO. “NOVAS ILHAS NO PORTO?” cit in. GROS, **Alojamento Social sob o Fascismo**, (p.211)

⁶⁸ GROS, **Alojamento Social sob o Fascismo**, (p.148)

1.1.2.2. Do 25 de Abril até ao século XXI

Após quatro décadas de Fascismo, Portugal viria a conquistar a sua liberdade, abolindo o regime ditatorial, substituindo-o pela implantação de um regime democrático. Nos meses seguintes, rapidamente se procurou tomar medidas para solucionar os problemas da habitação, já que a “carência era enorme e cifrava-se em 600 mil fogos, com tendência para um vertiginoso agravamento. (...) Cerca de 25 por cento da população do território continental estava alojada em habitações sem qualquer espécie de segurança, conforto, salubridade e privacidade, ou seja, em edifícios degradados, em espaços sobrelotados, em «ilhas», em barracas, enfim, em casas sem condições de habitabilidade.”⁶⁹.

Com a tomada de posse do Primeiro Governo Provisório, a 15 de Maio de 1974, seria divulgado o Programa de Ações Prioritárias a considerar pelos “Serviços do Fundo de Fomento da Habitação”, que daria origem ao SAAL dois meses depois.

⁶⁹ BANDEIRINHA, J. A., “Anos sessenta. Verdades e consequências...”, *Jornal Arquitectos* n.º 226, (p. 24)



[Figura 12.] Plenário de comissões de moradores e de brigadas SAAL, Palácio de Cristal, 1975. (Desconhecido)

No despacho de 6 de Agosto de 1974, lia-se: “está o Fundo de Fomento da Habitação a organizar um corpo técnico especializado, designado por «Serviço de Apoio Ambulatório Local» (SAAL), para apoiar, através das Câmaras Municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários. (...) Partindo estas iniciativas dos moradores - que para a sua gestão se organizam em associações ou cooperativas- as câmaras municipais deverão ter fundamentalmente um papel de controle urbanístico da localização e cedência de solo e de interlocutores diretos da organização dos interessados, designadamente na arbitragem das prioridades em face dos recursos disponíveis - aliás sempre insuficientes - e na garantia dos empréstimos previstos na legislação.”⁷⁰.

Portanto, o processo não partiu de uma ideia de prefiguração da cidade baseada num conceito abstrato de “formas de vidas socialistas”, elaboradas como “contraplano exterior à consciência dos moradores”⁷¹, mas sim como um projeto de comunidade, jogando com o “terreno do urbanismo e da arquitetura, simultaneamente com o passado e com o futuro, com a condição moderna e pós-moderna.”⁷². Com isto, o SAAL viria a ser um projeto colaborativo que iria romper com todos os ideais de habitação do regime fascista⁷³. Assim, rejeitando a opção de um poder centralizado e totalista, optou-se pela descentralização do poder administrativo, colocando as Câmaras Municipais a organizar as operações, usando todos os meios e recursos de todas as classes como forma de progresso, no “processo dinâmico de luta e organização” para que o desenrolar do processo “criasse as suas imagens, e construísse a sua teoria”⁷⁴.

Neste sentido, é possível identificar uma ideologia muito diferente daquela que regia a promoção social da habitação durante o Estado Novo, expressa em seis pontos no despacho fundador: “o princípio da organização social da procura”, o “princípio da preferência pela manutenção das localizações”, o “princípio da autonomia na gestão do projeto e da obra”, o “princípio da incorporação de recursos próprios”, o “princípio da descentralização da promoção habitacional”

⁷⁰ Diário do Governo N.º 182-1ª Série de 6 de Agosto de 1974

⁷¹ FERNANDES, Eduardo. **A Escolha do Porto: contributos para a actualização de uma ideia de Escola**. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho (p.431)

⁷² GOMES, P.V. **Arquitetura, os últimos vinte e cinco anos**. in PEREIRA P. História da Arte Portuguesa. (p.565)

⁷³ PORTAS, Nuno. **Os Tempos das Formas** vol. I (p. 270)

⁷⁴ COSTA, Alexandre Alves. **Intervenção participada na cidade**. in **A Experiência do Porto** (p.21)



[Figura 13.] Processo SAAL, iniciativa governamental em comunicação com os habitantes. (Dias, 2007)

e o “princípio da iniciativa experimental”⁷⁵. Com este seis pontos procurava-se assegurar o Direito Constitucional da habitação digna a todos o habitantes, sem exclusões ou preconceitos. Sonhava-se com “uma cidade planeada a partir da habitação operária”⁷⁶, desdenhando o ideal do projeto-tipo que era replicado por todo o país, sendo que a arquitetura devia comunicar com o lugar e com o habitante, contemplando as suas especificidades.

"O SAAL representa tudo sobre produção arquitetónica se processou em Portugal nessa margem de tempo que se seguiu ao 25 de Abril"⁷⁷

No Porto, a necessidade emergente de responder à falta de condições de habitação levou à falta de uma estratégia global, pelo que diversas opções foram tomadas, o que não impede que se reconheça uma uniformidade dentro das opções escolhidas, já que todas soluções pretendiam responder às mesmas problemáticas: “preferência pelos tipos existentes nas próprias áreas de intervenção e pelas casas tradicionais, edificação baixa (casas geminadas e/ou duplex, blocos com um máximo de três pisos), em contacto direto com a rua.”⁷⁸.

Neste sentido, a partir da estrutura urbana da cidade, que “é caracterizada pela «dicotómica versatilidade do quarteirão» e pela especificidade dos núcleos de habitação operária, as chamadas «ilhas» viriam a ser estudadas pelos arquitetos – a «ilha proletária», como o designavam Álvaro Siza e Alexandre Alves Costa, acabando assim por se tornar «tema de projeto».”⁷⁹. Portanto, a ilha, considerada parte simbólica, cultural e histórica da cidade, viria a ser redesenhada e repensada pelos arquitetos responsáveis do SAAL, enquanto parte da estrutura urbana da cidade e da sua identidade, sob a “sagrada manutenção dos modelos vivenciais urbanos”⁸⁰. Aqui, o “seu valor simbólico é invocado e o seu desenvolvimento tipológico é retomado: uma estrutura em banda

⁷⁵ BANDEIRINHA, José António. **O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974**. (pp.121-122)

⁷⁶ Idem. (p.129)

⁷⁷ BANDEIRINHA, José. **O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974**. Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento.

⁷⁸ GOMES, P.V. **“Arquitetura, os últimos vinte e cinco anos”** (p.562)

⁷⁹ FERNANDES, Eduardo. **A Escolha do Porto: contributos para a actualização de uma ideia de Escola**. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho (pp.433-434)

⁸⁰ BANDEIRINHA, José António. **O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974**. (p.115)



[Figura 14.] Levantamento Fotográfico e análise do terreno para o bairro de S. Vitor. (Centro de Documentação 25 de Abril.) (CD25A, 1974)

onde se sucedem (em desenvolvimento linear, com agregação por encosto simples) fogos de frente estreita com repetição rítmica dos elementos de fenestração; a possibilidade de organizar a banda com duas frentes, em vez da frente única (típica casa de “ilha”), permite a duplicação da profundidade do fogo em relação ao modelo original.”⁸¹.

Por outro lado, através "do direito jurídico à superfície, pode-se prever a permanência de determinadas comunidades nos locais ocupados, respeitando as suas demandas de proximidade com o que a cidade oferece, aproveitando também o espaço social já construído. Implicitamente, previa-se também que esta forma jurídica de concessão de terrenos poderia encorajar o investimento dos habitantes na sua própria casa e fomentar a participação comunitária. «Através da utilização de equipamentos de sociabilidade e do estreitamento de laços tanto no bairro como na cidade» , e o aumento da sensação de segurança⁸².

Manter a habitação no mesmo lugar pressupõe acabar com o ideal de “encostar” as classes operárias às periferias da cidades, acabando com a segregação social e a dispersão de comunidades, respeitando as relações dos habitantes com o lugar, com outros habitantes e com a sua vida social ligada com outros serviços da área de residência. Neste sentido, a arquitetura alia-se ao espaço social vivido e à memória do habitante, dando significado ao lugar; este processo, para além de ideológico, assume uma característica prática no mesmo local e detém um cariz emocional em cada interveniente.

“A teoria por trás deste tipo de arquitetura alimenta-se das condições dos locais, da disponibilidade financeira e das técnicas aplicadas; centra-se também no desenho de pormenor, na interação com existente e na interpretação das necessidades específicas. A elaboração dos programas é feita sem nunca esquecer as qualidades espaciais necessárias.”⁸³.

O Processo SAAL levou assim à comunicação entre as duas partes do projeto - o arquiteto, que o desenha, e o habitante que nele viverá – levando, por vezes, ao confronto entre estas, sendo este confronto acentuado pela introdução do modelo de “Ilha Proletária” em alternativa aos modelos

⁸¹ FERNANDES, Eduardo. **A Escolha do Porto: contributos para a actualização de uma ideia de Escola**. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho (p.456)

⁸² DIAS, Tiago Lopes. **A precedent of SAAL: the National Laboratory for Civil Engineering’s housing research program in the 1960’s** cit in.74-14 SAAL AND ARCHITECTURE. (p.90)

⁸³ CANNATÀ, Michele. **SAAL: fragments of accomplished utopia. From the invisible city to the city for everyone**. cit in.74-14 SAAL AND ARCHITECTURE. (p.199)



[Figura.15] Bairro das FONSECAS e CALÇADA, Raul Hestnes Ferreira, 1977. (TRIENAL DE ARQUITETURA, 2018)

já pré-existentes na cidade. Este novo modelo habitacional viria a “apresentar «uma forma de linguagem com o recurso mínimo ao artifício da imagem», aberta a «fatores novos que influenciarão de forma decisiva a imagem de cada casa, repondo a verdade da cor, do enfeite, do detalhe»(...) assim, o bairro não resulta em «arquitetura de revista».”⁸⁴.

Assim, o "Programa SAAL apresentou um dilema profissional muito antigo aos arquitetos: o confronto entre a «vontade de aprender com as pessoas» e a «necessidade de ensinar as pessoas». Tentando evitar qualquer uma destas posições, que considerava simplistas, Álvaro Siza propôs uma terceira via: «dirigir todos os esforços para o objetivo principal, partilhando com as populações a vontade de criar um mundo físico para servir uma sociedade sem classes»”⁸⁵ tendo em conta que é “inaceitável dispensar o papel do arquiteto, uma vez que a coletividade não substitui as competências específicas e imprescindíveis”⁸⁶.

Contudo, apesar dos resultados rapidamente visíveis, o processo SAAL foi, ainda assim, bastante criticado pela morosidade de atuação, devido à escala de intervenção e às imensas carências existentes. Nuno Portas estava à frente do processo enquanto Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo; perante “as dificuldades em fazer arrancar programas de construção convencional a curto prazo”, era responsabilidade da FFH (Fundo de Fomento da Habitação) “dar apoio às “iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros.”⁸⁷. Contudo, percecionava-se uma oposição entre as vontades dos intervenientes - moradores e autarquias, interesses privados e públicos - que em última instância conduziam a um atraso na construção, seja “pela natural demora associada ao processo participativo, seja pela falta de autorização camarária para tomar posse administrativa dos terrenos” ou porque “tardava a execução de infraestruturas várias”⁸⁸, levando a que o SAAL estivesse condicionado pela luta entre as duas faces desta iniciativa. Assim, dois após a publicação do despacho que daria início ao SAAL, publicar-se-ia o Despacho de 1976, criticando “algumas das brigadas do SAAL que se

⁸⁴ TAVARES, Domingos cit in. FERNANDES, Eduardo. **A Escolha do Porto: contributos para a actualização de uma ideia de Escola**. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho (p.492)

⁸⁵ SIZA, Álvaro. **Évora-Malagueira**. (p.14) cit in. FERNANDES, Eduardo. **The Language of the SAAL program. Similarities and variations in the world of the SAAL team in Porto**. cit in. 74-14 SAAL AND ARCHITECTURE. (p. 141)

⁸⁶ Idem. (p.16) cit in. FERNANDES, Eduardo. **The Language of the SAAL program. Similarities and variations in the world of the SAAL team in Porto**. cit in. 74-14 SAAL AND ARCHITECTURE. (p. 141)

⁸⁷ Diário do Governo N.º 182-1ª série de 6 Agosto de 1974

⁸⁸ Diário do Governo N.º 182-1ª série de 6 Agosto de 1974

desviaram, de forma evidente, do espírito do despacho que as mandava organizar, atuando à margem da FFH e das próprias autarquias locais”⁸⁹. Isto levou assim à estagnação da grande parte dos projetos em curso; mesmo assim, 2.259 fogos foram iniciados durante o processo⁹⁰, fazendo o SAAL responsável por 12% dos fogos com apenas 3% do financiamento disponível⁹¹. Neste sentido, o SAAL na cidade do Porto viria a ficar numa situação de paralisação; todavia a continuidade da construção dos bairros sociais iniciados durante este processo viria a ser assegurada e estes complexos habitacionais acabados mais tarde, onde se “viria a herdar muitas das aquisições ou, pelo menos, alguns aspetos da metodologia utilizada neste programa.”⁹².

Conclui-se que, independentemente dos intervenientes e da heterogeneidade das soluções apresentadas, a vontade de resolver a questão da habitação foi estendida por todo o território nacional. Apesar de os resultados terem ficado aquém das expectativas colocadas, é inegável o valor do movimento e da canalização de forças para atingir um bem maior. Nos últimos 49 anos, por parte de iniciativas privadas e entidades assistencialistas, como cooperativas de habitação, tem-se dado a construção de habitações com o apoio da administração pública. Contudo, a promoção destes programas habitacionais é, desde sempre, uma percentagem muito reduzida face às necessidades. Durante este período, as cooperativas demonstraram maior interesse e aptidão para a construção de habitações de interesse social; entre 1985 e 2000, assinala-se um aumento da iniciativa por parte do privado⁹³, que se refere à habitação para a classe média com melhores condições financeiras e capacidade de aceder a créditos de habitação. Esta circunstância, levou a que as iniciativas privadas deixassem de investir na habitação para arrendamento, e comesçassem a vendê-la, pelo que atualmente a maioria da habitação social está sob alçada da iniciativa pública.

Assim foi necessário criar o programa PER, Programa Especial de Realojamento, um dos programas mais importantes e marcantes da história da habitação portuguesa, possibilitando a construção de milhares de habitações, aumentando de forma significativa o parque habitacional municipal. O PER é compreendido por uma política comunitária, que objetiva o realojamento de

⁸⁹ Diário do Governo N.º 253-1ª série de 28 de Outubro de 1976

⁹⁰ Livro branco do SAAL - 1974/1976 VI Conselho Nacional do SAAL (p.10)

⁹¹ OLIVEIRA, Paula; MARCONI, Francesco. **Política y proyecto**. (p.84)

⁹² PORTAS, Nuno. **O Processo SAA: Entre o Estado e o Poder Local**. (p.263)

⁹³ MATEUS, Augusto. **Três décadas de Portugal Europeu – balanço e perspetivas**. (p.373)

famílias que vivem em condições desumanas, para uma habitação com condições dignas, através da construção de fogos necessários, ou da aquisição desses fogos, desde que os valores dos mesmos se enquadrem dentro de faixa de preços pré-estabelecida.

Neste sentido, de modo a ajudar as famílias com menos capacidade financeiras, o PER prevê a possibilidade de comparticipação na aquisição de uma habitação para as famílias a realojar, promovendo a integração. Assim, esta iniciativa teve por objetivo a criação de diversos fogos⁹⁴ em diversas localizações, de modo a abrir a possibilidade de escolha da zona onde as famílias seriam realojadas, permitindo a sua relocação, mas assegurando a sua continuidade dentro do meio urbano que já conheciam. O PER prevê também a possibilidade de alojar as famílias nas suas terras de origem, o que se comprova pela vasta localização da construção dos fogos.

⁹⁴ Infopédia, Dicionários Porto Editora. [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$per](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$per) consultado a 28.03.2023.

1.1.3. As problemáticas na habitação após o SAAL

“A primeira dificuldade substancial do programa estava já no próprio nome: habitação social, como se tratasse de uma especialidade autónoma. A habitação é uma presença constante na cidade e é sempre social.”⁹⁵.

Após o 25 de Abril, entre o final do século XX e 2013 “as políticas sociais de habitação eram um tema congelado no tempo e as políticas de habitação social, em particular, uma memória longínqua dos anos 90”⁹⁶. A crise portuguesa entre 2008 e 2012 provocou imensos cortes no financiamento da habitação, pensões, rendimentos públicos levando os habitantes a serem obrigados a sobreviver sem condições e sem perspetivas de melhoria ou sem possibilidades de pagar os empréstimos e/ou prestação das suas habitações, chegando mesmo a perder o direito às mesmas. Assim, verifica-se até hoje que, apesar das políticas de melhoria da habitação⁹⁷ a problemática da insalubridade e da falta de condições habitacionais continuam a afetar uma grande parte da população.

⁹⁵ VIEIRA, Siza. **Textos 01** (p.228)

⁹⁶ ANTUNES, Gonçalo. **Políticas de Habitação 200 anos.**(p.524)

⁹⁷ MATOS, Fátima Loureiro de- Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956. *Análise Social*, Lisboa Vol. XXIX (127), 1994, (p.694)

Compreende-se a atualidade dos bairros sociais como “uma certa megalomania arquitetónica”⁹⁸, baseada em construções em altura, capazes de alojar o maior número possível de famílias. Neste sentido, “a reprodução da fama dos bairros reflete antes de mais, o fechamento das relações sociais sobre si mesmas, reforçando o processo de ghetização dos mesmos”⁹⁹, o que em última instância, compromete o discurso ideológico da sociedade como um elemento unido. Deste modo, compreende-se que a segregação não compromete apenas as relações entre os habitantes e a sociedade, mas que na verdade é uma representação da postura sociocultural da população segregada, ou seja, um impedimento do “exercício de cidadania em contextos sociais dominados pelas vulnerabilidades sociais e económicas.”¹⁰⁰.

A entrada de novos ideais para o conceito de habitação social compreende, não só a desmitificação do espaço físico, enquanto lugar precário, mas também a diluição do conceito de habitação social, que é implantada num lugar distante do seu meio social, albergando apenas habitantes empobrecidos. Portanto, a reabilitação arquitetónica poderá não só reformular as condições físicas do espaço, mas repensar também os conceitos e ideologias que levaram à sua conceção em primeiro lugar. Paralelamente, o reformular destes conceitos que estabelecem uma dicotomia com a origem do estigma, irá alterar a perceção social sobre este espaço, e sobre os seus habitantes¹⁰¹.

⁹⁸ AUGUSTO, Habitação social – Da intenção de inserção à ampliação da exclusão in IV Congresso Português de Sociologia, 2000.

⁹⁹ GONÇAVES & PINTO, Os Bairros Sociais Vistos por si Mesmos, Cidades Comunidades e Território. Lisboa. n.º3, 2001, (p.125)

¹⁰⁰ Idem, (p.129)

¹⁰¹ GUERRA, Isabel- Intervenções face à exclusão social urbana, Cidades- Comunidades e Territórios n.º2 2001, (pp.52-55)

1.1.3.1. *Sustentabilidade Urbana* a partir dos anos 80

O conceito de *sustentabilidade urbana* surge mediante o bom funcionamento do meio urbano, a partir da *criminologia urbana* que estuda a incidência do crime no espaço urbano e o *planeamento urbano* que estuda e melhora o planeamento dos usos do espaço urbano. Como visto anteriormente, o planeamento da cidade não poderá ser levado a cabo apenas pela destruição e apagamento de situações problemáticas, as mesmas terão de se resolvidas de uma forma comunitária, caso contrário, estar-se-á apenas a adiar a resolução do problema.

Voula Vega defende que existem três fatores dos quais a *sustentabilidade urbana* depende: justiça social, economia sustentada e sustentabilidade ambiental, enquanto manutenção do capital do ambiente urbano. Assim, a segurança urbana está, segundo Vega, como forma de expressão da quantidade de habitantes que não estão seguros, registando a percentagem da população seriamente afetada por este dado¹⁰².

¹⁰² FERNANDES, Eduardo. "Segurança e Sustentabilidade: Processos Urbanos e Criminalidade no porto entre 1928 e 1988." In Agra, Cândido (coord.). *A Criminologia: Um Arquipélago Interdisciplinar* (pp.163-191). Porto: Universidade do Porto, 2012

Brantingham & Brantingham¹⁰³ desenvolveram um estudo sobre a espacialização do crime pelo espaço urbano, e de que modo os seus habitantes interagem com ele. Portugal, por sua vez, demonstra um crescimento de criminalidade na década de 80, que sucede a um ligeiro aumento entre 1974 e 1980. Isto devia-se ao fim da pressão que era causada pelo grande controlo policial durante o Estado Novo, onde os índices de criminalidade eram bastante baixos. Deste modo, aquando da queda da ditadura, o índice cresceu de forma exponencial. Compreende-se, portanto, que a segurança é algo que precisa de ser constantemente renovada por políticas de melhoria, pelo que a sua decadência poderá estar intrinsecamente ligada com o desajustamento destas políticas, que por sua vez poderão levar a uma maior incidência de níveis de criminologia no espaço urbano causando uma rotura com o seu planeamento.

Após a queda do regime ditatorial e a partir de meados da década de 80, a população portuguesa entra em processos de modernização. Estas novas necessidades de consumos consolidam-se como necessidades acrescidas sobre as classes mais baixas, que antes não existiriam. Deste modo, a desigualdade social é cada vez mais notória levando à propensão do crime, já que a classe mais baixa não tem outros meios para satisfazer as suas necessidades. Esta alteração da vida quotidiana, em acréscimo com o fenómeno das “ilhas” ou dos bairros económicos, resulta numa mudança total da atividade quotidiana das classes mais baixas, levando ao progressivo descontentamento das mesmas, promovendo a exclusão social. Este fenómeno dá-se não só pelos motivos já referidos, mas também pela introdução das Drogas Duras na comunidade, trazida pelos ex-colonos. Esta dependência é alimentada essencialmente pelas classes baixas que deixaria a situação económica do indivíduo em grande tensão, mas causará também a sua alineação da restante sociedade¹⁰⁴.

Assim, as ilhas do centro do Porto são locais que enfrentam desafios relacionados à desigualdade social, marginalização e criminalidade, que requerem abordagens e políticas específicas para promover a inclusão social e melhorar as condições de vida. Este dado contribui para o descontentamento da população, o que pode mais tarde vir a ser motivo para a criminalidade; no entanto, em primeira instância, não se conclui como um fator de associação direta à mesma.

¹⁰³ BRANTINGHAM, P.J. & BRANTINGHAM P.L. **Nodes, paths and edges: considerations on the complexity of crime and the physical environment.**” *Journal of Environmental Psychology.* (p.3-28)

¹⁰⁴ CUSSON, Maurice. **Croissance et décroissance du crime.** (p.26)

A segurança urbana na cidade do Porto deve ser analisada considerando as novas realidades que foram abordadas e os fenômenos que elas geram. Essas realidades incluem mudanças nas relações sociais, diminuição dos mecanismos informais de controle social da criminalidade e marginalização, aumento do consumismo e criação de oportunidades e necessidades de furto e roubo, além da desertificação dos centros urbanos e a consequente formação de periferias sociais.

A desertificação da cidade contribuiu para a criação de áreas marginalizadas tanto nos centros urbanos quanto nas periferias, nas ilhas e nos bairros económicos, respetivamente. A concorrência das grandes superfícies comerciais e a redução da população levam ao declínio de algumas atividades comerciais no centro das cidades. Com a saída da indústria e de empresas de serviços, a crise do comércio agrava ainda mais a falta de oferta de empregos. Esse círculo vicioso pode resultar em situações graves de desigualdade social. A população que não tem recursos para deixar os centros urbanos ou que fica isolada em bairros periféricos, sejam eles "sociais" ou espontâneos, pode gerar um clima de descontentamento social que se assemelha a uma guerra civil latente ou uma desorganização social quase insustentável. Exemplos dessas situações podem ser encontrados em alguns espaços urbanos onde as desigualdades sociais se intensificaram a ponto de serem difíceis de reverter¹⁰⁵.

Essas novas realidades urbanas levantam questões importantes no estudo da relação entre cidade e crime. Joel Garreau, em 1991, argumentou que essas tendências evolutivas não são apenas causas, mas também consequências dos crescentes problemas de insegurança urbana. Elas são parcialmente motivadas por uma resposta instintiva adotada pelas populações para lidar com o problema, como a privatização do espaço público: condomínios fechados para residência, centros comerciais com segurança privada e vias rápidas de circulação automóvel.¹⁰⁶

No entanto, essa tendência é apontada por Jacobs em 1961 como inadequada¹⁰⁷, fazendo parte do problema e não da solução. Aumentar a segregação social intensifica os fenômenos de marginalização e exclusão social, enfraquecendo a capacidade de autodefesa da cidade. Em resumo, as mudanças nas dinâmicas urbanas, incluindo a desertificação dos centros e a

¹⁰⁵ FERNANDES, Eduardo. "Segurança e Sustentabilidade: Processos Urbanos e Criminalidade no porto entre 1928 e 1988." In Agra, Cândido (coord.). *A Criminologia: Um Arquipélago Interdisciplinar* (pp.163-191). Porto: Universidade do Porto, 2012

¹⁰⁶ GARREAU, Joel. **Edge City**. (p.285)

¹⁰⁷ JACOBS, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*. (p. n,n)

segregação social, apresentam desafios significativos para a segurança urbana. É fundamental encontrar soluções que promovam a inclusão social, combatam as desigualdades e fortaleçam a coesão social em vez de simplesmente recorrer à privatização do espaço público¹⁰⁸.

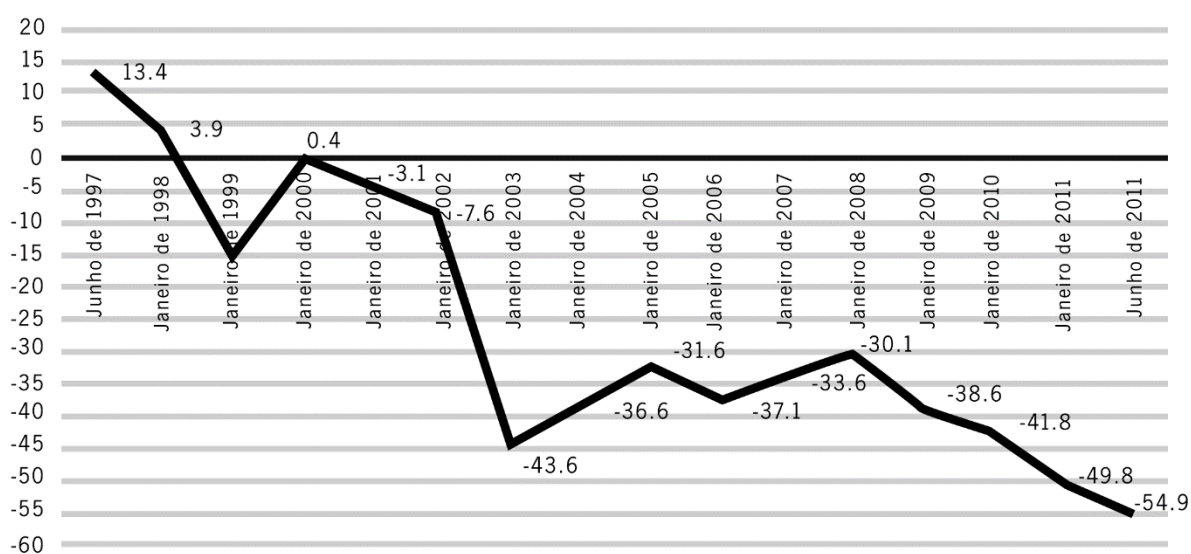
¹⁰⁸ FERNANDES, Eduardo. **SEGURANÇA E SUSTENTABILIDADE: PROCESSOS URBANOS E CRIMINALIDADE NO PORTO ENTRE 1928 E 1988.** (pp.48-49)

1.1.3.2. Políticas de melhoria da habitação até à atualidade

Desde 1988, o até à atualidade, o Governo português tem implementado uma série de medidas de combate à marginalização, à criminalidade e à decadência da habitação.

Estas medidas dividem-se entre programas de habitação que fornecem habitação com baixas rendas, reabilitação urbana de bairros degradados no centro e na periferia portuense, bem como espaços públicos; intervenção comunitária que pretende promover a constituição de laços entre autoridades locais; organizações não governamentais e moradores dos bairros mais pobres, promover a coesão social e melhorar a segurança nas áreas afetadas pela criminalidade; políticas de prevenção da criminalidade que incluem a implementação de patrulhas policiais; a criação de espaços recreativos e desportivos para jovens; o apoio a projetos educacionais e a promoção de atividades de integração social; parcerias com instituições locais e internacionais que visam trocar conhecimentos, recursos e boas práticas para lidar com os desafios específicos enfrentados por essas comunidades¹⁰⁹.

¹⁰⁹ VILAÇA, Eduardo. O "Estado da Habitação" Medidas sem Política num País Adiado (pp.91-92)



[Figura 16.] Indicador de confiança (saldo de respostas extremas) mensal da construção (em %) – Junho de 1997 a Junho de 2011. Observa-se o declínio acentuado desde o pico da habitação em 1999, posterior recuperação em 2009, e, seguidamente, descida acentuada após este período, devido à crise. Editado por Francisca Machado. (Governo Português, 2011)

Contudo, estas políticas revelaram-se insuficientes face às crescentes necessidades da população em geral. Esta dissertação questiona-se sobre o efeito dessas políticas na questão social, mas também no acesso à habitação, observando a atualidade da questão em Portugal, face à degradação dos bairros sociais construídos durante o período fascista e as habitações construídas durante o SAAL, questionando-se sobre a insuficiência de habitações para albergar a população portuense.

Neste sentido, devido à crise que decorreu entre 2008 e 2012, o licenciamento de habitação enfrentou uma redução significativa, levando à falha do acabamento de diversas habitações, por falta de financiamento. Em 2008, apenas foram licenciados cerca de 30.000 fogos e mais de 60.000 foram terminados, muito longe do necessário. O período de crise aponta para uma das maiores quedas da habitação em Portugal, e apenas recentemente foi possível recuperar parcialmente deste período.

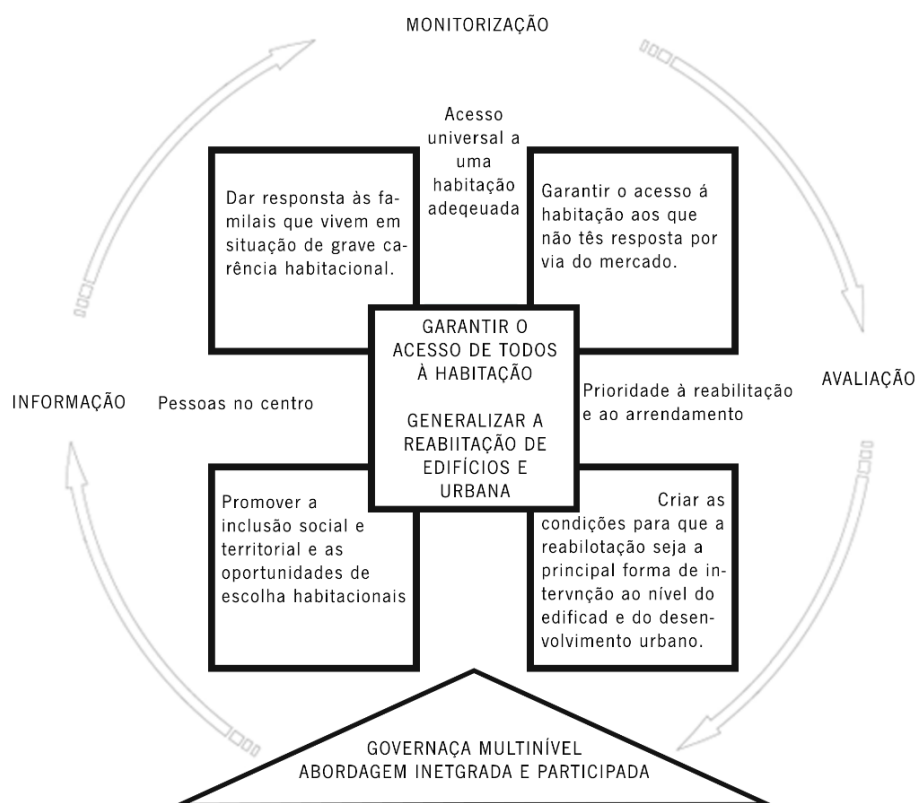
Em 2012, “a gentrificação, o alojamento local e a turistificação”¹¹⁰ surgem enquanto problemáticas à habitação, inflacionando os preços das habitações e tornando-os inoportáveis.

Em 2016, Portugal voltou a atingir um novo pico na habitação, promovendo um aumento de 66% na venda de casas desde 2011. Em 2017, é implantado um novo regime para adereçar a questão da habitação, “Uma Nova Geração de Políticas de Habitação”, pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de Maio, onde se liam os seguintes objetivos:

1. Dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional;
2. Garantir o acesso à habitação aos que não têm resposta por via do mercado;
3. Criar as condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano;
4. Promover a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais.

Assim, no mesmo despacho, ler-se-ia a mudança de intenções face à ideologia da habitação onde “pretende-se passar de um modelo dirigido essencialmente para uma população mais desfavorecida, para um modelo que tem como universo potencial de beneficiários todos os agregados familiares em falha, incluindo, por esta via, a população de rendimentos intermédios

¹¹⁰ ANTUNES, Gonçalo. **Políticas de Habitação 200 anos**.(p.524)



[Figura 17.] Cruzamentos dos objetivos principais e subjacentes, sob o processo governamental subdivido entre informação, monitorização e avaliação. Editado por Francisca Machado. (Governo Português, 2017)

que não consegue aceder a uma habitação adequada no mercado, sem que tal implique uma sobrecarga sobre o seu orçamento familiar.” Neste sentido, após o conhecimento do número de famílias carenciadas no relatório do “Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional”, realizado com o auxílio das Câmaras Municipais e Autarquias, o Governo procedeu à institucionalização de medida face à habitação¹¹¹. Sob o objetivo principal de “Garantir o acesso de todos à habitação” e “Generalização da reabilitação de edifícios e urbana” foram criados quatro sub-objetivos, como se observou na figura prévia, constante no documentos sobre a política de “Uma Nova Geração de Políticas de Habitação:

Diversos outros programas se seguiram, tais como:

1. 1º Direito – Programa de Apoio ao Direito à Habitação que veio substituir o PER, visa apoio financeiro a família carenciadas, através das autarquias. Apoiou 13.000 famílias, apenas 5% do valor total de famílias identificadas;
2. Porta de Entrada – Programa de Apoio ao Alojamento Urgente, surgiu sob a vontade garantir alojamento temporário às famílias carenciadas, vítimas de danos nas suas habitações, por catástrofes naturais, ou outros relacionados;
3. Programa de Renda Acessível – que garantiu vantagens fiscais e garantia de segurança no pagamento de rendas, em complemento aos programas municipais.;
4. Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE) – promoveu a reabilitação de fogos do Estado, para aumentar a oferta de habitação;
5. Programa Porta 65 Jovem – face às dificuldades da emancipação jovem , promove apoios no arrendamento a jovens de idades entre 18 anos e 35 anos;
6. Programa “Da Habitação ao Habitat” – surgiu como forma de interligar a relação entre a integração social e territorial das habitações;
7. Porta ao lado – Programa de informação, encaminhamento e acompanhamento de proximidade para acesso à habitação, sugere como meio de acompanhamento aproximado às famílias durante o acesso à habitação;

¹¹¹ Idem.(p.525)

8. Programa de Mobilidade Habitacional – pretende prestar auxílio à mobilidade de famílias em fogos públicos, aludindo à coesão social e territorial¹¹².

De acordo com os últimos Censos do INE, de 2021, o parque habitacional em Portugal era constituído por 5.970.677 de alojamentos familiares clássicos, estando 69,4% ocupados como residência habitual, 18,5% eram segundas habitações e havia um total de 723 mil alojamentos vagos, sendo a grande maioria propriedade do governo português, como visto anteriormente. Torna-se evidente que, apesar da falta de habitação em Portugal, existe também um grande número de alojamento vacantes que poderiam ser utilizados para alojar habitantes.

Enuncia-se, seguidamente, algumas das medidas prementes, no momento presente, para se definir uma política de habitação para o território nacional, segundo Eduardo Vilaça:

- “– Liberalizar o arrendamento permitindo, de forma faseada, a actualização das rendas antigas e utilizando o subsídio de renda para as famílias que não tenham rendimentos para suportar os aumentos;
- Reabilitar e requalificar o parque habitacional, utilizando os programas que já existem, fazendo do parque público um exemplo a seguir e lançando campanhas sucessivas de informação;
- Gerir o parque habitacional público, central e local, criando estruturas flexíveis e eficazes que intervenham, por um lado, desencadeando processos que conduzam ao desenvolvimento pessoal e social dos residentes, e, por outro, que moralizem a utilização do mesmo, só o cedendo a quem dele precisa;
- Disponibilizar terrenos do Estado para a construção de H.C.C. (Habitação de Custos Controlados), e combater a especulação fundiária através de medidas fiscais que onerem os solos expectantes em áreas urbanas;
- Alterar profundamente a legislação da H.C.C. de forma a escalonar este tipo de habitação face à segmentação dos possíveis beneficiários e adequando os valores à conjuntura atual;

¹¹² SILVA, Luísa Felizardo. **Habitação pública: Novos Desafios do Século XXI. A cidade do Porto como base de estudo.** Tese de mestrado. Universidade do Porto (p.119)

- Criação de novos modelos de habitação, individual ou coletiva, que correspondam às necessidades das novas estruturas familiares em desenvolvimento e se adaptem a situações temporais diversas;
- Reorientação da política fiscal para o sector, atualizando os valores patrimoniais dos prédios urbanos e determinando as deduções e isenções em função da composição do agregado familiar e dos seus rendimentos e como apoio ao acesso à habitação;
- Reestruturação das diversas instituições ligadas à habitação com redefinição de competências e articulação estreita com outras com afinidades temáticas;
- Reforço dos trabalhos de investigação e estudo sobre as questões da habitação e realização de debates com meios académicos e intelectuais. Estas alterações, articuladas entre si e mediadas por um programa com delimitações geográficas concretas, calendarizado e objetivos quantificáveis, poderiam ser potenciadoras de uma mudança política que conduzisse, a médio prazo, a cenários mais favoráveis no "Estado da Habitação" em Portugal."¹¹³.

Em 2023, a estratégia mais recente, por parte do governo, apelida-se de “Mais Habitação”, um conjunto de “medidas que procuram responder de forma completa a todas as dimensões do problema da habitação”¹¹⁴, cujos resultados ainda terão de ser analisados. Este programa é regido por, primeiramente, aumentar a oferta para habitação; em segundo lugar, simplificação o licenciamento; seguidamente, aumentar o mercado de arrendamento; continuamente, combater a especulação; e finalmente, apoiar as famílias.

Compreende-se, portanto, a influência dos fatores externos às políticas e realidade da habitação, onde o arquiteto, enquanto entidade, pressupõe uma constante evolução de modo a acompanhar as diversas ideologias e campanhas para a habitação. A habitação continua a ser uma das maiores problemáticas a nível nacional; percebe-se que apesar de diversas medidas implementadas desde o final do século XIX até à atualidade, nenhuma conseguiu fornecer as condições habitacionais dignas, enquanto direito constitucional, aos habitantes portugueses. No percurso da habitação em Portugal, observam-se diversos períodos preocupantes, na medida em que a classe

¹¹³ VILAÇA, Eduardo. **O "Estado da Habitação" Medidas sem Política num País Adiado** (pp.91-92)

¹¹⁴ António Costa, Primeiro-Ministro, sobre a estratégia “Mais habitação” durante a conferência de imprensa em 2023.

mais desfavorecida era estigmatizada pela falta de condições das suas habitações. Paralelamente, diversas medidas desde o final do século XIX até ao fim do Estado Novo, chegaram a aumentar o estigma e reprimir ainda mais esta classe.

Após o 25 de Abril, políticas mais humanas e com foco social previram a melhoria destas condições, contudo sem atingirem o seu objetivo final, deixando grande parte do percurso por conquistar. Tal dado levou ao estado atual da habitação no Porto, onde ainda diversas pessoas vivem em ilhas e bairros sociais sem condições mínimas, ou perspetivas de melhoria, sendo ainda alvo de estigmatização pela condição social que detêm.

“Certamente que não está nas nossas mãos a harmonia das famílias ou a felicidade dos homens. Mas pode estar nelas, se forem descuidadas, inábeis ou menos corajosas, grandes somas, aterradoras somas de infelicidade e sofrimento. É uma tremenda responsabilidade de que nem sempre teremos tido a nítida consciência.”¹¹⁵.

¹¹⁵ PEREIRA, Nuno cit. in LEBRE, Rui Aristides Bixirão Neto Marinho - **Da organização do espaço à organização da sociedade Um estudo dos compromissos políticos na arquitetura portuguesa do pós-guerra**. Tese de Doutoramento. Universidade de Coimbra.

I.II. O estigma social

ESTIGMA, s.m.

Marca infamante feita com ferro em brasa; cicatriz; ferrete¹¹⁶.

O termo “estigma” é referente à estigmatização ou exclusão social de um indivíduo ou grupo de indivíduos, tendo marcado a sua entrada no vocabulário no ano de 1974, em França¹¹⁷. Esta expressão permitia que as classes sociais superiores caracterizassem as situações de pobreza extrema e carentes de mudança profunda¹¹⁸. Nos últimos vinte anos, o termo “exclusão social” tem tomado o lugar do termo “pobreza” de forma a explicar situações que caracterizam o mau funcionamento da sociedade moderna, fazendo um constante apelo à renovação das questões sociais¹¹⁹.

¹¹⁶ FLUMINENSE, EMPRESA LITERÁRIA. **DICIONÁRIO LINGUA PORTUGUESA**, (p.431)

¹¹⁷ O termo surge pela primeira vez com René Lenoir, em 1974 no livro *Les Exclus*, que agrupa o segmento excluído como uma categoria ou característica essencial desta categoria é que ela é composta por pessoas inadaptadas (*inadaptées*), cit in. ARRUDA, Ricardo; BAIA, Alexandre; COLAÇO, João. **O que é a exclusão social?** (p.15)

¹¹⁸ AGIER, Michel. *L’Invention de la ville, Banlieues, townships, invasions et favelas*. (p.6)

¹¹⁹ CLAVEL, Gilbert. **A Sociedade da Exclusão Compreendê-la para dela sair**.(p.21)

O ato de estigmatizar um grupo social parte da perspectiva que a restante sociedade terá sob este conjunto. A questão da estigmatização terá a ver, numa primeira camada de análise, com aqueles que estão colocados à margem da sociedade, mas, numa análise mais profunda, as suas raízes estarão ligadas com os ideais pelos quais se rege a sociedade em geral. Contudo, a precariedade social terá tanto a ver com a classe estigmatizada como com as classes mais altas¹²⁰. A causa das motivações da exclusão social não “tem a ver com pessoas boas e pessoas más em si, nascidas num mundo «naturalmente» desumano e «naturalmente» excludente, mas com pessoas que se tornam boas ou más, incluídas ou excluídas, humanas ou desumanas, abrigadas ou desabrigadas, sãs ou doentes, de acordo com determinados modos de produção ou reprodução da vida.”¹²¹.

Deste modo, a questão do estigma implica sempre diversas frentes; “quem fala?”, “sobre quem” e “qual é a estratégia?”. Primeiramente, os autores deste debate, e quem terá o poder de falar sobre ele; seguidamente, quem é afetado por esta questão, e que estará, maioritariamente, fora do debate por falta de posição social para entrar nele, ainda que de si se esteja a falar; e, finalmente, entender a fonte desse estigma e procurar resolvê-lo.

Considera-se, portanto, que a estigmatização tem por base as desigualdades, sejam estas sociais, financeiras, políticas ou culturais, sendo que os diferentes acessos a estas premissas vão alterando de forma significativa a qualidade de vida de cada indivíduo¹²². Esta hierarquização de estratos pode ser produzida por diversos pontos: sexo, idade, profissão, condição financeira, raça, etnia, religião, entre outros. É importante referir que estas características enquanto questões individuais explicam a exclusão de um indivíduo ou grupo da mesma classe social para terceiros, ao contrário de outras questões fisiológicas particulares, como altura, cor dos olhos, entre outros. Contudo, todos os critérios que geram a inclusão, também gerarão a exclusão.

Compreende-se, portanto, que a posição hierárquica se debate entre as noções de riqueza/pobreza e igualdade/desigualdade social, face à restante sociedade. Assim, o estigma social está relacionado de forma direta com a hierarquia social do indivíduo “excluído”¹²³.

¹²⁰ GAUTHIER, Alan. Aux frontières du social. (p.67)

¹²¹ ARRUDA, Ricardo; BAIA, Alexandre; COLAÇO, João. **O que é a exclusão social?** (p.11)

¹²² GIDDENS, Anthony, Sociologia. (p.56)

¹²³ ARRUDA, Ricardo; BAIA, Alexandre; COLAÇO, João. **O que é a exclusão social?** (p.19)

“Desigualdade e a pobreza são conceitos diferentes entre si, mas igualmente distintos do de exclusão social. O conceito de exclusão social está mais próximo, como oposição, do de coesão social ou, como sinal de rutura, do vínculo social. Por similitude, encontra-se próximo, também, do conceito de estigma e mesmo, embora menos, do de desvio. Neste caso, entre outras, a diferença reside no fato de que o excluído não necessita cometer nenhum ato de transgressão, inversamente ao desviante (incluído) e à semelhança dos que sofrem de discriminação pura e simples. A condição de excluído é imputada do exterior sem que para tal tenha contribuído direta ou mesmo indiretamente.”¹²⁴. Deste modo, a dessocialização de um indivíduo do seu meio social é um processo de desfiliação social¹²⁵, classificando-o como o de “paradigma de a-socialidade”¹²⁶. Assim entende-se a exclusão como o isolamento e o ato de expulsar um grupo de indivíduos de diferentes características da restante sociedade e de todos os espaços materiais e culturais da cidade, ocupados por pessoas de graus hierárquicos superiores¹²⁷.

Existe um conflito entre o território, a cidade e a população que se apresenta como forças que caminham em sentido opostos, sem que exista comunicabilidade entre as partes. “Na dramaturgia, a palavra conflito refere-se ao entramado narrativo que opõe, ou une, as personagens cujos confrontos se vão encenando no decorrer de uma peça. (...) a raiz esta palavra – que significa mover, fazer avançar – permanece na língua portuguesa, em palavras como agir, ou atuar.”¹²⁸.

Portanto, o conceito de conflito já sugere em si a discussão, a alteração e a mudança como formas de ação contra situações injustas ou incorretas que ocorrem na sociedade. Este conceito, pode ser um ponto de partida para o conflito e para a ação que o irá corrigir.

Estas premissas implicam que o papel do arquiteto pode estabelecer uma ponte na criação de um mundo mais inclusivo, através da sua atividade profissional, redirecionando o olhar para questões e espaços esquecidos. Cada caso é singular e deverá ser analisado conforme o seu contexto, por tal, este capítulo pretende analisar as formas de aproximação à habitação social que foram tidas no passado, de modo a compreender e aprender com as mesmas.

¹²⁴ NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. **Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessário aos excluídos desnecessários.** (p.39)

¹²⁵ CASTLE, Robert. **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário.** (p.98)

¹²⁶ ARRUDA, Ricardo; BAIA, Alexandre; COLAÇO, João. **O que é a exclusão social?** (p.19)

¹²⁷ Idem. (p.22)

¹²⁸ DepA, **In conflict. Vol. II.** (p.13)

1.2.1. Influência perversa do estigma nos habitantes

Nesta primeira fase partir-se-á de uma abordagem individual ao sujeito; seguidamente, serão abordados os primeiros contactos sociais com a família, depois com a sociedade e os seus serviços e, finalmente, com a dimensão regional e nacional. Este estrato de análise, que se implementa do particular para o geral, traduz-se pela vontade do foco no habitante, ao invés da sociedade, compreendendo como o estigma impacta o indivíduo; e como esse impacto virá mais tarde a impactar a sociedade em geral¹²⁹. Assim, para entender a exclusão social é necessário entender os diversos fatores que a compõem. Deste modo, irão ser analisados os conceitos de precariedade, pobreza e exclusão separadamente, enquanto partes ativas do estigma social, mas com dinâmicas diferentes no mesmo:

¹²⁹ AUGUSTO, Nuno Miguel. **Habitação Social- da intenção de inserção à ampliação da exclusão**.(p.3)

- **Precariedade:** caracteriza-se pela incerteza no acesso a diferentes serviços e/ou recursos, e, por consequência, na fragilidade que esta condição traz ao habitante a nível social, familiar, escolar, entre outros. Assim, é possível caracterizar a instabilidade financeira como um aspeto que deixa o habitante vulnerável;
- **Pobreza:** caracteriza-se pela falta de recursos, que impede o habitante de participar na vida social, acedendo aos requisitos que são considerados básicos;
- **Exclusão:** caracteriza-se pelo conjunto de fatores provenientes da pobreza e da precariedade e que afeta um indivíduo, em função dos seguintes fatores:
 - Diversas situações de privação (emprego, rendimentos, direitos, acesso à saúde), falta de acesso a espaços sociais ou económicos (habitação, escola, serviços sociais);
 - Uma relação simbólica negativa e prejudicial objetiva (estigmatização de um bairro social) ou subjetiva (autoexclusão);
 - Rutura de laços sociais tradicionais, ou rutura familiar, que o desqualifica socialmente;

Assim, é possível definir um percurso até à exclusão, a partir do qual se definem quatro zonas sociais: zona de integração; zona de precariedade; zona de pobreza; zona de exclusão.¹³⁰

O processo de desqualificação social resulta na posição ocupada pelas pessoas excluídas, em resultado de um processo de estigmatização que provém de outros, mas também de um processo de autoexclusão feito pelos próprios. O processo tem consequências negativas na hierarquia social do indivíduos, bem como na sua imagem, estatuto e prestígio. Este enfraquecimento provém, de modo geral, de situações de exclusão social associadas à questão material. Os elementos visíveis representativos dessa hierarquia social serão a base de extrapolação para uma relação simbólica enquanto forma de representação social. Assim, a estigmatização dos indivíduos, grupos sociais ou locais específicos, como guetos ou bairros sociais, toma uma particular qualidade negativa, devido ao olhar que a sociedade detém. As linhas que separam, de forma simbólica, a sociedade dos elementos acima abordados levam a que os mesmos se mantenham numa posição social baixa. Os processos de urbanização que levam a um processo de ghetização, implicam a desqualificação, tanto do edifício como do seu habitante, levando o mesmo a interiorizar a sua

¹³⁰ CLAVEL, Gilbert. **A Sociedade da Exclusão Compreendê-la para dela sair.**(pp.139-140)

exclusão face ao contexto. Por isso, o processo de autoexclusão está associado à vergonha, à culpa e ao sentimento de responsabilização face à situação pessoal¹³¹.

Neste sentido, compreende-se que a estigmatização de um habitante implica diversas consequências para o mesmo. A questão da estigmatização parte de uma falha nos princípios de equidade da sociedade, onde, por exemplo, a heterogénea distribuição dos rendimentos confere uma disparidade entre os habitantes. As condições sociais em que vivem os diversos grupos sociais, relaciona-se com o claro défice de *bem-estar* que existe na sua avaliação individual enquanto indivíduos, ou na sua avaliação global na sociedade¹³². Assim, afere-se o conceito de *bem-estar* como algo que implica a possibilidade de usufruir dos seus direitos em conformidade com as necessidades, podendo, portanto, ser parte integrante na vida social; nos casos em que se análise o défice de *bem-estar*, estamos perante uma violação dos direitos individuais desse habitante.

Existem direitos implícitos à vida social de cada habitante, nomeadamente:

- **Direitos Cívicos:** criados no século XVIII, necessários para o exercício da liberdade individual;
- **Direitos Políticos:** criados no século XIX, que conferem o direito de participar no poder político, de forma direta ou indireta, através da eleição de deputados pelo voto;
- **Direitos Sociais:** criados no século XX, mais abrangentes que correspondem ao exercício da liberdade económica, sendo o trabalho um elemento crucial. O direito à segurança económica, o direito de partilhar os padrões de vida existentes com a restante sociedade e o direito à proteção contra riscos sociais (serviços de saúde, serviços de ensino, entre outros)¹³³;

Deste modo, compreende-se a interdependência que os três tipos de direitos analisados conferem entre si, dando origem à “Trilogia dos Direitos”, que caracteriza qualquer estado democrático ocidental. Paralelamente, é possível compreender que a extensão dos direitos à saúde e à educação apenas foram constituídos como tal, no século XX, em Portugal.

¹³¹ Idem. (p.150)

¹³² PEREIRINHA, José António. **Política Social**. (p.144)

¹³³ Idem. (p.157)



[Figura 18.] Crianças a dormir perto de uma grade de ventilação para se manterem quentes. (Riis, 1885)

Noutros países, continuam a ser um luxo que assiste apenas àqueles que têm condições financeiras de os comportar. Este dado demonstra uma clara evolução da sociedade e do Estado Português em relação à dignificação de todos os seus habitantes.

A introdução dos direitos sociais na sociedade portuguesa nas últimas décadas do século XX, veio reafirmar e consolidar os direitos humanos, onde os direitos civis e políticos, em grande medida, estão dependentes dos direitos sociais para serem respeitados. Portanto, a consagração dos direitos sociais confere e condiciona a capacidade de exercer os direitos civis e políticos. “Pode dizer-se que os direitos sociais não se encontram tão firmemente enraizados na sociedade como se encontram os direitos civis e políticos, estando a sua capacidade de realização fortemente dependente da sua capacidade de aceitação, nessa sociedade, de obrigações mútuas.”¹³⁴. Deste modo, é possível afirmar que a aceitação na esfera social é crucial para o cumprimento dos direitos de qualquer habitante, enquanto parte integrante da sociedade. Assim, o estigma social é não só um ato que leva ao isolamento destes habitantes, mas também um ato de violação de direitos.

Compreende-se, portanto, que todos estes direitos sociais conferem necessidades sociais, quando os mesmos não são exercidos sobre todos os habitantes¹³⁵.

Segundo Maslow, é possível conferir uma hierarquia de necessidade básicas, onde a necessidade seguinte só pode ser atingida quando o indivíduo detiver a condição anterior:

- **Necessidades fisiológicas:** essas são as necessidades mais básicas para a sobrevivência, como alimentação, água, vestuário, abrigo, sono. Estas são essenciais para manter a homeostase do organismo;
- **Necessidades de segurança:** estas dividem-se em três formas de segurança: física, financeira e emocional; segurança física implica proteção contra perigos; segurança financeira significa ter recursos suficientes; segurança emocional consegue-se com um ambiente estável e relações saudáveis;
- **Necessidade de afeto/sentimento:** relacionamentos afetivos, amizades, interação social e aceitação por parte de grupos;

¹³⁴ PEREIRINHA, José António. *Política Social*. (p.156)

¹³⁵ GUERRA, Isabel. *Intervenções face à exclusão social urbana: uma luta inglória?* (p.47-48)

- **Necessidades de autoestima:** reconhecimento e estima dos outros e de si mesmos, isso inclui a necessidade de ser valorizado, respeitado, ter prestígio, reconhecimento profissional e alcançar metas pessoais;
- **Necessidades de realização pessoal:** esta é a necessidade mais elevada na hierarquia de Maslow. Trata-se do desejo de alcançar o próprio potencial, de elevar o crescimento pessoal e a realização de talentos e aspirações. Envolve a procura por desafios, criatividade, autoexpressão e a sensação de estar a viver uma vida significativa¹³⁶.

O indivíduo que satisfaz todas estas necessidades é capaz de viver numa sociedade em equidade. Contudo, este não será o caso da sociedade atual. Os diversos serviços oferecidos aos habitantes, conferindo o conceito de *bem-estar*, servem como homogeneizadores das discrepâncias entre os estratos. Assim, é possível distinguir dois tipos de equidade:

- **Equidade Horizontal:** A equidade horizontal refere-se à distribuição igualitária de recursos entre indivíduos ou grupos que desempenham funções ou papéis semelhantes. Nesse contexto, a equidade horizontal é baseada no princípio da igualdade, em que todos os membros recebem uma parcela igual de recursos, independentemente de suas características individuais ou contribuições específicas. Por exemplo, no apoio estatal às rendas, neste caso, o Estado teria a função de dar o mesmo apoio a todas as famílias;
- **Equidade Vertical:** A equidade vertical, por outro lado, está relacionada com a distribuição de recursos com base em critérios de mérito, contribuição ou necessidade. Ela reconhece as diferenças individuais, como habilidades, esforços, responsabilidades ou circunstâncias específicas, e procura proporcionar uma distribuição justa e proporcional dos recursos com base nessas diferenças. Por exemplo, ainda relativamente ao pagamento das rendas, neste caso, o Estado teria apenas função de ajudar as famílias que necessitassem dessa ajuda, em proporção com essa necessidade, como se poderá observar como um dos objetivos da Agenda número 1, da Resolução de Conselho de Ministros da Estratégia Portugal 2030¹³⁷.

Portanto, é possível compreender que estes princípios de equidade funcionam de forma distinta na sociedade. Por exemplo, o Serviço Nacional de Saúde é um serviço de equidade horizontal,

¹³⁶ MASLOW, Abraham. **Motivation and Personality**.

¹³⁷ Agenda Portugal 2030, Resolução Conselho de Ministros n.º 98/2020

onde todas as pessoas da sociedade tem o mesmo direito aos mesmos serviços independentemente do seu estrato social. Por outro lado, os serviços sociais são serviços de equidade vertical, já que estes serviços têm foco nos habitantes com carências sociais, financeiras, ou outras e não na sociedade em geral. Deste modo, a equidade vertical cumpre, de alguma forma, a função de justiça e de tentativa de nivelamento das condições sociais.

O conceito de exclusão social ou estigma está diretamente relacionado com a equidade dentro do meio social, pelo que os habitantes que estão em desigualdade, serão aqueles que irão ser excluídos. Por isso, o conceito de exclusão social surge sobre dois conceitos paralelos, a quebra de laços sociais ou *desqualificação social*. “A exclusão social é assim encarada quer com uma *situação* (em que alguém se encontra, desvantagem social de facto), quer como *processo* (existência de mecanismos geradores, sociedade e na economia, no próprio funcionamento das instituições do Estado-Providência) que colocam cidadãos nessa situação de desvantagem.”¹³⁸.

Compreende-se, portanto, que o estigma social vai além das questões económicas. Na Europa, durante a década de 90, houve uma mudança de paradigma, uma nova abordagem na análise das desvantagens sociais, dando maior relevância à exclusão social como critério para entender a política económica e social. Nessa nova orientação, deu-se uma valorização das dimensões não monetárias das desvantagens sociais em comparação com as análises centradas na pobreza. Portanto, passou-se a considerar não apenas a falta de recursos económicos, mas também outras dimensões multidimensionais das desvantagens sociais. Além disso, a abordagem da exclusão social enfatizou os aspetos relacionais em vez de se concentrar apenas na redistribuição de recursos económicos.

Por outro lado, é também ressaltada a presença de diversos níveis territoriais na caracterização e explicação das desvantagens sociais, bem como nos níveis de intervenção da política social. Isso significa que as desvantagens sociais foram analisadas e abordadas em níveis supranacional, nacional, regional, local, comunitário, familiar e individual. Essas mudanças no paradigma social refletem uma abordagem mais ampla e holística das desvantagens sociais, considerando as suas múltiplas dimensões, processos e contextos territoriais, bem como a importância dos direitos de

¹³⁸ PEREIRINHA, José António. *Política Social*. (p.193)

cidadania na formulação de políticas sociais¹³⁹. Assim, é possível denominar sinais materiais quantificáveis da exclusão social, tais como:

- Pobreza de recursos: o precário ou inexistente acesso a diferentes recursos, onde segundos os Censos 2021, cerca de 2 milhões de portugueses estão a viver na pobreza;
- Precariedade no emprego: trabalho precário, irregular ou desemprego de longa duração, 7,1% da população portuguesa enfrenta este fator;
- Precariedade financeira: dificuldade em pagar as contas no fim do mês, resultando e situações de expulsão das habitações, cortes de eletricidade ou água, cortes de comunicações, recurso a instituições sociais, entre outros;
- Precariedade habitacional: alojamentos que não estão em conformidades com padrões estabelecidos pela lei, insalubres ou com falta de elementos de conforto. Em 2020, Portugal tinha uma taxa de 25,4% da população a viver em situações de insalubridade, a segunda maior da União Europeia¹⁴⁰;
- Precariedade Educacional: situações de insucesso escolar ou dificuldades na escola, ou de abandono precoce, que em Portugal se situa em 5,4%, analfabetismo que atinge 300.000 portugueses;
- Precariedade na Saúde: pela falta de cuidados, acidentes de trabalho, doenças com origem no lugar de trabalho, invalidez, tabagismo, alcoolismo, drogas, suicídios;
- Precariedade no acesso ao Direito: sendo um problema em si mesmo também contribui para as dificuldades de acesso a cuidados de saúde, alojamento, mercado de trabalho, a serviços legais, entre outros¹⁴¹.

Compreende-se, portanto, que a inclusão implica políticas que incidam nas margens da sociedade e que partam para o seu centro, abrangendo pessoas que estão excluídas. Neste sentido, importa analisar as dimensões de crescimento de um indivíduo nos seus contactos com o meio social, e de que formas as condições desiguais são determinantes para o seu (in)sucesso individual e social¹⁴².

¹³⁹ Ibidem.

¹⁴⁰ CENSOS, 2020-2023, INE

¹⁴¹ CLAVEL, Gilbert. **A Sociedade da Exclusão Compreendê-la para dela sair.**(p.148)

¹⁴² SANTOS, Clara. **Habitação Social, Vulnerabilidade Social e Serviço Social.** (p.1)

1.2.1.1. Introdução à vida social: as primeiras interações com a sociedade

À nascença, o ser humano faz o seu primeiro contacto com o seu meio social primário, onde aprenderá lições iniciais que irão moldar a sua personalidade, chamada de socialização primária. A família é o primeiro e mais fundamental agente de socialização que introduz os indivíduos na sociedade. Esta desempenha diversos papéis, incluindo a transmissão de informações e ensino: idioma, costumes, regras e valores. Além disso, também providencia proteção e segurança. Embora haja variações significativas na forma como as famílias são estruturadas em diferentes sociedades, o cerne da família é composto por indivíduos que estão ligados por laços de parentesco e afinidade. É na família que se estabelece o ambiente primordial para a educação e formação das crianças.

A família e as relações de parentesco desempenharam um papel fundamental no surgimento da vida social há milhões de anos. Somente mais tarde, surgiram outras formas de organização social, envolvendo grupos maiores de pessoas que não partilhavam laços familiares. No entanto, é importante destacar que a existência da família foi essencial para o desenvolvimento dos sistemas políticos e do próprio Estado. Nas sociedades pré-urbanas, predominavam formas de agrupamento



[Figura 19.] A família nuclear. (Riis, 1885)

social baseadas em clãs e linhagens. Já nas sociedades urbanas, essas formas de organização foram substituídas por partidos políticos, clubes, sindicatos, associações, sociedades e classes sociais, entre outros grupos diversos, compostos por indivíduos que não possuíam vínculos familiares entre si. Essas novas formas de organização social foram possíveis devido às bases estabelecidas pela família ao longo do tempo¹⁴³. Deste modo, é possível identificar vários tipos de família:

- **Família nuclear:** A noção de família nuclear, também conhecida como família natural no campo do Direito, está associada à teoria da filiação, que postula que o objetivo principal da família é promover a procriação e preservar o processo de regulamentação da filiação. Nas sociedades ocidentais, especialmente na Europa, há uma prevalência significativa desse tipo de família, caracterizada pela coabitação desse grupo restrito numa residência. A família nuclear é composta pelos pais e filhos, que vivem juntos e partilham um espaço doméstico comum. Essa estrutura familiar é considerada a unidade fundamental e tem como base a ênfase na relação conjugal e na parentalidade biológica. Essa concepção de família enfatiza a importância da procriação e da continuidade da linhagem familiar como elementos essenciais para a sua existência¹⁴⁴.
- **Família de orientação e família de procriação:** Estes são os dois conceitos operativos que descrevem a evolução progressiva do ciclo de vida da família, composto por várias famílias nucleares. Quando os filhos estabelecem as suas famílias, há uma dualidade de pertencimento. Por um lado, eles mantêm uma relação com a família em que nasceram (a família de orientação), na qualidade de filhos e irmãos. Por outro lado, como cônjuge e pai/mãe, eles formam uma nova família (família de procriação). Se for considerado a composição das famílias em relação à presença ou ausência de um dos elementos descritos, podemos descrever como famílias monoparentais aquelas em que o grupo residencial é composto apenas por um dos pais e seus filhos¹⁴⁵;
- **Família poligâmica:** Considerando o número de cônjuges como critério de análise, podemos distinguir entre famílias monogâmicas e famílias poligâmicas. O Estado português só reconhece as famílias monogâmicas, existe apenas a possibilidade legal de constituir uma

¹⁴³ BATALHA, Luís. *Antropologia – Uma Narrativa Holística*. (p.118)

¹⁴⁴ SOUSA, Lúcio. *Textos de Antropologia Geral 21/22*. (p.158)

¹⁴⁵ Idem. (p.159)

família com uma única pessoa como cônjuge. Por outro lado, no extremo oposto do espectro, encontram-se as famílias poligâmicas (ou compostas). Essas são caracterizadas por um grupo residencial formado por vários núcleos centrados na figura de um indivíduo que está casado com mais de uma pessoa¹⁴⁶.

- **Família extensa:** é uma família que reúne várias gerações no mesmo ambiente residencial, podendo-se distinguir associações verticais e horizontais. No caso do princípio vertical, é possível observar a família extensa, na qual um grupo de descendentes e ascendentes, abrangendo no mínimo três gerações, vivem em comum. Geralmente, essa noção de família extensa está associada, de acordo com alguns autores, à presença de um único filho(a) casado(a) que reside com o cônjuge e seus filhos na companhia dos pais. Já as associações horizontais referem-se a membros da família com o mesmo grau familiar, por exemplo irmãos e primos, ou à reunião no mesmo agregado de filhos de diferentes casamentos¹⁴⁷.

Dentro destes moldes familiares é possível agrupar as famílias em dois modelos, face à sua posição social:

- **Famílias em ascensão social:** caracterizadas por uma limitação do número de filhos, que são sustentados por salários de ambos os progenitores, e conseguem assegurar um maior valor social e escolar; estas famílias priorizam o crescimento da classe social, através da melhoria das qualificações¹⁴⁸;
- **Famílias sem ascensão social:** caracterizadas por se encontrarem numa posição estável com maior número de filhos. O seu investimento na educação é relativamente baixo, contudo isto não implica um desinteresse parental, pelo contrário, é motivado pela necessidade de subsistência¹⁴⁹; As famílias que são alvo de exclusão social adquirem sentimentos de não pertença ao espaço, que são sentidos pelos membros mais velhos do agregado familiar, mas também pelos membros mais novos. Ou seja, por vezes este sentimento de associalização é não só passado pela sociedade para o indivíduo, mas também pelo agregado familiar para o mesmo;

¹⁴⁶ Idem. (p.160)

¹⁴⁷ Idem. (p.161)

¹⁴⁸ PEREIRA, Gaspar Martins. *Casa e Família: As ilhas no Porto em finais do século XIX*. (pp.174)

¹⁴⁹ PAUGUM, Serge. *A desqualificação social-Ensaio sobre a nova pobreza*. (p.150)

Compreende-se, portanto, que a família é crucial para o desenvolvimento de um ser humano. Com a industrialização, diversas famílias foram atraídas para as áreas urbanas, criando um afastamento do modelo familiar nuclear, característico das zonas rurais, forçando a uma nova adaptação de novo modelo familiar que fosse conciliável com as novas aspirações profissionais de cada elemento do agregado familiar¹⁵⁰. Na era industrial, também surgiram novas reformas sociais, como o aumento do nível de escolaridade e a tentativa de homogeneizar a igualdade entre o trabalho laboral em equidade de género a nível salarial. Esta independência material de cada pessoa está relacionada com outras aspirações de vida, como a união de facto ao invés do casamento¹⁵¹, o divórcio¹⁵², entre outros.

Esta continua alteração da composição da família levou também ao adiamento da idade em que os jovens casam, a diminuição do número de casamentos, que por sua vez daria azo à redução do nível de natalidade. Esta tendência de desagregação é agravada pela larga proporção de famílias monoparentais, que tem vindo a crescer substancialmente nos últimos anos. “Estas evoluções são sinal de uma instabilidade familiar que atinge a criança, cada vez mais nova, que isola as pessoas, que bloqueia o acesso dos jovens à sua autonomia (...)”¹⁵³.

Deste modo, é possível compreender que o isolamento familiar tem implicações a nível financeiro, não constituindo apenas uma questão social. Em caso de doença, acidente grave ou desemprego, a situação de monoparentalidade pode ser um risco para a sobrevivência dessa família, pela falta de rendimentos. Por sua vez, a decomposição das estruturas familiares tem consequência no crescimento das crianças; que carecem de figuras de referência, devido a vários fatores: ruturas, ausência de um dos pais biológicos, etc.¹⁵⁴.

“Quando a estrutura família se dissolve ou se altera, a família perde a capacidade de supervisionar e controlar os comportamentos dos filhos, aumentando a probabilidade da delinquência.”¹⁵⁵.

¹⁵⁰ GUERRA, Isabel. **Intervenções Face à Exclusão Social Urbana: Uma Luta Ingloria?** (p.48)

¹⁵¹ Lei n.º 7/2001, de 11 de Maio

¹⁵² Lei n.º 6/76, de 10 de Janeiro

¹⁵³ CLAVEL, Gilbert. **A Sociedade da Exclusão Compreendê-la para dela sair.**(p.119)

¹⁵⁴ Ibidem.

¹⁵⁵ FERREIRA, Pedro Moura. **«Delinquência juvenil», família e escola.** (p. 920)



[Figura 20.] O parque infantil do bebê. (Riis, 1885)

Neste contexto, a acumulação de fatores como desemprego, rendimentos insuficientes, habitação em estado precário e/ou insolvente e baixo nível de qualificações escolares e profissionais leva a que as situações de exclusão aumentem. Apesar da família, enquanto agregado, seja um domínio autónomo, esta está intrinsecamente ligada com aspetos sociais e económicos que providenciem o sustento, como o emprego, o estatuto social e os seus rendimentos. Existem ainda aspetos jurídicos que, pelo conhecimento ou falta dele, afetam os direitos da família. Podemos também falar de questões de saúde, onde a própria estrutura familiar tem um grande impacto. Todas estas interações contribuem para a criação de modelos evolutivos diversos, contudo dúbios¹⁵⁶.

A perda de relações sociais é caracterizada pelo isolamento, onde o défice de *socialização* leva a comportamentos marginais: delinquência, droga, prostituição, vandalismo e violência. Há uma perda de civismo, pela perceção da não participação em sociedade, pela falta de qualificações, desemprego, entre outros fatores¹⁵⁷.

A forma como se entende a delinquência está intrinsecamente ligada à conceção coletiva da infância e da juventude. Numa primeira instância, acredita-se que as crianças nascem frágeis e inocentes, que o seu desenvolvimento deve ser protegido e promovido pela família, e que esse desenvolvimento deve ser orientado pela educação, de modo a que, após muitos anos de educação, elas estejam prontas para se integrarem no mundo adulto. Quando esse percurso é interrompido, a delinquência tende a emergir, especialmente quando a família, a escola e a comunidade falham na sua função, ou quando a pobreza, a ignorância ou o abandono interferem no dever de educar adequadamente as crianças¹⁵⁸.

A delinquência juvenil pode ser entendida como um conceito geral que se refere a qualquer tipo de infração criminal cometida durante a infância e a adolescência; envolve também a resposta e a intervenção de instituições legais em relação a menores com comportamentos delinquentes. Neste sentido, a ação das instituições incide geralmente sobre casos de grave negligência familiar, ou situações onde adolescentes se comportam de uma forma desviante da realidade psicossocial do seu grupo etário. Apesar destes comportamentos desviantes não estarem associados de forma direta a infrações criminais, eles constituem uma resposta à realidade social que enquadra os

¹⁵⁶ CLAVEL, Gilbert. **A Sociedade da Exclusão Compreendê-la para dela sair.**(p.121)

¹⁵⁷ FERREIRA, Pedro Moura. «**Delinquência juvenil**», **família e escola.** (p. 916)

¹⁵⁸ Idem. (p. 913)

jovens ou crianças que o conceito “delinquência juvenil” define¹⁵⁹. Neste sentido, é possível distinguir duas perspectivas principais sobre a delinquência:

- **Delinquente subsocializado:** esta perspectiva parte de teorias que enfatizam a importância do controlo social, defendendo que a delinquência se gera pela falta de laços estruturantes entre o indivíduo e a sociedade. A presença desse contrato social na vida previne a delinquência, já que estes elementos guiam o indivíduo de forma interna (família, amigos) e de forma externa (instituições). Deste modo, é possível compreender que quanto mais diminuto for este controlo social, mais propenso é o indivíduo a ter comportamentos delinquentes;
- **Delinquente socializado:** esta perspectiva da delinquência está relacionada com a aprendizagem de comportamentos delinquentes adquiridos pelo contato com elementos sociais, que são vistos pelo indivíduo como modelos para as suas próprias ações¹⁶⁰.

O contacto com comportamentos de delinquência é observado de forma mais frequente na população mais desfavorecida, suscetível a sentimentos de frustração e injustiça pela impossibilidade de acesso legítimo a produtos e serviços. A falta de acessibilidade a estes serviços leva à rejeição dos objetivos e propósitos estabelecidos pela sociedade e, por sua vez, poderá levar ao uso de meios ilegítimos para obter os mesmos bens. Neste sentido, os indivíduos que são excluídos poderão desenvolver um pensamento crítico em relação ao seu meio envolvente e à sua estrutura social, levando-os a crer que a mesma é injusta e desigual para com eles. Por sua vez, a falta de fé no sistema social que integram leva a que os habitantes excluídos tomem escolhas marginais na procura do sucesso e do bem-estar, já que o percurso tradicional de obter estas condições não lhes é possível.

Assim, é possível compreender a influência protetora da família em relação à delinquência juvenil, estruturada em torno de três dimensões principais: supervisão familiar, identificação com os pais e comunicação. Quando os pais exercem uma supervisão efetiva sobre as atividades e comportamentos dos filhos, há uma maior probabilidade que estes levem em consideração as preocupações e orientações dos pais ao decidirem sobre a possibilidade de se envolverem em atos delinquentes. Os mais novos tendem a evitar comportamentos delinquentes, já que não

¹⁵⁹ Idem. (p. 916)

¹⁶⁰ Idem. (p. 918)

desejam colocar em risco os relacionamentos positivos que possuem com seus pais. A presença de relações familiares próximas e intensas cria uma base sólida que ajuda a minimizar a sensibilidade dos adolescentes às influências negativas. Por outro lado, a ausência de relações familiares próximas cria condições que podem levar à delinquência juvenil. Quando os laços familiares são frágeis ou inexistentes, os indivíduos têm menos sensibilidade às opiniões dos pais e podem sentir-se mais livres para responder às influências e incentivos de amigos ou a solicitações situacionais que os levam a comportamentos desviantes¹⁶¹.

¹⁶¹ Idem. (p. 920)

1.2.1.2. Precariedade habitacional e o impacto na saúde

A saúde, enquanto conceito, define-se por um estado de bem-estar físico, mental e social, e não apenas pela ausência de doença ou enfermidade¹⁶². “Fatores como onde vivemos, o estado do ambiente que nos envolve, genética, o salário e nível de educação, as relações com amigos e família tem todos impacto considerável na saúde, enquanto os fatores mais comuns como acesso a serviços de saúde tem menos impacto.”¹⁶³.

Em meados do século XIX, em Portugal, o discurso sobre a arquitetura doméstica sofreu uma alteração nos seus princípios base, redirecionando-se para a questão da habitação operária. Na época havia pouco estudo sobre esta questão, contudo, iria começar-se uma análise crucial que envolveria não só arquitetos e engenheiros, mas também médicos e higienistas. Assim, a higiene tornar-se-ia uma base de discurso comum a estas áreas, que viria a legitimar as políticas relativas à habitação operária¹⁶⁴.

¹⁶² World Health Organization <http://www.who.int/hia/evidence/doh/en/>

¹⁶³ Ibidem.

¹⁶⁴ GONÇAVES, Elisiário. **O alojamento operário português nas primeiras décadas do século XX: da Casa Familiar ao Bloco Comunitário**. (p.126)



[Figura 21.] Os inquilinos descansam num comodo alugado por cinco centavos à noite e acomoda doze pessoas numa sala de apenas treze pés de comprimento. (Riis, 1885)

Devido ao rápido crescimento da cidade, motivado pela revolução industrial, os problemas ambientais ameaçavam a saúde pública¹⁶⁵. A crise sanitária do Porto viria a ser alvo de estudos por parte de várias entidades, e apenas no início do século XX se viria a reconhecer alguma estabilidade sobre a matéria. Esta análise levaria a uma reforma legislativa, urbanística, arquitetural e administrativa que viria a renovar os princípios de planeamento e regulamentação da construção da habitação da classe trabalhadora. Deste modo, médicos, higienistas, arquitetos e engenheiros levaram a cabo uma análise científica que pretendia relacionar as altas taxas de mortalidade e a insalubridade urbana. Esta análise científica levaria à criação de leis de construção e regulamentação com o foco de melhorar a habitação da classe operária¹⁶⁶.

Neste sentido, é possível avaliar a habitação em função do seu impacto na saúde do habitante:

- as formas diretas e “rígidas”- ou seja, as condições físicas e materiais da habitação que afetam a saúde em termos físicos, e, numa situação extrema, a falta de habitação. Assim, a moradia poderá levar ao aparecimento de doenças no seus habitantes, afetando não apenas estes, mas a saúde pública, em geral;
- as formas “suaves”- onde a moradia falha na condição de oferecer bem-estar, segurança, estatuto social face ao contexto duplo individual – comunitário; em situação extrema, a sua precariedade e a sua localização em áreas degradadas são fatores potencialmente prejudiciais para o habitante, na sua saúde mental e emocional.

Embora ambas as formas se estabeleçam a partir de uma relação puramente circunstancial, motivada pela migração para as grandes cidades, levando a casos de pobreza, a precariedade da habitação pode não ser vista apenas como uma questão económica, mas também como uma questão moral ou social¹⁶⁷. Neste sentido, a habitação era considerada um fator imperativo para a análise da saúde, individual e pública. No entanto, apesar dos diversos esforços para a salubridade e melhoria das condições habitacionais, ainda na atualidade é possível aferir que, em certos casos, a habitação continua a ter um efeito negativo na saúde do seu habitante. A saúde respiratória é considerada uma das partes afetadas pelas condições da habitação, na medida em

¹⁶⁵ GONÇAVES, Elisiário. **Republican affordable housing. Art, hygiene and modern architecture in Portugal.** (p.4)

¹⁶⁶ Wisner et al. **Environmental health in emergencies and disasters.** World Health Organization.

¹⁶⁷ SHAW, Mary. **HOUSING AND PUBLIC HEALTH.** (pp.397-398)



[Figura 22.] Família Nuclear Extensa. (Hine, 1930)

que depende de questões de ordem física. A humidade é provocada pelo frio e pela má ventilação e provoca o aparecimento de mofo, fungos e outros microrganismos¹⁶⁸. Se por um lado, as condições de salubridade e isolamento das casas podem acarretar problemas na saúde, por outro lado, também os materiais usados na mesma constituem um perigo para os seus habitantes. Por exemplo, o uso de tubagens com chumbo é associado ao baixo desenvolvimento cognitivo das crianças, já que este material é considerado tóxico. Por outro lado, as habitações mais pobres, com moradores de classe social mais baixa, não têm possibilidade de obter dispositivos que garantam a segurança e proteção contra incêndio.

Para além das questões relacionadas com a saúde, é necessário analisar a distribuição da família na habitação. A lotação da casa é não só baseada no número de pessoas que vivem no mesmo espaço, mas também em questões fisiológicas, como a idade, a relação entre si e o sexo. Além disso, a aglomeração excessiva de habitantes também se pode dar devido às condições de habitação; por exemplo, os habitantes podem juntar-se numa só divisão de modo a evitar as partes mais frias da casa. A constante aglomeração e sobrelotação dos espaços da casa pode levar à propagação de doenças infecciosas e afetar a saúde mental, que, por sua vez, poderá afetar a aprendizagem. Os psiquiatras defendem que a separação noturna entre pais e crianças com mais dois anos é fundamental, assim como o acesso a espaços como casas de banho, seja feito através de corredores e não através de outros quartos¹⁶⁹.

Deste modo, é possível estabelecer uma relação entre a qualidade habitação e a saúde do habitante. Além da casa ser um indicador de estabilidade económica e de estatuto social, representa um dos maiores gastos domésticos. A segurança que implica a ideia de possuir uma habitação pode também ser um fator crucial na saúde. A propriedade da própria casa leva a uma maior autoestima e satisfação geral com a vida; por outro lado, o inquilino que mora num bairro social, terá mais dificuldade de lidar com os problemas do espaço privado (mofo, humidade, falta de condições) e do espaço coletivo (vandalismo, lixo, ruído).

Além disso, a localização da habitação é também um fator crucial para a saúde. Frequentemente, é possível observar que a habitação operária se encontra nas periferias da cidade, perto das

¹⁶⁸ Idem. (pp.399-400)

¹⁶⁹ Centres for Disease Control and Prevention and U.S. Department of Housing and Urban Development. Healthy housing reference manual. Atlanta: US Department of Health and Human Services; 2006



[Figura 23.] Quartos de Hospedagem para mulheres. (Riis, 1885)

fábricas. Por outro lado, a habitação das classes mais altas posiciona-se mais perto dos centros. Deste modo, é possível perceber que o facto da habitação se encontrar mais próxima da poluição de fábricas, de águas paradas, que atraem mosquitos, podem ser fatores que levam a um risco acrescido para a saúde dos habitantes¹⁷⁰. A falta de proximidade com serviços de saúde, parques de lazer e desporto, entre outros, leva também a uma deterioração da saúde¹⁷¹.

Neste sentido, as relações sociais que o habitante deste bairro poderá ter com o resto da sociedade ficarão cada vez mais estreitas; este irá isolar-se da mesma e apenas comunicar com os seus pares. Segundo Émile Durkheim, existe uma relação direta entre a qualidade e a importância das relações sociais e a saúde de cada indivíduo, uma vez que a ajuda entre pessoas tem um impacto importantíssimo para o habitante. Na verdade, a falta de coesão social levaria ao isolamento total e, por consequência, à deterioração da saúde mental, podendo mesmo levar ao suicídio. Deste modo, é possível aferir o conceito de Infraestrutura Social; segundo Eric Klinenberg, este conceito implica um espaço físico capaz de criar e desenvolver relações entre pessoas. Quando a infraestrutura social é robusta, caracterizada por espaços que estimulam a sociabilidade, o contacto cresce, criando mútuo suporte e colaboração entre habitantes; por outro lado, quando está degradada, é possível observar a falta de atividade social¹⁷².

A precariedade do acesso à saúde estabelece uma relação direta com a precariedade do trabalho, onde quanto mais precário for o emprego, menor será o recurso a serviços de saúde¹⁷³. É possível distinguir os três tipos de diferentes usuários do sistema de saúde:

- “os mais ricos aproveitam no fundo a mutualização das quotas da segurança social e os regimes convencionais complementares e aumentam a sua proteção com os seguros privados; representam os maiores consumidores de cuidados e de bens médicos;
- as camadas médias, integradas no sistema económico, beneficiam do regime geral de segurança social, frequentemente completado por uma sociedade mutualista;

¹⁷⁰ SHAW, Mary. **HOUSING AND PUBLIC HEALTH**. (pp.410-411)

¹⁷¹ MURRAY, Christopher; KING, Gary; LOPEZ, Alan; TOMIJIMA, Niels; KRUG, Etienne. **Armed Conflict as a Public Health Problem**. (p.346)

¹⁷² KLINENBERG, Eric. **Worry Less About Crumbling Roads, More About Crumbling Libraries** (p.1)

¹⁷³ CLAVEL, Gilbert. **A Sociedade da Exclusão Compreendê-la para dela sair**.(pp.91-92)

- os mais pobres estão dependentes da ajuda sendo os mais fracos consumidores de cuidados de saúde e de bens médicos;”¹⁷⁴.

Deste modo, é possível constatar que a saúde de um indivíduo está diretamente relacionada com a sua condição social. A habitação tem um papel primordial na saúde física, psicológica e emocional do habitante, que se traduz não só na qualidade da saúde do indivíduo, mas também na sua condição social.

¹⁷⁴ MURAD cit in. CLAVEL, Gilbert. **A Sociedade da Exclusão...**(op.cit.pp.91-92)

1.2.1.3. A Estigmatização e os seus efeitos na dinâmica escolar

“Com o avanço da industrialização, a escola ganha cada vez maior importância como empresa de formação cultural, até se propor em alguns casos como experiência globalizante. Funcionalistas e teóricos do conflito investigaram o fenómeno, realçando as primeiras as funcionalidades que tal instituição desempenha no seio dos diversos contextos sociais (transmissão cultural, integração, mobilidade social etc.), e os segundos as desigualdades de classe, que a escola tenderia a alimentar.

Alfabetização e escolarização de massa (quer primária, quer superior), mas também abandonos da escola e desemprego intelectual constituem os aspetos diferentes de um mesmo problema, a que os diversos Estados se referem segundo modalidades que variam na base de condições políticas, económicas, culturais, históricas e geográficas.”¹⁷⁵

¹⁷⁵ DEMARTIS, Lúcia - **Compêndio de Sociologia**. (p.152)



[Figura 24.] Escola Noturna. (Riis, 1885)

A escola, enquanto instituição, constitui uma base para o futuro. A formação adquirida na escola é a base para arranjar um emprego, ter acesso a recursos, alcançar um estatuto social e constituir família. Contudo, verifica-se que nas populações de menores recursos, as taxas de insucesso escolar são mais altas, o que constitui, à partida, uma dificuldade que perpetua e acentua as desigualdades existentes¹⁷⁶.

O mau aproveitamento escolar relaciona-se com a falta de apoio familiar, mas também passa de geração em geração. Isto provoca uma desilusão para com o sistema social, que por vezes advém de diversas gerações, ou pela ausência de perspetivas de futuro contra o sistema pela falta de acesso a serviços ou pela rutura familiar. Além disso, a má relação entre o bairro social e a cidade acaba por ter um efeito negativo, levando os habitantes a interiorizarem a sua desvantagem social em relações aos restantes colegas na escola¹⁷⁷.

A escola confere um papel primordial na socialização dos indivíduos e na formação de subculturas juvenis. Estas surgem a partir dos espaços de lazer, que integram o espaço escolar, e para a construção da personalidade e identidade do indivíduo face aos seus pares.

Deste modo, os modelos de delinquência que foram apresentados anteriormente, podem ser reaplicados à realidade escolar. Embora a escola desempenhe um papel importante na socialização e possa contribuir para a conformidade e prevenção da delinquência, é importante ressaltar que a associação com amigos delinquentes e a influência de subculturas de rejeição escolar podem anular ou neutralizar as orientações convencionais da escola, favorecendo a manifestação da delinquência¹⁷⁸.

Estes comportamentos marginais são, na verdade, comportamentos de insatisfação que remontam à habitação e à família; resultam da urbanização envolvente do bairro, das condições de habitabilidade do fogo, do nível de recursos ao dispor da família, da situação profissional e, fundamentalmente, da qualidade dos laços familiares. Apesar da escola ser um catalisador de equidade horizontal e, portanto, dever ser equitativo para todas as classes, também é um lugar

¹⁷⁶ Idem. (p.153)

¹⁷⁷ CLAVEL, Gilbert. **A Sociedade da Exclusão Compreendê-la para dela sair.**(p.101)

¹⁷⁸ FERREIRA, Pedro Moura. «**Delinquência juvenil**», **família e escola.** (pp. 922-924)



[Figura 25.] Crianças a dormir nas ruas. (Riis, 1885)

que contribui para as divisões sociais. As populações mais desfavorecidas são, em grande parte, alvo de grandes taxas de insucesso escolar e desistências precoces. Aquando da entrada de uma criança na escola, e até ao ensino básico, a orientação familiar é essencial para o ajudar a ser bem sucedido¹⁷⁹.

Crianças que vivem em meios familiares desfavorecidos, com baixos níveis de escolaridade são, desde cedo, responsáveis pelo seu (in)sucesso, já que os membros do restante agregado familiar não se encontram em posição de as ajudar, pela escolaridade baixa que possuem. Por isso, as taxas de insucesso escolar crescem. É um facto que as repetições de ano levam à quebra de laços entre o estudante e os grupos escolares, o que, por sua vez, terá um impacto negativo na vida do aluno reprovado. Por sua vez, este sentimento de “estar para trás” leva a situações de isolamento social, motivado pela vergonha de não conseguir acompanhar os colegas, gerando-se sentimentos de angústia.

“Se a escola tem tendência a reproduzir as divisões sociais, as populações em situação de pobreza, de precariedade ou de exclusão estão sobrerrepresentadas nestes percursos marcados pelo insucesso escolar.”¹⁸⁰.

Deste modo, é possível comprovar que o insucesso escolar não é apenas um fenómeno pedagógico, mas essencialmente social, na medida que o mesmo sofre mutações conforme a passagem do tempo. Desde o século XIX até à década de 60 do século XX, o insucesso escolar era um dado avaliado apenas pelo seu carácter pedagógico, já que não era tido em conta uma experiência social traumatizante no aluno. Nesta altura, era mais fácil arranjar um trabalho com estabilidade sem qualquer tipo de diploma¹⁸¹.

A escola desempenha um papel importante na sociedade e pode ter um impacto significativo na mitigação das desigualdades sociais. Embora a ideia de uma escola integradora e igualitária seja um ideal, na prática, existem desafios e limitações que podem influenciar a forma como as desigualdades são reproduzidas ou enfrentadas.

¹⁷⁹ DEMARTIS, Lúcia - **Compêndio de Sociologia**. (p.155)

¹⁸⁰ CLAVEL, Gilbert. **A Sociedade da Exclusão Compreendê-la para dela sair**.(p.105)

¹⁸¹ PEREIRINHA, José António. **Política Social**. (p.57)



[Figura 26.] Crianças na Escola. (Riis, 1885)

Idealmente, a escola promove uma estrutura com iguais oportunidade para todos os seus alunos. Contudo, na realidade poderão ser encontradas situações de segregação social, reproduzidas através das desigualdades no contexto de origem dos estudantes. Estas situações de segregação decorrem de condições económicos, sociais, educacionais e culturais das famílias dos estudantes que influenciam o seu progresso e sucesso escolar. No entanto, é possível que um aluno que venha de um contexto modesto tenha sucesso escolar, e possa ascender socialmente; não é possível, contudo, atribuir de forma equitativa essa possibilidade a todos os estudantes. Em adição, as desigualdades estruturais como as desigualdades salariais, a falta de acesso a recursos educacionais adicionais, a discriminação, o preconceito, entre outros, poderão constituir obstáculos adicionais neste percurso pela ascensão social¹⁸².

“Note-se que a revolução do 25 de Abril de 1974 acabou por constituir uma rutura no processo de reforma educativa concebido pelo Ministro Veiga Simão, consagrado na Lei de Bases aprovada em 1973 (Lei n.º 5/73, de 25 de Julho) e que para a época representava um passo importante no sentido da modernização e abertura do nosso sistema educativo, porquanto nela se consagravam algumas mudanças importantes: prolongamento da escolaridade obrigatória para oito anos, aumento da oferta educativa, institucionalização da educação pré-escolar oficial, diversificação do ensino superior, criação de melhores condições de acesso e sucesso educativo para todos os jovens em idade escolar, democratização da educação pela promoção da igualdade de oportunidades, reforma do modelo de formação de professores através da criação de escolas superiores de formação e de departamentos universitários de ciências da educação.”¹⁸³.

Na atualidade, a obtenção de um diploma é fundamental para arranjar um emprego digno, porque o nível de sucesso escolar tem cada vez mais peso na integração no mercado de trabalho e na vida social.

Assim, é possível concluir, que apesar do discurso de unidade que caracteriza a “escola para todos”, apenas uma parte dos alunos é capaz de chegar ao seu termo. Neste sentido, o discurso sobre as aptidões e a neutralidade são na verdade termos que encobrem as contradições sociais da escola, e ocultam a relação que a escola tem com a posição social do aluno que a frequenta.

¹⁸² CLAVEL, Gilbert. **A Sociedade da Exclusão Compreendê-la para dela sair.**(p.105)

¹⁸³ **CIDADANIA E EDUCAÇÃO ESCOLAR EM PORTUGAL-** Capítulo II - UNIVERSIDADE DO MINHO, consultado a 20/10/2023. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/951/4/Capitulo%20II.pdf>

CONTINUATION SCHOOLS

Working children
go to school
part of the time



Employers spare them
a few hours each week
out of their work time
without reducing wages



CHILDREN GET
A better chance for promotion
EMPLOYERS GET
Increased efficiency in workers
School work is related to shop work
HENCE

the child becomes
an intelligent workman
and a better citizen

**EDUCATION IS THE ENEMY
OF CHILD LABOR**

[Figura 27]. Cartaz de Escolaridade continuada, que ameaça o trabalho infantil. (Hine, 1930)

A “escola não é *na realidade* a mesma para todos, mesmo se o é *o segundo direito*, as diferenças sociais *estão já presentes* quando os indivíduos entram na escola”¹⁸⁴. Portanto, compreende-se que a escola legítima e aplica um tipo de violência particular com as classes mais baixas, aquelas que tem mais dificuldades em conseguir o sucesso escolar, por perpetuar o reconhecimento da legitimidade do monopólio do saber para as classes mais altas¹⁸⁵.

O reconhecimento deste arbítrio cultural é resultado do trabalho pedagógico que visa inculcar um *habitus*, ou seja, a interiorização duradoura dos princípios culturais dominantes que formam um conjunto de práticas capazes de perpetuar uma cultura interiorizada. A duração e a qualidade dessa interiorização variam de acordo com o *habitus* primário das diferentes classes sociais, ou seja, de acordo com as experiências adquiridas na primeira infância.

Existem, portanto, diferentes processos de interiorização de acordo com as classes sociais, o que é influenciado pela distância entre o *habitus* primário, relacionado com as origens sociais, e o *habitus* secundário, inculcado pela instituição escolar. Para a classe dominante, sendo que há pouca distância entre os *habitus* primários e secundários, os destinatários recebem a sua própria cultura, como se fosse apenas a transmissão de uma herança. No entanto, para as classes insolventes, devido à maior distância entre os *habitus* primários e secundários o trabalho de interiorização da cultura dominante não pode ser realizado apenas por meio da inculcação; é necessário também desenraizar o aluno das suas próprias raízes culturais, sem, no entanto, renegar completamente a herança que legítima a sua ascensão social¹⁸⁶.

Face à exclusão, manifesta-se nas camadas sociais mais desfavorecidas um sentimento de vergonha; vergonha de viver de acordo com os hábitos do seu meio, vergonha de exercer um trabalho desvalorizado, vergonha de pertencer a uma família numerosa, entre outros aspetos.

A vergonha é o produto de uma desculturação e culpabilização, que possui três níveis:

- O reconhecimento, por parte dessas populações, da ilegitimidade de sua especificidade cultural, valorizando a superioridade da cultura dominante, que serve como referência coercitiva;

¹⁸⁴ CLAVEL, Gilbert. **A Sociedade da Exclusão Compreendê-la para dela sair.**(p.112)

¹⁸⁵ Ibidem.

¹⁸⁶ Ibidem.

- O reconhecimento da legitimidade de sua exclusão, ou seja, da sua inadequação para se integrar no sistema escolar, de sua inferioridade intelectual e cultural;
- A autonegação dos seus saberes e habilidades tradicionais, resultando no desprezo das suas possibilidades, competências atuais e capacidade de aprendizagem.

Assim, a escola é um local de educação, mas para as camadas mais modestas e desfavorecidas, ela pode ser, essencialmente, um local de cultura negativa. Esta produz comportamentos específicos, cujos princípios são baseados na interiorização da ilegitimidade da sua própria cultura, em vez de uma adesão positiva à cultura dominante. A supremacia da negatividade interiorizada, a vergonha de ser, supera a adesão à cultura dominante e aumenta a distância das classes sociais mais oprimidas¹⁸⁷. Inúmeros comportamentos violentos, agressivos ou criminosos, assim como a raiva ou o ódio manifestados pelas camadas oprimidas, são formas de resistência e autoexclusão que inibem o desejo de aderir à cultura dominante.

“Dito de outra forma, a exclusão não poderia ser apreendida em termos de marginalidade ou de inadaptção, mas sim em termos de lugar atribuído, subjetivamente aceite, em relação com o mercado de trabalho e com uma posição na hierarquia social.”¹⁸⁸.

¹⁸⁷ DEMARTIS, Lúcia - **Compêndio de Sociologia**. (p.160)

¹⁸⁸ CLAVEL, Gilbert. **A Sociedade da Exclusão Compreendê-la para dela sair**.(pp.112-115)

1.2.1.4. Desafios e limitações no mundo laboral

O estigma sentido pelos jovens durante o seu percurso escolar irá continuar no mundo laboral, onde serão excluídos de empregos com maior estabilidade e remuneração devido à sua falta de qualificações.

O emprego, enquanto estatuto económico e social, permite assegurar necessidades básicas, como alojamento, alimentação, educação, transportes, vestuário, entre outros. Esta capacidade gera um estatuto social, uma posição social que é reconhecida pela sociedade. Este facto perfaz que o detentor de um emprego se sinta integrado no meio social, como parte da cultura, através da posse de um alojamento, da integração num sistema de saúde, entre outros. Estes elementos fazem parte da identidade do habitante e servem para a restante sociedade o reconhecer como um elemento integrante¹⁸⁹.

¹⁸⁹ Idem. (p.67)



[Figura 28.] Trabalho infantil- Meninos a distribuir jornais. (Hine, 1930)

Por sua vez, o desemprego aniquila a integração social de um indivíduo. Este facto leva a que os cidadãos desempregados se sintam socialmente inseguros, percam o seu estatuto social, se isolem da sociedade e percam a sua identidade e o seu sentido de pertença. Neste sentido, é possível distinguir três tipos de empregabilidade:

- **Emprego Estável:** referente aos trabalhos que transmitem segurança contribuem para a integração dos cidadãos;
- **Emprego Precário:** corresponde a um tipo de empregabilidade onde o cidadão terá de recorrer a serviços de ação social para sobreviver;
- **Desemprego:** corresponde à perda da forma de subsistência, de forma permanente ou intermitente, e conduz à rutura de laços sociais, levando a um processo de exclusão social e desfiliação.

Assim, a perda de emprego, enquanto desfiliação dos laços sociais, faz-se acompanhar “pela vergonha de se dizer desempregado e por um grande processo de desvalorização de si próprio”¹⁹⁰, pela perceção de perda da sua utilidade social. Neste sentido, compreende-se que o estigma social integra duas faces; por um lado, o estigma que a sociedade cria para um cidadão, pela sua situação de desemprego, invalidez, ou por este não se enquadrar nos padrões sociais, a nível cultural, social, entre outros; por outro lado, o estigma que o cidadão terá para consigo mesmo, que levará a comportamentos de isolamento e de autoexclusão, por não se sentir como parte ativa e integrante da sociedade em que vive¹⁹¹.

A quebra de laços entre o cidadão desempregado e a restante sociedade é um processo gradual. Nos meses seguintes ao despedimento, o cidadão ainda detém alguma esperança de arranjar outro emprego; por este motivo, esta situação chama-se *desemprego de transição*; o desempregado pode recorrer aos recursos sociais, como os centros de emprego, para conseguir sair desta condição. Por outro lado, a permanência num estado de desemprego apelidar-se-á de *desemprego de exclusão*¹⁹², que estabelece uma rutura efetiva com o mundo laboral, criando uma situação de precariedade que destrutura a identidade do cidadão¹⁹³.

¹⁹⁰ Idem. (p.73)

¹⁹¹ LOISON, Laurence. **A Experiência do Desemprego em Portugal**. (p.113)

¹⁹² WUHL, Simon. **Dans Discrimination positive et justice sociale**. (p.107)

¹⁹³ CLAVEL, Gilbert. **A Sociedade da Exclusão Compreendê-la para dela sair**.(pp.71-72)



[Figura 29.] Menina a cuidar de um bebê na rua. (Riis, 1885)

A condição de assalariado também é um meio de participar em ritos coletivos e realizar intercâmbios sociais, fora das atividades realizadas no contexto familiar e comunitário. Vale a pena ressaltar que, na sociedade portuguesa, o trabalho é associado a fortes valores éticos¹⁹⁴. Face ao do desemprego de longa duração, os indivíduos confiam apenas nas próprias forças e nas de seus familiares para enfrentar as dificuldades, considerando essas redes de apoio familiar como o seu único capital social.

Existe um constante dependência recíproca entre o funcionário e o empregador, onde um necessitará sempre do outro, o que assegura a integração do indivíduo em sociedade. O sistema de emprego corresponde a um modo de utilidade social, que se liga a relações de dominação de classe social mais alta sobre a mais baixa.

Em síntese, as marcas feitas pelas diferentes realidade económicas são sinais de distinção social, “deles fazem parte do tipo de alojamento, o emprego, percurso escolar, os modos de vida e consumo, as origens culturais... Algumas particularidades da situação (residir em habitações sociais específicas em centros de alojamento, num bairro socialmente marcado (...)) transformam-se em particularidades de posição (estatuto desvalorizado dever ou ausência de mediações institucionais ou públicas, práticas de tipo subproletário).

É neste jogo de interpretações das particularidades de situações que se constitui a posição específica dos excluídos, no seio de um campo de relações simbólicas relativamente autónomo.”¹⁹⁵.

Assim, é possível concluir que as pessoas socialmente excluídas não ocupam um lugar fora da sociedade, mas também não integram o domínio de relações sociais que a compõem. Portanto, a exclusão “resulta de um processo de desagregação”¹⁹⁶, marcado pela ausência de acesso a diferentes componentes da vida social. Assim, é possível caracterizar a disfuncionalidade da sociedade moderna pela incapacidade de redirecionar o olhar de modo a criar relações sociais positivas para todos os seus constituintes, conciliando as dinâmicas sociais, económicas e políticas, entre outras. Por isso, qualquer membro da sociedade poderá ser estigmatizado e excluído, caso não cumpra estes requisitos.

¹⁹⁴ LOISON, Laurence. **A Experiência do Desemprego em Portugal**. (p.116)

¹⁹⁵ CLAVEL, Gilbert. **A Sociedade da Exclusão Compreendê-la para dela sair**.(p.169)

¹⁹⁶ ROSANVALLON, Pierre. **La Nouvelle question sociale ((Réédition)): Repenser l'Etat-providence**. (p.89)

1.2.2. A influência das ações arquitetónicas na percepção coletiva

Após a análise anterior, é possível concluir que a habitação tem um papel crucial na estigmatização do habitante. Deste modo, pretende-se analisar de que modo as ações arquitetónicas tem uma influência negativa ou positiva na questão do estigma. Face à desvalorização de alguns espaços em relação a outros, observa-se o reconhecimento do valor do território em função dos seus valores económicos, sociais e políticos.

Se a base da segregação surge através do descontentamento de uma dada população face às suas condições, esta condição poderia ser alterada, produzindo espaços que integrassem e dessem qualidade habitacional aos seus habitantes, dignificando-os, colocando-os em igualdade com a restante sociedade. Para isso será necessário aliar as diversas áreas que contribuem para a dispersão do estigma, tais como Política, Economia, Arquitetura e Sociologia, construindo uma solução que passe por recompor o olhar estigmatizado que a sociedade dirige às classes sociais mais baixas. Procurar-se-á perceber quais as motivações que levam a sociedade a percecionar de forma diferente estes complexos habitacionais, e por extensão, os seus habitantes.

1.2.2.1. A relação entre o espaço arquitetónico e a percepção social

É possível atribuir uma relação entre o espaço arquitetónico de um contexto urbano estigmatizado, e uma dada classe social. Tal como visto anteriormente, a desertificação do centro portuense causada pelo afluência de comércio que ocupou o rés do chão dos edifícios, tornando impossível o acesso aos pisos superiores, levou grande parte da população carenciada a mover-se para as periferias¹⁹⁷. Esta desertificação esteve também ligada ao aumento de popularidade do centro que, por sua vez, levaria a uma subida nas rendas, tornando-as incomportáveis para as classes baixas. Deste modo, foi produzida uma rutura entre os espaços de “continuidade urbana e os espaços de crescimento, dispersão, difusão ou excentricidade urbana, em grande medida excluídos dos debates da «crise da cidade»”¹⁹⁸.

Assim sendo, é possível caracterizar uma hierarquia dos lugares dentro da cidade através dos custos das habitações¹⁹⁹. Em consequência do Plano de Melhoramentos de 1956-66, a população

¹⁹⁷ FERNANDES, Eduardo. **SEGURANÇA E SUSTENTABILIDADE: PROCESSOS URBANOS E CRIMINALIDADE NO PORTO ENTRE 1928 E 1988.** (p.29)

¹⁹⁸ DepA, *In Conflit* volume 2, (p.89)

¹⁹⁹ ARRUDA, Ricardo; BAIA, Alexandre; COLAÇO, João. **O que é a exclusão social?** (p.63)

é deslocada para a periferia da cidade onde os custos de habitação era menores, num processo de exclusão da cidade²⁰⁰.

Apesar de frequentemente demolidas e dos seus habitantes serem realojados²⁰¹, as ilhas nunca vieram a conhecer a sua extinção, devido à sua localização geográfica, muito mais vantajosa do que a dos bairros económicos, mas também pelo seu baixo custo, (embora demasiado alta para as condições desumanas da habitação); mas também pelo sentido de comunidade que a ilha proporcionava²⁰².

Como visto anteriormente, a formação destes lugares surgiu devido à expansão económica do século XIX, pelo que se conclui que a formação dos mesmos não se deve apenas a uma carência social, mas também económica²⁰³. Assim, é possível reanalisar o crescimento no Porto, e as fases de organização destas comunidades, desde o século XIX até à atualidade, observando o comportamento e a deslocação das populações dentro do território:

- **1.1 Primeira Fase:** Crise na Agricultura de 1870

A população do meio rural migra para as cidades em busca de melhores condições de vida, levando ao aumento exponencial da população da cidade; desde 1864 até 1900, a população portuense cresceu desde 86.761 para 167.955 habitantes. O sistema de alojamento é totalmente discriminador das classes baixas, levando as mesmas a viver em condições desumanas;

- **1.2 Segunda Fase:** Construção de Ilhas entre 1878 e 1890

Neste período foram construídas cerca de 5.100 casas em ilha, sendo que este número duplicou em 1900;

- **1.3 Terceira fase:** Bairros Económicos do Estado Novo

Durante o regime fascista, dá-se o realojamento das classes insolventes nas periferias, dando lugar aos problemas atrás referidos²⁰⁴;

²⁰⁰ GONÇALVES, Alda. PINTO, Teresa Costa. *Os Bairros Sociais Vistos por si mesmos*. (p.111)

²⁰¹ ARRUDA, Ricardo; BAIA, Alexandre; COLAÇO, João. *O que é a exclusão social?* (p.22)

²⁰² DepA, *In Conflit* volume 2, (p.92)

²⁰³ GUERRA, Isabel. *Intervenções face à exclusão social urbana: uma luta inglória?* (p.47-48)

²⁰⁴ GONÇALVES, Alda. PINTO, Teresa Costa. *Os Bairros Sociais Vistos por si mesmos*. (p.113)

- **1.4 Quarta Fase:** Desde 1974 até à atualidade

Com a queda do regime, a população começou a fazer valer os direitos na habitação. O programa SAAL abriu caminho para uma nova tentativa de reintegração de todas as classes no meio social. Contudo, apesar deste e de outros programas que se seguiram, continua a haver uma grande parte da população que necessita de alojamento.

Resumidamente, é possível traçar o percurso das classes mais baixas no Porto desde a sua entrada na cidade, consequente da aspiração de melhores condições de vida, que leva a um alojamento em sítios insalubres motivados pela falta de capacidade económica²⁰⁵. A estigmatização desta classe surge porque o habitante da ilha não é bem visto pela restante sociedade. Por fim, dá-se a mobilização para as periferias, que resulta da atribuição de melhores condições de habitação, mas também da tentativa de “limpar” o centro, e fazer desaparecer os habitantes das ilhas²⁰⁶.

Ainda hoje, os habitantes sem poder de compra são automaticamente excluídos de qualquer decisão referente à habitação, e vão morar para onde lhes for destinado. Continua a existir, portanto, uma charneira que divide algo que será alvo de estigmatização: o espaço urbano/alojamento exprime a relação simbólica do indivíduo com a sociedade²⁰⁷. Essas comunidades encontram-se isoladas do contexto social e cultural ao seu redor²⁰⁸, em bairros periféricos. A forma como as construções são dispostas (espaços fechados, distância física em relação aos vizinhos, características específicas da arquitetura, etc.)²⁰⁹, pode dar origem a uma situação de gueto, o que é amplificado pela aparência das construções.

Por isso, atualmente, é possível caracterizar o território portuense quanto à sua organização económica, organização social e organização arquitetónica. No caso dos bairros económicos, é possível caracterizar a habitação das classes insolventes como uma dupla fachada, primeiramente, enquanto espaço-refúgio, na qualidade de casa, e, em segundo lugar como espaço marginalizado, enquanto afastado da vida social²¹⁰. O território portuense encaixa-se assim no

²⁰⁵ PEREIRA, Gaspar Martins. **SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário** (p.173)

²⁰⁶ DepA, **In Conflit** volume 2, (pp.90-91)

²⁰⁷ CLAVEL, Gilbert. **A Sociedade da Exclusão Compreendê-la para dela sair.**(p.46)

²⁰⁸ Idem. (p.38)

²⁰⁹ AUGUSTO, Nuno Miguel. **Habitação Social- da intenção de inserção à ampliação da exclusão.**(p.3)

²¹⁰ Idem.(p.2)

conceito de “heterotopia”²¹¹, de Michel Foucault, um espaço geográfico que não é homogêneo na sua condição. A localização com baixo custo do terreno estabelece uma relação direta com o baixo custo da construção e também com a sua menor qualidade²¹². “O alojamento tem um valor de uso enquanto corresponder a uma necessidade social; Mas, o que interessa ao capital promocional privado é o seu valor de troca: o alojamento é, antes de mais, uma mercadoria rendível, isto é, um produto fabricado por um capital que ao ser investido procura realizar, num lapso de tempo mínimo um lucro máximo.”²¹³.

Atualmente, observa-se uma dupla problemática face à habitação: se por um lado os bairros construídos durante o Estado Novo se encontram em más condições, necessitando de reabilitação, por outro lado o investimento na construção de novas habitações que sejam coerentes com as novas necessidades das famílias contemporâneas é escasso e bastante inferior ao necessário²¹⁴. É necessário refletir sobre o conceito de “casa”, enquanto local de descanso, mas também como lugar de produção de relações sociais e financeiras: influenciando “o acesso a outros direitos fundamentais, persuade a condição de os indivíduos terem ou não uma vida digna e constitui-se, deste modo, essencial para que, entre outras condições, o indivíduo possa incluir simbólica e instrumentalmente em vários domínios da vida social (...)”²¹⁵.

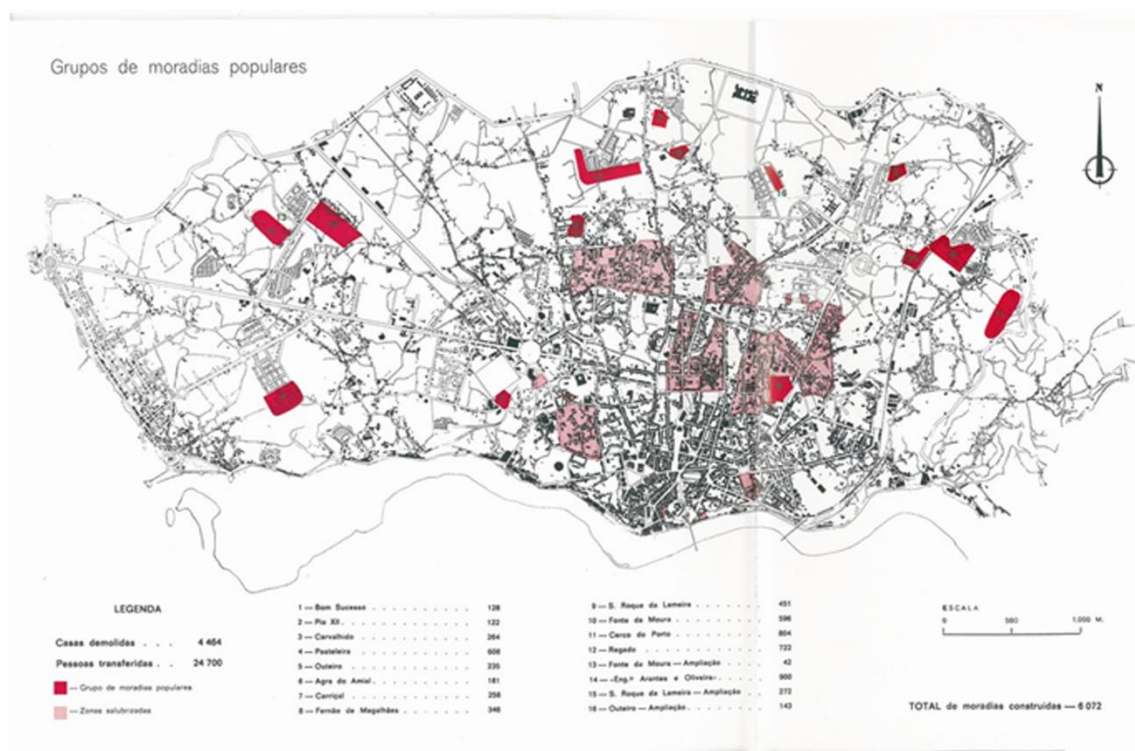
²¹¹ FOUCAULT, Michel. “Des Espace Autres”. (pp.46-49)

²¹² PEREIRA, Gaspar Martins. **Cidade, habitação e participação** (p.179)

²¹³ CLAVEL, Gilbert. **A Sociedade da Exclusão Compreendê-la para dela sair**. (p.57)

²¹⁴ SANTOS, Clara. **Habitação Social, Vulnerabilidade Social e Serviço Social**. (p.6)

²¹⁵ Idem.(p.3)



[Figura 31.] Localização das ilhas a demolir e dos bairros a construir no Plano de Melhoramentos. (Câmara Municipal do Porto, 1956)

1.2.2.2. Um ato tridirecional

A aproximação do arquiteto às questões da habitação é crucial, e irá ter uma relação direta com a forma como a sociedade encara o espaço habitacional. A arquitetura tem uma relação estreita com os paradigmas sociais do meio onde se insere; é possível denominar, pelo menos, três formas de agir sobre ele - a construção, criando novos espaços habitacionais; a demolição, como tentativa de dissipar o estigma, eliminando a sua materialização num determinado local; a reabilitação, melhorando a imagem e as qualidades habitacionais do complexo e, paralelamente, a forma como os seus habitantes são percecionados.

Procurar-se-á compreender qual é o impacto de cada uma destas abordagens, compreendendo as vantagens e desvantagens das mesmas para o habitante, para a sociedade e para o espaço arquitetónico. Ressalve-se, no entanto, que cada situação é única e deve ser avaliada de acordo com o seu contexto.



[Figura 32.] Ilhas na relação com o corredor. (Teixeira, 1960)

1.2.2.2.1 O Ato de Construir: Símbolo de transformação urbana e social

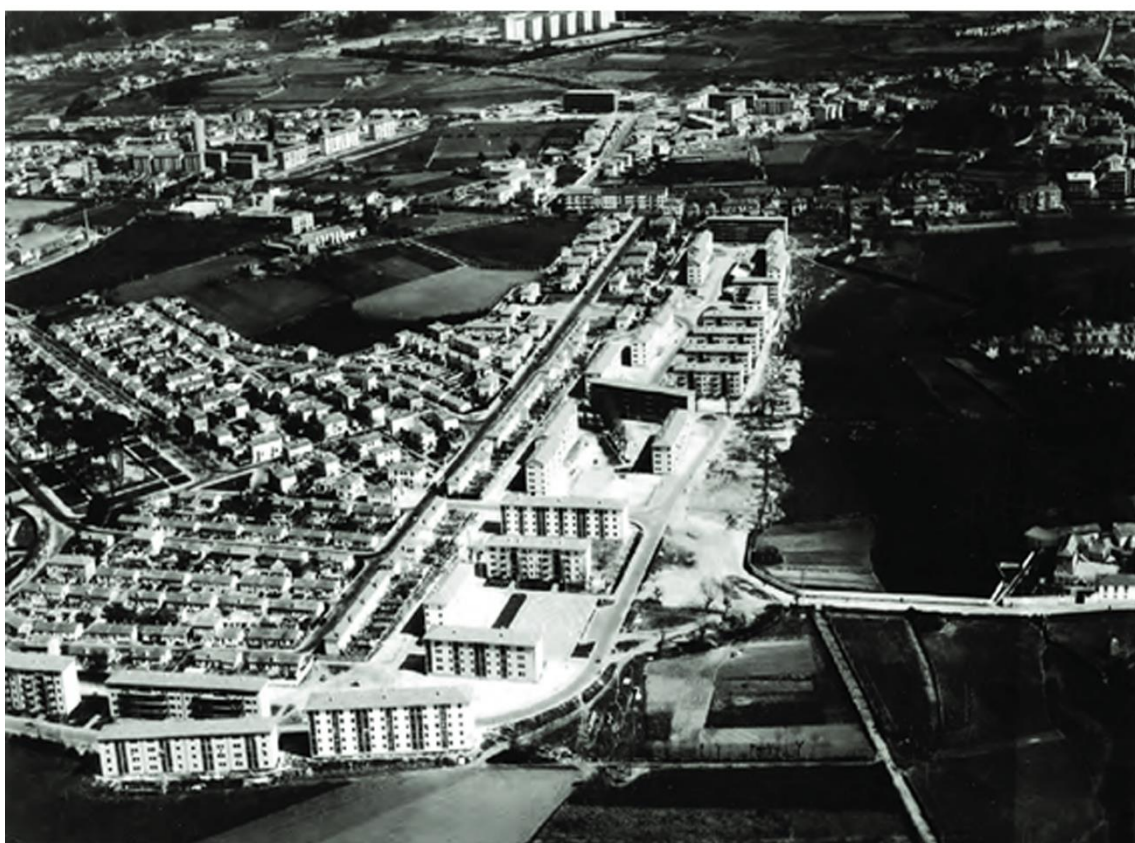
Construir, v. tr.

Reunir e dispor metodicamente as partes de um todo²¹⁶.

Partindo do significado etimológico da palavra de construir, compreende-se que este ato implica a reunião de partes. Esses constituintes serão, não só a parte física e construtiva da habitação, mas também o seu lado simbólico, que se agrupa com a parte emocional do habitante. Compreende-se, portanto, que para que uma habitação digna seja efetivamente construída, ela terá de ter não só salubridade e solidez na construção, mas também funcionalidade e capacidade de oferecer condições de conforto.

A construção de uma habitação que não confere estes parâmetros não poderá ser considerada uma construção digna para o habitante. Por exemplo, a construção cujas técnicas construtivas não previnem o aparecimento de patologias dentro da habitação, que poderão vir a afetar a saúde dos habitantes; uma habitação que não esteja adaptada ao clima do sítio onde se insere; uma

²¹⁶ FLUMINENSE, EMPRESA LITERÁRIA. **DICIONÁRIO LINGUA PORTUGUESA**, (p.245)



[Figura 33.] Vista aérea do Bairro de Casas Económicas do Amial e do Bairro de Moradias Populares do Regado, Porto [c. 1966] (Bairro do Amial: 1. a fase -arquiteto Joaquim Madureira para a DGEMN, 1938; 2. a fase -DGEMN, 1957). CMP/AHMP. (Pereira & Silva, 2018)

má organização espacial interior, ou uma área insuficiente para abrigar todos os seus habitantes. Finalmente, coloca-se a questão da localização da habitação, numa escala macro: se as redes de socialização são propícias a uma boa relação entre os habitantes, os seus vizinhos e a sociedade em geral.

O ato de construir é, essencialmente, algo positivo para o habitante, porém, quando estes princípios são ignorados, a possibilidade de uma vida digna na habitação irá estar comprometida à partida. A habitação é um espelho do seu habitante, que pode ser observado por toda a sociedade. Assim, a simbologia da habitação passa por uma questão de apropriação, quando o habitante tenta tornar a sua casa mais confortável, “mais sua” na medida em que se apropria dela e a torna única, usando símbolos tal como peças de decoração, fotografias, entre outros, que definem a casa como singular, assim como o seu habitante. Este fator permite não só a criação de uma linha de tempo dentro da própria habitação que funciona como uma rede de afetividade entre os habitantes, mas também como uma exposição para aqueles que visitam a habitação²¹⁷.

Desde o século XIX até à atualidade encontramos vários exemplos, que integram o ato de construir, como as Ilhas do Porto, os Bairros Económicos do Estado Novo e os Bairros do SAAL, com diferentes parâmetros de conforto, localização e possibilidade da criação de redes de sociabilidade. No caso das Ilhas, a sua organização urbana, na parte detrás das habitações burguesas, constituía um fator de marginalização e isolamento deste estrato social; por outro lado, a organização formal destes espaços habitacionais era favorável à produção de relações de vizinhança²¹⁸, através do corredor exterior que fazia a distribuição para as habitações, mas também funcionava como espaço comum da Ilha, ou seja, assegurando o sentido de comunidade entre os habitantes²¹⁹. “Uma rede densa de relações familiares e de solidariedades de vizinhança(...) Se tivermos em conta a importância das «vicinalidades» geradas no espaço das ilhas, facilmente concluímos que as famílias trabalhadoras podem ter enfrentado condições de vida muito difíceis, mesmo em situações de extrema miséria, mas só raramente terão conhecido a situação de isolamento.”²²⁰.

²¹⁷ CAETANO, Ana. **PRÁTICAS FOTOGRÁFICAS, EXPERIÊNCIAS IDENTITÁRIAS. A fotografia privada nos processos de (re)construção das identidades.** (p.72)

²¹⁸ PEREIRA, Gaspar Martins. **Casa e Família: As ilhas no Porto em finais do século XIX.** (p.168)

²¹⁹ PEREIRA, Gaspar Martins – **As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX**, in SANTOS, Carlota – **Família, Espaço e Património.** (pp.160-162)

²²⁰ Idem. (p.490)



[Figura 34.] Bairro da Bouça. Porto. (Arquivo Álvaro Siza, 2020)

Os Bairros Económicos, pelo contrário, pela sua localização nas periferias, não contribuíam para a constituição de relações de vizinhança, já que o desenho do espaço arquitetónico não era conducente à produção dessas relações. “Estes bairros atuam como verdadeiros contextos de estigmatização e os entrevistados, ou responsáveis ativos para produção dessas imagens, são atores cujas oportunidades, projetos e identidades se encontram irremediavelmente ligadas às imagens públicas negativas dos seus contextos residenciais.”²²¹. Assim, é possível aferir que o desenho arquitetónico do espaço habitacional é crucial para a produção de relações de vizinhança, mas também para a “apresentação” do seu habitante para a sociedade em geral. Tanto nas ilhas como nos bairros, a sua imagem era totalmente antagónica com a imagem das edificações envolventes, dando origem a um processo de espacialização da pobreza²²².

Os espaços sociais têm uma natureza dual, sendo ao mesmo tempo públicos e privados. Eles desempenham um papel crucial na mediação de transações e comportamentos individuais, bem como na expressão de diversas questões socioculturais²²³.

Os bairros económicos podem ser caracterizados por “uma escassez de espaços de lazer e de sociabilidade. Representam uma monofuncionalidade residencial, colocando-se longe dos centros económicos, sociais e culturais da cidade (contribuindo para a sua visibilidade e estigmatização) e carecendo de estruturas coletivas.”²²⁴.

A melhoria dos espaços habitacionais acompanhou a mudança do pensamento social em relação ao assunto; depois do 25 de Abril, nas habitações do SAAL, o objetivo não era apenas obter uma boa localização geográfica para os novos complexos habitacionais, mas também uma dignificação do espaço habitacional. O arquiteto trabalhava para colmatar todas as necessidades, melhorando não só a interação entre habitantes, mas também a relação destes com a cidade e com a sociedade.

²²¹ GONÇALVES, Alda. Pinto, Teresa Costa. **Os Bairros Sociais Vistos por si Mesmos. Actores, imagens públicas e identidades.** (p.111)

²²² AUGUSTO, Nuno Miguel. **Habitação Social-da intenção de inserção à ampliação da exclusão.** (p.3)

²²³ GONÇALVES, Alda. Pinto, Teresa Costa. **Os Bairros Sociais Vistos por si Mesmos. Actores, imagens públicas e identidades.** (p.113)

²²⁴ GUERRA, Isabel cit. in. AUGUSTO, Nuno Miguel. **Habitação Social-da intenção de inserção à ampliação da exclusão.** (p.3)

Os modelos analisados até agora interagem de forma diferente com a sociedade, apresentando diferentes formas de comunicação com a mesma; por sua vez, são também percebidos de forma diferente por quem não habita neles. As diferentes formas de comunicação destes complexos habitacionais com a restante sociedade poderão ter diferentes efeitos no fator de cidadania, socialização e integração²²⁵.

“A exclusão consiste não somente na impossibilidade económica de escolher o seu alojamento ou qualquer outro bem de carácter simbólico que, contudo, a sociedade urbana impõe ou propõe como uma *norma* de integração, mas resulta também da imagem social estigmatizante de algumas categorias de população, imagem esta que é elaborada a partir de diferentes objetivas (físicas, tais como as origens étnicas, materiais, tais como aspeto da construção ou a sua localização, sociológicas, psicológicas ou culturais) interpretadas como sinais de valorização social pelos outros grupos. A exclusão não se situa unicamente na *ordem económica* ou material, situa-se também na *ordem simbólica*, a das representações que os indivíduos ou grupos fazem de si próprios e dos outros.”²²⁶.

²²⁵ LEFEBVRE, Henri. *Une mutation, L 'homme des Villes*. (p.67)

²²⁶ CLAVEL, Gilbert. *A Sociedade da Exclusão Compreendê-la para dela sair*.(p.62)

1.2.2.2.2. O Ato de Demolir: Uma marca no território, no habitante e na sociedade

Demolir, v., tr.

deitar por terra; destruir; arrasar; aniquilar²²⁷;

O ato de demolir uma habitação é uma de duas soluções que podem ser encaradas face a uma habitação precária, sendo outra a reabilitação. A demolição detém um carácter profundamente negativo, arrasando, a habitação não só enquanto abrigo, mas também enquanto espaço de sociabilidade. Além disso, a demolição não terá apenas consequências na escala do habitante, mas também na escala da comunidade que o circundava, e na sociedade em geral.

Na atualidade, grande parte dos bairros sociais construídos na década de setenta comportam problemas não apenas ao nível das condições precárias, ditadas pela falta de manutenção dos mesmos, mas também por estarem dependentes dos mecanismos de ação social, claramente incapazes de assegurar a sua conservação²²⁸.

²²⁷ FLUMINENSE, EMPRESA LITERÁRIA. **DICIONÁRIO LINGUA PORTUGUESA**, (p.284)

²²⁸ SANTOS, Clara. **Habitação Social, Vulnerabilidade Social e Serviço Social**. (p.7)



[Figura 35.] Medidas de Prevenção da Propagação da Peste Bubónica, através da fumigação das Casas. (Reis, 1899)

Assim, é possível perceber no território uma forte “distinção entre o que são os espaços de continuidade urbana e espaços de crescimento, dispersão, difusão ou excentricidade urbana, em grandes medidas excluídos dos debates da ‘crise da cidade’”. O próprio território demonstra traços físicos de segregação onde são extrapoladas as desigualdades e polarizações sociais.

Neste sentido é possível analisar os impactos significativos que a demolição tem nos habitantes:

- Deslocamento e desalojamento: a demolição das habitações leva ao afastamento das comunidades, causando instabilidade na sociabilização e levando à falta de um sentimento de pertença;
- Deterioração da qualidade de vida: se por um lado, a motivação para a demolição se deve à insalubridade das habitações, e à tentativa de realojar estes habitantes em casas com condições dignas, por outro lado, o habitante, que vivia em condições desumanas perde os poucos aspetos positivos que tinha do ponto de vista social;
- Desintegração Comunitária: a constante demolição de habitações insalubres e o realojamento de habitantes nas periferias levou à desintegração total das comunidades;
- Acesso a serviços: para as populações mais vulneráveis, é uma agravante pela repentina mudança de localização da moradia;
- Disrupção da Educação e do Trabalho: a localização da habitação de qualquer indivíduo estabelece um perímetro de ligação com todas as dimensões de vida do mesmo. Neste sentido, com a demolição e necessidade de arranjar novo alojamento, essa rede de ligação perde-se, o que leva os habitantes a ter de arranjar um novo trabalho, perto da habitação, e uma nova escola para as crianças dentro desse perímetro. Este fator leva a um romper da rotina dos habitantes e poderá criar obstáculos na educação e na vida profissional²²⁹;
- Redistribuição e realojamento de habitantes: a demolição de habitações, implica que os habitantes sejam relocados noutras áreas. Esse fator leva a que uma nova comunidade receba estes habitantes; as escolas, serviços sociais, indústrias e outros espaços de trabalho podem sofrer com a pressão acrescida;

²²⁹ DURKHEIM, Émile. **DE LA DIVISION DU TRAVAIL SOCIAL**. (pp.325-343)



[Figura 36.] Bairro de Casas Económicas de Caselas, Lisboa (arquiteto Couto Martins para a DGEMN, 1944 -1948).
SIPA/DGEMN. (Pereira & Silva, 2018)

- Pressão nas infraestruturas: com a mudança de diversas famílias, as infraestruturas, como estradas, sistemas de água, entre outros poderão ser sobrecarregados. Além disso, a demanda por transportes públicos e sistemas de apoio será muito maior; assim, a falta de resposta a estas necessidades afeta todos os habitantes em geral;
- Mudança de identidade das comunidades: os novos habitantes terão um impacto na comunidade, uma vez que não escolheram mudar de habitação. Os sentimentos de angústia e revolta com os novos espaços irão destabilizar a comunidade.

Existem, portanto, diversos impactos das consequências da demolição sentidos a nível social, económico e políticos. A demolição de um espaço carrega consigo um cariz de irresolução, que o estereotipa ainda mais. Finalmente carrega a ideia de que os seus habitantes estão à mercê da vontade de terceiros, o que os caracteriza como expetadores numa narrativa onde perdem o papel principal.

Entende-se, assim, que quando se decide a demolição de um espaço como um meio de dissipar o estigma, acaba por suceder o seu oposto, conotando o problema como irresolúvel, o que, por consequência, enfatiza ainda mais o estigma que lhe estava implícito. Assim, é possível concluir que o ato de demolir tem um impacto negativo significativo nos habitantes realojados, nas comunidades e na sociedade em geral.

Deste modo, a demolição deverá ser ponderada como último recurso, tendo em conta as suas consequências sociais. Considera-se que, no caso das Ilhas do Porto, a necessidade de demolição das habitações se devia aos grandes níveis de insalubridade da mesmas. Contudo, a destruição das habitações deixava grandes marcas na organização formal da ilha, e, principalmente, nas relações de vizinhanças que eram despedaçadas com a partida dos habitantes²³⁰.

Assim, o processo de realojamento que se deu durante a vigência do Estado Novo enfatizou as questões de desigualdade. Compreende-se que a intenção do realojamento seria positiva, oferecendo uma habitação digna às populações. Contudo, o resultado implicou concentrar um aglomerado de habitantes desfavorecidos, o que levaria não só ao acréscimo do estigma social, mas também do estigma associado ao espaço urbano. Com o afastamento do centro da cidade, foi perdida toda a vida pré-estabelecida pelos habitantes em relação a serviços, trabalho, escola e

²³⁰ CLAVEL, Gilbert. **A Sociedade da Exclusão Compreendê-la para dela sair.**(p.150)

comércio. Apesar da grande insalubridade que prevalecia nas Ilhas do Porto, os habitantes das mesmas conseguiam, apesar das suas pobres condições, levar a cabo uma vida social com os restantes habitantes da Ilha. O processo SAAL veio restabelecer a participação comunitária no espaço urbano, uma vez que a contribuição dos futuros moradores teve um grande impacto no processo.

Em conclusão, como veremos em seguida, na maioria dos casos a reabilitação tem vantagens sobre a demolição.

1.2.2.2.3. O Ato de Reabilitar: Preservação do contexto e redignificação de identidades

Reabilitar, v. tr.

Restituir direitos ou prerrogativas que se perderam; declarar inocente um condenado; restituir a estima publica; regenerar; *refl.* obter a reabilitação; regenerar-se²³¹;

O ato de transformar e reformular o modo como a habitação social e os seus usuários são percecionados pela sociedade não deve passar por destruir a sua imagem; pelo contrário, deve constituir um ato de compreensão das motivações do estigma, alterando-as.

A habitação social não deve inclui apenas uma vertente arquitetónica, mas também uma vertente política, social e económica. Neste sentido, o ato de reabilitar não implica apenas uma mudança no espaço físico do edifício e na preservação dos modos de habitar prévios, propõe também uma reformulação dos paradigmas sociais para que se comece a adotar uma política pedagógica partilhada²³².

²³¹ FLUMINENSE, EMPRESA LITERÁRIA. DICIONÁRIO LINGUA PORTUGUESA, (p.817)

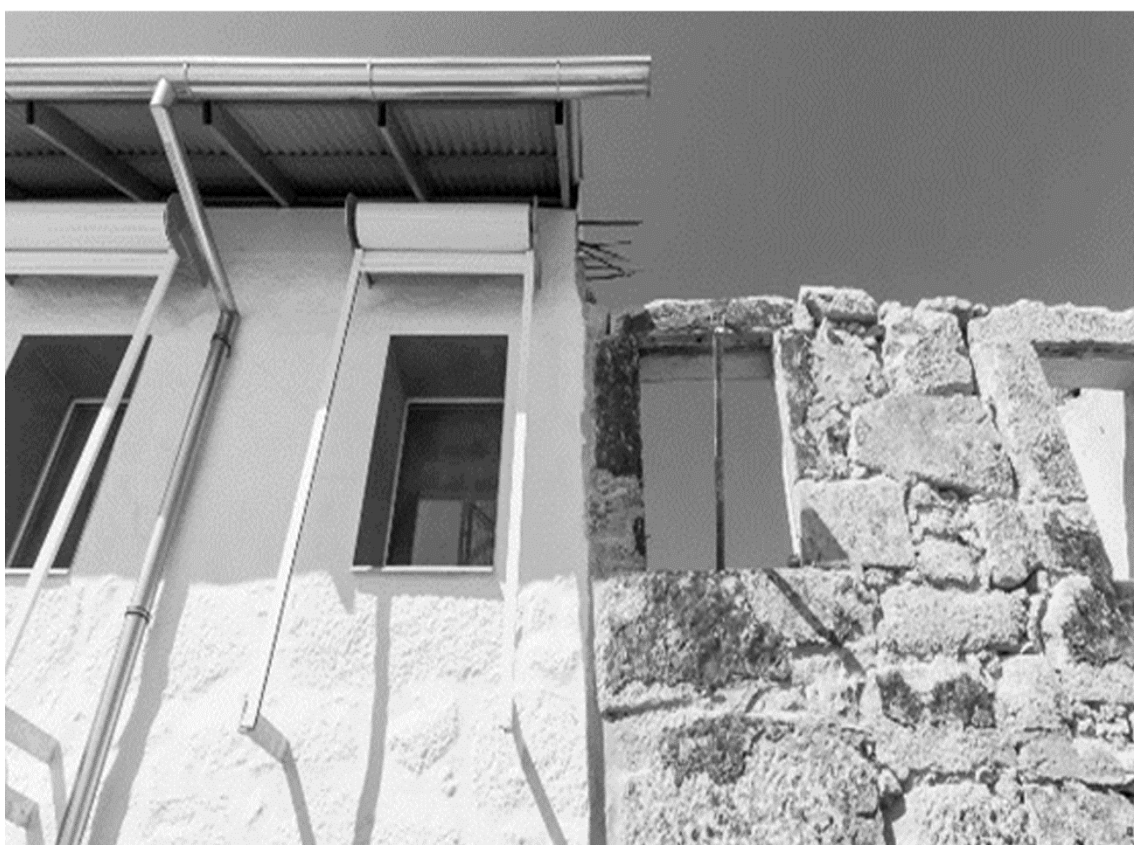
²³² GUERRA, Isabel: **As pessoas não são coisas que se metem em gavetas**. (p. 12)



[Figura 37.] Exposição do Processo SAAL. (Dias, 2007)

Perceciona-se uma nova forma de encarar o ato de reabilitar, que passará por integrar os habitantes, os profissionais responsáveis e a restante sociedade, como uma cidade participada. Para a dissipação do estigma, é necessário alterar não só a imagem física do espaço, mas também a sua imagem conceptual e social em relação à habitação e ao habitante. Assim, é possível compreender que a reabilitação da habitação é também uma reabilitação do seu habitante que se regenera paralelamente com os espaços que habita. Além disso, o significado etimológico da palavra leva também em consideração a perspetiva da sociedade sobre a reabilitação, que irá mudar quando a habitação coincidir com os padrões de vida pré-estabelecidos. Para tal, o ato de reabilitação permite:

- Restauração da autoestima dos moradores: a vivência numa moradia reabilitada pode aumentar o sentido de pertença ao espaço e à sociedade, bem como um sentido de orgulho e valorização. Assim, poderá ajudar a combater o estigma social relacionado com a condição social anterior;
- Integração social: a melhoria da habitação poderá ser uma ponte para implementar uma rede de relações com a comunidade;
- Impacto na comunidade: a reabilitação de moradias pode dar azos a um efeito positivo na comunidade pela valorização do património, promovendo a melhoria da economia local;
- Melhoria da imagem da comunidade: a reabilitação, das habitações poderá alterar imagem que uma comunidade passa para a restante sociedade, ajudando a mesma a integrar-se socialmente com as outras comunidades;
- Preservação dos modos de viver: a reabilitação, quando respeita os modos de viver dos seus habitantes, poderá ajudar os mesmos a manter a sua vida social, mas também a melhorar a sua vivência. Nomeadamente, no que diz respeito à reabilitação é possível melhorar as condições de saúde dos habitantes que estavam previamente ameaçadas;
- Maior coesão familiar: é possível oferecer condições de conforto à família, tanto a nível social, como na partilha de momentos de grupo, mas também, a nível individual, pelo estímulo do crescimento individual de cada membro;



[Figura 38.] Ilha da Bela Vista, durante o processo de reabilitação. (Escritório Cerejeira Fontes, 2014)

- Promoção da segurança na habitação: a reabilitação poderá prevenir acidentes dentro da habitação, motivados pela precariedade da construção;
- Melhoria da imagem comunitária: a reabilitação irá promover benefícios não só à escala micro do habitante, mas também, à escala macro da sociedade, passando a ser possível caracterizar o espaço humano como homogéneo na sua condição. Este facto elimina a ideia de lugares ricos e pobres dentro da cidade, levando a maior coesão territorial e social;
- Preservação histórica e cultural: a reabilitação das habitação leva à preservação de parte de tecidos históricos da cidade;
- Exemplo a seguir: a reabilitação da habitação e as suas consequências positivas pode servir como exemplo para outras comunidades para dissipar o estigma social que detém para com a sociedade.

A representação social do habitante é extremamente importante na reconstrução da identidade destes espaços precários. Por isso, os habitantes devem “ser reconhecidos como atores e não como figurantes, como objetos, como desafios ou como espectadores de decisões que lhes dizem respeito e lhes escapam e às quais correm o risco de escapar.”²³³. Deste modo, a reabilitação deve ser considerada uma evolução da habitação e do modo de habitar, que “não é só ter um teto, integra, igualmente a inserção social, enfatizando as parcerias, perspetivando o desenvolvimento de ações no âmbito dos diversos programas existentes.”²³⁴. O facto de a reabilitação estar a ser escolhida, atualmente, como modo de atuar face à habitação demonstra uma aprendizagem nacional após diversas outras abordagens prévias já analisadas. Por isso, pretende-se analisar a forma como a reabilitação atua de forma concreta num contexto real.

Assim, foi escolhido um caso de estudo, a Ilha da Bela Vista. Esta é uma das maiores ilhas do Porto, que não foi demolida, tendo sido recentemente reabilitada, sendo agora um exemplo a seguir para muitas outras ilhas no Porto que precisam da mesma atenção. Além disso, após a reabilitação, começou a integrar o espaço público da cidade, atraindo a sociedade para o mesmo, promovendo a interação social entre os habitantes e a restante sociedade.

²³³ CLAVEL, Gilbert. **A Sociedade da Exclusão Compreendê-la para dela sair.**(p.180)

²³⁴ SANTOS, Clara. **HABITAÇÃO SOCIAL, VULNERABILIDADE SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: UM ENSAIO SOBRE O FRACASSO DA MUDANÇA SOCIAL NOS BAIROS SOCIAIS.** (p.1)



[Figura 39.] Ilha da Bela Vista reabilitada. (Jornal O Público, 2018)

Deste modo, procura-se a entender diferentes modos de dissipar o estigma social; na Ilha da Bela Vista, pretendem-se compreender o projeto participativo, e a reformulação do conceito de ilha, que é agora um espaço para a sociedade em geral.

Assim, pretende-se compreender de que modo a reabilitação do espaço habitacional afetou e melhorou a qualidade de vida dos habitantes no caso em análise, além disso, procurou-se compreender de que modos os arquitetos perceberam a melhoria dos modos de vida e ajustaram as habitações a essa nova realidade.

A transfiguração (porque se trata de uma mudança de aparência, de forma, mas nunca da sua essência) desta zona urbana, espaço comunitário com identidade e memória, foi concebida em colaboração com os cidadãos. Assim, o «lugar» pode andar de mãos dadas com a comunidade²³⁵.

²³⁵ RODRIGUES, FONTES, SILVA & FONTES, **A Cidade da Participação, Projecto de Arquitectura Básica Participada na Ilha da Bela Vista**, (p.8)

II.1. O caso da Ilha da Bela Vista

O caso de estudo escolhido, a Ilha da Bela Vista, surgiu no contexto da habitação operária na cidade do Porto. A tipologia de ilha existe desde o século XIX até à atualidade, e nunca foi totalmente abolida na cidade. Sendo assim, faz parte da cultura portuense, caracterizando-se como caso excecional em Portugal. Analisar-se-á este caso de estudo neste capítulo cobrindo o percurso da habitação social do Porto, antes, durante e depois do regime fascista. A linha temporal que diferencia a sua vivência desde o século XIX, aquando da sua criação, até à atualidade, antes e depois da reabilitação, apresenta um conjunto de dimensões que terá de ser analisado e confrontado, de modo a compreender a mudança dos modos de vida dos habitantes.

A Ilha da Bela Vista apresenta-se, portanto, como um exemplo ideal para a análise do estigma social, permitindo uma abordagem do papel da reabilitação arquitetónica nesse conflito. Assim, tendo como base os princípios teóricos abordados nos capítulos precedentes, o trabalho de campo foi realizado através da análise *in situ* do caso de estudo e de entrevistas com os seus moradores,

e permitiu entender as nuances do tema, e a importância da reabilitação arquitetônica como um passo para a dissipação do mesmo.

Espera-se que esta análise leve à compreensão aprofundada da mudança de modos de vida dos habitantes, que poderá ser uma base para extrapolar soluções para lugares similares. Destaca-se a reabilitação realizada como uma abordagem empática para com o lugar e os seus habitantes, que foram perseverantes em manter o seu modo de vida. Compreende-se que a questão do estigma social irá tão fundo na sociedade como no indivíduo, pelo que esta análise tenta compreender as suas dimensões num espaço real e o papel do arquiteto na demanda dos habitantes por melhores condições.

2.1.1. Enquadramento histórico, enquadramento urbano e composição formal da Ilha

Na segunda metade do século XIX surgiram no Porto os primeiros grandes empreendimentos de ilhas, construídos por comerciantes, como por exemplo o Bairro Herculano, Monte das Antas, Rua do Príncipe e a Ilha da Bela Vista. Os donos destes empreendimentos provinham de diversas situações, pelo que, em vários casos, a construção das ilhas era feita à medida dos seus promotores, com o objetivo de que o investimento fosse rapidamente recuperado: no final de um ano, o valor em rendas já correspondia a 25% do custo inicial do empreendimento. Naturalmente os valores obtidos por estas rendas eram relativamente baixos, tais como o valor do investimento, pelo que estes não interessaram às classes mais altas. A Ilha da Bela Vista surge como uma exceção face ao contexto das ilhas do Porto, já que não esteve dependente de créditos bancários, por isso, conseguiu ser um projeto bastante rentável, oferecendo melhor qualidade que diversos outros empreendimentos semelhantes²³⁶.

²³⁶ TEIXEIRA, Manuel. **Habitação popular na cidade oitocentista. As “Ilhas” do Porto.** (pp.114-121)

O projeto da Ilha da Bela Vista data a sua construção em 1878, numa antiga propriedade rural conhecida pelo Monte dos Congregados, pertencente a Ermelinda Barbosa de Freitas e seu marido João Baptista Alves Braga. A ilha situava-se na antiga rua da Duquesa de Bragança, a atual rua Dom João IV, construída em 1843, que vinha desde o Jardim de São Lázaro, e que ia até à periferia da cidade. Esta estrutura dava continuidade à urbanização Almadina, completando a sua estrutura radial.

A Ilha da Bela Vista não foi o primeiro empreendimento da Rua da Duquesa de Bragança. A primeira parte da rua, entre a rua da Firmeza e a rua do Moreira, foi dividida em 30 lotes de 25 palmos cada (ou seja 5,5m de largura) com um comprimento entre 350 e 500 palmos (ou seja, 77m por 110m).

A Ilha da Bela Vista iniciou a sua construção segundo o encargo de um comerciante portuense, Luís Ferreira Dias Guimarães, já que o terreno lhe estava arrendado desde 1863. Esta “grande parcela de terreno, com 33 metros de frente e 77 de profundidade, foi aforada pela renda anual de 30\$000 réis”²³⁷. Segundo o código civil de 1867, eram permitidos os usos perpétuos das propriedades arrendadas, assim, os locatários do terreno possuíam domínio total sobre o terreno.

Tal como o lote que viria a dar lugar à Ilha da Bela Vista, todos os outros lotes vendidos na Rua Duquesa de Bragança iriam dar lugar a ilhas, no decurso das décadas seguintes. A frente da rua deu lugar a um aglomerado de casas para a burguesia, mas também escondia no interior dos lotes um grande número de ilhas. Deste modo, era possível perceber a localização das ilhas neste troço mais afastado da cidade, o que levava a uma mistura acentuada entre habitação operária e habitação burguesa. Ao contrário das outras ilhas distribuídas pela cidade, as ilhas da Rua Duquesa de Bragança foram construídas numa zona burguesa em construção, ou seja, enquanto as habitações burguesas eram construídas.

O loteamento da Rua Duquesa de Bragança viria ser um fator determinante para a morfologia das ilhas da mesma. Nesta rua era possível encontrar todo tipos de ilhas, nomeadamente, nos nº 631, 775, 874, 796 e 852.

²³⁷ RODRIGUES, FONTES, SILVA & FONTES, **A Cidade da Participação, Projecto de Arquitectura Básica Participada na Ilha da Bela Vista**, (p.8)

Durante vários anos, o terreno que viria a dar lugar à Ilha da Bela Vista permaneceu sem projeto, e apenas se viam no local as paredes de uma fábrica que acabou por não ser terminada. Especulava-se que o seu proprietário Dias Guimarães, estivesse expectante pelo final das obras da rua e do loteamento de modo a comprar os lotes restantes; por outro lado, talvez este não dispusesse de capital suficiente para a construção. Em 1878, a única construção no terreno era uma habitação térrea, que provinha de um projeto apresentado pelo filho de Dias Guimarães, para quatro casas de dois pisos. Este não se veio a realizar, sendo substituído por um segundo projeto para duas casas com dois pisos.

Em 1878, o terreno seria vendido a Inácio de Vasconcelos, tiraria proveito da lei para maximizar o aproveitamento do terreno. Assim, este foi dividido em cinco lotes para construção, entre 6m e 6,5m de frente e 25m de profundidade; os restantes 49m de comprimento iriam dar lugar à atual Ilha da Bela Vista. Em cada um dos cinco lotes construídos, Inácio de Vasconcelos construiu habitações de grande qualidade, com dois pisos em cada, destinadas à burguesia²³⁸.

A Ilha da Bela Vista é composta por quatro fileiras de casas, na sua maioria com dois pisos, onde duas fileiras estavam encostadas aos muros que limitavam a propriedade, e as outras duas foram construídas costas-com-costas, no centro do terreno, perfazendo um total de 43 casas. O acesso às habitações era feito através de um corredor estreito, com dois metros de largura, sendo este, ainda assim, maior que a maioria. “Embora tivessem sido possíveis outras disposições espaciais, dada a área à disposição dos seus promotores, foram, contudo, os modelos básicos das ilhas que foram adotados e construídos, por razões que se prendiam, essencialmente, com a eficiência económica destas soluções.”²³⁹.

Na década de 80 do século XIX, foi implementado pela Câmara Municipal do Porto um regime de construção, ao qual todas as novas construção que estivessem até 5m da face da estrada teriam de obedecer. Este regime impunha regras contra a proliferação da insalubridade, tornando obrigatório o abastecimento domiciliário de água. Além disso, era necessária uma licença de construção, de modo a regular as novas habitações. Portanto, as ilhas do Porto também teriam de obedecer às novas regras de construção, ou tornar-se-iam ilegais. Na verdade, as novas regras

²³⁸ TEIXEIRA, Manuel. **Habitação popular na cidade oitocentista. As “Ilhas” do Porto.** (p.136)

²³⁹ Idem. (p.135)



[Figura 40.] Localização das Ilhas construídas na rua Duqueza de Bragança. (Escritório Cerejeira Fontes, 2014)

de construção demonstravam-se completamente incompatíveis com o modelos das ilhas, pelo que não houve qualquer ilha a obedecer às novas diretrizes.

As ilhas continuaram a ser construídas de forma ilegal; em 1899 existiam 1.048 ilhas, com 11.129 casas que alojavam 50.000 pessoas; em 1909, havia 1.200, com 12.000 habitações; e em 1929 havia 1.301 que perfaziam 14.676 casas, alojando assim mais de um quinto da população da cidade. “Em resultado da limitada capacidade económica dos trabalhadores, que não mostrava sinais de melhoria, e da incapacidade quer do mercado público de habitação quer do privado para proporcionar alojamento condigno aos trabalhadores, as ilhas continuaram, ao longo das primeiras décadas deste século, a ser a única forma de alojamento que satisfazia a procura de habitação nova por parte de um vasto setor da população do porto.”²⁴⁰.

Após a posse da Ilha da Bela Vista ter passado por três gerações, por consequência da morte de Inácio Vasconcelos, esta foi vendida à Câmara Municipal do Porto por 1.768.485\$000 escudos, em 1979. Anteriormente, as cinco casas burguesas que faziam a frente da rua foram hipotecadas várias vezes, até serem vendidas em 1952, por 350.000\$000 escudos²⁴¹.

Os preços médios das rendas rondavam os 25\$00 e os 85\$00, em 1979; a Ilha da Bela Vista oferecia melhores condições que a maioria das outras ilhas: as habitações da Ilha variavam entre 24m² e os 48m² por habitação, consideravelmente melhores do que os 16m² da maioria das ilhas; também os espaços exteriores eram mais amplos. A ilha estava ligada à rede esgotos da cidade, tendo um abastecimento doméstico de água, levando as suas condições higiénicas a serem dadas como razoáveis, face a outras.

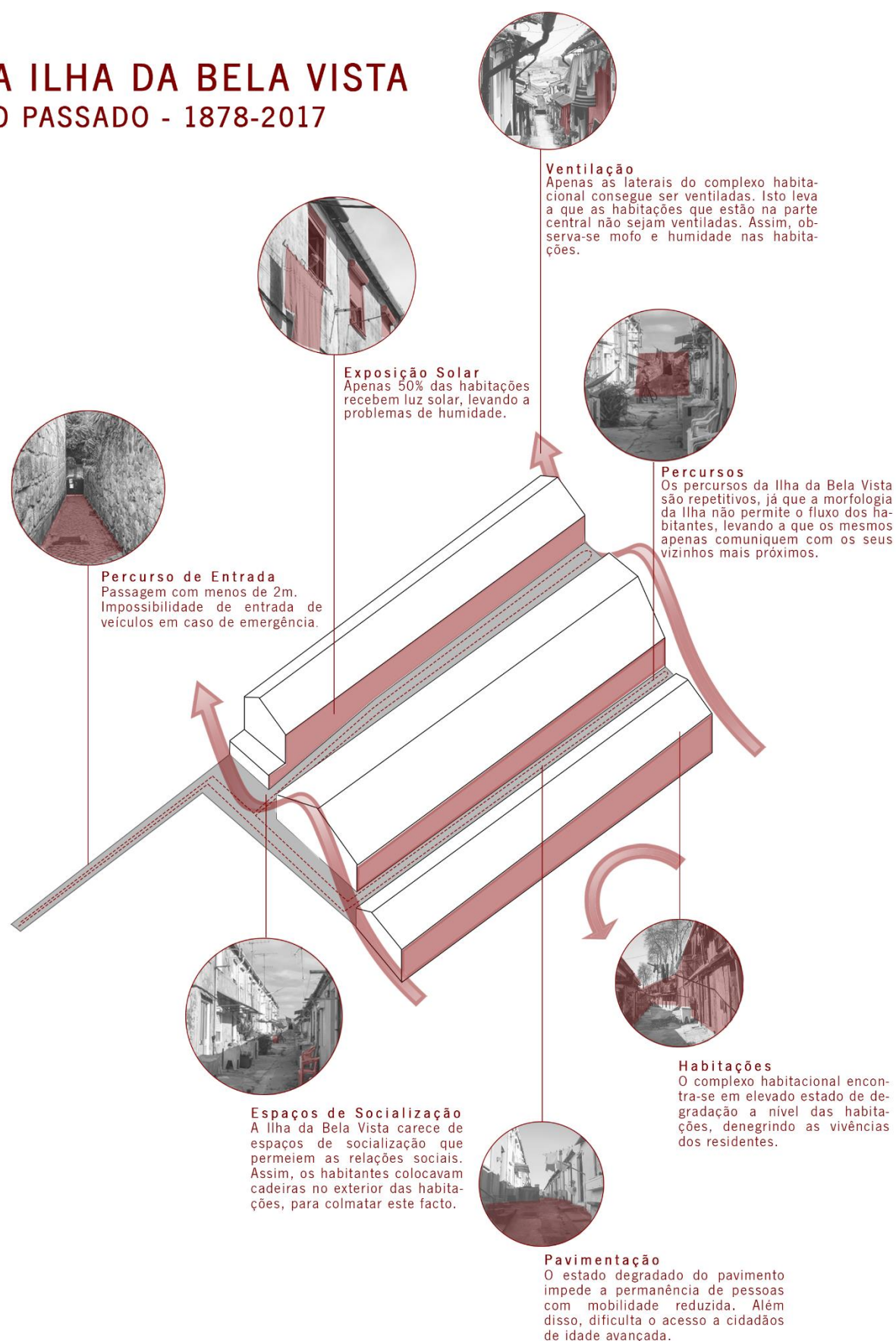
A área da maioria das habitações manteve-se; em 1939, apenas duas habitações tinham sido divididas em duas partes; contudo em 1975, já onze das quarenta e três habitações estavam ocupadas por duas famílias, levando a uma maior rentabilização do espaço. A Ilha da Bela Vista chegou a atingir os 500 habitantes, o que perfazia uma média de 12 pessoas por habitação, e implicava uma área por habitante entre os 2,2m² e os 4m² dentro do fogo. Neste sentido, importa observar o espaço físico do caso de estudo, tentado compreender a sua realidade antes da sua reabilitação e percecionando de que modo os habitantes se apropriavam da ilhas e viviam nela.

²⁴⁰ Idem. (p.144)

²⁴¹ Idem. (p.318)

A ILHA DA BELA VISTA

O PASSADO - 1878-2017



[Figura 41.] Problemáticas na Ilha da Bela Vista, conseqüentes à sua morfologia; figura feita com base na apresentação do Escritório Cerejeira Fontes sobre a reabilitação da Ilha da Bela Vista, 2014. (Francisca Machado, 2023)

Assim, pretende-se analisar o espaço exterior da ilha, percebendo de que modo a morfologia da ilha impactava não só a vida social dos habitantes, mas também a sua componente física. Assim, mais tarde, será possível fazer uma análise comparativa com os novos usos implantados na ilha através da reabilitação arquitetónica do espaço, e de que modo esta ajuda a dissipar os problemas que vão ser apontados.

Na figura 41, pode observar-se que existiam na Ilha da Bela Vista muitas questões antes da sua reabilitação; é possível observar diversos problemas que advêm da morfologia da Ilha a nível dos percursos internos que dão acesso às habitações: espaços sem saída que não permitiam a circulação. Assim, os habitantes estavam constrangidos dentro do seu espaço, cujo desenho não promovia a interação social entre todos, mas apenas entre aqueles que moravam lado-a-lado.

“Antes só falava com a minha da vizinha da frente e os do lado, nem sabia o que se passava lá em baixo. A gente entrava por cima e vinha logo para casa, não passava pelos vizinhos de baixo e eles também não passavam por aqui. Nós só falávamos quando nos encontrávamos a vir do trabalho ou a sair daqui.”

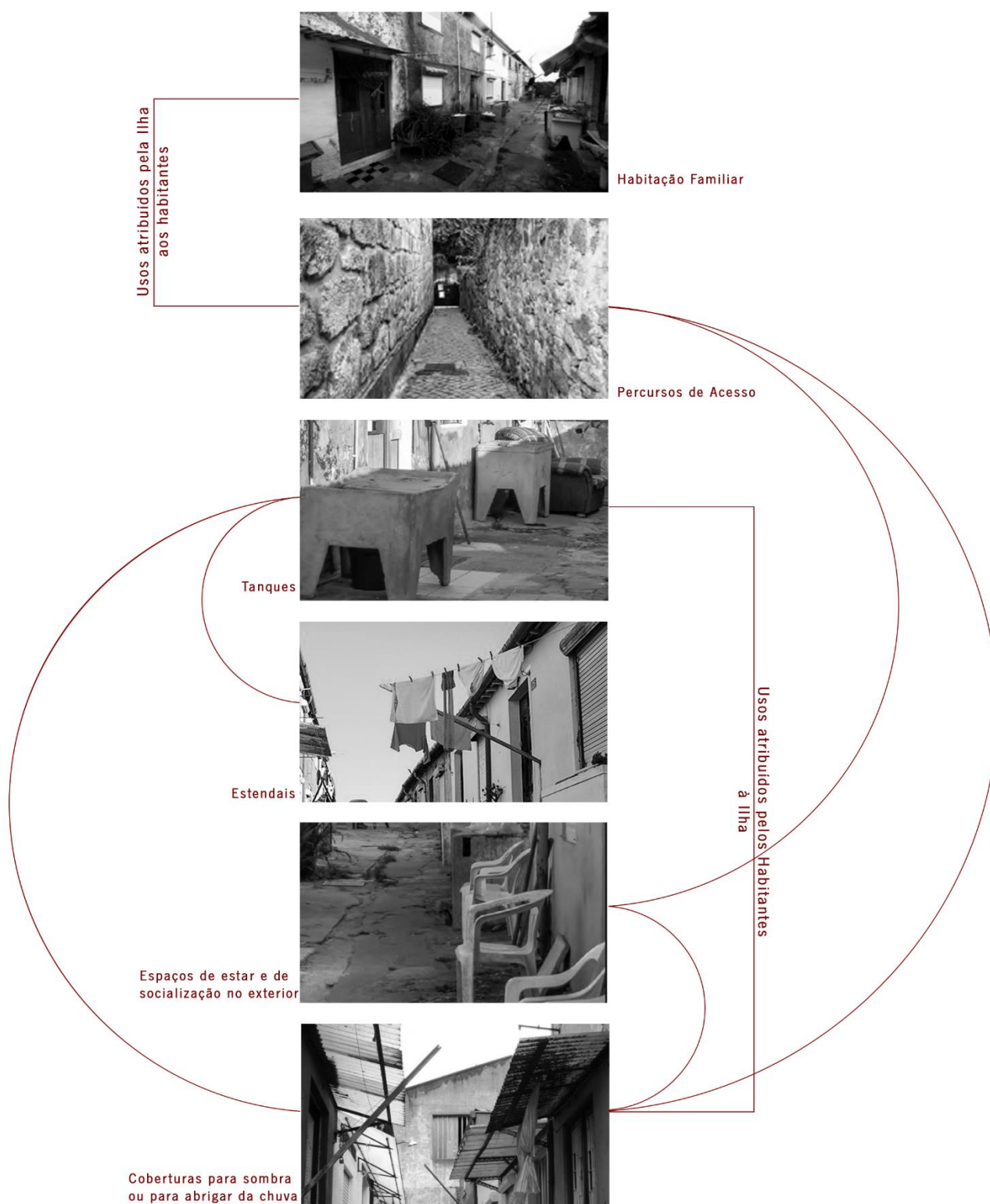
Ilha da Bela Vista. Entrevista 2.

Além disso, o corredor de acesso bastante estreito (com menos de dois metros), tornava impossível qualquer entrada de veículos de emergência. Além do mais, a Ilha não tinha qualquer ligação direta com a rua, ou com o resto da cidade, já que o corredor de acesso à mesma não dava qualquer visibilidade para o exterior: dois séculos depois da sua construção, a Ilha da Bela Vista continuava escondida da restante sociedade. A pavimentação da Ilha também não comportava quaisquer condições para habitantes de mobilidade reduzida, pelo que não era possível integrá-los na comunidade. Além disso, a degradação do pavimento dificultava o acesso das pessoas idosas que residiam na ilha ao exterior, o que levava que as mesmas evitassem sair da Ilha, levando a problemas de isolamento.

Por outro lado, o interior da Ilha não oferecia qualquer espaço destinado ao lazer dos habitantes, pelo que a comunicação entre os mesmos era apenas feita com os vizinhos mais próximos, nos corredores de acesso às habitações.

A ILHA DA BELA VISTA

O PASSADO - 1878-2017



[Figura 42.] Usos dados pela Ilha da Bela Vista, e os usos introduzidos pelos habitantes. (Francisca Machado, 2023)

“Era difícil para mim andar aqui, o chão tinha, muitas vezes, poças de água, e como não apanhava sol, elas demoravam muito a secar. Então, o chão estava todo estalado, e não era direito, só saía daqui quando tinha mesmo de ir a algum lado, senão sentava-me aqui à porta.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 3

Existia ainda outra dimensão nos problemas na Ilha da Bela Vista, relativa às habitações. A má ventilação das casas, devido à construção em fileiras consecutivas de habitações que não permitiam a entrada de ar e a sua renovação, levava ao aparecimento de problemas de mofo e humidade e a uma diminuição da saúde dos habitantes da ilha.

Apenas metade das habitações recebiam luz solar direta devido à orientação da ilha; tornavam-se desconfortáveis, frias, húmidas e com bolor. Além disso, tornavam-se difíceis certas tarefas domésticas, como secar roupa. Por vezes os habitantes que tinham a possibilidade de secar a roupa com a luz solar partilhavam os estendais com os vizinhos.

“Antigamente, não conseguia secar roupa. Pedia à minha vizinha da frente para me estender a roupa nas suas janelas, para eu não estar a pô-la à sombra. A roupa demorava vários dias a secar, e durante o inverno não dava para estar tanto tempo à espera.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 3.

Para além das problemáticas apresentadas, as habitações da Ilha da Bela Vista apresentavam um imenso estado de degradação, tanto no seu exterior, como no seu interior. Por isso, os habitantes sentiam angústia e vergonha por causa do espaço habitacional onde viviam, e, muitas vezes, escolhiam ocultá-lo da restante sociedade.

“Muitas vezes, os meus colegas convidavam-me para ir a casa deles, mas eu nunca aceitei, já sabia que depois nunca poderia retribuir o convite. Então, dizia pessoas sabiam que morava aqui, olhavam logo de forma diferente.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 2.



[Figura 43.] Diagramação da apropriação informal na Ilha da Bela Vista face à sua relevância para os moradores.
(Francisca Machado, 2023)

Assim, é possível perceber que as problemáticas da Ilha da Bela Vista tinham um impacto tanto físico, como social e emocional nos seus habitantes. Por isso, a Ilha demonstrava, antes da reabilitação, sinais claros de apropriação por parte dos moradores, de modo a tornar o espaço coletivo e o espaço privado da Ilha o mais confortável possível.

Na figura 42, é possível observar que a Ilha da Bela Vista possui apenas as habitações e os percursos que conectavam as casas, como espaço usado pelos habitantes numa base diária; o espaço coletivo e individual careciam de qualidade. De modo a colmatar esta realidade, os habitantes procuravam melhorar a vivência na ilha, colocando estendais no exterior das habitações, à porta de casa ou nas janelas das habitações que recebiam luz solar; era também possível observar tanques de lavagem de roupa no exterior de algumas habitações, colocados pelos moradores, sendo alguns partilhados por vários habitantes. Além disso, era possível observar cadeiras ou bancos, usualmente de plástico, no exterior das habitações que permitiam o uso do espaço exterior, como um lugar de sociabilidade. Também existiam coberturas de plástico no topo das habitações, entre o primeiro piso e o segundo piso, como forma de abrigo contra a chuva quando os habitantes estivessem a ir para casa, para abrigar a roupa estendida, ou até mesmo para permitir que os habitantes estivessem no exterior das habitações sentados nas cadeiras, a conversar entre si, durante os períodos de chuva.

“Nós estávamos muitas vezes cá fora, às vezes até quando chovia; dentro das casas chovia quase sempre, então vínhamos cá para fora, e estávamos nas cadeiras a conversar, à espera que a chuva passasse pra depois irmos pra dentro tirar os baldes que metíamos dentro de casa a apanhar a água da chuva.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 3.

Assim, a Ilha da Bela Vista era um espaço apropriado pelos seus habitantes e vivido de uma forma muito própria pelos mesmos. A ligação física, psicológica e social com o lugar levava a que os mesmos procurassem melhorar a sua vida na Ilha através da introdução destes elementos. Na Figura 43, é possível compreender que os moradores davam bastante relevância ao uso da sua habitação, que era um espaço onde permaneciam quando voltavam do seu trabalho.

“Na altura não tínhamos tempo para estar cá fora muitas horas, às vezes vinha cá no fim de jantar para apanhar ar, mas depois já tinha que ir descansar, no dia seguinte acordava cedo para ir trabalhar outra vez.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 3.

Assim, é possível dividir a apropriação informal da Ilha da Bela Vista em dois parâmetros, espaços aproveitados para lazer e espaços aproveitados para tarefas domésticas. Na Figura 43, é visível que, apesar da apropriação informal conferir o mesmo número de usos para cada parâmetro abordado, o tempo que é despendido em cada é significativamente diferente, sendo bastante superior no parâmetro das tarefas domésticas.

2.1.2. O estigma social no caso de estudo

Na continuidade das reflexões apresentadas anteriormente, no segundo capítulo e nos subcapítulos anteriores, compreende-se que as problemáticas que compõe o estigma, adquirem uma componente geral, já analisada, mas também uma componente individual e específica para cada caso de estudo. Assim, partir-se-á da história e da componente urbana para identificar os primeiros sinais de estigma face aos habitantes, para, posteriormente, ter em consideração todas as dimensões do tema, que afetam os habitantes até à atualidade.

Em primeiro lugar, é preciso compreender que a construção da Ilha da Bela Vista foi realizada no século XIX, durante a revolução industrial; surgiu logo após os primeiros sinais de estigma na cidade: “Uma consequência importante das mudanças globais na estrutura das cidades oitocentistas foi a diferenciação de classes e de usos do solo em diferentes setores da cidade que substituiu a coexistência de grupos sociais e de funções que até então prevalecera. A nova estrutura da cidade e a nova lógica que presidia ao seu desenvolvimento refletiram-se, inevitavelmente, na localização da habitação operária. A habitação da classe trabalhadora foi cada vez mais segregada da habitação burguesa ao longo do século XIX.(...) A segregação vertical das classes sociais foi substituída por uma diferenciação horizontal disseminada pela cidade, com os bairros da classe trabalhadora, as oficinas e as fábricas a serem segregadas para a periferia. (...)”

em consequência, o Porto registou, a partir dos meados do século XIX, uma segregação social «interior» sob a forma das ilhas.”²⁴².

Os habitantes da Ilha da Bela Vista eram pessoas que provinham da zona rural da região norte, na sua maioria. Neste sentido, os primeiros habitantes da Ilha eram pessoas que não tiveram oportunidade de estudar; vinham de famílias extensas, onde as possibilidades financeiras eram bastante escassas. Alguns dos habitantes, que ainda moram na Ilha, provinham de famílias que migraram para o Porto no século XIX, à procura de melhores condições; o maior número de filhos significava maior força de trabalho, impossibilitava o investimento na educação. A condição destas famílias vai constituir um fator de estigmatização face a esse agregado familiar, já que o mesmo não cumpria com os requisitos escolares que outras famílias, de classe social superior, podiam oferecer aos seus filhos.

Nesse contexto, os habitantes da Ilha enfrentavam várias dificuldades ao moldar as suas personalidades, já que estavam numa posição particularmente vulnerável. A acumulação de fatores como desemprego, rendimento insuficiente, habitação precária, baixos níveis de qualificação educacional e profissional, contribui para o aumento das situações de exclusão. Além disso, questões legais relacionadas com o conhecimento dos direitos familiares e aspetos sanitários também desempenham um papel importante na dinâmica familiar. Essas interações contribuem para a formação de modelos de desenvolvimento variados, mas muitas vezes ambíguos. As famílias da Ilha eram particularmente vulneráveis a estes fatores, contribuindo para o isolamento das mesmas.

O estigma terá, portanto, um grande impacto na vida dos jovens que nunca conheceram outro contexto senão o da Ilha. Enquanto os adultos desse agregado familiar inicial cresceram no meio rural e tiveram a oportunidade de construir a sua personalidade dentro de um meio social integrador, os seus filhos cresceriam na Ilha, sem contacto com qualquer outra realidade. A constatação da diferença entre a sua classe social e as restantes classes dentro da cidade, levava ao isolamento social, agravado pela falta de controlo parental que, muitas vezes levava a comportamentos delinquentes, consequência da revolta contra uma condição social inferior.

²⁴² Idem. (pp.72-73)

“Crescemos muito pobres aqui, viviam cá os meus avós, os meus pais, eu e os meus 5 irmãos, ou seja, doze pessoas. Muitas vezes não havia comida que chegue para todos, como era a mais nova, deixava mais para os meus irmãos. Quando tinha fome, às vezes tirava fruta das árvores, outras vezes os vizinhos davam-me alguma coisa que tivessem...era uma miséria, fiz o que tive de fazer para sobreviver.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 3.

No seguimento das conversas tidas com os atuais moradores da Ilha Bela Vista, é possível caracterizar os comportamentos destes, durante a sua juventude, como integrantes de um modelos de delinquente socializado; demonstram uma desconexão com a restante sociedade, onde os únicos laços sociais que mantiveram da Ilha, eram com familiares e com alguns colegas de trabalho. Compreende-se que os mesmos não abordavam a sociedade de uma forma aberta, ou seja, de modo a integrarem a mesma, sob pena de serem alvo de desdém.

“Por cá, só falo com o meu filho e pouco mais, dou-me bem com os vizinhos, é boa gente, mas fora isso, não falo com mais ninguém. Se precisar de ir a algum sítio chamo um carro de praça, vou a pé, ou peço ao meu filho, mas ele trabalha fora então não dá. Quando trabalhava na fábrica, tinha uma boa amiga que trabalhava comigo, já não a vejo há vários anos, as pessoas daqui são com quem eu passo os meu dias. Eles também não têm muita família nem nada, pronto, estamos uns com os outros.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 1.

Além disso, a realidade dentro das famílias que viviam na Ilha era constituída por um afastamento entre pais e filhos, devido aos longos períodos de trabalho nas fábricas, onde apenas à noite era possível reunir toda a família. Quando os avós faziam parte do agregado familiar, era comum que houvesse mais proximidade entre estes e os mais novos, já que estes se entreajudavam durante o dia, na ausência dos pais. Além disso, as más condições da habitação eram um fator crucial nas escassas relações sociais dentro do agregado familiar:



[Figura 44.] Degradação da Ilha da Bela Vista. (Escritório Cerejeira Fontes, 2014)

“ Os meus pais saíam cedo para ir trabalhar, e chegavam tarde. Durante o dia, ia para a escola com o resto das crianças cá da Ilha e os meus avós ficavam em casa. Chegava pela tarde, e estava, até os meus pais chegarem, com os meus avós. Eles ajudavam na casa, enquanto puderam, depois disso eu é que fazia as coisas quando voltava da escola. Pronto, quando os meus pais chegavam, jantávamos todos, e depois íamos dormir, que eles acordavam cedo no dia seguinte. Na altura que eles não trabalhavam, chegaram a estar sem trabalho, normalmente, também íamos dormir cedo, a casa era fria e íamos para a cama para estarmos quentes, então, nunca falava muito com os meus pais, aliás mal os via.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 3.

Pela Figura 44, e em função do excerto da entrevista anterior, é possível compreender que as habitações que constituem a Ilha da Bela Vista afetavam negativamente a saúde dos habitantes²⁴³. As más condições de salubridade e isolamento e os pelos materiais empregues na construção também constituíam ameaças à saúde de seus habitantes. As casas da Ilha da Bela antes da reabilitação não tinham qualquer medida de prevenção de risco de incêndio; além disso, grande parte dos materiais já estavam bastante degradados, como as tubagens que eram perigosas devido ao desgaste, ou até mesmo a sua materialidade: por exemplo, o uso do chumbo, um composto solúvel que pode contaminar a água, em canalizações e tintas antigas. Por outro lado, qualquer renovação feita, devido aos seus baixos rendimentos, era realizada com materiais baratos, que por vezes eram prejudiciais à sua saúde.

“Vivo aqui desde nasci, em 1990 pinteí a casa, porque já estava muito estragada, comprei as tintas mais baratas que havia. Fui eu que lixei tudo e pinteí, ficou melhor por um tempo, mas depois já estava tudo igual, principalmente por causa das infiltrações.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 2.

Além dos aspetos físicos das habitações, é importante considerar a distribuição dos membros da família dentro desses espaços. O sobrepovoamento residencial não depende apenas do número de indivíduos que partilham o espaço, mas também de fatores como a idade, as relações familiares

²⁴³ Wisner et al. **Environmental health in emergencies and disasters**. World Health Organization.

e o gênero. As famílias da Ilha apresentavam uma diversidade de fatores fisiológicos, onde a superlotação era exacerbada pelas condições habitacionais, levando os habitantes a concentrarem-se em ambientes específicos para evitar áreas mais frias. Esta aglomeração dos espaços habitacionais contribuía para a propagação de doenças infecciosas e impactar negativamente a saúde mental dos residentes, o que, por sua vez, afetava o seu processo de aprendizagem e o seu desenvolvimento físico e emocional. As habitações da Ilha da Bela Vista, antes da sua reabilitação, careciam de diversas condições de conforto, nomeadamente, no telhado, que, por vezes, deixava entrar chuva dentro da habitação, no isolamento, que levava a que tivessem que se aquecer através de mantas, e na dimensão dos espaços, bastante pequenos, na medida que eram partilhados por diversas pessoas, comprometendo o crescimento cognitivo de qualquer membro do agregado familiar. Antes da reabilitação, detinha apenas 10m² para cada um²⁴⁴. As condições precárias da habitação levavam a um descontentamento geral face às condições em que os habitantes viviam diariamente, fazendo com os habitantes da Ilha da Bela Vista se sentissem à margem da sociedade. Assim, o sentido de pertença ao espaço e a sensação de segurança, que é conferida através da habitação, ficavam comprometidos. A sua localização também constituía um problema, na medida em que os afastava do centro da cidade. Além disso, a sua proximidade com as zonas fabris levava a problemas respiratórios, devido ao fumo das fábricas, que contaminava o ar da zona.

“Os invernos eram o pior, morria muita gente cá no Porto, e muitos ficavam doentes. As casas eram frias, chovia muito e dentro de casa também, não havia condições. Andávamos sempre preocupados, a minha avó morreu de uma gripe que apanharam aqui no Inverno; e depois estava sempre preocupada com os meus pais, porque eles tinham muitos problemas respiratórios, por causa do fumo das fábricas, do mofo e da humidade aqui da casa. E depois, ia levá-los aonde? Não tinha dinheiro para chamar um médico, então cuidava deles como dava, mantinha-os quente, e tentava ver se eles não piorassem. Mas morria muita gente, e morreu muita gente que morava aqui, eu andava sempre aflita, andávamos todos...”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 3.

²⁴⁴ Resultados apresentados pelo escritório Cerejeira Fontes, na apresentação sobre a intervenção na Ilha da Bela Vista, Porto.

A dificuldade de acesso a cuidados de saúde também afetava de forma severa o modo como estes indivíduos viviam, levando a que as doenças progredissem para um estado extremo, ou mesmo até à morte. A saúde dos habitantes na Ilha da Bela Vista era bastante precária, em consequência das condições das habitações.

Portanto, fica claro que a posição social de um indivíduo tem um impacto direto sobre sua saúde, pois aqueles que viviam em situações econômicas desfavoráveis muitas vezes só conseguem recorrer a serviços de emergência, que são o último recurso dentro da rede de serviços estabelecidos pelo sistema de saúde. Isso também significava que a proteção social oferecida a esse grupo de pessoas era bastante insuficiente, o que, por sua vez, se estendia para outras áreas, como habitação, localização urbana, economia e até mesmo educação, criando um ciclo vicioso de exclusão em várias esferas.

Tudo isto tem impacto na saúde mental ao longo da vida dos habitantes; quando os mesmos ingressavam em novos espaços de socialização, tais como a escola ou trabalho, os seus resultados eram diretamente influenciados pela sua condição.

“Na minha altura, andar na escola era um luxo, eu só fiz a sexta classe, e fui logo trabalhar. Tinha muitos irmãos mais novos para cuidar, e os meus pais não conseguiam dar conta de tudo sozinhos. Eu não gostava da escola, a professora chateava-se sempre comigo e dava-me muitas reguadas, porque eu nunca fazia os deveres e estava sempre a fazer asneiras, enfim, uma maria vai com as outras.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 2.

Importa também compreender o vínculo entre a mulher e o espaço da casa: “As Mulheres ocupam e possuem a casa. A casa é das Mulheres, não só na sua ocupação de trabalho quotidiano como também nos momentos de lazer. A casa representa para a maioria destas Mulheres o lugar da sua realização afetiva, porque ela é o espaço da vida familiar e o centro da sua vida de trabalho. A mulher estabelece assim uma relação de posse que contrasta com a relação utilitária que o homem tem com a casa. Aliás, a mulher quando se «fecha em casa», nessa solidão relativa, mas autónoma, também reforça a segregação e a marginalização ao exterior da casa. Podemos concluir



[Figura 45.] Degradação da Ilha da Bela Vista. (Escritório Cerejeira Fontes, 2014)

que no universo das representações a casa é o tranquilo refúgio, a concha protetora da mulher e da família.”²⁴⁵.

“Eu tentava fazer os deveres, mas chegava a casa e havia jantar para fazer e uma casa para arrumar, e eu tinha de tratar disso. Às vezes, fazia-os depois de jantar e o meu irmão mais velho às vezes ajudava-me, mas nem sempre, estava cansado, e precisava de descansar. Eu era a mais nova, tive sorte e pude estudar mais tempo, mas o meu irmão foram cedo trabalhar para ajudar a minha mãe, porque o meu pai faleceu novo. Depois quando era mais velha, fui eu que pedi para ir trabalhar, e disse que não queria estudar mais, cheguei a uma altura em que já não percebia muitas coisas, e cheguei mesmo a reprovar; a minha mãe bem tentou que eu ficasse a estudar, mas era aquela coisa, eu não sabia que chegasse, e depois toda a gente era crescida e ganhava dinheiro, e eu também queria essa liberdade. Enfim, se fosse hoje tinha ficado a estudar, tinha tantos anos para trabalhar...”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 1.

Neste sentido, é possível compreender que a adesão ao sistema escolar, era motivada por uma lei do período Salazarista, que implantou um abono familiar para crianças que andassem na escola até à terceira classe; depois disso, o abandono escolar era generalizado, não apenas nas famílias numerosas, por vezes monoparentais, onde a necessidade de sobrevivência obrigava a começar a trabalhar mais cedo; levaria a um descontentamento com o sistema social, porque diversas gerações anteriores não tiveram a oportunidade de usar a escolaridade a seu favor. Além disso, a desilusão com o sistema social provinha também do pobre acesso a condições de ajuda dentro do processo educativo: os alunos que não tivessem bom aproveitamento, sem possibilidades de contratar explicadores, teriam de repetir o mesmo ano, até que, eventualmente, desistiam da escola.

No seguimento das questões apresentadas, é possível enquadrar os testemunhos analisados no modelo de delinquência, que já foi observado anteriormente, que os levava a ter comportamentos negativos no recinto escolar. Contudo, dever-se-á ter em atenção que os entrevistados justificavam

²⁴⁵ RODRIGUES, Fernando Matos. SILVA, Manuel Carlos. **CIDADE, HABITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO. O PROCESSO SAAL NA ILHA DA BELA VISTA 1974/76.** (p.66)

o insucesso escolar não apenas por comportamentos negativos que copiam de outros colegas, mas também pela obrigação de sustentar a sua família. Para além disso, é possível compreender que o insucesso também é motivado pelo descontentamento com o sistema social e pela falta de acesso a entidades que possam ajudar os alunos nas suas dificuldades escolares.

Compreende-se que a família comporta um papel de extrema importância face à escolaridade, no percurso familiar, com repercussões no sucesso escolar das gerações seguintes. Assim, crianças que crescem em ambientes familiares menos privilegiados, onde os níveis de escolaridade são baixos, enfrentam a responsabilidade desde cedo de garantir o seu próprio sucesso. Isso ocorre porque os outros membros da família não têm a capacidade de oferecer muita ajuda, principalmente devido aos seus próprios níveis limitados de educação. Por outro lado, quando existe um papel ativo da família no auxílio do percurso escolar, existe também uma maior possibilidade de sucesso no mesmo. A escola republicana, fundamentada no princípio da igualdade de oportunidades para todos os alunos, busca proporcionar um ambiente equitativo. Nas situações de segregação social existem as desigualdades originadas nos contextos familiares dos estudantes, por disparidades económicas, sociais, educacionais e culturais presentes nas famílias dos alunos, que influenciam o seu desempenho e progresso escolar. Sendo concebível que um aluno proveniente de um ambiente mais modesto alcance êxito académico e ascenda na escala social, essa possibilidade não está ao alcance de todos os estudantes que enfrentam circunstâncias semelhantes. Adicionalmente, desigualdades estruturais, como disparidades salariais, a falta de acesso a recursos educacionais suplementares, atos discriminatórios, preconceitos e outras barreiras, podem manifestar-se como obstáculos nessa mobilidade social²⁴⁶.

Portanto, é possível concluir que, apesar da retórica de inclusão que define a ideia de "educação para todos", a realidade é que somente uma parcela dos alunos, uma elite, é capaz de efetivamente alcançar esse objetivo. Nesse contexto, palavras como "neutralidade" e "aptidões" funcionam como disfarces que encobrem as contradições sociais subjacentes ao sistema educacional, dissimulando a estreita ligação entre a posição social do aluno e a experiência escolar. A ideia de que a escola é igual para todos não se sustenta quando observamos que as diferenças sociais já estão presentes quando os indivíduos ingressam no ambiente escolar. Essas

²⁴⁶ CLAVEL, Gilbert. **A Sociedade da Exclusão Compreendê-la para dela sair.**(p.105)

discrepâncias têm raízes socioculturais antes mesmo de serem associadas a supostas habilidades inatas²⁴⁷.

Nas camadas menos privilegiadas da sociedade, o processo educativo que internaliza a justificação da sua própria exclusão, pelo reconhecimento da legitimidade e da autoridade da cultura dominante. Esse reconhecimento da exclusão manifesta-se nas camadas mais desfavorecidas através de um sentimento de vergonha, por desempenhar trabalhos subvalorizados e pertencer a famílias numerosas. Essa sensação de vergonha é o resultado de um processo de desvinculação cultural e culpabilização. Neste processo a escola torna-se um lugar de inculcação negativa. A baixa escolaridade leva à impossibilidade de obter trabalhos com maior salário, pelo facto de estes exigirem estudos e/ou experiência. Nas entrevistas aos atuais moradores do caso de estudo foi possível conhecer o tipo de empregos que têm os membros do agregado familiar.

“Eu sou empregada doméstica em três casas, já há muitos anos, e ganho 500€ por mês, o meu irmão é condutor da UBER e o meu filho trabalha numa roulotte, que vai para as romarias. No verão até ganha bem, mas no inverno rende pouco.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 1.

“Trabalhava como costureira há alguns anos, antes trabalhava numa fábrica aqui perto, mas fechou. O meu falecido marido, que também trabalhava lá, foi para as obras, mas, quando o tempo estava de chuva ficava em casa e não ganhava o dia. Era uma vida de miséria”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 2.

“Eu trabalhava numa pastelaria, ali a meio da rua. A minha mãe costumava servir ali naquela casa burguesa, desde os 9 anos, e o meu pai trabalhava na fábrica, agora estão reformados. Eu tenho uma neta pequena que está no 4º ano e um filho que trabalha na construção. Já o meu marido também está reformado, e trabalhava numa fábrica aqui em cima.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 3.

²⁴⁷ Idem. (p.112)

A realidade das ilhas permanece igual, ao que era; em 1914 foi conduzido um estudo, que registava os empregos dos habitantes das ilhas²⁴⁸ e constatava que parte da população que habita a Ilha da Bela Vista fez parte do seu percurso laboral nas fábricas locais, nomeadamente habitantes reformados, com idades compreendidas entre os setenta e dois e setenta e sete anos. Depois do seu encerramento, os habitantes da Ilha da Bela Vista passaram por uma situação de um emprego precário, necessitando de recorrer a serviços sociais para sobreviver. A perda de emprego é uma situação bastante desafiante para uma família, sobretudo quando os seus rendimentos são já bastante baixos, e permitem apenas a estrita sobrevivência da mesma. Por isso, existe um sentimento de ansiedade em arranjar um novo emprego, mas também um sentimento de angústia pela impossibilidade de arranjar um emprego estável, cujo salário seja capaz de proporcionar o mínimo de qualidade de vida aos habitantes, restando um sentimento de vergonha, face ao sentido de um dever não cumprido para com a família, mas também um movimento de revolta para com a sociedade, levando ao isolamento dos habitantes. Deste modo, a permanência numa posição de desemprego denominado *desemprego de exclusão*²⁴⁹, implica uma impossibilidade de sobreviver, uma vez que os serviços sociais se revelam insuficientes para colmatar as todas as necessidades de uma família sem rendimentos. Os moradores da Ilha da Bela Vista expressam a sua angústia pela Memória do tempo em que não tinham possibilidade de comprar bens essenciais. As famílias numerosas serviam como uma salvaguarda face ao desemprego já que, apesar de um membro do agregado poder passar por essa situação, os restantes membros eram capazes de colmatar as necessidades da família, enquanto este procurava um novo trabalho.

Contudo, a localização da Ilha da Bela Vista permitia uma aproximação com a indústria, e era recorrente que vários membros da família trabalhassem na mesma fábrica. Assim, quando a mesma entrava em falência, ou despedia funcionários, era comum que vários membros do mesmo agregado familiar ficassem desempregos ao mesmo tempo, levando a uma situação ainda mais dramática.

²⁴⁸ Segundo um estudo relativo à população que ocupava as ilhas feito em 1914. LEMOS, António Gomes Ferreira, Contribuição para o Estudo da Higiene do Porto – Ilhas. (pp. 71-107).

²⁴⁹ WUHL, Simon. *Politiques de l'emploi et politiques d'insertion: quelques perspectives*. (p.67)

“Houve uma altura, quando eu tinha os meus sete anos, as fábricas começaram a fechar, as mais pequenas; foi uma altura muito difícil, os meus irmãos ficaram sem trabalhar, e só a minha mãe é que tinha trabalho. Um salário para sustentar uma família de nove pessoas, não dava, e passamos muita fome até os irmãos voltarem a arranjar trabalho. Nessa altura se não tivesse sido pelos vizinhos a ajudar, olhe, nem sei o que é que tinha sido de nós. Eles tinham vergonha de estar assim, a minha mãe passou muito mal, porque os meus irmãos nem queriam comer enquanto não tinham trabalho. Iam à procura de trabalho de manhã cedo, voltavam à noite e iam para a cama, às vezes comiam um bocado de pão, outras vezes nem isso. Iam dormir sem comer, achavam que não mereciam, e dava para ver a tristeza na cara deles. Depois arranjaram trabalho de novo, e já se sentiam melhor, mas nunca foi igual, eles pediam desculpa à minha mãe muitas vezes, porque achavam que a tinham deixado ficar mal.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 3.

É evidente que a questão económica desempenha um papel central nas dinâmicas sociais. A falta de emprego elimina oportunidades de sociabilidade, levando à exclusão desse indivíduo do tecido social. Isso cria um sentimento de desvinculação, pois a pessoa não se sente mais parte da comunidade.

Nesse contexto, os indicadores das distintas realidades económicas servem como marcadores de diferenciação social. Estes abrangem aspetos como o tipo de habitação, a ocupação profissional, a trajetória educacional, os padrões de consumo e o estilo de vida, bem como as influências culturais de origem. Detalhes específicos da sua situação, como residir em habitações sociais, em centros de acolhimento ou em bairros mal afamados, delineiam a posição do indivíduo na sociedade. A interpretação das nuances das situações dentro de um campo de relações simbólicas relativamente autónomo, implica que as pessoas sejam socialmente excluídas não se encontram completamente à margem da sociedade, mas também não estão plenamente integradas no complexo conjunto de interações sociais que a compõem. A exclusão social é uma consequência de um processo de fragmentação, onde a falta de acesso a diversas facetas da vida essenciais



[Figura 46.] Degradação da Ilha da Bela Vista. (Escritório Cerejeira Fontes, 2014)

para atender as suas necessidades cotidianas contribui para a definição de um paradigm social negativo.

Nessa perspectiva, a sociedade moderna é disfuncional, dada à sua inabilidade para fomentar relações sociais positivas que atendam a todos os seus membros de forma equitativa. A resolução desse problema envolveria harmonizar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e outras para qualquer indivíduo evitando a estigmatização.

Neste sentido, importa agora refletir sobre as abordagens que a Câmara Municipal do Porto, teve face às problemáticas habitacionais da Ilha da Bela Vista e outras ilhas do Porto, procurando perceber o impacto social e individual que essas abordagens tiveram nos habitantes.

Neste sentido, a primeira a ação oficial reconhecida na cidade do Porto face à insalubridade, foi a ordem de fumigação das Ilhas, devido à peste bubónica. Em 1855, chegou ao Porto um surto de cólera, levando a um elevado número de mortes; seguiu-se a febre amarela, onde alguns dos noventa óbitos declarados na cidade do Porto tiveram incidência na Ilha da Bela Vista. Após os levantamentos, visitas e inquéritos realizados a mando do Dr. Ricardo Jorge, em 1885, compreende-se que a saúde pública da cidade estaria em rápido declínio. Em consequência, o Plano de Saneamento da cidade do Porto propôs novas medidas, nomeadamente a criação de infraestruturas de água, sistemas de esgotos e recolhas de lixo.

“O meu avó morreu novo, e foi disso que ele morreu, da peste. Na altura, a minha avó e os filhos foram morar para a casa dum vizinho, que era para não apanharem a peste, e ele faleceu sozinho em poucos dias.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 3.

Apesar dos esforços empreendidos na tentativa de controlar e combater a crise, não foi possível evitar a chegada da peste bubónica ao Porto em 1899. Num estado inicial, a imprensa manteve o silêncio face aos primeiros casos detetados, às mortes e à própria doença. Para além do problema grave de saúde pública, enfrentava-se um sério problema de higiene social. A peste estava a propagar-se, incidindo particularmente nos bairros do Bonfim, nas áreas densamente povoadas das ilhas. " A maioria dos infetados eram indivíduos de baixa renda, que viviam em

condições habitacionais precárias e tinham estilos de vida desfavoráveis.²⁵⁰ À medida que a doença avançava rapidamente, instalou-se um estado de emergência, pressionando a cidade a implementar medidas sanitárias. O Dr. Ricardo Jorge defendeu a implementação de várias ações preventivas, dada a falta de pessoal especializado, recursos para tratamento e prevenção, e ausência de uma organização de saúde pública competente e autónoma. Através de um grupo de coordenação composto por médicos e auxiliares da cidade, o corpo de salvação pública, avançou-se com a criação de postos municipais de desinfeção, instalação de hospitais especiais para tratar os infetados, isolamento de doentes, distribuição gratuita de medicamentos em farmácias e de panfletos informativos sobre medidas de higiene, visitas e desinfeções a casas particulares e a "ilhas", além da imposição de banhos obrigatórios e desinfeção de roupas.

Alguns dos habitantes da Ilha da Bela Vista recordam ainda as consequências do cordão sanitário e da peste bubónica e os sentimentos de vergonha e rejeição social que começaram a estar vinculados a estes. A restante sociedade, que não habitava as ilhas associava a peste aos seus habitantes.

“A minha avó servia numa casa de fidalgos e foi na altura da peste que ela perdeu o trabalho, porque eles não admitiam ninguém das ilhas a trabalhar na casa deles. Os empregados que estavam dentro de casa não eram deixados sair, a não ser o que moço que ia fazer recados e que fazia as compras, mas esse nem entrava em casa, deixava tudo à porta.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 1.

Em 1903 surge o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas, “*um decreto governamental instituindo um regulamento de salubridade*” que parecia querer confrontar “*o problema da habitação em contexto urbano e do alojamento das classes trabalhadoras*”²⁵¹. Este regulamento viria a considerar as ilhas como agrupamentos irregulares de construção clandestina o que, viria a ser mais um fator contribuinte para o estigma já na Ilha Bela Vista. A classificação das ilhas como lugares que não são dignos para viver, iria levar ao apelo para a sua demolição;

²⁵⁰ PINTO, Jorge Ricardo - *O Porto Oriental no final do século XIX – Um retrato social*. (p.127-129)

²⁵¹ MONTEIRO, Bruno, et al, *Contributos para a História Social do Porto - Sociedade, Política e Cultura no Estado Novo*, Cap. “Estado, alojamento e «questão social»: Elementos para a compreensão sociológica da formação da respetiva relação obtidos a partir do estudo aprofundado de uma intervenção habitacional do «Estado Novo» no Porto”, João Queirós, Porto, 2011, (p.16.)

ao contrário da opinião comum, o Dr. Ricardo Jorge opunha-se a este tipo de ação, redirecionando a atenção pública para uma ideia de administração central que se dedicaria à saúde. Contudo, a realidade constatada nos relatórios levaria à vontade da erradicação da ilhas. *“Desde a década de oitenta, multiplicam-se as referências produzidas pelas autoridades administrativas e policiais, médicos e higienistas, jornalistas e políticos, acentuando o carácter patológico das ilhas populares, encaradas como focos de infeção física, que ameaçavam contagiar a cidade, e focos de infeção moral, que punham em perigo os «bons costumes» e a «família». Tornava-se necessário destruir tanto o perigo social como o perigo sanitário que crescia na cidade”²⁵².*

Este fenómeno fez com que em 1939 houvesse 14.000 casas das ilhas deixadas ao abandono, já que as iniciativas para a sua melhoria eram completamente insuficientes.

“Nessa altura, já muita gente nem vivia cá, muitos foram embora, porque era mau morar aqui, agora até voltaram alguns. Nós fomos esquecidos, queria lá alguém saber aqui dos pobres da Ilha. Eu nunca acreditei que a Câmara quisesse fazer algo por nós, olhe, no tempo de Salazar, eu estava a ver que ia ficar sem casa de verdade, porque andava-se a dizer isso. Depois até andaram por aqui a fazer uns inquéritos e tudo mais, mas também pouco ou nada saiu daí.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 2.

A Câmara Municipal do Porto começava finalmente a demonstrar interesse em abordar estrategicamente o problema. Em 1940, lançou a Campanha de Salubridade das Ilhas; um inquérito realizado no âmbito desta campanha permitiu obter um inventário detalhado sobre a ocupação das "ilhas" nas várias freguesias da cidade do Porto. Nesse momento, foram identificados 1.153 núcleos de "ilhas", com cerca de 13.594 habitações, onde viviam 45.243 pessoas. Este levantamento proporcionou as bases para a elaboração de um plano destinado a melhorar as condições habitacionais das classes mais desfavorecidas. O objetivo consistia em manter parcialmente as "ilhas", adotando uma estratégia que envolvia a demolição de algumas habitações (uma em cada duas), libertando assim espaço para fachadas adicionais nas habitações mantidas e permitindo expandir as áreas úteis das casas não demolidas. Nesse processo, foram demolidas 360 habitações e melhoradas cerca de 285.

²⁵² PEREIRA, Gaspar Martins, *As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século*. (p.5)

VISITA À ILHA DA BELAVISTA, PAULO MORAIS ANUNCIOU PLANO DE RECONVERSÃO DAS ILHAS MUNICIPAIS.

Câmara vai demolir ilhas degradadas

Ilhas a demolir sê-lo-ão imediatamente para impedir actividades ilícitas, nomeadamente o consumo e tráfico de droga.

JULHERME SOARES

dia zero do plano de reconversão das ilhas municipais começaram, na ilha da Belavista, a D. João IV, e deverá prosseguir-se por dois anos. A revelação foi feita por Paulo Morais, vereador da Habitação e Acção Social da Câmara do Porto, na sessão da visita que fez, ao fim da tarde de ontem, àquela ilha.

No próximo mês equipas da Câmara Municipal do Porto vão visitar as 40 ilhas das quais a Câmara é responsável, que são o lar de cerca de 600 pessoas. Feita essa vistoria técnica das ilhas muito degradadas e semolpidas e as pessoas realoadas até Novembro, Dezembro, ou, as que forem para ser realoadas serão, numa primeira fase, alvo de uma intervenção de emergência "para que as pessoas possam passar o Inverno com o devido conforto com que costumam passar a que se seguirá a necessidade de elaborar um Plano Directorial do plano de reconstrução, a longo prazo.

Paulo Morais afirmou que as ilhas a demolir sê-lo-ão "imediatamente, para que aí não se instalem actividades ilícitas. Não vamos permitir que as casas sejam usadas por toxicómanos e traficantes, que é uma situação que se tem verificado nos últimos anos".

O vereador frisou o facto de não poder ignorar "o mecanismo de vizinhança e proximidade" que existe entre a população que reside nas ilhas, sendo necessário preservar estes nichos



Em breve, os moradores da Belavista vão receber as equipas de vistoria da Câmara do Porto para se perceber qual a intervenção a ser feita no local

arquitectónicos. No caso da Belavista acrescenta-se a "proximidade à Baixa" um forte motivo para a intervenção requalificadora.

BELAVISTA SERÁ A PRIMEIRA

Durante a visita todos foram unânimes em afirmar ao vereador a vontade que têm de continuar a viver lá. "Os que não queriam e

davam mau ambiente aqui já foram embora", afirmaram alguns locais. De facto, há cerca de dois meses saíram da ilha da Belavista 12 famílias que, segundo os residentes, eram inclusive responsáveis por baixos níveis de salubridade e higiene. "As pulgas são as pessoas que as trazem, não são das casas!", atiraram.

Aquilo que os moradores exigem, entre outras coisas, é o reaproveitamento das casas que estão agora abandonadas, o que poderia melhorar bastante a vida de algumas pessoas. É o caso de Mário Augusto Pinto, de 57 anos, reformado, ex-electricista de automóveis, nado e criado na Belavista.

Debilidado fisicamente por uma trombose e não tendo casa-de-banho em casa, Mário Pinto pediu ontem a intervenção de Paulo Morais para mudar para uma casa muito próxima da sua, desabitada, essa sim com condições.

A ilha da Belavista será a primeira a ser alvo da vistoria técnica e das obras de reconversão.

[Figura 47.] Recorte de uma notícia sobre a demolição de ilhas no Porto, por parte da Câmara em 2002. (Rodrigues & Silva, 2015)

Em 1955 foi iniciado o Plano de Melhoramentos, cujo objetivo era eliminar as "ilhas". Este plano estendeu-se por duas décadas em duas fases, e refletiu os interesses políticos, com uma intervenção urbana de grande envergadura. A destruição planeada de milhares de "ilhas" refletiu uma estratégia; o texto de apresentação do plano começava com a frase "*O casebre é um crime contra a nação*" e descrevia as "ilhas" como "construções condenadas", caracterizadas por uma "habitabilidade defeituosa e promiscuidade social que degrada moralmente a família e a sociedade". Este plano retomou algumas medidas do Plano de Salubridade das Ilhas do Porto, como a definição de estratégias de descongestionamento das zonas centrais da cidade e a construção de novos bairros de renda acessível para a população afetada pelas demolições das "ilhas". No entanto, a Câmara Municipal pretendia erradicar as "ilhas", excluindo completamente a possibilidade de requalificação das habitações existentes.

Este "Plano de Melhoramentos" nas suas duas fases, resultou na construção de quase 10.000 habitações de renda social destinadas a famílias provenientes de "ilhas" e outros espaços habitacionais precários. Só na primeira fase, até 1966, foi possível demolir mais de 4.000 habitações em "ilhas", realocando cerca de 24.700 habitantes para a periferia, onde foram construídos treze novos bairros com um total de 6.072 novas habitações. Apesar disso, continuava a ser muito elevado o número de pessoas a viver em condições habitacionais precárias na cidade do Porto, principalmente nas "ilhas". Esta população exigia melhores condições, mais direitos e uma habitação digna. Esses movimentos sociais ganharam mais força após a Revolução de Abril de 1974²⁵³.

A Ilha da Bela Vista nunca foi demolida, mas também não chegou a ser construído o projeto desenvolvido para este lugar no âmbito do SAAL, como será abordado mais à frente nesta dissertação. A perspetiva da Câmara Municipal sobre a Ilha da Bela Vista, nunca melhorou de forma substancial; na verdade, foi durante vários mandatos na Câmara, especialmente na presidência de Rui Rio, que este espaço se viu mais ameaçado de demolição. Durante este mandato, diversos bairros tiveram a sua demolição, como o de S. João de Deus, São Vicente de Paulo, Aleixo e Nicolau. Na verdade, poucas melhorias foram realizadas na Ilha da Bela Vista até à intervenção realizada em 2013. É neste ano que a Câmara Municipal coloca em marcha um

²⁵³ OLIVEIRA, Sara Filipa Cardoso. Do Tratamento à Prevenção- A Arquitetura como Determinante Social da Saúde no caso das Ilhas do Porto. (pp-55-61)

PARCERIA ■ MANUEL PIZARRO NO PROGRAMA 'PORTO DE ABRIGO'



■ Manuel Pizarro, vereador da Habitação e Urbanismo na Câmara do Porto, diz que a autarquia pretende fazer das ilhas locais onde seja bom morar

FOTO: ESTÚDIO ALVARO/ALVARO RODRIGUES

Porto recupera ilhas da cidade

■ Vereador do Urbanismo diz que em breve será bom viver nestas habitações

● SECUNDINO CUNHA

A Câmara Municipal do Porto quer recuperar as cerca de mil ilhas que existem na cidade e onde residem, em más condições, mais de 12 mil pessoas.

A revelação foi feita por Manuel Pizarro, vereador da Habitação na autarquia, no programa 'Porto de Abrigo', uma parceria **Correio da Manhã**, Rádio Festival e Fundação Filos.

O autarca disse que o primeiro projeto a avançar é o da ilha da Bela Vista, na rua D. João IV, uma vez que se trata da única que é propriedade da autarquia.

"A nossa ideia é desenvolver um projeto que, através de custos moderados, confira a esse lu-

gar boas condições de habitabilidade e que possa servir de exemplo para os particulares", disse Manuel Pizarro.

A autarquia não tem para já qualquer estimativa de custos, uma vez que o projeto só estará concluído no final deste mês.

"As ilhas são habitações características do Porto, em que as casas de banho, por exemplo, são comuns. Queremos mantê-las, mas com boas condições", acrescentou Manuel Pizarro. ■

[Figura 48.] Recorte de uma notícia sobre a reabilitação de ilhas no Porto, por parte da Câmara em 2014. (Rodrigues & Silva, 2015)

plano de salubridade e reabilitação das Ilhas, durante o mandato de Rui Moreira na presidência da Câmara Municipal do Porto. O ceticismo dos moradores era evidente, depois das diversas promessas e ameaças feitas no últimos séculos, não acreditavam na possibilidade de renovação.

“Quando o Presidente Rui Moreira veio cá, lembro-me de ver aquele alvoroço todo, e disse-lhe que não acreditava que nada acontecesse. Pensava que era só para ficar bem visto na campanha, mas agora cá estamos, não quer dizer que esteja perfeito, não está, mas vive-se melhor. E muita gente nunca acreditou que isto fosse chegar a ser alguma coisa, acho que só acreditei quando vi a minha casa pela primeira vez. Depois o Presidente voltou, e ia vindo enquanto as obras estavam a decorrer, e disse-lhe outra vez que nunca acreditei, mas agradei, aquela miséria não era digna de ninguém.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 2.

A Ilha da Bela Vista e os seus habitantes passaram por um longo percurso até à reabilitação, acompanhado pelo estigma que sentiam. “Perante este cenário de erros acumulados no que respeita às soluções para o problema da habitação, consideramos que se deve abandonar os programas e políticas de habitação que durante décadas assentaram numa prática de deslocalização, entaipamento e ghetização dos moradores em blocos em altura fora da malha consolidada da cidade infraestruturada. Por outro lado, a exclusão social é particularmente elevada em alguns dos bairros sociais construídos em lugares segregados espacialmente e socialmente. A qualidade ou a degradação dos edifícios e urbanizações, a sua posição periférica relativamente à cidade a falta de serviços e da oferta no mercado de trabalho, expõe os moradores a uma grave perda de valor simbólico: o simples facto de serem moradores de uma habitação social, como se verifica em alguns bairros sociais do Porto, priva-os do direito ao bom nome, ao prestígio ou reconhecimento social e conduz os não moradores a ter atitudes de descrença em relação aos habitantes destas urbanizações da solidão.”²⁵⁴.

Nos capítulos seguintes serão comparados os temas abordados neste capítulo com os sentimentos que advieram da reabilitação. Pretende-se compreender o impacto da reabilitação no estigma

²⁵⁴ RODRIGUES, Fernando Matos. SILVA, Manuel Carlos. **CIDADE, HABITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO. O PROCESSO SAAL NA ILHA DA BELA VISTA 1974/76.** (p.58)

sentido pelos habitantes, percebendo quais as mudanças sentidas não apenas no espaço físico, mas também a nível psicológico e emocional, por parte dos habitantes. Além disso, abordar-se-á também a percepção dos habitantes da cidade sobre o espaço, tentando assim compreender se a reabilitação marcou um ponto de viragem.

2.1.3. A cidade participada

O processo participativo que aconteceu entre 2013 e 2015, na reabilitação da Ilha da Bela Vista, teve um grande impacto no resultado que se observa, atualmente, no local. Este processo teve lugar teve início no SAAL, em 1974. De modo a compreender a relação entre ambos os processos, proceder-se-á a um enquadramento histórico e social da Ilha da Bela Vista aquando do processo SAAL, procurando compreender as motivações do projeto e os impedimentos que o colocaram em causa.

O facto do projeto SAAL para a Ilha da Bela Vista não ter tido efeito prático, uma vez que nunca saiu do papel, causou um grande impacto nos habitantes, levando a uma descrença na possibilidade da reabilitação da Ilha, sendo que esse facto viria a afetar o processo participativo que teve lugar na reabilitação mais recente. Ter-se-á em consideração que existe um grande espaço temporal entre os dois processos, cerca de trinta e nove anos, que viria também a estimular a descrença dos habitantes na possibilidade da reabilitação da Ilha.



[Figura 49.] Capa do Boletim da Comissão de Moradores do Campo de 24 de Agosto, 1976. (Rodrigues & Silva, 2015)

Neste capítulo serão comparadas as necessidades dos habitantes no passado e no presente, compreendendo de que modo a proposta feita durante o SAAL e a proposta feita na atualidade são semelhantes. Compreende-se que existe uma distinção entre os dois programas separados pelo espaço e pelo tempo, bem como pela sua realidade social. O SAAL existiu na sequência de um processo de revolução em Portugal, enquanto o projeto mais recente partiu de um enquadramento social muito diferente.

Mas ambos os processos tinham também as suas similaridades, como o direito à habitação, princípio base da motivação para um processo que partiu da colaboração e intervenção dos moradores da Ilha da Bela Vista e da sua associação de moradores, criada em 1970, que foi a base de resistência contra processos de deslocalização. Os moradores que integravam esta associação fizeram parte não só do processo de reabilitação, mas também do processo anterior defendendo a necessidade de reabilitar a Ilha, através de entrevistas, conferências e reportagens.

Ao longo do tempo, durante um passado longo de políticas que pretendiam demolir a ilha sobre o pretexto de a salubrizar, o espaço de intervenção em ambos os projetos foi exatamente o mesmo, a anexação das parcelas identificadas pela associação de moradores em 1974/75²⁵⁵.

Nesta altura, o Porto era um lugar bastante precário a nível da habitação; a insalubridade e a falta de condições afetava as ilhas:

“No programa SAAL, os arquitetos portugueses enfrentaram uma situação paradoxal, dada a urgência e escala das necessidades da população local e a vontade de aplicar dois princípios básicos princípios: o “direito à cidade” e o “direito à arquitetura” (Bandeirinha, 2007, p. 121). A crença no “direito à arquitetura” implicava uma ideia de participação, na qual “O trabalho do arquiteto pode ser classificado como «secundário»”, devido ao esforço de colaboração da população local no processo de design (Bandeirinha, 2007, p. 169). Mas, confrontado com a urgência da situação, as equipas precisavam de uma abordagem pragmática para permitir uma resposta eficaz a curto prazo (...). Os arquitetos do Porto precisavam de criar um ambiente informal de organização (que, ainda assim, fosse operacional), criando sinergias entre as diversas equipas

²⁵⁵ Idem. (p.81)



[Figura 50.] Cartoon relativo às associações de moradores , 1975. (Rodrigues & Silva, 2015)

técnicas. O Processo SAAL forneceu um campo laboratorial, em que a necessidade de racionalidade e economia justificaram plenamente uma atitude e uma linguagem com raízes modernistas. Assim, a maioria dos esquemas habitacionais resultantes mostrou uma abordagem uniforme (que resultou da necessidade de responder a circunstâncias semelhantes) com um conjunto de características comuns: organização em volumes paralelos, muitas vezes não relacionados com os alinhamentos pré-existentes, com habitações duplex longas e estreitas (cerca de quatro metros de largura, na maioria dos casos), um conjunto de escadas no centro e pequenas aberturas em ambas as fachadas (Fernandes, 2011, págs. 477-81)”²⁵⁶.

A associação de moradores da Ilha da Bela Vista, tinha como representantes Mário Augusto Pinto, Joaquim da Silva Magalhães e Mário Teixeira Sá, que residiam na Ilha. A composição destas organizações era caracterizada pela informalidade e espontaneidade, sem responder a uma estrutura legal. “No caso da Ilha da Bela Vista o processo de organização da comissão de moradores parte de três moradores que viviam nas casas n.º 6, 23-A e 38, respetivamente. Segundo a informação de um dos antigos membros da comissão de moradores, Mário Augusto Pinto, toda a população da ilha se juntou em torno da luta contra a subaluga, e a comissão desempenhou aqui um papel importante na representação e na reorganização dos poderes dentro da Ilha.”²⁵⁷.

Esta comissão de moradores teve os seus estatutos oficializados por meio de escritura notarial em 30 de junho de 1975, no quarto cartório notarial da cidade do Porto. Os representantes dos moradores da Bela Vista, nomeados durante uma assembleia plenária, compareceram como outorgantes nesse documento. Os seus nomes são: Joaquim da Silva Magalhães, Mário Augusto Pinto, Maria Carolina Coelho de Oliveira, Mario Teixeira de Sá, Maria Helena dos Santos Ferreira Oliveira e Armindo Oliveira da Silva²⁵⁸.

²⁵⁶ FERNANDES, Eduardo. "The Language of the SAAL Program: similarities and variations in the work of the SAAL Teams in Porto". In Bandeirinha, J. A., Sardo, D. & Moniz, G. C. (ed.). 74-14 SAAL AND ARCHITECTURE (p. 140-147). Coimbra: University of Coimbra, Center for Social Studies / e|d|arq / Fundação de Serralves, 2016.

²⁵⁷ RODRIGUES, Fernando Matos. SILVA, Manuel Carlos. **CIDADE, HABITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO. O PROCESSO SAAL NA ILHA DA BELA VISTA 1974/76.** (p.96)

²⁵⁸ Essa formalização foi subsequentemente publicada no Diário da República, número 201, terceira série, em 1º de setembro de 1975.



[Figura 51.] Cartoon relativo á habitação, 1975. (Rodrigues & Silva, 2015)

A operação SAAL da Ilha da Bela Vista teve início com o pedido de intervenção ao SAAL/NORTE por parte da comissão de moradores, em 30 de agosto de 1974. Definiu-se a zona de intervenção e as 153 habitações a reabilitar. O projeto iniciou-se a 15 de Outubro de 1974, com os trabalhos da Brigada Técnica, sob a chefia do arquiteto Mário Moura, Mário Trindade (arquiteto de 1ª classe), Henrique Vanez (arquiteto de 2ª classe) e membros da associação de moradores (representada por Mário Augusto Pinto, Joaquim da Silva Magalhães e Mário Teixeira). Por sua vez, a Brigada respondia diretamente à arquiteta Margarida Coelho, do SAAL/NORTE²⁵⁹. O projeto foi desenvolvido sob a responsabilidade da brigada técnica; a memória descritiva apresenta uma análise detalhada da Ilha da Bela Vista, abordando questões como tipologias, morfologia, elementos construtivos, condições do terreno, disposição dos pavimentos, cobertura das habitações, memórias das divisórias, instalações sanitárias, exposição solar e a relação com a rua Dom João IV.

“Estamos na presença de um aglomerado com 52 fogos, ocupando um terreno interior da Rua Dom João IV e que comunica com esta via por uma estreita viela. As habitações dispõem-se em três alas servidas por dois corredores de distribuição, e constituem o único terreno livre, onde se processa toda a vida social, e que também serve de local de trabalho, lavagem de roupa, e pátio de brinquedo. As habitações estão ordenadas numa modelagem de 4x6m aproximadamente, só com fenestração na fachada, o que implica a existência de quartos interiores e o atravessamento de aposentos para o acesso a outros.”²⁶⁰. Com uma área total de terreno de 1706,75 m², encontra-se uma área construída de 1686 m², deixando uma área livre de 578,75 m² disponível para uma população de 158 habitantes na Ilha da Bela Vista. Essas áreas livres compreendem os corredores entre as habitações, o pátio de entrada e a viela que conecta à Rua Dom João IV. Essa configuração espacial levantava diversas questões relacionadas com a densidade populacional e a ausência de espaços vazios para atividades ao ar livre. As interações entre os moradores ocorriam num sistema de proximidade significativa, onde as relações de vizinhança envolviam a apropriação e a partilha, mas também podiam gerar conflitos, próprios de uma comunidade de vizinhos. A Memória Descritiva descreve como as habitações foram estrategicamente implantadas para aproveitar a topografia natural do terreno²⁶¹.

²⁵⁹ RODRIGUES, Fernando Matos. SILVA, Manuel Carlos. **CIDADE, HABITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO. O PROCESSO SAAL NA ILHA DA BELA VISTA 1974/76.** (pp.127-128)

²⁶⁰ Idem. (p.138)

²⁶¹ Ibidem.

“O terreno tem uma forte pendente no sentido Norte-Sul, o que foi aproveitado para implantação das habitações, acompanhando o declive natural, e tirando o máximo proveito dos próprios elementos construtivos dos edifícios (paredes de pedra, pavimentos e coberturas de Madeira, e divisórias de tabique). Cerca de metade das habitações são do tipo térreo, sendo as outras de dois pisos em alguns casos ocupadas por um só fogo. Todas as habitações dispõem de luz elétrica e água canalizada, mas não tem instalação sanitária. Muito posteriormente à construção da “ilha”, esta foi dotada de 2 baterias de 10 retretes e 10 chuveiros, no total. Como regra geral as habitações encontram-se em mau estado. As que apresentam um aspeto mais cuidado, foram arranjadas pelos próprios moradores, que, inclusivamente substituíram caixilharias.”²⁶².

Na memória descritiva do projeto, é também possível ler uma breve descrição sobre a população que habitava a Ilha: “a principal característica dos habitantes deste bairro, a existência de uma alta percentagem de pessoas com mais de 50 anos (30.6%) em contrapartida aos 27,3% de crianças até aos 14 anos.”²⁶³.

Em 13 de agosto de 1975, a Ilha da Bela Vista foi oficialmente designada como uma Zona Degradada. É importante notar que, neste contexto, não há menção de posse administrativa dos terrenos adjacentes nem de qualquer compensação aos proprietários até o final de 1976. No que diz respeito à cronologia da operação SAAL na Ilha da Bela Vista, podemos destacar alguns eventos significativos que a marcaram, desde o seu início, a partir de 15 de outubro de 1974:

1. A contratação da brigada técnica, que trabalhou no projeto de 15 de novembro de 1974 a 13 de fevereiro de 1976;
2. A legalização da associação de moradores, cujos estatutos foram publicados no Diário da República, número 201, em 1 de setembro de 1975;
3. A entrega do projeto de Declaração de Unidade Pública (D.U.P), a 1 de fevereiro de 1975, com uma nova planta para publicação, em 18 de abril de 1975, no Diário da República, número 95, datado de 23 de abril de 1975;
4. A autorização de posse, publicada no Diário da República, número 134, em 12 de junho de 1975;

²⁶² Ibidem.

²⁶³ Idem. (p.139)

5. A declaração oficial da área como zona degradada, publicada no Diário da República, em 13 de agosto de 1975;
6. A tomada de posse do terreno em 21 de fevereiro de 1976;
7. Por fim, o projeto de construção foi entregue em 21 de julho de 1975, marcando o encerramento dessa fase inicial da operação na Ilha da Bela Vista.

Num despacho emitido pela Secretaria da Habitação e Urbanismo em 10 de abril de 1975, estabelece-se que, nos termos do artigo 12º do Decreto-Lei número 583/72 de 30 de dezembro, está aprovado o plano anexo de construção social e urbanização para a zona da Bela Vista, localizada na freguesia do Bonfim, concelho do Porto, elaborado no âmbito do Fundo do Fomento da Habitação. Fica também declarada a utilidade pública urgente das expropriações necessárias à execução do programa que aquele plano contempla. O projeto de arquitetura da Ilha da Bela Vista enfrentou momentos complexos e contraditórios devido à substituição da brigada técnica. A primeira brigada técnica foi chefiada pelo arquiteto Mário Moura, que permaneceu em funções de 15 de outubro de 1974 a 3 de abril de 1975. Ocorreram algumas mudanças com a saída do arquiteto Mário Moura; o arquiteto Mário Trindade, que já fazia parte da brigada técnica (como arquiteto de primeira classe), assumiu o cargo de chefe de brigada. Além disso, o arquiteto Fernando Lucena também passou a fazer parte da brigada, como arquiteto de primeira classe²⁶⁴.

Os problemas que surgiram na operação SAAL da Ilha da Bela Vista, estavam relacionados com indefinições por parte do governo, o que atrasou os processos de expropriação e a publicação dos estatutos da associação de moradores. Além disso, o projeto não foi aprovado pela Comissão Coordenadora do SAAL/Norte. Segundo informações do boletim da Bela Vista, o projeto foi reprovado por duas razões principais: porque se considerou injusto que o SAAL se preocupasse apenas com o caso do Ilha da Bela Vista e não contemplasse outros casos de habitação degradada na mesma rua; e porque a operação era destinada a um número limitado de pessoas e envolvia pouco terreno, tornando-a relativamente cara. Diante desses problemas, foi feita uma tentativa de encontrar uma alternativa que passava pela conclusão do processo de expropriação, pela publicação dos estatutos da associação no Diário do Governo e pela necessidade de ampliar a

²⁶⁴ Idem. (p.132)



[Figura 52.] Manifestação no Porto, 1975. (Rodrigues & Silva, 2015)

área de intervenção, expandindo a associação de moradores e planeando mais habitações. Essas medidas foram aprovadas numa assembleia de moradores em 20 de novembro de 1975. A partir desse ponto, a operação entrou naquilo que foi denominado como a segunda fase da Bela Vista. No entanto, a implementação dessa segunda fase trouxe consigo um problema em relação ao projeto original.

Após uma análise detalhada do processo, chegou-se à conclusão de que era possível aproveitar aproximadamente dois terços do projeto original, eliminando apenas a parte mais custosa, que envolvia a demolição das habitações localizadas nos números 788, 792 e 800, bem como a construção de um bloco de apartamentos que se estendia desde o interior do quarteirão até a fachada da rua. Em vez disso, optou-se por preservar e renovar esses prédios. Todo o restante projeto, que já havia sido apresentado na associação de moradores, seria mantido.

A brigada técnica expressou a consciência da urgência de avançar rapidamente, mas enfatizou que o progresso não dependia apenas deles, grande parte estava condicionado à colaboração dos moradores e da sua associação. Comprometeu-se a fazer tudo ao seu alcance para que a construção da primeira fase começasse dentro de poucos meses, e para que a segunda fase fosse iniciada dentro de um ano. Por fim, a brigada técnica solicitou o máximo de apoio aos seus membros na elaboração de inquéritos, a fim de cumprir os prazos estabelecidos.

A ausência do chefe da brigada, o arquiteto Mário Trindade, devido à sua partida para Moçambique, constituiu um problema adicional. A arquiteta Fernanda Alcântara, numa nota de serviço datada de 9 de junho de 1976, informou os serviços relevantes que a “operação da Ilha da Bela Vista, na rua Dom João IV não tem brigada técnica”, e que a “nova Brigada terá de estar de acordo com o programa apresentado”.

Esta situação fica ainda mais complexa quando o arquiteto António Rocha Gonçalves Dias enviou uma carta ao SAAL/NORTE, em 16 de novembro de 1976, com conhecimento da associação de moradores, explicando que decidiu abandonar o projeto na Ilha da Bela Vista. Isso sugere que já havia sido nomeado outro chefe de brigada, substituindo o arquiteto Mário Trindade²⁶⁵.

²⁶⁵ Idem. (pp.132-136)

Continuidade

VISTO

todas as Setas e p. 1.º m.º
no Plano de V.º
importante das V.º
a este portão

11.16

A.º

SAAL N.º

18.11.76

AO SAAL/NORTE:

Tendo recebido hoje no meu escritório, um dos officios desses serviços com o nº 512/SAAL/76, cumpre-me esclarecer o seguinte:

Em primeiro lugar, no dia 8 de Novembro de 1976 e não no dia 9/11/76 como consta no vosso officio, assinei um contrato, fiado de que esses serviços me garantiam completa liberdade para encarar o trabalho em causa, nomeadamente no que diz respeito à elaboração de um projecto completamente novo.

De resto a Architecta Fernanda Alcantara assim me tinha dito sem nunca me por a hipótese de eu dar continuidade ao trabalho já feito, com "remendos" aqui ou ali.

Como eu me sinto no direito de fazer ou não fazer aquilo que bem entender, desde já afirmo categoricamente que esses serviços só poderão contar com a minha colaboração no caso de aceitarem o conteúdo do anexo proposto do contrato de Set. 76 e do acordado em reuniões anteriores.

Como os serviços do SAAL/NORTE não aceitaram a minha proposta, considero-me para todos os efeitos legais, sem nenhuma obrigação moral ou contratual de dar continuidade à Operação da Bela Vista.

Moral, visto que considero inqualificável a vossa proposta de trabalho, por quererem que se fizessem "revisões" e "remendos" a um trabalho dum colega que os serviços SAAL/NORTE rejeitaram e com o qual eu também pessoalmente não concordo. Aliás, dada as carencias de habitação na Bela Vista e tendo a operação já dois anos decorridos não é por mero acaso que até esta data os vossos serviços não deram o acordo para o começo da construção!

Contratual, pois o contrato que assinei no dia 8 do mes corrente dizia respeito à Operação D. João IV/Bela Vista e não Bela Vista/D. João IV, e, uma vez que este já foi mandado suspender pela Sr.ª Arq. Margarida Coelho, considero de muito mau tom endereçarem o citado officio à Brigada da Bela Vista/D. João IV ao c/ do Sr. Arq.º António Dias, quando eu ainda não me encontrava nem encontro oficialmente com a responsabilidade da Operação em causa.

Resumidamente, caso não for dado seguimento das minhas propostas e do acordado anteriormente, considero-me sem nenhuma obrigação de me responsabilizar pela operação citada, embora por razões sentimentais para com os moradores isso muito me custe.

[Figura 53.] Carta do Arquitecto António Gonçalves Dias ao SAAL/NORTE, 1976. (Rodrigues & Silva, 2015)

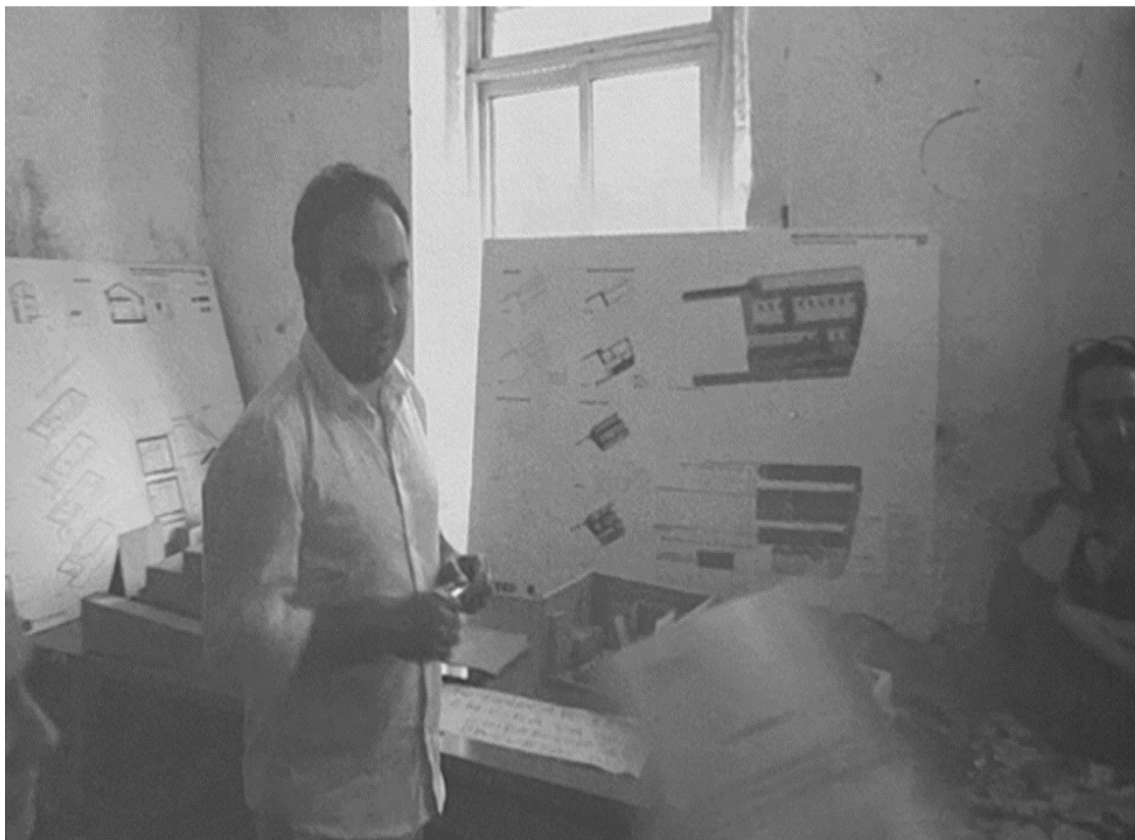
Muito relevante é o impasse do SAAL/Norte no Porto, em resultado do despacho ministerial de 27 de Outubro de 1976, que transferiu a tutela do SAAL para as autarquias. Essa resolução resultou em grandes alterações: “muitas operações mudaram o local de intervenção, outras mudaram de equipa e de projeto, outras seguirão os mesmos projetos sem o acompanhamento das equipas que os tinham elaborado, outras pura e simplesmente acabaram”.

O projeto SAAL na Ilha da Bela Vista era nesta altura um processo que enfrentava atrasos e incertezas. Num artigo elaborado pela brigada técnica responsável pelo SAAL na Ilha da Bela Vista, foi destacado que, embora as construções de casas e obras ainda não tivessem começado, havia progressos significativos alcançados ao longo do ano anterior, mesmo que não fossem visíveis na forma de casas construídas.

Na tentativa de amenizar o descontentamento decorrente dos atrasos nas obras, a brigada técnica comunicou aos moradores da Ilha Bela Vista o trabalho efetuado. Foi destacado que o principal propósito consistia em resolver as problemáticas relacionadas com habitações em condições precárias, sem a necessidade de deslocar as pessoas que ali residiam. Além disso, enfatizou-se que essa abordagem diferia daquela utilizada pelos governos anteriores, que costumavam demolir as ilhas e realocar as pessoas, independentemente do seu desejo de permanecerem no local.

Na entrevista ao senhor Mário Pinto, que conta com 82 anos de idade (passaram quase 40 anos desde a operação SAAL na Bela Vista), ele disse o que pensa de todo esse processo:

“foi um descrédito para toda a gente, uma grande frustração. A associação começou a desintegrar-se, perdemos quase tudo.... Ficou sempre essa marca de dúvida, qualquer promessa de renovação... e vinha logo, vai acontecer como nas outras vezes. Nunca ninguém cá veio explicar nada, nem o porquê de o processo ter ficado parado. A arquiteta Fernanda Alcântara fazia muito barulho, discutia muito com os moradores, mas nunca explicou, nem nunca deu nada. Passados quatro anos apareceu cá na “ilha” o arquiteto Mário Trindade, os habitantes queriam matá-lo, ele explicou todo o processo dizendo que elas não gostavam do projeto e o assunto ficou resolvido. Enquanto decorreu o processo da Bela Vista o arquiteto Siza Vieira vinha cá muitas vezes, falar com a equipa dos arquitetos. Mas nunca



[Figura 54.] Arquiteto Cerejeira Fontes a trabalhar na Associação de Moradores da Ilha da Bela Vista, 2015.
(Rodrigues & Silva, 2015)

mais cá voltou. As pessoas foram desistindo e foram-se mudando para os bairros. A Câmara vinha cá, quem quiser ir pode ir. O único que fez alguma coisa por nós foi o Dr. Paulo Moraes. Claro que agora começamos a acreditar que vai ser desta vez. As pessoas andam com outra alegria, acreditam no Presidente Dr. Rui Moreira. Foi o único Presidente que veio cá a ilha. E agora com o Dr. Pizarro anda tudo mais crente. Mas a gente é como «São Tomé, ver para crer»”²⁶⁶

O estudo da Ilha da Bela Vista no contexto da operação SAAL constitui um precedente importante, relatado mais tarde pelo Laboratório de Habitação Básica (LAHB. Social); estabelecido na sede da associação de moradores da Ilha da Bela Vista em parceria com a Câmara Municipal do Porto, criou um amplo programa de renovação arquitetónica e inclusão social nessa Ilha.²⁶⁷ Neste sentido, o estudo do processo SAAL, também feito pela equipa responsável pela reabilitação do caso em estudo, levou a que os mesmos incluíssem algumas das decisões tomadas pelo arquiteto Mário de Trindade, no projeto de 1974, no projeto atual.

No processo de reabilitação feito mais recentemente na Ilha da Bela Vista, os arquitetos estiveram conectados com os habitantes e com o espaço do caso de estudo numa base diária, já que o projeto foi completamente desenhado e pensado na associação de moradores da Ilha da Bela Vista. “Como proposto por um dos seus fundadores, o antropólogo Fernando Matos Rodrigues, o LAHB. Social fará da Ilha da Bela Vista um projeto experimental de reabilitação urbana, participada pelos moradores, que as partes esperam que venha a servir de exemplo para intervenções noutras ilhas”²⁶⁸ Neste sentido, o programa de reabilitação pretendia manter uma relação direta com os atuais moradores da Ilha da Bela Vista, Pretendeu-se também introduzir uma diversidade social, cultural e demográfica que será a solução para a permanência futura da comunidade do caso de estudo, através de valores de comunidade, família, partilha, solidariedade, entre outros valores que estão presentes nas relações que os habitantes nutrem entre si²⁶⁹.

A Ilha da Bela Vista, aquando da sua reabilitação, tinha mais casas abandonadas e em ruína do que habitações ocupadas, pelo que foi possível cumprir o plano inicial do LAHB.Social, realizando

²⁶⁶ Idem. (p.144)

²⁶⁷ Idem. (pp.77-78)

²⁶⁸ Idem. (p.38)

²⁶⁹ Idem. (p.39)



[Figura 55.] LAHB. Social em reunião com os representantes da Associação de Moradores da Ilha da Bela Vista, 2015. (Rodrigues & Silva, 2015)

o processo de renovação sem necessidade de deslocar os habitantes. “O realojamento provoca cortes de relações e de laços sociais e humanos entre antigos vizinhos, origina manifestações de segregação face aos novos habitantes de espaço doméstico urbano e também conduz ao aparecimento de problemas profissionais ou de transporte”²⁷⁰.

Na Ilha da Bela Vista, os moradores desempenharam um papel ativo na melhoria das condições. O processo envolveu esforços para superar desconfiças iniciais por meio de reuniões, seminários, estudos e visitas, procurando debater ideias, identificar problemas e vantagens, e reconhecer o papel vital dos moradores na solução. A construção de confiança ao longo do tempo permitiu que a esperança florescesse, com a expectativa de garantir o direito de viver naquele bairro em harmonia com a cidade mais ampla; outra particularidade “na reabilitação da Ilha da Bela Vista foi que durante todo o processo, os elementos da equipa trabalharam a partir da sede da associação de moradores dentro da própria ilha.” Para António Cerejeira Fontes, esta decisão foi determinante, porque “a variável mais importante neste processo foi nós termos estado lá a viver durante 2 anos. Esse período de trabalho dentro da ilha foi absolutamente fundamental, porque permitiu termos uma ideia clara, ao fim de ano e meio, do que importava construir. Teria sido muito fácil para nós, estando num gabinete à distância a desenhar o projeto, perdermos de vista questões que, depois de estarmos do lado dos moradores, passaram a ser fundamentais.

Foi uma escola para nós, aprendemos uma nova perspetiva da arquitetura em que esta aproximação significou um compromisso.” O seu irmão, André, acrescenta ainda que “foi determinante estarmos no meio da comunidade. Nós não propusemos nem impusemos nada, tudo foi aparecendo conforme ia sendo discutido e negociado entre as pessoas que lá viviam.”²⁷¹.

Isto criou espaço para o diálogo e para o compromisso necessário para a implementação do projeto. A implementação de uma operação desse tipo requer condições básicas, incluindo uma comunidade organizada e estruturada, construção de confiança entre todas as partes, metodologias participativas e uma estratégia sustentável que atenda às necessidades sociais, económicas, técnicas e científicas. A experiência e as habilidades da equipa coordenadora, o compromisso dos moradores, a cooperação dos proprietários e o apoio político das autoridades

²⁷⁰ Idem. (p.40)

²⁷¹ DepA, In Conflit. Vol.I. (p.354)



[Figura 56.] Apresentação do projeto de reabilitação da Ilha da Bela Vista aos moradores, na praça Inácio Vasconcelos, na Ilha da Bela Vista. (Rodrigues & Silva, 2015)

municipais desempenharam papéis cruciais no sucesso deste empreendimento. Os moradores também tiveram um papel fundamental na solução dos problemas e na construção de uma comunidade mais forte. Eles não eram o problema, mas foram parte da solução, valorizando as soluções eco sustentáveis desenvolvidas ao longo das décadas de ocupação, longe da rigidez burocrática que muitas vezes excluiu os antigos.

A solidariedade, a amizade e a organização foram essenciais para esse sucesso. No final, essa abordagem participativa e colaborativa visava garantir o direito à cidade sem exclusões e sem gentrificação, promovendo o desenvolvimento sustentável e a revitalização das comunidades urbanas. O processo participativo no programa de reabilitação teve um impacto imenso na tomada de decisões por parte da equipa de profissionais responsáveis, onde a comunicação com os habitantes exigia o distanciamento das realidades individuais de cada um: “A Bela Vista foi um movimento de resistência. Os moradores resistiram e nós, a partir dessa sensibilidade desse conhecimento, quisemos erguer este processo como paradigma de defesa do que aí vinha. Tínhamos plena noção do que iria acontecer: da gentrificação e de todos esses fenómenos de grande pressão, de ilhas que haviam sido, nos últimos anos, vendidas por milhões de euros. A Ilha da Bela Vista seria para nós uma ferramenta fortíssima para se salvarem as ilhas e estes bairros, depois de anteriormente terem sido arrasado tantos outros, ao longo das décadas anteriores.”²⁷².

António Cerejeira Fontes refere: “Isto foi um processo fora do caminho tradicional; no fundo, uma inversão na forma de pensar as ilhas do Porto e, sendo um processo novo, foi duro. Agora, temos algo que podemos mostrar e que pode funcionar como reflexão, apostarmos num momento de grande apetite comercial pelas ilhas, ou pelo centro do Porto. Para se viver no centro é necessário ter capacidade financeira (...). Este é um problema que o Porto está a viver agora e é por isso que é importante manter as ilhas, é por isso que esta é uma discussão atual. Ainda temos muitas ilhas que estão por recuperar, há muita coisa que pode ainda acontecer.”²⁷³.

Uma “questão que me parece muito importante neste processo é que a autoria deixa de estar apenas nos arquitetos. A autoria da arquitetura parte da ideia que esta vale a pena ser construída; nessa perspetiva, essa ideia era partilhada não só com os arquitetos, mas com outras pessoas.

²⁷² Idem. (p.358)

²⁷³ Idem. (p.358)

No fundo, viemos afirmar que a autoria da arquitetura também está nos moradores. Esta é uma ideia muito importante neste projeto. Não se valoriza a arquitetura como objeto, mas procura-se trazer outros valores ou outras nuances que muitas vezes nós, em arquitetura, não temos.” Fernando Matos Rodrigues completa: “um dos aspetos mais importantes foi a valorização da comunidade. Os habitantes não são objetos, os moradores da Bela Vista não são objetos de estudo, são atores. Para nós, são atores que estão dentro do processo, como nós estamos.”²⁷⁴.

²⁷⁴ Idem. (p.351)

2.1.4. A Ilha da Bela Vista na atualidade

O processo de reabilitação da Ilha da Bela Vista teve início no ano de 2013. No Programa Eleitoral do atual presidente da Câmara do Porto, Rui Moreira, onde foram apresentadas novas propostas de “Políticas de Habitação e Inclusão Social”, destinadas à Comunidade dos moradores das Ilhas da Bela Vista e do Geno, enfatizando a importância de abordar a habitação de forma integrada com as questões sociais. Argumentava-se que não faz sentido separar a reabilitação de um bairro dos problemas sociais relacionados à pobreza, exclusão social e miséria. Nesse contexto, a candidatura de Rui Moreira delineou pilares essenciais para promover o desenvolvimento sustentável da cidade do Porto: cultura, coesão social, reabilitação e crescimento econômico²⁷⁵.

Em 2014, tendo Rui Moreira vencido as eleições portuenses, voltou à Ilha da Bela Vista para apresentar o seu programa de reabilitação, feito num processo de colaboração com o escritório de arquitetura Cerejeira Fontes e o LAHB.Social (Laboratório de Habitação Básica); o ISSSP (Instituto Superior de Serviço Social do Porto) assegurava o apoio institucional do LAHB.Social, envolvendo alunos do ISSSIP e da ESAP (Escola Superior Artística do Porto), em conjunto com os investigadores do centro de Investigação de Ciências Sociais da Universidade do Minho e da Bergen School of Architecture.

²⁷⁵ RODRIGUES, Fernando Matos. SILVA, Manuel Carlos. **CIDADE, HABITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO. O PROCESSO SAAL NA ILHA DA BELA VISTA 1974/76.** (p.32)

O programa pretendia a reabilitação total das moradias e de todos os espaços exteriores coletivos. O desafio envolvia a intervenção e transformação de um conjunto de casas contíguas, com as suas características próprias, localizadas numa comunidade com uma longa história. Esta intervenção pretendia preservar a memória, com a absorção dos hábitos, valores, apropriações, influências, presenças e métodos de organização que moldaram a vida da comunidade ao longo do tempo. “Como proposto por um dos seus fundadores, o antropólogo Fernando Matos Rodrigues, o LAHB.Social fará da Ilha da Bela Vista um projeto experimental de reabilitação urbana participada pelos moradores, que as partes esperam que venha a servir de exemplo para intervenções noutras ilhas. Todos os restantes núcleos habitacionais deste género, muitos em grande estado de degradação, pertencem a privados, mas a autarquia, através deste laboratório, espera convencê-los das potencialidades de intervenções com materiais inovadores e a custos controlados”²⁷⁶.

A abordagem arquitetónica para a reabilitação e renovação da Ilha da Bela Vista sempre se baseou na valorização da interação entre o contexto da ilha e o ambiente mais amplo da rua e da cidade. “Este programa de renovação da Ilha da Bela Vista passa pela reabilitação/renovação de todas as casas das três bandas da Ilha, bem como a anexação de duas ilhas na cota baixa da Bela Vista que nos permite alargar o programa e introduzir maior complexidade espacial, ambiental e social ao programa que lhe deu origem em 1863.”²⁷⁷.

Este programa de requalificação era composto por um esquema modular que aproveitava as antigas faixas da ilha operária. Isso permitia a implementação de um programa mais complexo, que englobava a reabilitação de trinta e cinco casas, a criação de duas pequenas praças em cotas diferenciadas, uma lavandaria, um espaço para a associação de moradores, um laboratório, vinte hortas familiares e um percurso de emergência na cota inferior, juntamente com a instalação de um elevador de carga que conecta as ilhas inferiores à Ilha da Bela Vista, localizada numa cota mais alta. Além disso, contemplava a introdução de uma zona verde, com a abertura de novos circuitos de mobilidade para proporcionar maior segurança e melhor aproveitamento dos espaços

²⁷⁶ Cf. Jornal Público, 1 de Maio de 2014 cit.in. Idem. (p.37)

²⁷⁷ Idem. (p.39)

exteriores da ilha. Isso possibilita uma circulação vertical mais eficiente, aproveitando a excelente exposição que a Ilha da Bela Vista possui²⁷⁸.

Neste sentido, a reabilitação do caso de estudo, nomeadamente as habitações que ainda eram habitadas e o espaço exterior, focou-se no espaço da Ilha, o qual continha apenas 10m² de construção por habitante, 3m² de área exterior, sendo que 34% da Ilha estava desocupada para o singular intuito de circulação. Assim, o ato de reabilitar representa a maior parte do projeto que é possível observar atualmente, onde por cada habitante é oferecido um rácio de 18m² de construção, bem como 12m² de área exterior.

Neste sentido, não são apenas as habitações que integram a reabilitação da Ilha da Bela Vista, mas também o espaço exterior. Assim, a entrada apresenta um espaço marcante de chegada, sendo possível observar a Ilha desde a rua Dom João IV. Observa-se agora uma diferença substancial na forma como a Ilha é exposta: esta não se encontra apenas na parte de trás das habitações que fazem frente com a rua, mas também se mostra à cidade e aos seus habitantes. A entrada é marcada por um portão baixo, gradeado, que apesar de dividir fisicamente o espaço público do espaço privado permite o contacto próximo entre estes. O acesso é restrito, requerendo uma chave que é exclusiva para os residentes. Ao entrar, o visitante é acolhido pela Praça Inácio Vasconcelos, que recebeu esse nome em homenagem ao fundador da Ilha, um proeminente membro da classe burguesa da época.

Segue-se um espaço verde, previsto em projeto para hortas comunitárias, mas usado na atualidade como espaço de jardim com algumas árvores de fruto e bancos. À esquerda, dá-se o primeiro acesso à rua de ligação às habitações, rematado por um portão que encerra a entrada e o espaço semiprivado de acesso das casas. Subindo pela rampa paralela ao espaço de jardim, observam-se os primeiros sinais de apropriação informal: brinquedos e bicicletas encostadas à segunda caixa de escadas e estendais móveis que tiram proveito da luz solar. Encontram-se também, à vista, sinais evidentes de apropriação do espaço da rua de acesso às habitações pelos moradores, sendo

²⁷⁸ A área total de implantação da Ilha da Bela Vista abrange cerca de 2399,18 m², com uma superfície construída de 1158,16 m². Essa área construída está distribuída através de 1024,02 m² para áreas residenciais, 78,40 m² para o bar/lavandaria, 62,25 m² para o laboratório e 9,90 m² para a associação de moradores. A percentagem de espaço livre corresponde a 51,53% do total, sendo dividida em vias (2,24%), jardins e hortas (15,55%), praças e logradouros (13,42%), e áreas ajardinadas e pedestres (25,52%). O espaço coletivo representa 44,64% da área total.



[Figura 57.] Jardim da Ilha da Bela Vista. (Francisca Machado, 2023)

acesso às habitações pelos moradores, sendo que era frequente observar mesas de plástico desmontáveis encostadas às paredes, cobertas por toalhas.

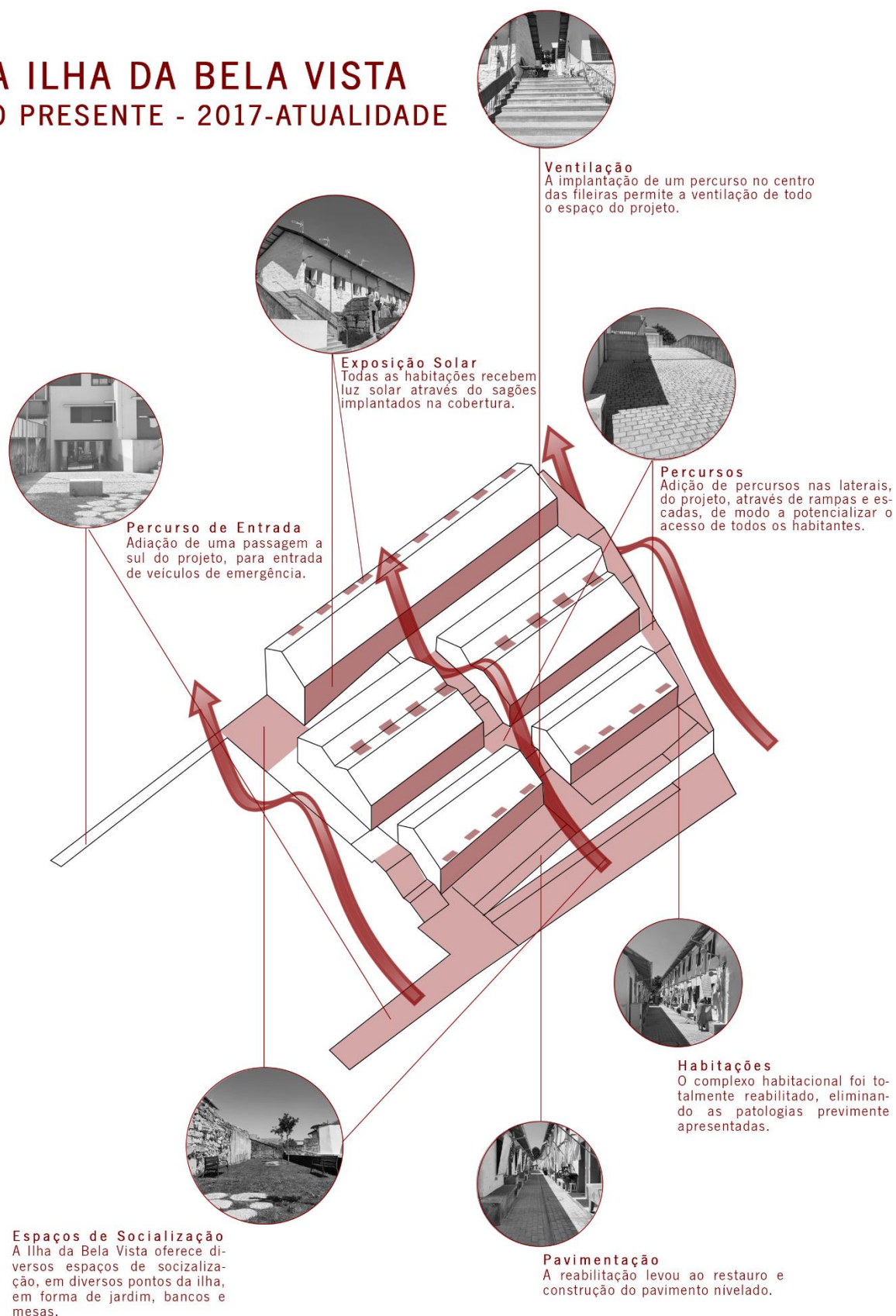
A nova proposta de programa surge da necessidade do projeto de preservar a memória da ilha, sem recorrer a uma mera imitação do passado, mas sim respondendo de maneira adequada às aspirações e desejos dos habitantes da Ilha da Bela Vista. Isso é realizado através de uma arquitetura qualificada, capaz de permitir uma habitação digna dentro das possibilidades econômicas de cada um: foram criadas duas tipologias, A e B, baseadas nas habitações pré-existent²⁷⁹.

Neste sentido, observa-se uma preocupação primordial com o tratamento e reabilitação das principais patologias do projeto, já analisadas anteriormente. A equipa responsável pela reabilitação compilou diversas soluções que procuravam otimizar a questão da exposição solar: apenas 50% das habitações recebiam luz solar, pelo que os arquitetos criaram um saguão na cobertura de modo a permitir a entrada de sol na habitação durante todo o dia. Além disso, deu-se um restauro do percurso e a implantação de uma nova entrada a sul, para veículos de emergência. Esta entrada é de grande importância, já que permite o olhar das pessoas que caminham na rua para a Ilha; além disso, foram introduzidos novos percursos, desenhados através de caixas de escadas e rampas, sendo estas particularmente importantes devido à inclusão de pessoas com diversos tipos de mobilidade.

O pavimento foi totalmente restaurado, aplicando um piso de granito (constituído por blocos de 10x20x10cm), que melhora as condições do percurso e permite o escoamento de águas através de uma concavidade semicircular formada pelo pavimento. Com a implantação de caixas de escadas deu-se uma reestruturação da morfologia da ilha: as habitações centrais e as das extremidades foram demolidas de modo a permitir a fluência dos percursos dentro da ilha. Este fator levou não só a uma melhor comunicação entre as fileiras, mas também permite colmatar as anteriores deficiências de ventilação das habitações, proporcionando-lhes uma maior complexidade poética e uma relação mais estreita com a luz e, por consequência, com o exterior.

²⁷⁹ FERNANDEZ, Alba cit.in. Idem. (p.74)

A ILHA DA BELA VISTA O PRESENTE - 2017-ATUALIDADE



[Figura 58.] Resolução das problemáticas na Ilha da Bela Vista, conseqüentes à sua morfologia; figura feita com base na apresentação do Escritório Cerejeira Fontes sobre a reabilitação da Ilha da Bela Vista, 2014. (Francisca Machado, 2023)

As tipologias e a organização espacial foram concebidas para atender às necessidades das famílias que habitam a ilha, configurando um programa que responde às aspirações e expectativas da habitação contemporânea, qualificando-a de maneira apropriada para a vida cotidiana. Essas tipologias, dividem-se em células Duplex (B) e Simples (A), destinadas a famílias com filhos e a ocupações menos numerosas, respetivamente²⁸⁰.

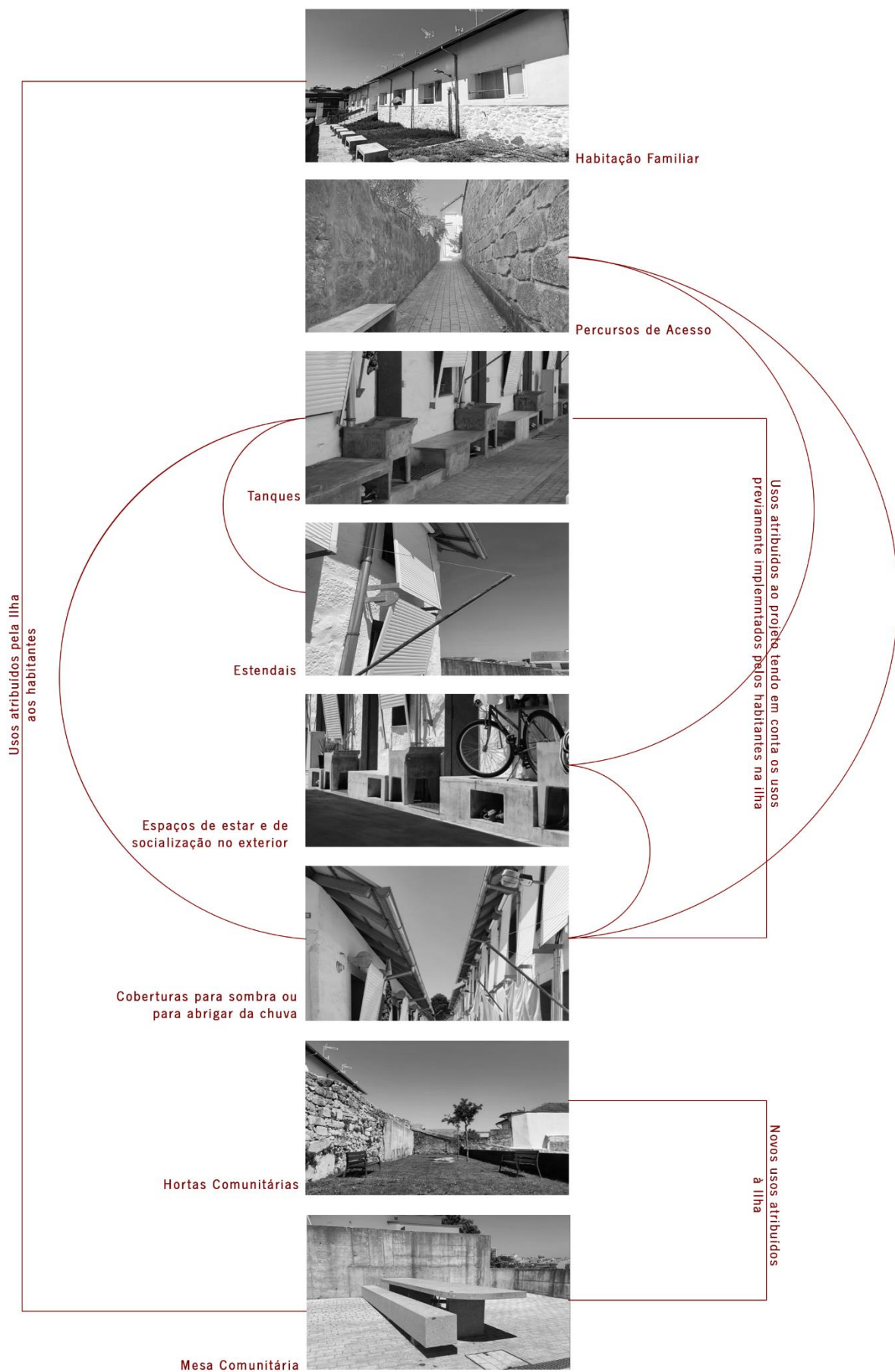
A equipa de reabilitação criou estratégias de tratamento e restauro relativo às patologias presentes no caso de estudo, mas também procedeu à implantação de novos espaços na Ilha, tais como espaços de lazer e convívio, entre outros. A implementação destes espaços surge das necessidades dos moradores, também foi projetada uma lavandaria, que não foi construída, para pessoas que tinham dificuldades em comprar equipamentos para a sua casa, tais como máquinas de secar e de lavar, e uma associação de moradores que também não foi construída.

O projeto de reabilitação da Ilha da Bela Vista respeitou o percurso histórico da Ilha, bem como a sua morfologia, as suas vivências e a sua cultura, rejeitando a ideia de trabalhar sobre uma tábua-rasa. O programa de renovação da Ilha responde às necessidades diárias dos moradores: “lazer, comer, descanso, convívio, higiene, segurança, conforto e intimidade”²⁸¹. O espaço exterior continua a poder caracterizar-se como um lugar de apropriação informal e vivência diária por parte dos moradores; além disso, algumas varandas da fachada sul são ocupadas por cadeiras e guarda-sóis. O projeto não exclui a apropriação informal do espaço, por parte dos moradores, mas na verdade, reforça-a, criando estendais associados à habitação, aumentando o beiral da cobertura para proteger da chuva e do sol e criando uma mesa comunitária e os bancos no exterior da habitação, onde que os habitantes se reúnem para conversar. Deste modo, a vivência do projeto extravasa a habitação, já que o projeto converte os espaços da Ilha da Bela Vista, como lugares usados publicamente, tal como eram antes da reabilitação.

A memória dos habitantes sobre a Ilha também é mantida pelo respeito às tipologias de habitação pré-existentes. O acesso às habitações, a partir dos percursos mencionados, leva também a um enquadramento histórico e morfológico da Ilha até à entrada no espaço privado. No que diz respeito às tipologias, como foi referido, existem dois tipos: Tipo A, uma célula simples e Tipo B,

²⁸⁰ Idem. (p.70)

²⁸¹ Idem. (p.61)



[Figura 59.] Atuais usos da Ilha da Bela Vista. (Francisca Machado, 2023)

uma célula duplex. Ambas as tipologias se organizam em torno de um bloco técnico que incorpora um pequeno espaço aberto ao exterior, e uma caixa vertical, que permite a entrada direta de luz e a circulação de ar. Essa configuração aprimora significativamente a ventilação vertical e horizontal, enquanto proporciona iluminação direta para todos os compartimentos da célula²⁸².

A organização do espaço doméstico em cada uma dessas células foi estruturada com base na introdução de uma nova disposição espacial. Isso foi feito com o objetivo principal de aprimorar a qualidade, o conforto, a durabilidade e o controle dos custos. Essa nova organização visa aproveitar ao máximo a área disponível, uma vez que as casas possuem áreas mínimas, entre 45 m² e os 57m². O objetivo é evitar espaços vazios e desprovidos de função, introduzindo, ao contrário, uma complexidade poética nas novas células, promovendo uma maior fluidez nos espaços. Devido ao tamanho reduzido das casas e à necessidade de garantir o direito ao espaço habitacional, cada centímetro é essencial e não pode ser desperdiçado²⁸³.

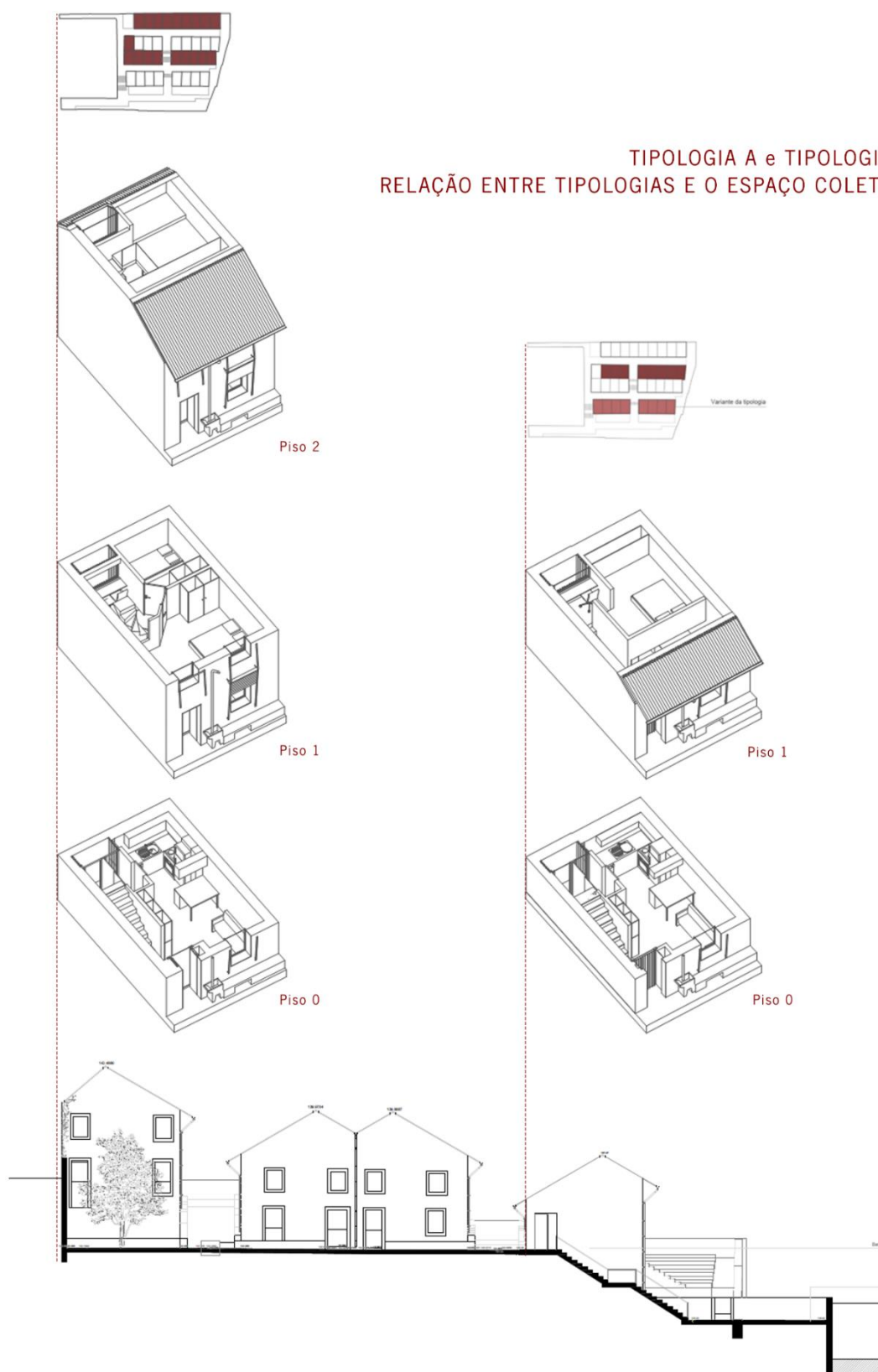
Na entrada na habitação, o visitante é recebido por um espaço exterior organizado em torno de um núcleo técnico, onde se situam os quadros elétricos e um armário de armazenamento (que diversos habitantes usam como espaço para guarda de utensílios como vassouras e baldes para a limpeza da rua da Ilha).

Essa solução resolve as deficiências anteriores das habitações da Ilha, decorrentes dos corredores estreitos, com fileiras de habitações em ambos os lados.

A organização do espaço doméstico também se estrutura em função da incorporação dos serviços de casa de banho, conferindo à casa uma nova função (a higiene) que, além de ser uma necessidade básica, é um dos elementos fundamentais da habitação moderna. A introdução de materiais esteticamente agradáveis e funcionalmente eficientes, com custos controlados, possibilita uma maior qualidade e durabilidade. Toda a célula habitacional opera de maneira integrada, otimizando ao máximo as possibilidades de uso do espaço, dentro de uma tipologia com restrições consideráveis de área. Independentemente de se tratar de uma tipologia com custos controlados, a abordagem não negligencia o valor social e cultural necessário numa habitação.

²⁸² Idem. (p.74)

²⁸³ Idem. (p.75)



[Figura 60.] Axonometrias das tipologias da Bela Vista e a sua relação com o espaço coletivo, montagem feita com base em desenhos do Escritório Cerejeira Fontes. (Francisca Machado, 2023)

A qualidade conceptual da arquitetura transcende os esquemas rígidos e estereotipados, classes sociais, técnicas, ideologias e condições econômicas. Portanto, em consonância com o racionalismo espacial imposto pelas preexistências, o projeto introduz uma maior complexidade de uso e funções, abandonando os espaços monofuncionais e segmentados da tipologia original. A abordagem não impõe um desenho abstrato, mas emerge naturalmente da incorporação de usos e funções, evocando memórias, afinidades e genealogias. O espaço fluido e aberto amplia espacialmente e ambientalmente a habitação²⁸⁴.

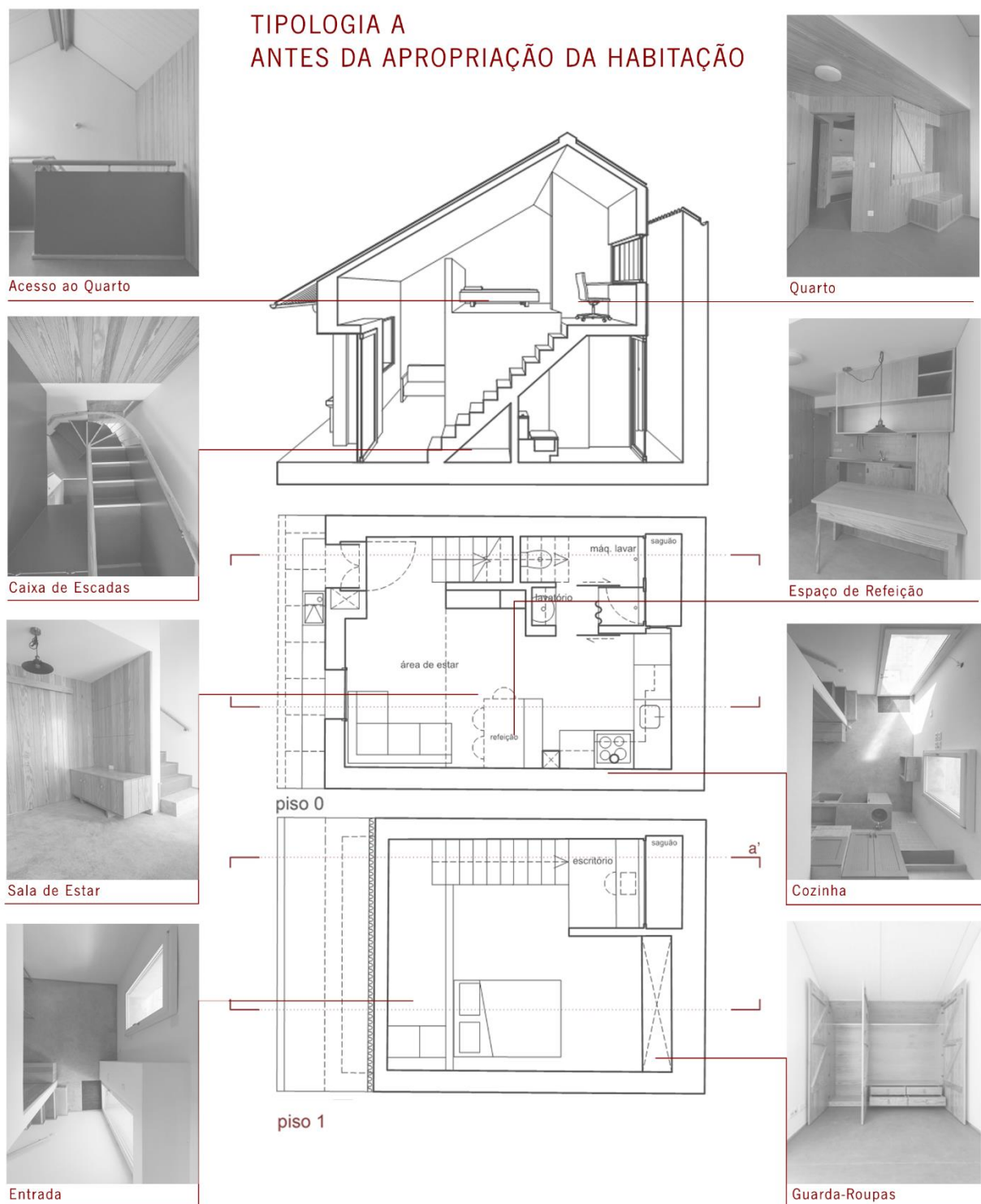
À entrada em ambas as tipologias, a recepção do espaço privado é desenhada pela escada de acesso ao piso superior, e à direita pelo espaço entre a sala de estar e a cozinha, que estão separadas pela mesa de refeições; no piso inferior existe ainda uma casa de banho de área reduzida, debaixo da caixa de escadas, ao lado da cozinha. A organização das habitações prioriza as áreas sociais e comuns no pavimento térreo (a sala de jantar, cozinha, pátio e casa de banho). Esses espaços interligam-se de forma polivalente através de portas de correr. A sala de estar e a entrada destacam-se pelo pé-direito duplo, na tipologia A, sendo que na tipologia B apenas a entrada é dotada de pé-direito duplo, conferindo uma ambiência distintiva em relação aos demais ambientes.

O pavimento superior é reservado exclusivamente para áreas destinadas ao repouso. Estas são acessíveis por uma escada que conduz aos quartos, estrategicamente localizada em relação ao pátio, que permite ventilação e entrada de luz natural para todos os compartimentos. O segundo piso, na tipologia B, é caracterizado por dois quartos; alguns moradores usam ambos como quarto, outros usam o mais pequeno apenas para guarda-roupa ou espaço para tarefas domésticas; o quarto com vista para a rua de acesso, sendo maior, também é de área reduzida.

“Aqui, só cabe uma cama, uma mesinha de cabeceira e um guarda-roupa, mais nada, mas também não preciso de mais nada. Quando vim para aqui tive até que deixar muita roupa e mobília pra trás. E este quarto aqui ao lado uso para guardar mais alguma roupa, e passar roupa a ferro, também não tinha espaço para muito mais, mas também não era preciso mais.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 1

²⁸⁴ Idem. (p.73)



[Figura 61.] Desenhos Técnicos da Tipologia A e fotografias do espaço antes da apropriação dos moradores. Imagens do Escritório Cerejeira Fontes. (Francisca Machado, 2023)

Na tipologia B, existe ainda um terceiro piso, com um quarto, encaixado no vão do telhado, onde se pode colocar a cama, na face Norte, o lado oposto à face ocupada pelo guarda-roupa. Existe também uma janela, virada para o muro que suporta as habitações que estão voltadas para Norte; a luz solar não é direta, mas transmite um sentimento de calma e de serenidade ao espaço. Na habitação de tipologia A, o segundo piso é bastante semelhante ao terceiro piso da habitação de tipologia B, pelo que a diferença está na inexistência de um piso intermédio.

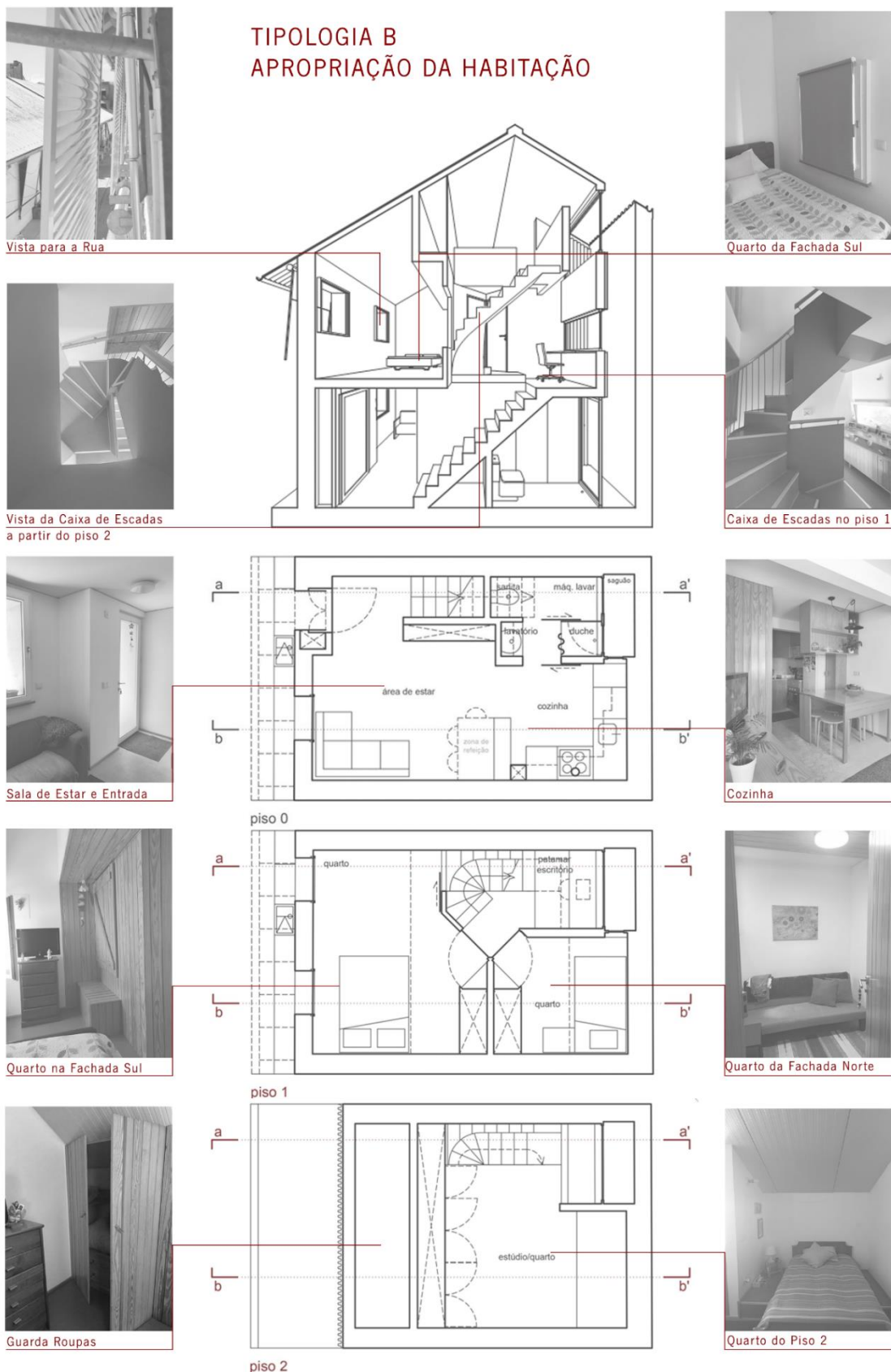
Na conceção do projeto, André Cerejeira Fontes colocava a questão. “A arquitetura é importante no aspeto do desenho, ou naquilo que lhe é consequência? A arquitetura é muitas vezes formalista, muito desenhada. Claro que o desenho é muito importante, mas, na Bela Vista o problema colocava-se noutra dimensão. Nós conhecíamos as pessoas pelos nomes. Nós não estávamos a fazer arquitetura para nós, estávamos a desenhar para aqueles moradores em concreto, que nós conhecíamos e com os quais estávamos comprometidos todos os dias. Nós sabíamos que cada pessoa tinha as suas necessidades. Muito do trabalho foi compreender como é que poderíamos combinar diferentes necessidades e sintetizar numa única solução.”²⁸⁵. Neste sentido, foi realizado um programa baseado num projeto de arquitetura participativa, num ambiente que se caracteriza pela sua complexidade, hibridismo eclético e semiológico²⁸⁶. Neste contexto, o projeto pretendia unificar todas as suas variáveis, de modo a unir o espaço privado das habitações e o espaço público da ilha, através de uma relação tangível entre as partes. Por tal, a unificação destes espaços tirava proveito da luz, do silêncio e do modo de atuar que era específico do lugar. Assim, compreende-se que os habitantes da Ilha da Bela Vista tiveram um papel crucial no projeto. Neste sentido, o processo de apropriação da habitação, pode ser traduzido como:

“ (...) carregar às costas o passado e trazê-lo aqui para a nova casa. Falei muitas vezes com os arquitetos e expliquei o que fazia falta e o que nós realmente precisávamos era de uma casa boa, e não de uma casa rica. Eu tirei tudo o que tinha quando vim para aqui morar de novo. Foi como voltar de viagem, o espaço era o mesmo, eu não posso dizer que reconheci a casa, não, está muito diferente,

²⁸⁵ DepA, In Conflit. Vol. I. (p.351)

²⁸⁶ RODRIGUES, Fernando Matos. SILVA, Manuel Carlos. **CIDADE, HABITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO. O PROCESSO SAAL NA ILHA DA BELA VISTA 1974/76.** (p.70)

TIPOLOGIA B APROPRIAÇÃO DA HABITAÇÃO



[Figura 62.] Desenhos Técnicos da Tipologia B e fotografias do espaço depois da apropriação dos moradores.
(Francisca Machado, 2023)

mas ao mesmo tempo lembro-me de ver os meus pais e a minha avó aqui com os meus irmãos. A casa está diferente, mas a alma é a mesma.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 2.

Na Ilha da Bela Vista, o projeto de arquitetura é percebido como um processo que vai além da experiência prática e do conhecimento teórico, aspirando a abordar os problemas e as necessidades que surgem na busca pela existência, construindo, um lugar para a vida. Assim, o programa e o projeto de renovação foram moldados pelas memórias da vida na Ilha; a maximização do pequeno lote, considerando os recursos limitados dos moradores, resultou num espaço construído que se pode tornar um exemplo para a renovação de outras ilhas.

“A ilha inspira-nos gestos, atitudes, modos de organizar, de ocupar, de viver, de ser e de caminhar na regularidade e simplicidade geométrica dos seus volumes, no funcionalismo poético das suas formas de elevada contaminação estética. Aqui, a forma virou a função e a apropriação social do espaço tornou-se numa complexidade construtiva que desafia a racionalidade dos planos e os conceitos rígidos da arquitetura moderna.²⁸⁷ O purismo da linguagem moderna cede perante uma explosão híbrida de multifacetadas soluções construtivas que nos apontam percursos conceptuais de poéticas diferenciadoras e contaminantes. A ilha é inspiradora enquanto modelo de habitar. E neste sentido ela é muito mais solução do que problema”²⁸⁸.

A nova proposta do programa arquitetónico responde adequadamente às aspirações e desejos dos moradores da ilha da Bela Vista, por meio da produção de uma arquitetura qualificada que permite habitar dignamente, dentro das possibilidades económicas, culturais e sociais. O projeto de arquitetura foi percebido como um processo que vai além da experiência prática e do conhecimento teórico, aspirando a abordar os problemas e necessidades que surgem na busca pela existência, construindo, assim, um lugar para a vida. Neste sentido, compreende-se que a reabilitação da Ilha da Bela Vista levou à inclusão de novos usos e, portanto, de novas formas de usufruir do espaço da Ilha, com um impacto importante na vida dos habitantes; os mesmos revelam que agora é comum trazerem familiares para estes espaços, onde passam os fins de semana. Os habitantes mais idosos fazem uso dos mesmos como forma de confraternizar entre

²⁸⁷ Idem. (pp.63-65)

²⁸⁸ Rodrigues, Fernando Matos cit in. Idem. (p.66)



[Figura 63.] Diagramação da apropriação informal dos usos na Ilha da Bela Vista face à sua relevância para os moradores. (Francisca Machado, 2023)

si, contudo, admitem a preferência pelos bancos à saída de casa, pela privacidade e pela sombra.

“Normalmente, estamos aqui em cima, à porta de casa a conversar, às vezes estamos lá em baixo naqueles bancos, mas aqui é mais calmo, e se quisermos vir a casa não temos que subir.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 1.

A habitação, agora restaurada, tornou-se apelativa para passar os momentos mais quentes do dia, algo que não acontecia antes da reabilitação. Compreende-se, portanto, que a reabilitação incitou ao uso da habitação, tendo diminuído, ainda que não de forma substancial, o processo de socialização entre vizinhos. Estes processos de socialização continuam a dar-se durante a lavagem de roupa no tanque, ou quando se estende a mesma no estendal, a lavar o pavimento, etcetera.

“Muitas vezes, até falo mais aqui com as vizinhas quando estou cá fora a tratar da roupa, principalmente no verão, que dá para estender a roupa cá fora. Normalmente, falamos durante isso, e depois até lanchamos juntas.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 1.

Os estendais e os tanques são sobretudo usados pelas mulheres, já os habitantes de sexo masculino fazem mais uso dos bancos no exterior da habitação. As coberturas projetadas são importantes para o uso do espaço, nomeadamente para a vivência da rua e dos percursos.

Por outro lado, entende-se que a reabilitação da habitação teve um impacto imenso no dia-a-dia de cada habitante, já que no passado a habitação seria apenas para descanso, refeições ou em dias de frio. Na atualidade, a habitação tornou-se um lugar de encontro, já que os habitantes visitam os seus vizinhos, para socializar. Agora, a habitação tem um papel importante na criação de laços sociais, o que no passado, só acontecia no exterior.

Assim, o Programa da Ilha da Bela Vista é totalmente diferente de qualquer outro processo observado no Porto nas últimas décadas. Devido à sua localização central, a Ilha da Bela Vista despertava interesse imobiliário antes da reabilitação, o que poderia resultar num outro projeto que nada teria a ver com o atual. “No fundo seria uma reabilitação desta parcela de terreno nas traseiras do lote burgues não para os atuais moradores, mas uma intervenção para realojar uma

classe média e alta sociedade burguesa com outras capacidades económicas em mercado livre de habitação.”²⁸⁹. Neste caso, os moradores da Ilha seriam excluídos, privando-os do direito de viver onde sempre estiveram.

Para António Cerejeira Fontes “é desta relação que se permite compreender o ponto essencial do projeto reabilitação da ilha: *« nós reproduzimos ou replicamos aquilo que tinha sido feito durante 150 anos, valorizando-o, e confirmando que ao longo de todo esse tempo as pessoas fizeram as coisas bem. Como os habitantes tinham recursos muito limitados, eles gastavam-nos apenas no que fosse absolutamente imprescindível. Essa visão, muito clara, do que importava trazer para o projeto de arquitetura, era deles e foram eles que a tiveram. (...) As alterações que foram sendo feitas na Ilha da Bela Vista durante mais de um século pelos moradores foram oportunas, e valorizar isso é valorizar a comunidade também.*”²⁹⁰. Neste sentido, o programa da Ilha da Bela Vista promove a defesa da memória do espaço urbano da Ilha, que é caracterizado de forma simbólica pela sua história, e pela revolta dos moradores contra as ações de despejo e demolição das habitações, em prol da gentrificação e da especulação.

*“Resolver o problema da casa não é tudo, o mais importante é o seu enquadramento na globalidade de todas as situações, como direito ao lugar e o direito a viver onde se quer e com quem se quer. É reconhecer a estas populações vulneráveis económica e socialmente, um direito de escolher e decidir, de participar e de contratualizar a melhor solução para resolver o seu problema de habitação.”*²⁹¹.

²⁸⁹ Idem. (p.45)

²⁹⁰ DepA, In Conflit. Vol. I. (pp.354-355)

²⁹¹ RODRIGUES, Fernando Matos. SILVA, Manuel Carlos. **CIDADE, HABITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO. O PROCESSO SAAL NA ILHA DA BELA VISTA 1974/76.** (p.45)



[Figura 65.] Ilha da Bela Vista antes da reabilitação. (Escritório Cerejeira Fontes, 2014)

2.1.4.1. A ilha percecionada pelos seus habitantes e pela sociedade

Neste capítulo será abordada a perceção da Ilha da Bela Vista por parte da sociedade, compreendendo o impacto que a sua reabilitação teve na cidade portuense e no seus residentes. O percurso histórico da Ilha da Bela Vista teve um impacto significativo na reivindicação do espaço, por parte dos seus habitantes.

Assim, procurar-se-á entender se houve uma mudança na forma como os habitantes da Ilha e os cidadãos portuenses encaram a Ilha da Bela Vista após a sua reabilitação, e de que modo esta mudança alterou a sua perspetiva face a esta tipologia de habitação operária, que é tão presente na cidade do Porto. Como foi visto anteriormente, o projeto de reabilitação da Ilha passou por diversas fases de construção, onde as três formas de atuação, construir, demolir e reabilitar foram colocadas em prática.



[Figura 66.] Habitações da Ilha da Bela Vista durante o processo de reabilitação, aquando da demolição de habitações para a criação de percursos dentro da ilha. (Escritório Cerejeira Fontes, 2014)

O ato de demolição ocorreu na primeira fase do projeto: a equipa responsável propôs a demolição de algumas habitações para criar passagens de comunicação entre os diversos corredores de acesso às habitações e nas extremidades este da fileira sul, o que por sua vez viria a criar uma comunicação com o novo acesso para a entrada de veículos de emergência. Além disso, foram criadas rampas de acesso do lado oeste para melhorar a mobilidade de todos os residentes, especialmente aqueles com mobilidade reduzida ou condicionada.

A construção de novos acessos e percursos na Ilha originou novos usos que ajudaram na reabilitação, proporcionando condições sociais adequadas. A demolição foi necessária para a construção de um espaço de habitar digno, uma plataforma para a interação social.

A equipa responsável também tomou como base a apropriação informal dos habitantes para reabilitar os usos existentes na Ilha, integrando-os na nova versão do projeto. A construção e a organização de um espaço habitável não é apenas uma questão de necessidades básicas, como abrigo e conforto físico, mas também é atender à vida social e emocional do indivíduo. Quando uma habitação apresenta os requisitos mínimos que garantem o conforto, ela torna-se um ambiente acolhedor para receber amigos e familiares, fortalecendo laços sociais e promovendo encontros significativos.

Pelo contrário, quando estes princípios básicos são negligenciados ou ignorados, na construção de uma habitação, a qualidade de vida do habitante fica severamente comprometida, levando a uma sensação de desconforto e isolamento, que afeta negativamente a sociabilidade e o bem-estar emocional. Assim, a habitação também é um reflexo da identidade, história e personalidade do habitante; quando bem projetada e cuidadosamente personalizada, a habitação torna-se um espaço verdadeiramente significativo na vida de seus habitantes.

A reabilitação da Ilha da Bela Vista trouxe diversos benefícios aos habitantes, nomeadamente, melhoria da qualidade de vida: a introdução de casas de banho privadas e duches dentro de cada habitação, o uso de técnicas construtivas que permitem que as habitações tenham um bom controlo térmico e evitem as patologias que eram frequentes nas habitações anteriores, melhores padrões de acessibilidade, no exterior das habitações, através da reconstrução total das escadas e rampas de acesso. Assim, em consequência da reabilitação, a Ilha da Bela Vista começou a ser um espaço com valor social para a cidade.



[Figura 67.] Ilha da Bela Vista durante a reabilitação. (Escritório Cerejeira Fontes, 2014)

“Antigamente, morava na Foz, e mudei para aqui faz hoje seis anos. Na minha casa antiga, o telhado deixada entrar água, houve várias vezes que fiquei a dormir na sala, no piso de baixo, enquanto chovia. Quando vim para aqui, pedi ajuda e deram-me a opção de ir para outro bairro ali no Cerco, mas eu pedi para não ir para lá, porque diziam que vendiam droga lá, e o meu ex-marido morreu disso...então eu não queria voltar para um sítio desses. Depois a Doutora deu-me opção de vir para cá, e olhe, nem imagina o quanto eu gosto de cá estar.”

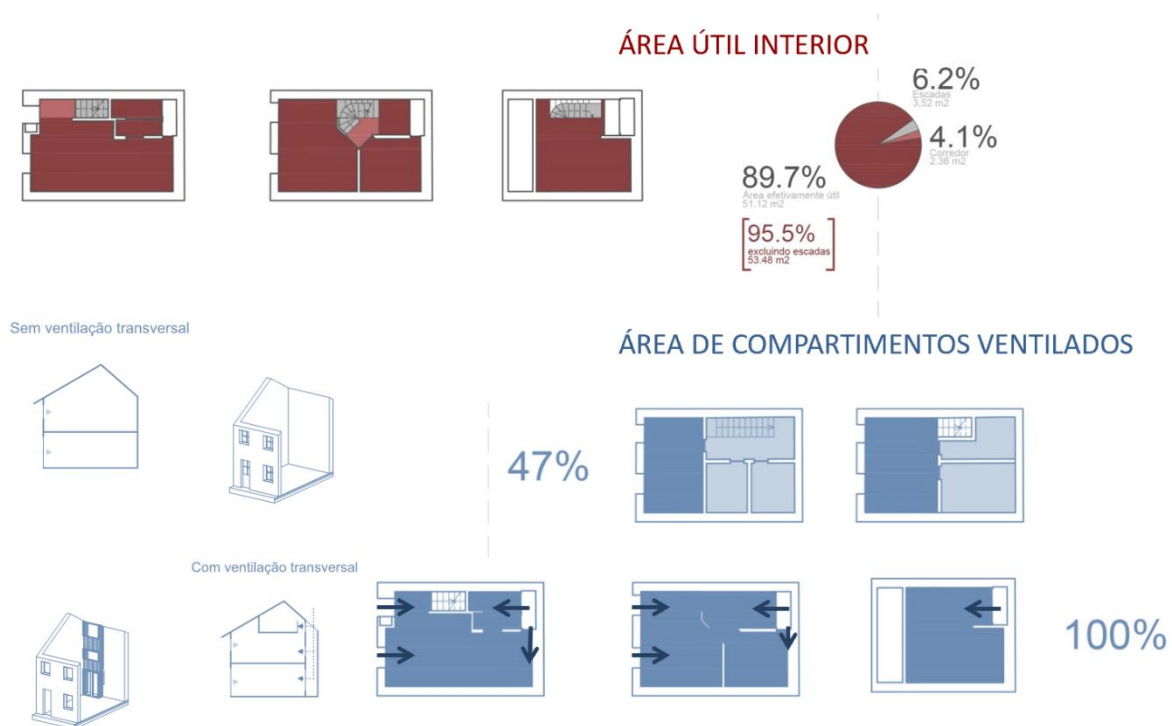
Ilha da Bela Vista. Entrevista 1.

A reabilitação das habitações desempenha um papel crucial na melhoria das condições de vida, especialmente em comunidades que enfrentam problemas crônicos de salubridade. Ajuda a enfrentar questões de saúde pública, reduzindo o risco de doenças causadas por condições precárias. Ao longo dos anos, a cidade do Porto enfrentou desafios constantes relacionados à salubridade das habitações. A reabilitação de habitações tem sido uma solução eficaz para abordar essas questões, mitigando os riscos de doenças causadas por patologias existentes nas construções. Consequentemente, a ansiedade constante que os moradores sentiam quando os seus familiares adoeciam, devido às condições precárias das suas casas, começou a diminuir, com as melhorias trazidas pela reabilitação.

Isto também tem um impacto positivo na saúde emocional e psicológica dos habitantes, sendo que as condições de vida mais adequadas e seguras proporcionadas pela reabilitação das habitações resultaram numa melhoria substancial na qualidade de vida da comunidade da Ilha da Bela Vista.

“Agora também fico doente, mas não era como antes. Antigamente, estava sempre doente no inverno, de cama com uma gripe qualquer. Agora, no inverno, também estou mais por casa, por já sou reformada então não tenho de sair, mas já não preciso de estar com os cinco cobertores para dormir. Na verdade, os meus netos passam cá muito tempo, enquanto antes não queria que eles viessem, porque um deles tem asma, e a casa estava cheia de mofo e humidade e fazia-lhe mal. Agora

TIPO B



[Figura 68.] Resultados dos rácio de construção e espaço livre nas tipologias do tipo B, e dos resultados do processo de melhoria das condições de ventilação, bem como a apresentação das soluções encontradas. (Escritório Cerejeira Fontes, 2014)

que a casa está bonita, já podem vir, e vêm muitas vezes enquanto os pais estão a trabalhar.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 2.

Durante o processo de reabilitação da Ilha da Bela Vista, as habitações burguesas que faziam a frente da Ilha também foram restauradas. Na atualidade, essas habitações são alugadas exclusivamente a pessoas com algum tipo de deficiência e às suas famílias. Esta iniciativa levou à inclusão de pessoas que eram socialmente estigmatizadas, seja pela sua condição social ou até mesmo pela sua condição física; a cidade do Porto teve assim a oportunidade de dignificar este espaço e os seus habitantes. Este projeto de reabilitação arquitetónica levou à sua valorização por parte dos moradores, mas também por parte dos restantes habitantes da cidade, aumentando a atratividade deste espaço.

A chegada de novos moradores à Ilha da Bela Vista após a reabilitação não reforçou apenas os laços comunitários, mas também trouxe uma série de benefícios significativos para a Ilha e para os seus moradores. Esta integração de novos membros na comunidade teve um impacto profundamente positivo em vários aspetos, fortalecendo a coesão social na ilha. Com a diversidade de origens e experiências dos recém-chegados, a comunidade da Ilha da Bela Vista tornou-se um mosaico cultural enriquecido, promovendo uma maior troca de ideias, valores e tradições. Os laços sociais aprofundaram-se, e a solidariedade comunitária foi fortalecida, criando um ambiente acolhedor para todos.

O espírito de comunidade característico das ilhas tornou-se ainda mais pronunciado, à medida que os novos habitantes se tornaram parte integrante desse núcleo de relações. Embora a integração numa comunidade pequena possa inicialmente parecer desafiadora, os habitantes da Ilha da Bela Vista relataram a natureza acolhedora e inclusiva da comunidade. O aumento do número de habitantes também impulsionou a rede de entreajuda, onde os moradores se apoiam mutuamente em questões cotidianas e desafios comuns.

“Quando vim para cá, tive logo a vizinha aqui ao lado a perguntar-me se precisava de ajuda a trazer as coisas, e ela fez-me o jantar naquela noite, enquanto ainda estávamos a desempacotar as coisas. Às vezes lanchamos juntas, e quando estive doente no mês passado, ela ajudou-me bastante com as coisas de casa, e vinha



[Figura 69.] Apropriação do espaço coletivo da Ilha da Bela Vista por parte das crianças. (Francisca Machado, 2023)

ver se eu estava bem. A vizinha aqui da frente, fez-me o almoço e o jantar algumas vezes também. Quando tiver a oportunidade, se elas precisarem vou retribuir claro, aqui o espírito é esse, dar ao outro o que precisava e depois ele dá-te quando somos nós a precisar.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 1.

A reabilitação da Ilha trouxe melhorias notáveis, mas os habitantes da Ilha estão conscientes da necessidade vinculada de cuidar e manter o espaço tal como ficou, o que chega a ser motivo para desacatos entre os mesmos.

“Aqui, as pessoas são muitas protetoras do espaço, como vivemos numa comunidade pequena, toda a gente vê que o que todos fazem. Isso é muito bom grande parte do tempo, mas noto que, principalmente os senhores que moravam cá antes da Ilha ter sido reabilitada, são muito protetores do espaço. Por exemplo, na fila de baixo mora uma mãe com três filhos, e agora no verão ela colocou uma piscina pequena cá fora para as crianças. Houve pessoas que implicaram com ela, e recebemos uma carta da Domus Social a dizer que tínhamos de tirar as piscinas até ao fim do mês. Na minha opinião, a piscina não ia fazer mal, mas eles disseram que podia estragar o piso, e pronto, tiveram de tirar. Eu sei que não é por mal que o fazem, toda a gente sabe, mas dá para ver que as pessoas tem medo de estragar o espaço, e que cuidam muito bem dele, e às vezes até demais.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 1.

“Temos de cuidar disto, não é? Não podemos estragar o que foi aqui feito, porque a Câmara fez isto agora, mas nós já andávamos há anos a lutar para que alguém nos ajudasse, desde o 25 de Abril até! E se alguém estragar alguma coisa, toda a gente sai prejudicada, uma coisa é dentro de casa, mas cá fora é de todos. Se for preciso reparar alguma coisa, é preciso contactar a DOMUS SOCIAL, para eles mandarem cá alguém, e é sempre imenso tempo. Eu e outras pessoas daqui, já cá

moramos desde que nascemos, e os nossos pais já cá moravam também; nunca mais quero viver como vivemos, e é por isso que temos de cuidar, porque senão quem é que cuida? Se nós estragarmos as coisas, não vão estar a dar-nos coisas novas, e nós também não podemos pagar, portanto é cuidar de como as coisas estão agora e manter assim para durar muitos anos.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 2.

A reabilitação não traz só efeitos positivos para os habitantes do espaço reabilitado, mas também para a sociedade em geral. No caso da Ilha da Bela Vista, o processo de reabilitação foi usado como um exemplo a ser replicado em outras ilhas do Porto. A Câmara Municipal do Porto detém a propriedade de três ilhas da cidade, sendo que as restantes pertencem a privados. A Ilha da Bela Vista é assim um exemplo impactante para a cidade, que demonstra a possibilidade de reabilitação das ilhas, após anos de políticas de demolição e de salubridade que promoviam o realojamento dos habitantes, levando ao corte de relações sociais. O Dr. Manuel Pizzaro e o Dr. Rui Moreira defenderam em várias entrevistas feitas no decurso da reabilitação da Ilha, que este processo seria um projeto pioneiro da cidade.

“Isto demonstra que as ilhas da nossa cidade continuam hoje a ser uma solução de habitação, não apenas para as classes populares, mas também para outros grupos sociais que as podem procurar. (...) há uma segunda vida a oferecer a estas ilhas.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista de Miguel Pizzaro, 24 de Agosto de 2016.

Assim, a Ilha da Bela Vista começou a fazer parte da paisagem urbana da cidade, sendo este um ponto bastante importante para o reconhecimento das outras ilhas. A sua reabilitação tem impacto nos habitantes de outras ilhas, mantendo a possibilidade de viabilidade para este modelo habitacional.

“ Não é que isto seja uma coisa que toda a cidade saiba, mas houve muita gente que soube da reabilitação, e mesmo as pessoas que passam na rua ficam curiosas a olhar cá para dentro. Já houve pessoas que me perguntaram se tinha ficado bem,



[Figura.71.] Apresentação da persiana usada no projeto de reabilitação da Ilha da Bela Vista na Bienal de Veneza de Arquitetura, (exposição In Conflict). (DEPA, 2022)

porque tinham visto as reportagens, e eu disse que estávamos muito melhor do que alguma vez estivemos.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 3.

“O meu filho teve uma entrevista de emprego numa empresa de construção daqui do Porto, e quando ele disse que morava aqui, eles aceitaram-no muito bem. Sabe como é, antigamente ninguém conhecia as ilhas, só sabiam que isto estava velho, e achavam que eram só pessoas pobres, idosos e sabe-se lá mais o quê. Mas, agora, houveram muitas reportagens e vinham cá muitos jornalistas e tudo, quando isto foi reabilitado, então as pessoas já não estranham, sabe? Elas até conseguem ver da rua cá para dentro e então, como vêm que isto está bonito, já não acham...bem, o mesmo que achavam antes. Já vieram cá alunos das universidades e de outras escolas para ver como isto está, e é disso que é preciso, as pessoas tem de ver como é, tem de conhecer, senão vão sempre pensar mal.”

Ilha da Bela Vista. Entrevista 2.

Além de melhorar as condições de vida dos moradores, este tipo de iniciativa contribuiu significativamente para a preservação do tecido urbano e social da cidade, preservando a continuidade urbana e, ao mesmo tempo, melhorando a qualidade desses espaços. Também contribui para a melhoria da imagem comunitária e pode desempenhar um papel vital na preservação da história e da cultura portuense. As ilhas são um modelo de habitação excecional, característico da cidade do Porto, carregando consigo uma herança cultural valiosa. Ao preservar e revitalizar esses espaços, a cidade não oferece apenas um ambiente de vida digno para seus habitantes, mas também mantém viva a memória da sua própria história e identidade.



[Figura.72.] Maquete do projeto de reabilitação da Ilha da Bela Vista pousada sobre um tanque adquirido pelos moradores para a Ilha. (Escritório Cerejeira Fontes, 2014)

Considerações Finais

Em função de tudo o que foi dito atrás, é possível concluir que existiram várias questões complexas que contribuíram para a situação desfavorável da comunidade da Ilha da Bela Vista. O estigma social estava enraizado em várias camadas, incluindo a localização, as condições físicas precárias, bem como fatores sociais como a rede de relacionamentos, saúde, educação e oportunidades de trabalho para os habitantes. Apesar da importância da reabilitação na equalização das condições físicas, o fato de muitos habitantes ainda enfrentarem dificuldades financeiras mantém um sentimento de insegurança.

Os sentimentos de reivindicação e preservação do espaço reabilitado da Ilha são, em parte, uma resposta à necessidade de proteger as melhorias alcançadas. Sem o apoio da Câmara Municipal do Porto, muitos habitantes da Ilha da Bela Vista permaneceriam em condições insalubres e desumanas, como vivenciaram nas décadas anteriores. Portanto, a reabilitação arquitetónica é

apenas uma componente de um esforço mais amplo para melhorar a qualidade de vida e a inclusão social dessas comunidades. É crucial abordar questões econômicas, educacionais e de saúde para alcançar uma verdadeira transformação social e garantir que a reabilitação seja eficaz e sustentável.

A política habitacional de uma cidade deve ter como foco central a inclusão de diversos grupos sociais, como idosos, crianças, mulheres, jovens e pessoas em situação de pobreza, sendo isso essencial para garantir o direito à habitação e combater a miséria que afeta muitas pessoas, levando-as a viver nas ruas ou em condições precárias. Além disso, é importante evitar estigmatizar determinadas áreas periféricas da cidade e da sua região metropolitana, procurando a requalificação de bairros, ilhas, casas antigas e áreas densamente povoadas. A valorização dessas comunidades e bairros contribui para preservar as suas identidades, a solidariedade e o patrimônio cultural.

Para alcançar esses objetivos, é fundamental implementar políticas municipais e metropolitanas baseadas em princípios diversificados, com um programa inclusivo, inovador, participativo e sustentável. É urgente adotar políticas de renovação urbana e social que promovam a inclusão e a diversidade social, permitindo que diferentes grupos demográficos encontrem casa no centro da cidade. Isso inclui jovens casais à procura de moradia e idosos que procuram integração social na comunidade, combatendo a solidão.²⁹²

É necessário implementar um programa político de habitação e inclusão social para melhorar a qualidade de vida das populações mais pobres da cidade, que enfrentam precariedade habitacional. Ao abordar essa questão, não se pode negligenciar a importância da requalificação e valorização dos espaços públicos e infraestruturas de serviços coletivos, que são essenciais para garantir a qualidade de vida e a coesão social na cidade. A política habitacional deve ser orientada para a inclusão, diversidade e melhoria da qualidade de vida, com medidas concretas de renovação urbana, habitação acessível e investimento em infraestrutura pública. Isso ajudará a criar uma cidade mais justa e acolhedora para todos os seus habitantes.²⁹³

²⁹² DepA, In Conflit. Vol. I. (p.351)

²⁹³ RODRIGUES, Fernando Matos. SILVA, Manuel Carlos. **CIDADE, HABITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO. O PROCESSO SAAL NA ILHA DA BELA VISTA 1974/76.** (p.33)

Compreende-se que a reabilitação é uma ação positiva que traz diversos benefícios à comunidade. Contudo, é importante ressaltar que a reabilitação não é uma "bala de prata"²⁹⁴, que resolve instantaneamente todos os problemas de estigmatização e condições precárias enfrentados pelos habitantes da Ilha da Bela Vista desde a sua construção. A reabilitação arquitetónica deve ser vista como um primeiro passo na inclusão da comunidade na cidade, mas não como uma solução definitiva para todos os problemas. Os habitantes da Ilha da Bela Vista foram profundamente afetados pela negligência da cidade ao longo dos anos, e para melhorar verdadeiramente a sua situação é necessário a implementação de novas políticas que promovam a inclusão dessa comunidade na sociedade em geral.

Ao transformar espaços precários em ambientes mais dignos, funcionais e confortáveis, a reabilitação não melhora apenas as condições de vida dos moradores, mas também ajuda a eliminar o estigma associado à pobreza. Isso significa que, em vez de serem marginalizados e discriminados devido às condições das suas casas, os habitantes podem sentir-se incluídos na sociedade. A reabilitação torna-se, portanto, uma ferramenta poderosa para a promoção da inclusão social, permitindo que os moradores se integrem mais plenamente na comunidade, tenham acesso a oportunidades de educação e emprego, e construam relações sociais mais saudáveis. Essa mudança de perspetiva não melhora apenas a vida dos habitantes da Ilha da Bela Vista, mas também demonstra como a reabilitação habitacional pode desempenhar um papel crucial na construção de cidades mais justas, inclusivas e resilientes. Ela lembra-nos que a habitação é um direito humano fundamental e que investir na melhoria das condições habitacionais não transforma apenas espaços, mas também transforma vidas e comunidades.

Apesar da reabilitação não ser uma solução que resolve todas as problemáticas subjacentes ao estigma, no caso da Ilha da Bela Vista foi possível constatar que a mesma trouxe numerosos benefícios aos habitantes e à cidade, nomeadamente na restauração da autoestima dos residentes, demonstrando aos moradores de outras ilhas no Porto que também seria possível continuar a viver na Ilha em condições dignas. Além disso, iniciou um processo de integração social, que ainda poderá levar diversos anos a estar completo, mas onde já se começaram a notar algumas melhorias na integração desta comunidade na sociedade.

²⁹⁴ LUSA: "Não há 1 bala de prata" para os problemas da habitação (p. 1)

Nessa melhoria é importante destacar o papel crucial da representação social dos habitantes no processo de requalificação. Muitas vezes, em espaços precários, a habitação torna-se o elemento central da identidade das pessoas que ali residem, definindo as suas vidas de maneira profunda. Portanto, é imperativo que os habitantes sejam reconhecidos como protagonistas ativos nestes processos de transformação; não devem ser vistos como meros figurantes, objetos passivos ou espectadores distantes das decisões que afetam as suas vidas. Em vez disso, devem ser envolvidos ativamente nas discussões, consultas e tomadas de decisão que dizem respeito às mudanças nas suas comunidades. Dessa forma, a reabilitação habitacional não melhora apenas as condições físicas, mas também fortalece o sentimento de pertença e empoderamento dos habitantes, permitindo que participem plenamente na construção do seu próprio futuro. Isso é essencial para a criação de comunidades resilientes e inclusivas, onde cada indivíduo tenha a oportunidade de prosperar e contribuir para o bem-estar geral da cidade. A reabilitação de espaços habitacionais é muito mais do que uma simples renovação de edifícios; representa uma evolução no conceito de habitar e na maneira como as pessoas vivem. Não se deve limitar a fornecer um teto, mas também deve promover a inclusão social, construindo parcerias sólidas e cooperando com os diversos programas já existentes.

É sobre este reconhecimento das populações mais carenciadas que se observa a importância do processo de participação das mesmas na reabilitação do caso de estudo. Compreende-se que este projeto foi bastante singular, contudo a Ilha da Bela Vista é dotada de uma caracterização histórica e cultural muito particular, devido à anterior participação dos habitantes no processo de reabilitação iniciado em 1974, que não chegou a ser concluído.

Para alcançar este tipo de evolução, é imperativo realizar um trabalho de campo direto com os habitantes das comunidades afetadas. Isso significa ir além dos desenhos técnicos e das estatísticas, aprofundando as realidades e as histórias de vida das pessoas que residem nesses espaços. É necessário compreender as suas ansiedades, frustrações, esperanças e desejos em relação à habitação. Essa abordagem sensível e empática permite uma participação ativa, consciente, crítica, organizada e solidária por parte dos habitantes nas decisões que os afetam diretamente.

A participação da comunidade é um dos pilares fundamentais dessa abordagem. Ao envolver os moradores desde o início do processo de reabilitação, não apenas se garante que as suas

necessidades são atendidas, mas também se fortalece o sentimento de pertença e a responsabilidade em relação ao espaço habitacional. Os moradores passam a sentir-se parte integrante do projeto, não apenas como beneficiários, mas como agentes ativos de transformação nas suas próprias comunidades.

A reabilitação habitacional também requer uma colaboração estreita com diversos atores, como governos locais, organizações não governamentais e o setor privado. Essa cooperação pode trazer recursos financeiros, expertise técnica e conhecimento diversificado para o processo. Através de parcerias sólidas, é possível maximizar o impacto das iniciativas de reabilitação, tornando-as mais abrangentes e sustentáveis. Ainda existem inúmeras problemáticas a serem solucionadas, como o acesso a serviços básicos, educação de qualidade e oportunidades de emprego. No entanto, ao abordar a reabilitação habitacional de forma abrangente, centrada nas pessoas e orientada para a inclusão social, estamos a pavimentar o caminho para uma transformação mais profunda e duradoura nas vidas das comunidades vulneráveis. É um compromisso com a construção de um futuro onde todas as pessoas tenham a oportunidade de viver com dignidade e igualdade.

Em suma, o ato de reabilitar entende uma mudança geral na imagem da habitação; no entanto, a melhoria do espaço físico da casa não perfaz uma alteração profunda na génese dos modos de habitar. Pelo contrário, o espaço arquitetónico deve fornecer um lugar que, além de digno, é feito com base nas vivências prévias dos moradores. Deste modo, compreende-se que a habitação social não se limita apenas a uma vertente arquitetónica, mas também inclui as vertentes política, social e económica. Neste sentido, o ato de reabilitar não pode limitar-se a propor apenas uma mudança no espaço físico do edifício e na preservação dos modos de habitar prévios, deve implicar também uma reformulação dos paradigmas, para que se comece a adotar uma política pedagógica partilhada que seja responsável pelo incremento da coesão social.

Listagem de Ilustrações

As fontes das ilustrações listadas estão colocadas entre parenteses: no caso de referências de fontes online, com o respectivo autor ou detentor dos direitos da ilustração, e a hiperligação. No caso de referências com fontes em livros ou artigos, a ilustração é referenciada de forma parcial com o respectivo autor, assim, as mesmas podem ser encontradas de forma completa nas referências bibliográficas.

Fig. 1. [Porto : "Ilha" da Rua de São Vitor, n.º 179], Documento/Processo, [1941] – [1941]; Arquivo Municipal do Porto, consultado em 17/03/2023. <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/798610/>

Fig. 2. [«Ilhas» e casas insalubres] Documento/Processo, 1960 – 1960/06, Arquivo Municipal do Porto, consultado em 17/03/2023. <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/276169/>

Fig. 3. Fotografia de Aurélio da Paz dos Reis. Centro Português de Fotografia, Porto, 1899

Fig. 4. TEIXEIRA, Manuel C. **Habitação Popular na cidade oitocentista. As “ilhas” do Porto.** 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento. 2018 ISBN: 978-972-36-1681-1.

Fig. 5. TEIXEIRA, Manuel C. **Habitação Popular na cidade oitocentista. As “ilhas” do Porto.** 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento. 2018 ISBN: 978-972-36-1681-1.

Fig. 6. Cordão Sanitário em Volta do Porto in ALMEIDA, Maria Antónia. **O Porto e as epidemias: saúde e higiene na imprensa diária em períodos de crise sanitária, 1854-56, 1899, 1918,** Universidade do Minho, 2012.

Fig. 7. [A Lição de Salazar (I)] da serie de cartazes “ A Lição de Salazar”. Autor desconhecido. Data de Publicação desconhecida, consultado em 19/03/2023 <https://noseahistoria.wordpress.com/2011/12/12/a-licao-de-salazar/>

Fig. 8. Bairro de Casas Económicas Duarte Pacheco, Braga (arquiteto Joaquim Madureira para a DGEMN, 1935 -1939). PEREIRA, Virgílio Borges, SILVA Sérgio Dias. **Casas económicas e casas desmontáveis: Génese, estruturação e transformação dos primeiros programas habitacionais do Estado Novo** in **Habitação Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal,** 1ªed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2018. ISBN 978-972-27-2711-2 https://www.researchgate.net/publication/334721193_Casas_economicas_e_casas_de_smontaveis_Genese_estruturacao_e_transformacao_dos_primeiros_programas_habitacionais_do_Estado_Novo, consultado em 19/03/2023.

Fig. 9. Bairro de Casas Económicas de Benfica ou de Santa Cruz, em construção, Lisboa, 1956 (arquitetos Keil do Amaral e João Vaz Martins para a DGEMN, 1943–1958). PEREIRA, Virgílio Borges, SILVA Sérgio Dias, **Casas económicas e casas desmontáveis: Génese, estruturação e transformação dos primeiros programas habitacionais do Estado Novo** in **Habitação Cem Anos de Políticas Públicas** em Portugal, 1ªed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2018. ISBN 978-972-27-2711-2 https://www.researchgate.net/publication/334721193_Casas_economicas_e_casas_de_smontaveis_Genese_estruturacao_e_transformacao_dos_primeiros_programas_habitacionais_do_Estado_Novo, consultado em 19/03/2023

Fig. 10. 1º Congresso Nacional de Arquitetura.

Fig.11. Bairro de Casas Desmontáveis da Quinta da Calçada, em construção, Lisboa, 1939 (CML, 1938 -1939). CML/AML. PEREIRA, Virgílio Borges, SILVA Sérgio Dias, **Casas económicas e casas desmontáveis: Génese, estruturação e transformação dos primeiros programas habitacionais do Estado Novo** in **Habitação Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal**, 1ªed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2018. ISBN 978-972-27-2711-2

https://www.researchgate.net/publication/334721193_Casas_economicas_e_casas_de_smontaveis_Genese_estruturacao_e_transformacao_dos_primeiros_programas_habitacionais_do_Estado_Novo, consultado em 19/03/2023

Fig. 12. Plenário de comissões de moradores e de brigadas SAAL, Palácio de Cristal, 1975. Autor Desconhecido.

https://www.wikiwand.com/pt/Servi%C3%A7o_de_Apoio_Ambulat%C3%B3rio_Local#Media/Ficheiro:Plenario_2.png

Fig.13. DIAS, João. Operações do SAAL, documentário, 2007. consultado em 21/03/2023

<https://www.filmin.pt/filme/as-operacoes-saal>

Fig. 14. Álvaro Siza e Torres nos trabalhos de levantamento do terreno para a construção da primeira fase, Sr.ª das Dores, em S. Victor, 1974. Foto: Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A), consultado em 22/03/2023 <https://www.cd25a.uc.pt/pt>

Fig. 15. FERREIRA, Raul Hestnes. 1977. TRIENAL DE ARQUITETURA, 2018. consultado em 21/03/2023 <https://www.trienaldelisboa.com/ohl/espaco/saal/>

Fig. 16. Mapa do Programa Especial de Alojamento. ANTUNES, Gonçalo. **Política de habitação social em Portugal: de 1974 à actualidade**. CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa. Fórum Sociológico, 2019. pp- 7-16. <https://journals.openedition.org/sociologico/4662> Consultado em 29/03/2023

Fig.17. Indicador de confiança (saldo de respostas extremas) mensal da construção (em %) – Junho de 1997 a Junho de 2011. INE(<https://bpstat.bportugal.pt/serie/12099335>) cit. in. Associação Lisbonense de Proprietários. Retrato da Habitação em Portugal: Características e Recomendações, (p. 5).2011. <https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/habitacaoportugal.pdf> consultado em 28/03/2023.

Fig. 18. RIIS, Jacob - Street children sleep near a grate for warmth on Mulberry Street. in How the Other Half Lives. NY: Dover Publications, 1971.

Fig. 19. RIIS, Jacob - Inside an English family's home on West 28th Street. in How the Other Half Lives. NY: Dover Publications, 1971.

Fig. 20. RIIS, Jacob - The Baby's Playground. in How the Other Half Lives. NY: Dover Publications, 1971.

Fig. 21. RIIS, Jacob. - Lodgers rest in a crowded Bayard Street tenement that rents rooms for five cents a night and holds 12 people in a room just 13 feet long - in How the Other Half Lives. NY: Dover Publications, 1971.

Fig. 22. HINE, Lewis Wickes -. Large Family. The wife of a sharecropper and her four children gathered by their bed and stove. 1930.

Fig. 23. RIIS, Jacob - Women's Lodging Rooms in West 47th Street. in How the Other Half Lives. NY: Dover Publications, 1971.

Fig. 24. RIIS, Jacob - Night school in 7th Lodging house in How the Other Half Lives. NY: Dover Publications, 1971.

Fig. 25. RIIS, Jacob - Street Arabs in their Sleeping Quarters in How the Other Half Lives. NY: Dover Publications, 1971.

Fig. 26. RIIS, Jacob - Children attend class at the Essex Market school in How the Other Half Lives. NY: Dover Publications, 1971.

Fig. 27. HINE, Lewis Wickes - Child Labor Exhibition Panel, Lewis Hine for National Child Labor Committee, 1914

Fig. 28. HINE, Lewis Wickes - Newsboys- 1909

Fig. 29. RIIS, Jacob - Girl and a Baby on a Doorstep. in How the Other Half Lives. NY: Dover Publications, 1971.

Fig. 30. Câmara Municipal do Porto,1956.

Fig. 31. Câmara Municipal do Porto,1956.

Fig. 32. [«Ilhas» e casas insalubres] Documento/Processo, 1960 – 1960/06, Arquivo Municipal do Porto, consultado em 17/03/2023. <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/276169/> TEIXEIRA, Manuel C. As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social*. Lisboa. Vol. XXVIII, 1992. pp. 65-89

Fig. 33. Vista aérea do Bairro de Casas Económicas do Amial e do Bairro de Moradias Populares do Regado, Porto [c. 1966] (Bairro do Amial: 1. a fase -arquiteto Joaquim Madureira para a DGEMN, 1938; 2. a fase -DGEMN, 1957). CMP/AHMP. PEREIRA, Virgílio Borges, SILVA Sérgio Dias. **Casas económicas e casas desmontáveis: Génese, estruturação e transformação dos primeiros programas habitacionais do Estado Novo** in *Habitação Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal*, 1ªed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2018. ISBN 978-972-27-2711-2

https://www.researchgate.net/publication/334721193_Casas_economicas_e_casas_de_smontaveis_Genese_estruturacao_e_transformacao_dos_primeiros_programas_habitacionais_do_Estado_Novo, consultado em 19/03/2023

Fig. 34. Bairro da Bouça. Arquivo Álvaro Siza <https://espacodearquitetura.com/projetos/bairro-da-bouca/> Consultado em 06/07/2023.

Fig. 35. Fotografia de Aurélio da Paz dos Reis. Centro Português de Fotografia, Porto, 1899.

Fig. 36. Bairro de Casas Económicas de Caselas, Lisboa (arquiteto Couto Martins para a DGEMN, 1944 -1948). SIPA/DGEMN. PEREIRA, Virgílio Borges, SILVA Sérgio Dias. **Casas económicas e casas desmontáveis: Génese, estruturação e transformação dos primeiros programas habitacionais do Estado Novo** in *Habitação Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal*, 1ªed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2018. ISBN 978-972-27-2711-2

https://www.researchgate.net/publication/334721193_Casas_economicas_e_casas_de_smontaveis_Genese_estruturacao_e_transformacao_dos_primeiros_programas_habitacionais_do_Estado_Novo consultado em 19/03/2023

Fig. 37. DIAS, João. **Operações do SAAL**, documentário, 2007. consultado em 21/03/2023 <https://www.filmin.pt/filme/as-operacoes-saal>

Fig. 38. Imagem exibida na apresentação do Escritório Cerejeira Fontes sobre a reabilitação da Ilha da Bela Vista, 2014.

Fig. 39. Ilha da Bela Vista reabilitada. Jornal O Público.2018. consultado em 21/03/2023 <https://www.publico.pt/2018/07/12/local/noticia/moradores-apontam-problemas-na-ilha-da-bela-vista-1837540>

Fig. 40. Imagem exibida na apresentação do Escritório Cerejeira Fontes sobre a reabilitação da Ilha da Bela Vista, 2014.

Fig. 41. Problemáticas na Ilha da Bela Vista, consequentes à sua morfologia desenhado por Francisca Machado.

Fig. 42. Usos dados pela Ilha da Bela Vista, e os usos introduzidos pelos habitantes desenhado por Francisca Machado.

Fig. 43. Diagramação da apropriação informal na Ilha da Bela Vista face à sua relevância para os moradores desenhado por Francisca Machado.

Fig. 44. Imagem exibida na apresentação do Escritório Cerejeira Fontes sobre a reabilitação da Ilha da Bela Vista, 2014.

Fig. 45. Imagem exibida na apresentação do Escritório Cerejeira Fontes sobre a reabilitação da Ilha da Bela Vista, 2014.

Fig. 46. Imagem exibida na apresentação do Escritório Cerejeira Fontes sobre a reabilitação da Ilha da Bela Vista, 2014.

Fig. 47. Recorte de uma notícia sobre a demolição de ilhas no Porto, por parte da Câmara em 2002, em RODRIGUES, Fernando Matos; SILVA, Manuel Carlos. **CIDADE, HABITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO. O processo SAAL na Ilha da Bela Vista 1974/76.** 1ª ed. Porto: Edições Afrontamento.2015. ISBN: 978-972-36-1436-7

Fig. 48. Recorte de uma notícia sobre a reabilitação de ilhas no Porto, por parte da Câmara em 2014, em RODRIGUES, Fernando Matos; SILVA, Manuel Carlos. **CIDADE, HABITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO. O processo SAAL na Ilha da Bela Vista 1974/76.** 1ª ed. Porto: Edições Afrontamento.2015. ISBN: 978-972-36-1436-7

- Fig. 49.** Capa do Boletim da Comissão de Moradores do Campo de 24 de Agosto, 1976. em RODRIGUES, Fernando Matos; SILVA, Manuel Carlos. **CIDADE, HABITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO. O processo SAAL na Ilha da Bela Vista 1974/76.** 1ª ed. Porto: Edições Afrontamento.2015. ISBN: 978-972-36-1436-7
- Fig. 50.** Cartoon relativo às associações de moradores , 1975 em RODRIGUES, Fernando Matos; SILVA, Manuel Carlos. **CIDADE, HABITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO. O processo SAAL na Ilha da Bela Vista 1974/76.** 1ª ed. Porto: Edições Afrontamento.2015. ISBN: 978-972-36-1436-7
- Fig. 51.** Cartoon relativo á habitação, 1975 em RODRIGUES, Fernando Matos; SILVA, Manuel Carlos. **CIDADE, HABITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO. O processo SAAL na Ilha da Bela Vista 1974/76.** 1ª ed. Porto: Edições Afrontamento.2015. ISBN: 978-972-36-1436-7
- Fig. 52.** Manifestação no Porto, 1975, em RODRIGUES, Fernando Matos; SILVA, Manuel Carlos. **CIDADE, HABITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO. O processo SAAL na Ilha da Bela Vista 1974/76.** 1ª ed. Porto: Edições Afrontamento.2015. ISBN: 978-972-36-1436-7
- Fig. 53.** Carta do Arquiteto António Gonçalves Dias ao SAAL/NORTE, 1976. em RODRIGUES, Fernando Matos; SILVA, Manuel Carlos. **CIDADE, HABITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO. O processo SAAL na Ilha da Bela Vista 1974/76.** 1ª ed. Porto: Edições Afrontamento.2015. ISBN: 978-972-36-1436-7
- Fig. 54.** Arquiteto Cerejeira Fontes a trabalhar na Associação de Moradores da Ilha da Bela Vista, 2015 em RODRIGUES, Fernando Matos; SILVA, Manuel Carlos. **CIDADE, HABITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO. O processo SAAL na Ilha da Bela Vista 1974/76.** 1ª ed. Porto: Edições Afrontamento.2015. ISBN: 978-972-36-1436-7
- Fig. 55.** LAHB. Social em reunião com os representantes da Associação de Moradores da Ilha da Bela Vista, 2015 em RODRIGUES, Fernando Matos; SILVA, Manuel Carlos. **CIDADE, HABITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO. O processo SAAL na Ilha da Bela Vista 1974/76.** 1ª ed. Porto: Edições Afrontamento.2015. ISBN: 978-972-36-1436-7
- Fig. 56.** Apresentação do projeto de reabilitação da Ilha da Bela Vista aos moradores, na praça Inácio Vasconcelos, na Ilha da Bela Vista em RODRIGUES, Fernando Matos; SILVA, Manuel

Carlos. **CIDADE, HABITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO. O processo SAAL na Ilha da Bela Vista 1974/76.** 1ª ed. Porto: Edições Afrontamento.2015. ISBN: 978-972-36-1436-7

Fig. 57. Jardim da Ilha da Bela Vista por Francisca Machado.

Fig. 58. Resolução das problemáticas na Ilha da Bela Vista, consequentes à sua morfologia por Francisca Machado.

Fig. 59. Atuais usos da Ilha da Bela Vista, por Francisca Machado.

Fig. 60. Axonometrias das tipologias da Bela Vista e a sua relação com o espaço coletivo, montagem feita com base em desenhos do Escritório Cerejeira Fontes por Francisca Machado.

Fig. 61. Desenhos Técnicos da Tipologia A e fotografias do espaço antes da apropriação dos moradores por Francisca Machado.

Fig. 62. Desenhos Técnicos da Tipologia B e fotografias do espaço depois da apropriação dos moradores por Francisca Machado.

Fig. 63. Diagramação da apropriação informal dos usos na Ilha da Bela Vista face à sua relevância para os moradores por Francisca Machado.

Fig. 64. Planta de Implantação da Ilha da Bela Vista, em referência à localização dos seus usos, na Apresentação do Prijeot de Reabilitação à cidade do Porto, em 2015.

Fig. 65. Ilha da Bela Vista antes da reabilitação na Apresentação do Prijeot de Reabilitação à cidade do Porto, em 2015.

Fig. 66. Habitações da Ilha da Bela Vista durante o processo de reabilitação, aquando à demolição de habitações para a criação de percursos dentro da ilha, em apresentação do escritório Cerejeira Fontes á cidade do Porto.

Fig. 67. Habitações da Ilha da Bela Vista durante o processo de reabilitação, aquando à demolição de habitações para a criação de percursos dentro da ilha, em apresentação do escritório Cerejeira Fontes á cidade do Porto.

Fig. 68. Resultados dos rácio de construção e espaço livre nas tipologias do tipo B, e dos resultados do processo de melhoria da condições de velas, bem como a apresentação das soluções encontradas, consulado em 28/09/2023, em <https://eu-architecturalheritage.org/en/archive/a/v7nPJ1BLo49xr3Kd6keZXAKqG26jRp>

Fig. 69. Apropriação do espaço coletivo da Ilha da Bela Vista por parte das crianças, por Francisca Machado.

Fig. 70. Impacto da reabilitação da Ilha Bela Vista no processo de reabilitação de outras ilhas no Porto, em **DEPA- *In conflict*. 2ª ed. 1º Volume**, Porto: Circo de Ideias, 2022. ISBN: 978-989-53415-3-5

Fig. 71. Apresentação da persiana usada no projeto de reabilitação da Ilha da Bela Vista ao abrigo da Bienal de Veneza de Arquitetura, consequente à exposição *In Conflict*, em **DEPA- *In conflict*. 2ª ed. 1º Volume**, Porto: Circo de Ideias, 2022. ISBN: 978-989-53415-3-5

Fig. 72. Maquete do projeto de reabilitação da Ilha da Bela Vista pousada sobre um tanque adquirido pelos moradores para a Ilha, consulado em 28/09/2023, em <https://cfaarch.com/project/belavista/>

Referências Bibliográficas

As referências bibliográficas estão organizadas alfabeticamente, segunda a regra NP 405, por livros, artigos, dissertações de mestrado, teses de doutoramento e arquivos que foram consultadas durante o processo de realização desta dissertação de mestrado.

Livros

AGIER, Michel. **L’Invention de la ville. Banlieue, township, invasions et favelas.** 1ªed. Paris: Éditions des Archives Contemporaines. 1999.

ANTUNES, Gonçalo. **Política de habitação 200 anos.** 11ª ed. Lisboa: Caleidoscópio. 2019. ISBN: 9789896585389

ARRUDA, Ricardo; BAIA, Alexandre; COLAÇO, João. **O que é a exclusão social?** 1ªed. Lisboa: Escolar Editora. 2014. ISBN: 9789725924099

BANDEIRINHA, José António. **O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974**. 1ª ed
Coimbra: Imprensa da Universidade. 2011. ISBN:9789728704766

BANDEIRINHA, José António; SARDO, Delfim. MONIZ, Gonçalo Moniz (Coord.). **74-14 SAAL AND ARCHITECTURE**. 1ª ed. Porto: Fundação Serralves. 2015. ISBN:978-972-739-321-3

BATALHA, Luís. Antropologia- **Uma Perspetiva Holística**. 1ªed. Lisboa: Instituto Superior Ciências Sociais E Políticas. 2004. ISBN: 9789728726409

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO. **Exposição “Habitação Social no Porto”**, Coord – Pelouro de Habitação e Ação Social da Câmara Municipal do Porto em Porto. Porto.1999.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO. **Plano De Melhoramento 1956-66**. 1ª ed. Porto: Imprensa Portuguesa.

CARVALHO, Jorge; BANDEIRA, Pedro; CARVALHO, Ricardo. **PODER/ARQUITETURA**. 1ª ed.
Porto: LARS MULLER Publishers, 2018. ISBN:978-3-03778-546-1

CASTLE, Robert. **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário**. 12ªed. Lisboa: Editora Vozes. 2015. ISBN: 9788532619549

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – 1933. (1933). Carta de Atenas.
<https://www.apha.pt/wpcontent/uploads/boletim1/CartadeAtenas1933.pdf>

CLAVEL, Gilbert- **A Sociedade da Exclusão: Compreendê-la para dela sair**. 1ª ed. Porto: Porto Editora, 2004. ISBN: 978-972-0-34854-8

COSTA, J. da. **Bairros do Estado Novo**. 1ª ed. Porto: Livraria Civilização Editora. Co-edição da Secção Regional da Ordem dos Arquitectos (triénio 1999-2001), através do seu Pelouro da Cultura, integrada na Programação Oficial do Porto 2001, Capital Europeia da Cultura. 2001.

CUSSON, Maurice. **Croissance et décroissance du crime**. 1ª ed. Paris: Presses Universitaires de France – PUF. 1990.

DEMARTIS, Lúcia. **Compêndio de Sociologia**. 1ªed. Braga: Edições 70. 2007.
ISBN:9789724413280

DEPA. **In conflict**. 1ª ed. 1º Volume, Porto: Circo de Ideias, 2022. ISBN: 978-989-54636-9-5

DEPA. **In conflict**. 2ª ed. 1º Volume, Porto: Circo de Ideias, 2022. ISBN: 978-989-53415-3-5

DIOGO Fernando; CASTRO, Alexandra; PERISTA, Pedro. **POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL. CONTEXTOS, TRANSFORMAÇÕES E ESTUDOS**. 1ª ed. V.N. Famalicão: Edições Húmus, Lda. 2015. ISBN: 978-989-755-147-5

DIREÇÃO DOS SERVIÇOS DO PLANO DE MELHORAMENTOS- **PLANO DE MELHORAMENTOS 1956-66**. 1ªed, Porto: IMPRENSA PORTUGUESA.

DURKHEIM, Émile. **DE LA DIVISION DU TRAVAIL SOCIAL**. Presses Universitaires de France., 1930. ISBN 85-336-1022-X

FERNANDES, José Alberto Rio; TENREIRO, José Pedro; FIGUEIREDO, Pedro Marques de; PINTO, Jorge Ricardo; CHAMUSCA, Pedro. **A Baixa do Porto- Arquitetura e Geografia Urbana 2010-2020**. 1ª ed. Porto: BOOK COVER EDITORA, 2021. ISBN:978-989-9067-14-1

FERREIRA, Maria Leonor Batos de Vasconcelos; PIMENTA, Manuel; FERREIRA, José António. **Estudo Socioeconómico da Habitação Social- Porto**. 1ª ed. Porto: Sigarra, 2001. ISBN: 9729147310, 9789729147319

FERREIRA, Raul Hestnes. 1977. TRIENAL DE ARQUITETURA, 2018.

<https://www.trienaldelisboa.com/ohl/espaco/saal/>

GARREAU, Joel. **Edge City**. 1ª ed. USA: Anchor. 1992.

GAUTHIER, Alan. **Aux frontières du social l'exclu**. 1ªed. Paris: Editions L'Harmattan. 1998. ISBN: 2738453791

GIDDENS, Anthony. **SOCIOLOGIA**. 5ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. ISBN: 978-972-31-1075-3

GOMES, Paulo Varela. **Arquitetura, os últimos vinte e cinco anos**. in PEREIRA, Paulo. **História da Arte Portuguesa**. 1ªed. Lisboa: Temas e Debates. 2014. ISBN: 9789896442873

GRAFMEYER, Yves; AUTHIER, Jean-Yves- **Sociologie Urbaine**. 2ªed. Paris: Armand Colin, 2008. ISBN: 2200354282

GROS, Marielle Christine. **O Alojamento Social Sob O Fascismo**. 1ª ed. Porto: Edições Afrontamento. 1982.

GUERRA, Isabel. **As Pessoas Não São Coisas Que Se Metam Em Gavetas**, Sociedade e Território. Vol.20, nº3 1994, pp. 11-26.

HILLIER Bill, HANSON Julienne. **The Social Logic of Space**, 1ª ed. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge.1984. ISBN 0521 36784 0

JACOBS, Jane. **The Death and Life of Great American Cities**. 1ª ed. NY: Vintage. 1992.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**, 1ª ed. Lisboa: Livraria Letra Livre. 2012.ISBN 9789898268150

LEFEBVRE, Henri. **Une mutation, L'homme des Villes**. Paris: Ellipses. 2009. ISBN: 9782729841928

LEMONS, António Gomes Ferreira. **Contribuição para o Estudo da Higiene do Porto - Ilhas**, 1ªed. Porto: Imprensa Nacional. 1914

MASLOW, Abraham. **Motivation and Personality**. 3ªed. Londres: Longman. 1987. ISBN. 978-0060419875

MATEUS, Augusto. **TRÊS DÉCADAS DE PORTUGAL EUROPEU**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos e Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados (AM&A), 2015. ISBN: 978-989-8819-09-3

MARX Karl; ENGEL Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Edições «Avante!», 1997. ISBN: 972-550-114-4

MOCELIN, Daniel Gustavo; AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Marx, Weber e Durkheim. **Quadro comparativo sobre o pensamento dos autores clássicos da sociologia** In Sociologia e Administração: relações sociais nas organizações. Editora Elsevier, 2010. ISBN: 978-8535238785

MONTEIRO, Bruno, et al. **Contributos para a História Social do Porto - Sociedade, Política e Cultura no Estado Novo**, cit.in. QUEIRÓS, João. “Estado, alojamento e «questão social»:

Elementos para a compreensão sociológica da formação da respetiva” . 1ª ed. - Porto: Deriva, 2011.

MUSTERD, Sako; OSTENDORF, Wim. **URBAN SEGREGATION AND THE WELFARE STATE Inequality and exclusion in western cities**. 1ª ed. Inglaterra: Routledge, 1998. ISBN 0-415-17059-1 (Print Edition)

OLIVEIRA, Paula, MARCONI, Francesco. **Política y proyecto**. 1ª ed. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.

PAUGAM, Serge. **A Desqualificação Social: Ensaio sobre a Nova Pobreza**. 1ª ed. Porto: Porto Editora, 2003. ISBN: 978-972-0-34856-2

PEREIRA, Virgílio Borges; QUEIRÓS, João; SILVA, Sérgio Dias; LEMOS, Tiago Castro. **Casas económicas e casas desmontáveis: Génese, estruturação e transformação dos primeiros programas habitacionais do Estado Novo in Habitação Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal**, 1ªed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2018. ISBN 978-972-27-2711-2

PEREIRA, Paulo. **História da Arte Portuguesa**. 1ªed. Lisboa: Temas e Debates. 2014. ISBN: 9789896442873

PEREIRINHA, José António. **POLÍTICA SOCIAL**. Lisboa: Universidade Aberta, 2018. ISBN: 978-972-674-817-5

PINTO, Jorge Ricardo. **O Porto Oriental no final do século XIX: Um retrato urbano**. 1ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2007. ISBN:978-972-36-0921-9

PORTAS, Nuno. **A Habitação Social - Proposta Para a Metodologia da Sua Arquitectura**, 3ª ed. Porto: FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade Porto.2004. ISBN 9789729483639

PORTAS, Nuno. **Os Tempos das Formas, a Cidade Feita e Refeita**, Guimarães: Universidade do Minho. 2005. ISBN: 9789729982200

QUEIRÓS, João. **“Estado, alojamento e «questão social»: Elementos para a compreensão sociológica da formação da respetiva”** . 1ª ed. - Porto : Deriva, 2011.

QUEIROZ, Maria Cidália; Gros, Marielle Christine. **Ser jovem num Bairro de Habitação Social**. 1ª ed. Porto: tipografia do Carvalhido,2002 ISBN: 972-610-510-2

RIIS, Jacob. **How the Other Half Lives**. NY: Dover Publications, 1971.

RODRIGUES, Fernando Matos; FONTES, António; SILVA, Manuel; FONTES, André. **A Cidade da Participação, Projecto de Arquitectura Básica Participada na Ilha da Bela Vista**. 1ª ed. Porto: Edições Afrontamento.2017

RODRIGUES, Fernando Matos; SILVA, Manuel Carlos. **CIDADE, HABITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO. O processo SAAL na Ilha da Bela Vista 1974/76**. 1ª ed. Porto: Edições Afrontamento.2015. ISBN: 978-972-36-1436-7

ROSANVALLON, Pierre. **La Nouvelle question sociale ((Réédition)): Repenser l'Etat-providence**. 1ª ed. Paris: POINTS. 2015. ISBN: 978-2757854396

SAAL CONSELHO NACIONAL. **Livro branco do SAAL - 1974/1976** VI Conselho Nacional do SAAL. 1ª ed. Porto: FAUP Publicações, 1976. ISBN: 20070043

SALAT, Serge; BOURDIX, Loeiz; KAMIYA, Marco. **POR UMA ESTRATÉGIA DE CIDADE SUSTENTAVEL**. Porto: Edições Afrontamento, 2017. ISBN: 978-972-36-1613-2

SOUSA, Lúcio. **Textos de Antropologia Geral 21/22**. Lisboa: Universidade Aberta. 2021. consultado 03/07/2023 em <https://www.studocu.com/pt/document/universidade-aberta/ciencias-sociais/41098-textos-21-22-v01-antropologia-geral/30443360>

TAVARES, Maria, PORTAS, Nuno, FERNANDES, José Manuel. **Nuno Teotónio Pereira. Arquitectura e Contexto: uma experiência**. In PORTAS, Nuno (coord.) **Habitação para o maior número**. Portugal, os anos de 1950-1980, CML, IHRU, Lisboa, 2013, p.158. pp. 1-26

TEIXEIRA, Manuel C. **Habitação Popular na cidade oitocentista. As “ilhas” do Porto**. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento.2018 ISBN: 978-972-36-1681-1.

VÁZQUEZ, Isabel Breda; CONCEIÇÃO, Paulo. **‘Ilhas’ do Porto - Levantamento e Caracterização**. 1ª ed. Porto: Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente Instituto da Construção da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto; Gabinete de Estudos e Planeamento da Domus Social - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM Pelouro da Habitação e Ação Social da Câmara Municipal do Porto, 2015. ISBN: 978-972-9147-88-3

VIEIRA, Siza. **Textos 01**. 1^aed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira. 2019. ISBN: 9789728645939

World Health Organization. **WORLD REPORT ON AGEING AND HEALTH**. Geneva: World Health Organization, 2015. ISBN: 9789241565042

WUHL, Simon. **Politiques de l'emploi et politiques d'insertion: quelques perspectives**. Paris: Presses Universitaires de France. 2007. ISBN 9782130564812

Artigos

Associação Lisbonense de Proprietários. **Retrato da Habitação em Portugal: Características e Recomendações**. 2011. pp.1-43.

<https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/habitacaoportugal.pdf>

ALMEIDA, Maria Antónia. **O Porto e as epidemias: saúde e higiene na imprensa diária em períodos de crise sanitária, 1854-56, 1899, 1918**, Universidade do Minho, 2012.

https://www.researchgate.net/publication/278961699_O_Porto_e_as_epidemias_saude_e_higiene_na_imprensa_diaria_em_periodos_de_crise_sanitaria_1854-56_1899_1918

ANTUNES, Gonçalo. **Política de habitação social em Portugal: de 1974 à actualidade**. CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa. Fórum Sociológico, 2019. pp- 7-16

<https://journals.openedition.org/sociologico/4662>

ANTUNES, Gonçalo; LÚCIO, José. SOARES, Nuno Pires. JULIÃO, Rui Pedro. **Políticas de habitação social precedentes a Abril de 1974**. Universidade Nova De Lisboa, 2016. pp. 53-81.

<https://geoinova.fcsh.unl.pt/revistas/files/n13-3.pdf>

AUGUSTO, Nuno Miguel. **Habitação social – Da intenção de inserção à ampliação da exclusão** in IV Congresso Português de Sociologia, 2000.

https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462df3cd04e3f_1.pdf

BANDEIRINHA, José António. **“Anos sessenta. Verdades e consequências...”**, Jornal Arquitectos n.º 226, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2007.

BRANTINGHAM, P.J. & BRANTINGHAM P.L. **Nodes, paths, and edges: considerations on the complexity of crime and the physical environment**. Journal of Environmental Psychology. Londres. Vol.13. nº1, 1993.

CAETANO, Ana. **PRÁTICAS FOTOGRÁFICAS, EXPERIÊNCIAS IDENTITÁRIAS. A fotografia privada nos processos de (re)construção das identidades**. Lisboa: Sociologia, Problemas e Práticas, N.º 55, 2007, pp.69 -89

COSTA, Alexandre Alves. **Intervenção participada na cidade**. in **A Experiência do Porto- Estudo Prévio 20**. Lisboa: CEAUT/UAL – Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2022, p. 82-89.

https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/5495/1/EP20-10_Alexandre-Alves-Costa-PT.pdf

COSTA, Alexandre Alves – **A experiência do Porto**. Estudo Prévio 20. Lisboa: CEAUT/UAL – Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2022, p. 82-89.

https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/5495/1/EP20-10_Alexandre-Alves-Costa-PT.pdf

COSTA, Alexandre Alves – **A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano: Algumas Considerações sobre um Título Enigmático**. in Jornal Arquitectos n.º 204. Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. Lisboa. 2002.

EJIOGU, Amanze; DENEDO, Mercy. **Stigma and Social Housing in England**. Durham University Business School, 2022. pp. 1-61.

[https://www.durham.ac.uk/business/media/durham-university-business-school/research-centres/centre-for-organisations-and-society/Stigma-and-Social-Housing-in-England-consultation-report-\(final-version\)-24082022-3.32-MB.pdf](https://www.durham.ac.uk/business/media/durham-university-business-school/research-centres/centre-for-organisations-and-society/Stigma-and-Social-Housing-in-England-consultation-report-(final-version)-24082022-3.32-MB.pdf)

FERNANDES, Eduardo. Seven - os sete pecados urbanos. Laura : Revista de Cultura Arquitectónica, 2003. pp. 1-17

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/22605>

FERREIRA, Pedro Moura. «Delinquência juvenil», família e escola. *Análise Social*, vol. XXXII, 1997. pp. 913-924

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218793968M7uDQ9ah6Bb71JL6.pdf>

FOUCAULT, Michel. **“Des Espace Autres.”** *Diacritics*, Vol. 16, No. 1 (Spring, 1986), pp. 22-27

http://seas3.elte.hu/coursematerial/RuttkayVeronika/Foucault_of_other_spaces.pdf

GONÇALVES, Ana; PINTO, Teresa Costa. **Os Bairros Sociais Vistos por si Mesmos**. Cidades Comunidades e Território. Lisboa. nº3, 2001, p.111-131.

<file:///C:/Users/Asus/Downloads/9133-Texto%20del%20art%C3%ADculo-25951-1-10-20160502.pdf>

GONÇALVES, Eliseu. **"Das casas octogonais de Orson Fowler à 'Casa de Amanhã' "**, RESDOMUS, 2010. pp. 1-12

<https://resdomus.blogspot.com/2009/07/das-casas-octogonais-de-orson-fowler.html>

GONÇALVES, Eliseu. **O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: da Casa Familiar ao Bloco Comunitário**, in PEREIRA, Virgílio Borges. *O estado, a habitação e a questão social na cidade do Porto*. volume 2, Porto: Edições Afrontamento, 2016.

<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/123819/2/364926.pdf>

GONÇALVES, Eliseu. **Republican affordable housing. Art, hygiene and modern architecture in Portugal.** Universidade do Porto, 2021. pp. 1-14.

<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/138179/2/518600.pdf>

GUERRA, Isabel. **Intervenções Face à Exclusão Social Urbana: Uma Luta Inglória?** Cidades-Comunidades e Territórios n.º 2 2001, pp. 47-56

<https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9117>

KLINENBERG, Eric. **Worry Less About Crumbling Roads, More About Crumbling Libraries.** The Atlantic. 2018. p.1

<https://www.theatlantic.com/ideas/archive/2018/09/worry-less-about-crumbling-roads-more-about-crumbling-libraries/570721/>

LOISON, Laurence. **A Experiência do Desemprego em Portugal: Elaboração duma Tipologia.** Cidades- Comunidades e Territórios, nº6, 2003. pp- 113-124.

[file:///C:/Users/Asus/Downloads/9154-Article%20Text-25972-1-10-20160502%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Asus/Downloads/9154-Article%20Text-25972-1-10-20160502%20(1).pdf)

LUSA. **"Não há 1 bala de prata" para os problemas da habitação.** Notícia Digital.2022. 15 Junho 2022. [Consult. 25 Nov. 2022]. Disponível em: <https://www.idealista.pt/news/imobiliario/habitacao/2022/06/15/52733-nao-ha-1-bala-de-prata-para-os-problemas-da-habitacao-diz-ministro>

MATOS, Fátima Loureiro de. **Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956.** Análise Social. Lisboa. Vol. XXIX, 1994, pp.677-695

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377379T2hXG0aa5Rv09QL3.pdf>

MURRAY Christopher; KING Gary; LOPEZ Alan; TOMIJIMA Niels; KRUG Etienne. **"Armed Conflict as a Public Health Problem."** BMJ (British Medical Journal), 324, Pp. 346–349. 2002.

<http://tinyurl.com/y9emcroq>

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. **Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessário aos excluídos desnecessários.** Caderno CRH, nº21. 1994. pp-29-47

<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18772/12144>

PARKER, Peter; MADUREIRA, Ana Mafalda. **Housing context and legitimacy in the transformation of a stigmatized estate: the case of Rosengård.** Journal of Housing and the Built Environment, Vol. 31, No. 4, 2016. pp. 589-604

<https://www.jstor.org/stable/44983712>

PERIERA, Gaspar Martins. **Casa E Família. As «Ilhas» No Porto Em Finais Do Século XIX.** Centro De Estudos Da População e Família, nº2, 1996. pp. 159-183.

[https://repositorio-](https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20135/2/revpopsoc21996gmpereira000084511.pdf)

[aberto.up.pt/bitstream/10216/20135/2/revpopsoc21996gmpereira000084511.pdf](https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20135/2/revpopsoc21996gmpereira000084511.pdf)

PEREIRA, Gaspar Martins. **SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário História.** Revista da FLUP Porto, IV Série, vol. 4 - 2014, pp 13-31

<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/77754/2/95497.pdf>

PEREIRA, Gaspar Martins. **As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX,** in SANTOS, Carlota (coord.) – **Família, Espaço e Património.** Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2011

PORTAS, Nuno. **O PROCESSO SAAL: ENTRE O ESTADO E O PODER LOCAL.** Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 18/19/20, 1986. pp- 635-644.

[https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/18%20-%2019%20-](https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/18%20-%2019%20-%2020/_Nuno%20Portas%20-%20O%20Processo%20SAAL,%20Entre%20o%20Estado%20e%20o%20Poder%20Local.pdf)

[%2020/_Nuno%20Portas%20-](https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/18%20-%2019%20-%2020/_Nuno%20Portas%20-%20O%20Processo%20SAAL,%20Entre%20o%20Estado%20e%20o%20Poder%20Local.pdf)

[%20O%20Processo%20SAAL,%20Entre%20o%20Estado%20e%20o%20Poder%20Local.pdf](https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/18%20-%2019%20-%2020/_Nuno%20Portas%20-%20O%20Processo%20SAAL,%20Entre%20o%20Estado%20e%20o%20Poder%20Local.pdf)

OLIVEIRA, Ivo. **O Futuro das Ilhas do Porto.** JORNAL ARQUITETOS 257, 2018. pp. 36-37

https://arquitectos.pt/ja_arquivo/JA_257.pdf

REINERT, José Nilson. **DESEMPREGO: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES.** Revista de Ciências da Administração, 2001. pp.45-48

[file:///C:/Users/Asus/Downloads/Dialnet-Desemprego-5164130%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Asus/Downloads/Dialnet-Desemprego-5164130%20(4).pdf)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, N.º 222. Aprova a Estratégia Portugal 2030. Diário da República, 1.ª série. pp.12-50

https://portugal2030.pt/wp-content/uploads/sites/3/2021/11/RCM98_2020.pdf

Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, N.º 251. Aprova a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021 -2030. 1.ª série. pp.19-30

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/184-2021-176714553>

RIBEIRO, Ana Isabel. Public health: why study neighborhoods? Porto Biomedical Journal, 2018. pp. 1-3

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6726301/>

RODRIGUES, José Cavaleiro. **Luís V. Baptista (1999), Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o Programa de Casas Económicas em Lisboa, Oeiras, Celta.** CIDADES Comunidades e Territórios, nº1, 2001. pp.138-143

<https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/10650?locale=en>

SANTOS, Carlota (coord.). **Família, Espaço e Património.** Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2011

SANTOS, Clara. **Habitação Social, Vulnerabilidade Social e Serviço Social: Um Ensaio sobre o Fracasso da Mudança Social nos Bairros Sociais.** Revista Libertas Faculdade de Serviço Social – UFJF. Juiz de Fora, Minas Gerais. ISSN: 1980-8518. Vol.15, nº1 (2015), p. 1-18

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18313>

SHAW, Mary. **HOUSING AND PUBLIC HEALTH.** Annu. Rev. Public Health, 2004. pp. 397-418.

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15015927/>

SMETS, Peer; KUSENBACH, Margarethe. **New Research on Housing and Territorial Stigma: Introduction to the Thematic Issue.** Social Inclusion, vol.8, nº1, 2020. pp- 1-7

<https://www.cogitatiopress.com/socialinclusion/article/view/2930>

TEIXEIRA, Manuel C. **As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940.** *Análise Social*. Lisboa. Vol. XXVIII, 1992. pp. 65-89

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223049300Z1dLD4ro1Jn31VT6.pdf>

TOSTÕES, Ana. **Portugal: Arquitectura do Século XX.** Estudo Prévio 20. Lisboa: CEAUT/UAL – Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2022, p. 112-117.

https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/5490/1/EP20-15_Ana-Tostoes-PT.pdf

URVOY, Philippe. **Informalidade urbana e “espaços de exceção”:** as políticas socio espaciais da **Ditadura portuguesa.** *Social em Questão* -Ano XXI. Lisboa. n° 42, 2018 p. 75.

VILAÇA, Eduardo. **O "Estado da Habitação" Medidas sem Política num País Adiado.** *Cidades-Comunidades e Territórios*. Lisboa. n. °3, 2001 pp. 83-92.

https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3382/1/Cidades2001-3_Vila%c3%a7a.pdf

WACQUANT, Loïc; SLATER, Tom; PEREIRA, Virgílio Borges. **Territorial stigmatization in action.** *Environment and Planning A*, vol. 46, 2014. pp. 1270 – 1280

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1068/a4606ge>

Dissertações de Mestrado

ALDRABINHA, Susana Maria Ferreira. **Arquitetura e Saúde. Contributos para o projeto de um complexo de saúde para a cidade de Odívetas.** Faculdade de Arquitetura. Universidade. Técnica de Lisboa. Dissertação de Mestrado.

BALINHA, Ana Alexandra Macedo. **Perceções sobre a Habitação Social: Retrato da realidade de Guimarães.** Instituto de Educação da Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado.

BENTO, Daniel Luís Gomes. **Cidade e Habitat: Uma visão a partir dos *Bairros Críticos***. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Departamento De Arquitetura Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado.

BISPO, Inês Maria Bernardino dos Santos. **Um Bairro Para Todos: Habitação Inclusiva e a Sustentabilidade Social**. ISCTE. Instituto Universitário de Lisboa. Dissertação de Mestrado.

COELHO, Patrícia Silva. **O TEMPO DE HABITAR: Três experiências evolutivas**. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Departamento De Arquitetura Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado.

COUTINHO, Ludmila Andrade de M. Ribeiro. **Habitação Evolutiva no Porto – Projeto em Contumil**. Escola Superior Artística do Porto. Dissertação de Mestrado.

FÉLIX, Ricardo Domingues. **Habitação Evolutiva. Projeto para o Programa de Autoconstrução em Santa Maria da Feira**. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

FERNANDES, Eduardo Jorge Cabral dos Santos. **SEGURANÇA E SUSTENTABILIDADE: PROCESSOS URBANOS E CRIMINALIDADE NO PORTO ENTRE 1928 E 1988**. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

FRAGUITO, Joana Guadalupe. **POLÍTICAS DE HABITAÇÃO: IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE HABITAÇÃO NA CIDADE DO PORTO**. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

GOMES, Maria Inês de Araújo Silva. **Da ESBAP à política de habitação nos projectos SAAL de Siza Vieira**. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

GOMES, Mauro Ricardo Rodrigues. **A Casa Burguesa na Contemporaneidade: Um Projeto de Reabilitação na Foz do Douro**. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

MAÇAIRA, Carlos Manuel Teixeira. **Processo SAAL - O contributo para a concepção arquitectónica da habitação social**. Escola de Arquitetura, Arte e Design da Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, Sara Filipa Cardoso. **Do Tratamento à Prevenção- A Arquitetura como Determinante Social da Saúde no caso das Ilhas do Porto.** Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

PIRES, Maria Manuel Pereira. **AS REPERCUSSÕES DO DESEMPREGO NO FUNCIONAMENTO FAMILIAR E NA SAÚDE MENTAL DA DÍADE CONJUGAL.** ISPA- Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida. Dissertação de Mestrado.

QUELHAS, Marcus Amadeus Vêrité dos Santos. **Circunstância, Desenho e Apropriação. O caso do Aleixo.** Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado

RESENDE, Joana Patrícia Pereira. **Política e Arquitetura, uma questão social. Evolução da Habitação Social em Valongo.** Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Luísa Felizardo. **Habitação pública: Novos Desafios do Século XXI: A cidade do Porto como base de estudo.** Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Poliana Barros Tenório da. **O estigma do Aleixo: da construção à demolição.** Escola de Arquitetura, Arte e Design da Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado.

SOUSA, Francisca Pinto de. **A ARQUITETURA DO BAIRRO SOCIAL: DA PARTICIPAÇÃO À APROPRIAÇÃO, 1945-PRESENTE, VISEU-POTO-VISEU.** Departamento de Arquitetura, Ciências e Tecnologias Viseu da Universidade Católica Portuguesa- Centro Regional das Beiras. Dissertação de Mestrado.

Teses de Doutoramento

BANDEIRINHA, José António Oliveira. **O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974.** Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento.

CAPUCHA, Luís Antunes. **Desafios da Pobreza.** ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Tese de Doutoramento.

CORREIA, Vanda Filipa Maldonado de Vasconcelos. **O homem como um ser em projecto: O espaço doméstico na obra de habitação social de Vítor Figueiredo, 1960-1982.** Universidade do Minho. Tese de Doutoramento.

FERNANDES, Eduardo Jorge Cabral dos Santos. **A Escolha do Porto: contributos para a actualização de uma ideia de Escola.** Universidade do Minho. Tese de Doutoramento.

LEBRE, Rui Aristides Bixirão Neto Marinho. **Da organização do espaço à organização da sociedade Um estudo dos compromissos políticos na arquitetura portuguesa do pós-guerra.** Tese de Doutoramento. Universidade de Coimbra.

Arquivos

Arquivo Aurélio da Paz dos Reis. Centro Português de Fotografia.
<https://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=39146>

Arquivo Câmara Municipal do Porto <https://gisaweb.cm-porto.pt/>

Arquivo Bairro da Bouça- Espaço Arquitetura. <https://espacodearquitetura.com/projetos/bairro-da-bouca/>

Arquivo Escritório de Arquitetura Cerejeira Fontes. <https://cfaarch.com/project/belavista/>

Arquivo Lewis Wickes Hine- THE NEW YORK PUBLIC LIBRARY DIGITAL COLLECTIONS- 1905-1938.
<https://digitalcollections.nypl.org/collections/lewis-wickes-hine-documentary-photographs-1905-1938#/?tab=navigation>

Anexos: Entrevistas

No seguimento dos excertos de entrevistas apresentados na segunda parte da dissertação, parte-se para a exposição integral das entrevistas feitas aos moradores da Ilha da Bela Vista. Compreende-se que o trabalho in-situ e as entrevistas feitas no mesmo compõem um dado de informação muito pertinente para a presente dissertação, na medida em que as mesmas expõem de forma mais extensa do sentimentos dos habitantes face à sua vida dentro e fora do caso de estudo, em contacto com o estigma social.

Numa amostra de nove entrevistas, foram escolhidas as seguintes entrevistas por ser capazes de caracterizar e clarificar na generalidade a realidade de todos os habitantes da Ilha e os seus sentimentos face à sua reabilitação.

Entrevista 1

1. Já morava aqui antes da Reabilitação?

Não, vim morar para aqui há seis anos, depois de já terem reabilitado o espaço.

1. Se morava na Ilha antes da reabilitação.

1.1. Há quantos anos mora cá? *Não Aplicável.*

1.2. Com quem mora atualmente? *Não Aplicável.*

1.3. Antigamente, morava com mais alguém aqui na ilha? *Não Aplicável.*

1.1.1. Tem irmãos mais velhos? *Não Aplicável.*

1.1.2. Sob referência dos falecidos pais/avós: A morte dos seus familiares esteve relacionada com a precariedade da casa? *Não Aplicável.*

1.3. Os seus pais/avós mudaram-se para aqui em que altura? *Não Aplicável.*

1.3.1. Porque é que os seus pais/avós se quiseram mudar para cá? *Não Aplicável.*

1. *Se não morava na Ilha antes da reabilitação.*

1.1. Onde morava antes de vir para a Ilha?

Antigamente, morava na Foz, e mudei para aqui faz hoje seis anos. Na minha casa antiga, o telhado deixada entrar água, houve várias vezes que fiquei a dormir na sala, no piso de baixo, enquanto chovia. Quando vim para aqui, pedi ajuda e deram-me a opção de ir para outro bairro ali no cerco, mas eu pedi para não ir para lá, porque diziam que vendiam droga lá, e o meu ex-marido morreu disso...então eu não queria voltar para um sítio desses. Depois a Doutora deu-me opção de vir para cá, e olhe, nem imagina o quanto eu gosto de cá estar!

1.2. Com quem mora agora?

Moro com o meu filho.

1.3. Com quem morava na sua casa anterior?

Morava com o meu filho, com o meu ex-marido, com o meu irmão e com a minha mãe. Divorciamo-nos há vários anos, porque ele consumia drogas, e a minha mãe faleceu com uma pneumonia, e foi aí que me separei.

1.3.1. Tem irmãos mais velhos?

Não, sou filha única. Os meus pais já faleceram há vários anos. A minha mãe há seis e o meu pai há... já nem me lembro, eles ainda moravam na casa onde eu cresci, que era logo depois da ponte.

1.3.2. Sob referência dos falecidos pais/avós: A morte dos seus familiares esteve relacionada com a precariedade da casa?

É capaz menina, a minha mãe apanhou uma pneumonia num inverno, porque era tanto frio dentro de casa que ninguém aguentava, e o meu pai faleceu de cirrose.

1.4. Quando é que se mudou para cá?

Há seis anos.

1.5. Gostava mais de onde morava ou aqui? _____

Gosto muito mais de morar aqui, a casa é muito boa. Não tem a ver, na minha casa antiga chovia a potes dentro de casa.

1.6. Porque é que é veio morar para a Ilha? _____

Na minha casa antiga chovia lá para dentro, até tenho trauma daquilo; aqui o telhado é em chapa, faz tanto barulho quando a chuva bate que eu às vezes até fico em pânico, parece a chuva vai entrar outra vez como na minha casa antiga.

2. Gosta da casa depois da reabilitação? Como é que se sente a viver aqui?

Gosto muito da casa, não sei como era antes, mas agora é boa, é pequenina, mas até é melhor afinal maior parte do tempo sou só eu aqui.

2.1. Como é que se sente aqui durante os períodos mais frios? É normal sentir-se com frio dentro de casa? Costuma ficar doente?

Não, menina, a casa são quentes, um aquecedor aos pés e um cobertor, e está ótimo. Antes ficava sempre constipada no inverno, porque chovia dentro de casa, mas desde que me mudei para cá nunca voltei a ficar como ficava.

2.2. O que é que acha que a reabilitação melhorou?

Como não vivia cá antes não sei, mas em comparação com a minha casa da Foz, aqui estou melhor, não entra frio pela janela, não chove dentro de casa, a casa tem sempre a mesma temperatura. Antigamente, na minha outra casa, se estivesse calor lá fora estava calor dentro de casa, se estivesse frio estava frio em casa. Às vezes, até parecia que estava mais frio em casa, quando estava lá ainda tinha de vestir mais um casaco.

Aqui, as pessoas são muitas protetoras do espaço, como vivemos numa comunidade pequena, toda a gente vê que o que todos fazem. Isso é muito bom grande parte do tempo, mas noto que, principalmente os senhores que moravam cá antes da Ilha ter sido reabilitada, são muito protetores do espaço. Por exemplo, na fila de baixo mora uma mãe com

três filhos, e agora no verão ela colocou uma piscina pequena cá fora para as crianças. Houve pessoas que implicaram com ela, e recebemos uma carta da Domus Social a dizer que tínhamos de tirar as piscinas até ao fim do mês. Na minha opinião, a piscina não ia fazer mal, mas eles disseram que podia estragar o piso, e pronto, tiveram de tirar. Eu sei que não é por mal que o fazem, toda a gente sabe, mas dá para ver que as pessoas tem medo de estragar o espaço, e que cuidam muito bem dele, e às vezes até demais.

2.3. Acha que o facto de a ilha ter sido reabilitada ajudou a viver uma vida melhor? De que forma é que a reabilitação fez alguma diferença na sua vida? _____

Sem dúvida, as pessoas dizem que agora vive-se bem, e eu que o diga, aqui no Porto, não conheço ninguém que ganhe o pouco que eu ganho a viver numa casa com estas condições.

Aqui, estou muito bem, olhe tenho tudo que preciso, se quiser trazer aqui o meu neto posso trazer, ele brinca na sala ao meu lado, às vezes até brinca com os filhos da vizinha de baixo. Aqui, só cabe uma cama, uma mesinha de cabeceira e um guarda-roupa, mais nada, mas também não preciso de mais nada. Quando vim para aqui tive até que deixar muita roupa e mobília pra trás. E este quarto aqui ao lado uso para guardar mais alguma roupa, e passar roupa a ferro, também não tinha espaço para muito mais, mas também não era preciso mais. Às vezes quando chove, ouve-se muito barulho por causa da chapa, e sei tenho medo, mas fora isso, estou muito bem.

2.4. Sente-se seguro/a na Ilha?

Sim, muito, menina. Aqui, nunca aconteceu nada, não há drogados como via na Foz, não há ladrões, afinal o portão está fechado. Eu deixo muitas vezes a roupa cá fora, e as coisas de casa, tapetes, vassouras e coisas dessas e nunca ninguém me tirou nada.

3. Costuma usar o espaço exterior e falar com os vizinhos? Ou gosta mais de estar dentro de casa?

Normalmente, estamos aqui em cima, à porta de casa a conversar, às vezes estamos lá em baixo naqueles bancos, mas aqui é mais calmo, e se quisermos vir a casa não temos que subir. Muitas vezes, até falo mais aqui com as vizinhas quando estou cá fora a tratar da roupa, principalmente no verão, que dá para estender a roupa cá fora. Normalmente, falamos durante isso, e depois até lanchamos juntas.

Quando vim para cá, tive logo a vizinha aqui ao lado a perguntar-me se precisava de ajuda a trazer as coisas, e ela fez-me o jantar naquela noite, enquanto ainda estávamos a desempacotar as coisas. Às vezes lanchamos juntas, e quando estive doente no mês passado, ela ajudou-me bastante com as coisas de casa, e vinha ver se eu estava bem. A vizinha aqui da frente, fez-me o almoço e o jantar algumas vezes também. Quando tiver a oportunidade, se elas precisarem vou retribuir claro, aqui o espírito é esse, dar ao outro o que precisava e depois ele dá-te quando somos nos a precisar.

4. É normal ter família a visitá-la/o? Eles gostam de cá estar? _____

É sim, senhora. O meu neto, ele não é meu de sangue, é filho da namorada do meu filho, mas é como se fosse meu neto. Ele vem pra cá muitas vezes ao fim de semana, só não dorme cá, porque não tenho quarto pra ele. O meu irmão vem cá almoçar todos os dias.

4.1. Antes da reabilitação, a sua família também vinha cá? *Não Aplicável.*

4.2. Acha que a reabilitação trouxe mais condições para ter a sua família aqui?

Como não morava cá não sei, mas agora tem, nós descemos a mesa, e janto eu, o meu irmão, o meu filho, a namorada e o meu neto, é uma alegria, às vezes até fazemos cá uma festa de anos.

4.3. Costuma ter amigos ou colegas a visitá-lo? Eles gostam da ilha?

Eu trabalho como empregada de limpeza, por isso colegas não, mas tenho uma amiga de infância que vem cá de vez em quando, e ela gosta de estar aqui, às vezes estamos lá em baixo no jardim, outras vezes estamos em casa, e ela já disse que até gostava de vir para cá.

4.4. Acha que a sua família, os seus colegas e amigos também gostavam de morar cá?

Sim, o meu neto já disse que gostava de morar comigo, as casas é que não dá todos, mas se pudesse, morávamos os quatro aqui, mas pronto não dá.

5. Quando era mais novo/a teve a oportunidade de ir para a escola?

Sim, tive, mas era uma altura difícil. Eu tentava fazer os deveres, mas chegava a casa e havia jantar para fazer e uma casa para arrumar, e eu tinha de tratar disso. Às vezes, fazia-os depois de jantar e o meu irmão mais velho às vezes ajudava-me, mas nem sempre, estava cansados, e precisava de descansar. Eu era a mais nova, tive sorte e pude estudar mais tempo,

mas o meu irmão foi cedo trabalhar para ajudar a minha mãe, porque o meu pai faleceu novo. Depois quando era mais velha, fui eu que pedi para ir trabalhar, e disse que não queria estudar mais, cheguei a uma altura em que já não percebia muitas coisas, e cheguei mesmo a reprovar; a minha mãe bem tentou que eu ficasse a estudar, mas era aquela coisa, eu não sabia que chegasse, e depois toda a gente era crescida e ganhava dinheiro, e eu também queria essa liberdade. Enfim, se fosse hoje tinha ficado a estudar, tinha tantos anos para trabalhar...

5.1. Até que ano é que estudou?

Fiz até à sexta classe.

5.2. Porque é que parou de estudar?

Tive que desistir, porque o meu pai faleceu, e só a minha mãe a sustentar não dava, tive que me fazer à vida; e era normal, menina, toda a gente desistia, enfim, é triste, gostava de ter ficado a estudar.

6. Trabalha perto daqui?

Eu sou empregada doméstica em três casas, já há muitos anos, e ganho 500€ por mês, o meu irmão é condutor da UBER e o meu filho trabalha numa roulotte, que vai para as romarias. No verão até ganha bem, mas no inverno rende pouco.

6.1. Com que idade começou a trabalhar?

Com 12 anos.

6.2. Com que idade começaram a trabalhar os seus irmãos?

O meu irmão também começou com 12, depois de terminar a sexta classe.

6.3. Achava que era fácil arranjar trabalho?

Era, muito mais, depois da pandemia as pessoas ficaram paranoicas, e não queriam ninguém dentro de casa, perdi muitos clientes. E também só ganha bem quem tem diploma, olhe se tivesse um até ia trabalhar para uma empresa, assim, olhe faço aquilo que aprendi a vida toda, que foi a limpar. Com 12 anos, fui trabalhar para uma fábrica, e mais tarde é que comecei a fazer limpezas.

6.3.1. Antigamente, os funcionários da empresa onde trabalhava recebiam o salário mínimo?

Os que tinham sorte, que não eram muitos. Eu não recebia, porque era nova e sou mulher, só os mais velhos é que recebiam bem, e os rapazes da minha idade recebiam uma ninharia, era assim que era.

6.4. Quantos empregos já teve?

Só tive dois, o da fábrica, e limpar casas, mas já limpei casas em muitos sítios, perdem-se clientes e arranjam-se, mas tem sido difícil, as pessoas não querem gastar dinheiro que esta difícil para todos, e depois do COVID, também ninguém quer ninguém dentro das suas casas.

6.4.2. Acha que com o dinheiro que recebe, face às despesas que casa gasta agora, consegue ter uma vida confortável?

Não muito menina, muitos meses é apertado, mas lá vai dando, quem trabalha por conta própria é assim, já houve altura que ganhava melhor, agora dá para a renda e para as compras do mês e mais nada.

6.5. O facto de dizer que morava numa ilha alguma vez condicionou o acesso a trabalho?

É assim, as pessoas não dizem, mas elas olham de lado, algumas nem sabem quando eu digo que moro na Bela Vista, só perceberem quando eu digo ilha, então as vezes não digo, moro numa casa da Rua Dom João IV, e está arrumado. Já ouvi gente a dizer que eles é que pagaram pela reabilitação da ilha, e nós agora e que pagamos pouco para viver cá; as vezes até parece que os pobres não tem direito a viver bem. Olhe, a minha avó servia numa casa de fidalgos e foi nessa altura da peste que ela perdeu o trabalho, porque eles não admitiam ninguém das ilhas a trabalhar na casa deles. Os empregados que estavam dentro de casa não eram deixados sair, a não ser o que moço que ia fazer recados e que fazia as compras, mas esse nem entrava em casa, deixava tudo à porta.

Entrevista 2

1. Já morava aqui antes da Reabilitação?

Sim, já.

1. *Se morava na Ilha antes da reabilitação.*

1.1. Há quantos anos mora cá?

Vivo aqui desde nasci, em 1990 pinteí a casa, porque já estava muito estragada, comprei as tintas mais baratas que havia. Fui eu que lixei tudo e pinteí, ficou melhor por um tempo, mas depois já estava tudo igual, principalmente por causa das infiltrações. Antes disso morava numa casinha perto da Sé.

1.2.Com quem mora atualmente?

Moro com o meu marido, o meu filho e com a minha neta.

1.3. Antigamente, morava com mais alguém aqui na ilha?

1.1.1. Tem irmãos mais velhos?

Não, eu sou a mais velha de quatro irmãos.

1.1.2.Sob referência dos falecidos pais/avós: A morte dos seus familiares esteve relacionada com a precariedade da casa?

Sim, de gripes e da peste. O meu avó morreu novo, e foi disso que ele morreu, da peste. Na altura, a minha avó e os filhos foram morar para a casa dum vizinho, que era para não apanharem a peste, e ele faleceu sozinho em poucos dias.

1.3. Os seus pais/avós mudaram-se para aqui em que altura?

A minha avó mudou-se para cá com a minha mãe e os meus tios depois de os meu avô falecer.

1.3.1.Porque é que os seus pais/avós se quiseram mudar para cá?

Porque a renda era mais barata, e a minha arranjou trabalho a servir naquela casa burguesa.

1. *Se não morava na Ilha antes da reabilitação.*

1.1. Onde morava antes de vir para a Ilha? *Não Aplicável.*

1.2. Com quem mora agora? *Não Aplicável.*

1.3. Com quem morava na sua casa anterior? *Não Aplicável.*

1.3.1.Tem irmãos mais velhos? *Não Aplicável.*

1.3.2. Sob referência dos falecidos pais/avós: A morte dos seus familiares esteve relacionada com a precariedade da casa? *Não Aplicável.*

1.4. Quando é que se mudou para cá? *Não Aplicável.*

1.5. Gostava mais de onde morava ou aqui? *Não Aplicável.*

1.6. Porque é que veio morar para a Ilha? *Não Aplicável.*

2. Gosta da casa depois da reabilitação? Como é que se sente a viver aqui?

Gosto muito da casa, é como carregar às costas o passado e trazê-lo aqui para a nova casa. Falei muitas vezes com os arquitetos e expliquei o que fazia falta e o que nós realmente precisávamos era de uma casa boa, e não de uma casa rica. Eu tirei tudo o que tinha quando vim para aqui morar de novo. Foi como voltar de viagem, o espaço era o mesmo, eu não posso dizer que reconheci a casa, não, está muito diferente, mas ao mesmo tempo lembro-me de ver os meus pais e a minha avó aqui com os meus irmãos. A casa está diferente, mas a alma é a mesma.

2.1. Como é que se sente aqui durante os períodos mais frios? É normal sentir-se com frio dentro de casa? Costuma ficar doente?

Agora também fico doente, mas não era como antes. Antigamente, estava sempre doente no inverno, de cama com uma gripe qualquer. Agora, no inverno, também estou mais por casa, porque já sou reformada então não tenho de sair, mas já não preciso de estar com os cinco cobertores para dormir. Na verdade, os meus netos passam cá muito tempo, enquanto antes não queria que eles viessem, porque um deles tem asma, e a casa estava cheia de mofo e humidade e fazia-lhe mal. Agora que a casa está bonita, já podem vir, e vêm muitas vezes enquanto os pais estão a trabalhar.

2.2. O que é que acha que a reabilitação melhorou?

Muito, está bastante melhor, não há como negar, mas agora é connosco. Temos de cuidar disto, não é? Não podemos estragar o que foi aqui feito, porque a Câmara fez isto agora, mas nós já andávamos há anos a lutar para que alguém nos ajudasse, desde o 25 de Abril até! E se alguém estragar alguma coisa, toda a gente sai prejudicada, uma coisa é dentro de casa, mas cá fora é de todos. Se for preciso reparar alguma coisa, é preciso contactar a DOMUS SOCIAL, para eles mandarem cá alguém, e é sempre imenso tempo. Eu e outras pessoas daqui, já cá moramos desde que nascemos, e os nossos pais já cá moravam também; nunca mais quero viver como vivemos, e é por isso que temos de cuidar, porque senão quem é que cuida? Se nós estragarmos as coisas, não vão estar a dar-nos coisas novas, e nós também não podemos pagar, portanto é cuidar de como as coisas estão agora e manter assim para durar muitos anos.

2.3. Acha que o facto de a ilha ter sido reabilitada ajudou a viver uma vida melhor? De que forma é que a reabilitação fez alguma diferença na sua vida?

Então, nos vivíamos numa miséria, qualquer coisa era melhor que aquilo. Nessa altura, já muita gente nem vivia cá, muitos foram embora, porque era mau morar aqui, agora até voltaram alguns. Nós fomos esquecidos,

queria lá alguém saber aqui dos pobres da Ilha. Eu nunca acreditei que a Câmara quisesse fazer algo por nós, olhe, no tempo de Salazar, eu estava a ver que ia ficar sem casa de verdade, porque andava-se a dizer isso. Depois até andaram por aqui a fazer uns inquéritos e tudo mais, mas também pouco ou nada saiu daí.

Quando o Presidente Rui Moreira veio cá, lembro-me de ver aquele alvoroço todo, e disse-lhe que não acreditava que nada acontecesse. Pensava que era só para ficar bem visto na campanha, mas agora cá estamos, não quer dizer que esteja perfeito, não está, mas vive-se melhor. E muita gente nunca acreditou que isto fosse chegar a ser alguma coisa, acho que só acreditei quando vi a minha casa pela primeira vez. Depois o Presidente voltou, e ia vindo enquanto as obras estavam a decorrer, e disse-lhe outra vez que nunca acreditei, mas agradeci, aquela miséria não era digna de ninguém.

2.4. Sente-se seguro/a na Ilha?

Sim, bastante, por cá não se passa nada de grave, está tudo sempre calmo.

3. Costuma usar o espaço exterior e falar com os vizinhos? Ou gosta mais de estar dentro de casa?

Por cá, só falo com o meu filho e pouco mais, dou-me bem com os vizinhos, é boa gente, mas fora isso, não falo com mais ninguém. Se precisar de ir a algum sítio chamo um carro de praça, vou a pé, ou peço ao meu filho, mas ele trabalha fora então não dá. Quando trabalhava na fábrica, tinha uma boa amiga que trabalhava comigo, já não a vejo há vários anos, as pessoas daqui são com quem eu passo os meu dias. Eles também não têm muita família nem nada, pronto, estamos uns com os outros. Mas isto é agora, quando as casas eram velhas era diferente.

Antes só falava com a minha da vizinha da frente e os do lado, nem sabia o que se passava lá em baixo. A gente entrava por cima e vinha logo para casa, não passava pelos vizinhos de baixo e eles também não passavam por aqui. Nós só falávamos quando nos encontrávamos a vir do trabalho ou a sair daqui. Na altura não tínhamos tempo para estar cá fora muitas horas, às vezes vinha cá no fim de jantar para apanhar ar, mas depois já tinha de ir descansar, no dia seguinte acordava cedo para ir trabalhar outra vez.

4. É normal ter família a visitá-la/o? Eles gostam de cá estar?

Sim, eles veem cá muitas vezes, e os meus netos passam cá muito tempo depois da escola.

4.1. Antes da reabilitação, a sua família também vinha cá?

Não, nunca. Não tínhamos condições de receber ninguém, nem os meus irmãos vinham, eramos nós que íamos ter com eles.

4.2. Acha que a reabilitação trouxe mais condições para ter a sua família aqui?

Sim, claro, agora os meus irmãos vêm cá jantar as vezes. Não vêm todos ao mesmo tempo, porque não espaço, mas pelo menos já temos condições de os receber.

4.3. Costuma ter amigos ou colegas a visitá-lo? Eles gostam da ilha?

Antes de ter remodelado isto era diferente. Muitas vezes, os meus colegas convidavam-me para ir a casa deles, mas eu nunca aceitei, já sabia que depois nunca poderia retribuir o convite. Então, dizia que estava ocupada, sabe como é, eu não podia receber ninguém aqui, não tinha condições. Mesmo que até convidasse, se calhar até nem vinham...quando as pessoas sabiam que morava aqui, olhavam logo de forma diferente.

Agora já não é bem assim. Às vezes convido para os meus colegas virem cá, eles antes nem sabiam que eu morava aqui, então só viram isto quando já estava assim. Eles gostam muito disto, por causa de ser calmo, e aqui na cidade nem sempre é fácil de arranjar um sítio calmo para viver.

4.4. Acha que a sua família, os seus colegas e amigos também gostavam de morar cá?

Talvez, se fossem só eles e os maridos e as esposas e os filhos, podiam vir. Mas alguns deles moram com os pais, como eu morei até eles falecerem, porque tive de cuidar deles. E como não há muito espaço, se calhar não iam vir.

5. Quando era mais novo/a teve a oportunidade de ir para a escola?

Sim, tive.

5.1. Até que ano é que estudou?

Na minha altura, andar na escola era um luxo, eu só fiz a sexta classe, e fui logo trabalhar. Tinha muitos irmãos mais novos para cuidar, e os meus pais não conseguiam dar conta de tudo sozinhos. Eu não gostava da escola, a professora chateava-se sempre comigo e dava-me muitas

reguadas, porque eu nunca fazia os deveres e estava sempre a fazer asneiras, enfim, uma maria vai com as outras.

5.2. Porque é que parou de estudar?

Porque os meus pais precisavam de ajuda, e porque também não gostava de estudar e então desisti.

6.Trabalha perto daqui?

Eu trabalhava numa pastelaria, ali a meio da rua. A minha mãe costumava servir ali naquela casa burguesa, desde os 9 anos, e o meu pai trabalhava na fábrica. Eu tenho uma neta pequena que está no 4º ano e um filho que trabalha na construção. Já o meu marido também está reformado, e trabalhava numa fábrica aqui em cima.

6.1. Com que idade começou a trabalhar?

Com 12 anos.

6.2. Com que idade começaram a trabalhar os seus irmãos?

Um pouco mais tarde, eles andaram até ao sétimo ano e depois foram trabalhar.

6.3. Achava que era fácil arranjar trabalho?

Olhe, eu acho que sempre foi difícil, mas antes não havia tanto isto de diplomas, muita gente da minha idade não teve oportunidade de estudar como eu, onde é que querem que eu vá buscar o diploma? Lá conseguíamos nas fábricas, porque éramos todos iguais, ninguém estudava.

6.3.1. Antigamente, os funcionários da empresa onde trabalhava recebiam o salário mínimo?

Depende, na maioria sim, mas se fossem muito novos nem sempre recebiam.

6.4. Quantos empregos já teve?

Vários, já trabalhei numa fábrica, num café, olhe tive mais trabalhos que os dedos de um mão podem contar.

6.4.2. Acha que com o dinheiro que recebe, face às despesas que casa gasta agora, consegue ter uma vida confortável?

Não, por isso é o meu filho e com a minha neta moram connosco. Eu recebo uma pensão pequena, assim como o meu marido, o meu filho

pouco mais recebe, e ainda temos a minha neta que está na escola, e isso é caro.

O meu filho até gostava de morar sozinho com a menina, mas agora com o preço das rendas, como é que alguém que recebe pouco mais que o salário mínimo consegue pagar isso, e ainda sustentar uma criança?

6.5. O facto de dizer que morava numa ilha alguma vez condicionou o acesso a trabalho?

Não sei. Quando era eu, eles pagavam pouco a toda a gente, porque só os pobres é que iam trabalhar cedo. Agora já é um bocado diferente. O meu filho teve uma entrevista de emprego numa empresa de construção daqui do Porto, e quando ele disse que morava aqui, eles aceitaram-no muito bem. Sabe como é, antigamente ninguém conhecia as ilhas, só sabiam que isto estava velho, e achavam que eram só pessoas pobres, idosos e sabe-se lá mais o quê. Mas, agora, houveram muitas reportagens e vinham cá muitos jornalistas e tudo, quando isto foi reabilitado, então as pessoas já não estranham, sabe? Elas até conseguem ver da rua cá para dentro e então, como vêm que isto está bonito, já não acham...bem, o mesmo que achavam antes. Já vieram cá alunos das universidades e de outras escolas para ver como isto está, e é disso que é preciso, as pessoas tem de ver como é, tem de conhecer, senão vão sempre pensar mal.

Entrevista 3

1. Já morava aqui antes da Reabilitação?

1. *Se morava na Ilha antes da reabilitação.*

1.1. Há quantos anos mora cá?

Desde que nasci.

1.2. Com quem mora atualmente?

Morava com o meu marido.

1.3. Antigamente, morava com mais alguém aqui na ilha?

Crescemos muito pobres aqui, viviam cá os meus avós, os meus pais, eu e os meus 5 irmãos, ou seja, doze pessoas. Muitas vezes não havia comida que chegue para todos, como era a mais nova, deixava mais para os meus irmãos. Quando tinha fome, às vezes tirava fruta das árvores, outras vezes os vizinhos davam-me alguma coisa que tivessem...era uma miséria, fiz o que tive de fazer para sobreviver.

1.1.1. Tem irmãos mais velhos?

Sim, tenho cinco, mas três já faleceram, assim como os meus pais e os meus avós.

1.1.2.Sob referência dos falecidos pais/avós: A morte dos seus familiares esteve relacionada com a precariedade da casa?

Os invernos eram o pior, morria muita gente cá no Porto, e muitos ficavam doentes. As casas eram frias, chovia muito e dentro de casa também, não havia condições. Andávamos sempre preocupados, a minha avó morreu de uma gripe que apanharam aqui no Inverno; e depois estava sempre preocupada com os meus pais, porque eles tinham muitos problemas respiratórios, por causa do fumo das fábricas, do mofo e da humidade aqui da casa. E depois, ia levá-los aonde? Não tinha dinheiro para chamar um médico, então cuidava deles como dava, mantinha-os quente, e tentava ver se eles não piorassem. Mas morria muita gente, e morreu muita gente que morava aqui, eu andava sempre aflita, andávamos todos...

1.3. Os seus pais/avós mudaram-se para aqui em que altura?

Quando eram novos, os meus pais vieram para aqui à procura de trabalho, porque eles moravam no campo e isso não dava muito dinheiro.

1.3.1.Porque é que os seus pais/avós se quiseram mudar para cá?

Vieram à procura de um vida melhor, porque aqui os salários eram melhores, porque havia muito trabalho nas fábricas.

1. *Se não morava na Ilha antes da reabilitação.*

1.1. Onde morava antes de vir para a Ilha? *Não Aplicável.*

1.2. Com quem mora agora? *Não Aplicável.*

1.3. Com quem morava na sua casa anterior? *Não Aplicável.*

1.3.1. Tem irmãos mais velhos? *Não Aplicável.*

1.3.2. Sob referência dos falecidos pais/avós: A morte dos seus familiares esteve relacionada com a precariedade da casa? *Não Aplicável.*

1.4. Quando é que se mudou para cá? *Não Aplicável.*

1.5. Gostava mais de onde morava ou aqui? *Não Aplicável.*

1.6. Porque é que é veio morar para a Ilha? *Não Aplicável.*

2. Gosta da casa depois da reabilitação? Como é que se sente a viver aqui?

Gosto muito de viver aqui, agora, antes também gostava, mas era diferente. Agora temos condições, antigamente era uma miséria, mas agora é uma casinha boa.

2.1. Como é que se sente aqui durante os períodos mais frios? É normal sentir-se com frio dentro de casa? Costuma ficar doente?

Às vezes a gente fica doente, mas nunca nada de grave. Como lhe disse a minha avó morreu de gripe, e como os meus pais também tinham muitos problemas em respirar, e agora eu tomo sempre cuidado.

2.2. O que é que acha que a reabilitação melhorou?

Era difícil para mim andar aqui, o chão tinha, muitas vezes, poças de água, e como não apanhava sol, elas demoravam muito a secar. Então, o chão estava todo estalado, e não era direito, só saía daqui quando tinha mesmo de ir a algum lado, senão sentava-me aqui à porta. E o pior nem era isso, era que a água não secava por causa da sombra, mas também não dava para tratar da casa.

Antigamente, não conseguia secar roupa. Pedia à minha vizinha da frente para me estender a roupa nas suas janelas, para eu não estar a pô-la à sombra. A roupa demorava vários dias a secar, e durante o inverno não dava para estar tanto tempo à espera.

2.3. Acha que o facto de a ilha ter sido reabilitada ajudou a viver uma vida melhor? De que forma é que a reabilitação fez alguma diferença na sua vida?

Ficou claro. Não é que isto seja uma coisa que toda a cidade saiba, mas houve muita gente que soube da reabilitação, e mesmo as pessoas que passam na rua ficam curiosas a olhar cá para dentro. Já houve pessoas que me perguntaram se tinha ficado bem, porque tinha visto as reportagens, e eu disse que estávamos muito melhor do que alguma vez estivemos.

2.4. Sente-se seguro/a na Ilha?

Sim, menina. Isto aqui só se houve crianças a brincar e as pessoas a falar, e à noite é um silêncio, uma calma, olhe nada mudou sabe? Antes ou depois de as casas serem remodeladas, em relação a viver aqui com as pessoas, nada mudou.

3. Costuma usar o espaço exterior e falar com os vizinhos? Ou gosta mais de estar dentro de casa?

Nós estávamos muitas vezes cá fora, às vezes até quando chovia; dentro das casas chovia quase sempre, então vínhamos cá para fora, e estávamos nas cadeiras a conversar, à espera que a chuva passasse para depois irmos para dentro tirar os baldes que metíamos dentro de casa a apanhar a água da chuva.

4. É normal ter família a visitá-la/o? Eles gostam de cá estar?

Às vezes veem sim, a minha filha e o meu genro, ou os meus irmãos aos fins de semana. E eles gostam disto, antes nunca os convidava, quem é que queria vir para uma casa como esta era? Não tinha jeito, mas agora já podem; não ficam para dormir, mas almoçam cá e ficam pela tarde. Até já chegaram outras pessoas a fazer uma festa de anos na mesa ali de cima, que é uma mesa comunitária para toda a gente.

4.1. Antes da reabilitação, a sua família também vinha cá?

Enquanto os meus pais eram vivos não. Os meus pais saíam cedo para ir trabalhar, e chegavam tarde. Durante o dia, ia para a escola com o resto das crianças cá da Ilha e os meus avós ficavam em casa. Chegava pela tarde, e estava, até os meus pais chegarem, com os meus avós. Eles ajudavam na casa, enquanto puderam, depois disso eu é que fazia as coisas quando voltava da escola. Pronto, quando os meus pais chegavam, jantávamos todos, e depois íamos dormir, que eles acordavam cedo no dia seguinte. Na altura que eles não trabalhavam, chegaram a estar sem trabalho, normalmente, também íamos dormir cedo, a casa era fria e íamos para a cama para estarmos quentes, então, nunca falava muito com os meus pais, aliás mal os via. Naquela altura as pessoas trabalhavam sempre, por isso nunca tínhamos ninguém cá.

4.2. Acha que a reabilitação trouxe mais condições para ter a sua família aqui?

Sim, claro, agora uns estão à mesa a conversar, outros a ver o futebol no sofá, e estamos ali todo perto uns dos outros. Mesmo a cozinha e tudo é muito melhor e tudo, dá para receber para mais pessoas.

4.3. Costuma ter amigos ou colegas a visitá-lo? Eles gostam da ilha?

Às vezes sim, veem umas amigas cá a casa, mas muito raramente, normalmente é a minha família. So veem em alturas diferentes, no meu aniversário ou algo do género. Sabe como é, nunca convidava ninguém, e eles também não me convidavam a mim, e ainda bem que não, porque eu não ia aceitar. Quem não tem possibilidade de retribuir convite, fica em casa. Então pronto, enquanto as minhas colegas iam para casa umas das outras no fim do trabalho ou ao fim-de-semana, eu não ia. Eles também sabiam porque é que eu não ia, eu dizia-lhes que não tinha condições de os ter em minha casa. Elas às vezes até diziam que isso não importava, mas eu não queria que ninguém viesse cá, e então afastava-me...

4.4. Acha que a sua família, os seus colegas e amigos também gostavam de morar cá?

Acho que se todos vissem agora o que isto é, talvez até quisessem. A minha família gosta muito da casa, e as minhas colegas também. Aqui, é um bom lugar para viver.

5. Quando era mais novo/a teve a oportunidade de ir para a escola?

Sim, fui para a escola.

5.1. Até que ano é que estudou?

Estudei até à terceira classe, como a maioria das pessoas da minha idade.

5.2. Porque é que parou de estudar?

A minha avó faleceu, o meu avô foi quase logo atrás, e o meu pai pouco tardou depois disso. E eles na altura que faleceram ainda eram novos e ainda trabalhavam. Então menos três salários em casa e nove bocas para alimentar era preciso toda a gente a trabalhar.

6. Trabalha perto daqui?

Trabalhava como costureira há alguns anos, antes trabalhava numa fábrica aqui perto, mas fechou. O meu falecido marido, que também trabalhava lá, e depois foi para as obras. Olhe, era uma vida de miséria.

6.1. Com que idade começou a trabalhar?

Comecei com 13 anos.

6.2. Com que idade começaram a trabalhar os seus irmãos?

Também com 12 ou 13 anos.

6.3. Achava que era fácil arranjar trabalho?

Era, aqui perto das fábricas arranjava-se sempre qualquer coisa.

6.3.1. Antigamente, os funcionários da empresa onde trabalhava recebiam o salário mínimo?

Nem sempre. Houve uma altura, quando eu tinha os meus sete anos, as fábricas começaram a fechar, as mais pequenas; foi uma altura muito difícil, os meus irmãos ficaram sem trabalhar, e só a minha mãe é que tinha trabalho. Um salário para sustentar uma família de nove pessoas, não dava, e passamos muita fome até os irmãos voltarem a arranjar trabalho. Nessa altura se não tivesse sido pelos vizinhos a ajudar, olhe, nem sei o que é que tinha sido de nós. Eles tinham vergonha de estar assim, a minha mãe passou muito mal, porque os meus irmãos nem queriam comer enquanto não tinham trabalho. Iam à procura de trabalho de manhã cedo, voltavam à noite e iam para a cama, às vezes comiam um bocado de pão, outras vezes nem isso. Iam dormir sem comer, achavam que não mereciam, e dava para ver a tristeza na cara deles. Depois arranjaram trabalho de novo, e já se sentiam melhor, mas nunca foi igual, eles pediam desculpa à minha mãe muitas vezes, porque achavam que a tinham deixado ficar mal.

6.4. Quantos empregos já teve?

Tive três, como costureira, o da fábrica e cheguei a trabalhar numa confeção também.

6.4.2. Acha que com o dinheiro que recebe, face às despesas que casa gasta agora, consegue ter uma vida confortável?

Sou só eu, menina, com a minha reforma, não dá para muito essa é a verdade, o meu marido faleceu há poucos anos de um mal ruim, e tenho meia pensão dele. Não dá para muito, mas lá vai dando para o que é preciso.

6.5. O facto de dizer que morava numa ilha alguma vez condicionou o acesso a trabalho?

Depende, na altura que fui trabalhar, os patrões empregavam muita gente das ilhas, e porquê? Era gente pobre, simples, sem estudos e que precisa de fazer dinheiro para sustentar a família, se formos a ver, até ajudou ser da ilha que eles ainda me contrataram mais rápido. O mal é que nos largavam de um para outro, principalmente quando nem eramos maiores de idade, não pagavam em condições, mas isso, nem a mim nem aos meus irmãos, nem a ninguém. Também depois fui para a confeção, e também não tive problema, porque não precisa de estudos, e para ser costureira também não. A verdade é que eles só querem gente pobre, para não ter de pagar mais. Quem não sabe, também não “arrebita cabelo.”

